UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

O CONSERVADORISMO DE CLASSE NA TEORIA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES

Campos dos Goytacazes – RJ
2025

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

O CONSERVADORISMO DE CLASSE NA TEORIA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP – do Centro de Ciências do Homem – CCH – da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel

Campos dos Goytacazes – RJ
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

G633 Gomes Junior, Elson dos Santos.

"O CONSERVADORISMO DE CLASSE NA TEORIA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES" / Elson dos Santos Gomes Junior. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

193 f.
Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.
Orientador: Fabricio Barbosa Maciel.

1. Conservadorismo. 2. Cultura. 3. Classe Social. 4. Política. 5. Florestan Fernandes. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

O CONSERVADORISMO DE CLASSE NA TEORIA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP – do Centro de Ciências do Homem – CCH – da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade.

Aprovada: 26 / 02 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCOS ABRAAO FERNANDES RIBEIRO
Data: 08/05/2025 14:42:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marcos Abraão Fernandes Ribeiro (Sociologia Política – UENF) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO ANDRE AVELAR DA NOBREGA
Data: 08/05/2025 16:45:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega (Sociologia – UERJ) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Documento assinado digitalmente
gov.br GEORGE GOMES COUTINHO
Data: 09/05/2025 11:10:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. George Gomes Coutinho (Ciência Política – UFF) Universidade Federal Fluminense – UFF

Documento assinado digitalmente
gov.br VITOR DE MORAES PEIXOTO
Data: 08/05/2025 11:23:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (Ciência Política e Sociologia – IUPERJ) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Documento assinado digitalmente
gov.br FABRICIO BARBOSA MACIEL
Data: 16/05/2025 13:58:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientador)

DEDICATÓRIA

À minha família, trabalhadores deste país. Para que eu pudesse segurar a caneta, primeiro, vieram muitas foices e muitos facões, marmitas frias, azedas, humilhações. Não vencemos pelo trabalho, vencemos pelo amor. Obrigado por tanto! Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Criador, pela vida e pela possibilidade de encontrá-lo em suas mais variadas formas, entre estas, minha mãe, Maria Franco de Souza Gomes e, meu pai, Elson dos Santos Gomes. Agradeço aos meus irmãos, Felipe José Franco de Souza Gomes e Diego Franco de Souza Gomes, a companhia na jornada, a ampliação da família, os sorrisos das crianças que vieram tornar a nossa vida mais doce.

Agradeço aos meus tios e tias, aos convívios e trocas, especialmente minha tia Nora Franco e meu tio Jorge Franco (em memória). Amo vocês.

Agradeço aos professores (as) do Centro de Ciências do Homem – CCH que, desde meu início na graduação, contribuíram em minha caminhada acadêmica, aos amigos e amigas que fiz pelo caminho e ajudaram-me a crescer por meio de novas perspectivas.

Agradeço ao meu orientador, professor Fabrício Barbosa Maciel, pelos ensinamentos, pela paciência e pelo olhar cuidadoso que contemplou minha vida para além da academia.

Agradeço aos amigos, William Trajano, Sabrina Fernandes, Carlim Paravidino, Rafael Pureza, Marcos Medeiros, João Batista Libório, Tatiane Ferrera, Rose Lan e Suzana Perini, pela companhia na vida.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, por cada centavo de riqueza produzida empregado na educação. Obrigado por tanto.

Por fim, gostaria de agradecer, em especial, a minha esposa, Vanessa da Silva Palagar Ribeiro, perlo amor, companheirismo e pela força que muitas vezes me faltou. Sua presença em minha vida mudou tudo, principalmente, depois do nosso amor maior, João Pedro Palagar Gomes. Com vocês passei a cultivar mais o tipo de amor incondicional. Amo vocês!

RESUMO

GOMES JUNIOR, Elson dos Santos. **O conservadorismo de classe na teoria social de Florestan Fernandes**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

Florestan Fernandes encontra-se entre os grandes expoentes das Ciências Sociais brasileiras, tendo por isso, sua obra estudada por décadas. O sociólogo paulista tem sido revisitado, entre outros fatores, pela sua sociologia política crítica e atual. Apesar do volume e da diversidade de interpretações, sua obra – composta por mais de 40 livros, dezenas de artigos publicados em revistas científicas e jornais – não foi esgotada. Assim, embora existam muitos trabalhos sobre sua sociologia, identificamos uma lacuna que amplia sua análise e contribui para o desenvolvimento do campo de estudos denominado de Pensamento Social Brasileiro. Neste sentido, este trabalho apresenta como contribuição o conceito de conservadorismo de classe, cuja complexidade se mostra por meio de uma constituição tridimensional a partir das dimensões de cultura, classe social e política. Neste propósito foi empregada uma metodologia de cunho qualitativo bibliográfico onde delimitamos as obras em que este debate foi realizado, assim operamos mediante uma abordagem temática que, em conjunto, contribuiu para explicitação de cada dimensão do conceito. Os resultados evidenciam uma sociologia do conservadorismo na obra do Florestan que, em primeiro lugar, se mostra crítica do conservadorismo cultural. Com ela, objetivou difundir a racionalidade científica como alternativa explicativa do social em oposição as narrativas dos estratos conservadores hegemônicos. Em segundo lugar, sua obra apresenta o conservadorismo de classe como requisito estrutural e estratégico das elites dirigentes que, se por um lado encontram-se subjugadas pelas dificuldades enfrentadas pelo capitalismo dependente diante do capitalismo global, por outro, realizam ações estratégicas de autopreservação e sem qualquer compromisso inclusivo. Em terceiro lugar, completando os elementos constitutivos do conservadorismo de classe, Florestan apresenta uma sociedade civil fechada e exclusivista, onde a instância política é a única portadora de dinamismo para as classes dirigentes internas. Por isso, tornou-se espaço privilegiado das elites nacionais para a promoção de seus interesses via apropriação do aparelho do Estado. Enquanto isso, para as classes trabalhadoras, restou a atuação marginal via legitimidade da democracia restrita que, longe de aprofundar suas bases, atua como instrumento de chancela do projeto conservador de sociedade. Por último, este conceito, considerando sua elaboração em perspectiva sócio-histórica, aponta para a caracterização do Brasil como um República conservadora que, apesar de avanços recentes, principalmente no período pós-regime militar (1964-1985), enfrenta décadas de desmonte constitucional operacionalizado pelas elites conservadoras e seus partidos. Por fim, podemos evidenciar que, em conjunto – cultura, classe e política –, o conservadorismo de classe em Florestan Fernandes demonstra um histórico de exclusão e manutenção de desigualdades e, desse modo, proporciona uma leitura significativa da produção e reprodução destas através dos embates de classe em sociedades de formação sócio-histórica semelhante à brasileira.

Palavras-Chave: Conservadorismo; Cultura; Classe; Política.

ABSTRACT

GOMES JUNIOR, Elson dos Santos. **O conservadorismo de classe na teoria social de Florestan Fernandes**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

Florestan Fernandes is one of the great exponents of Brazilian social sciences, and his work has been studied for decades. The São Paulo sociologist has been revisited, among other things, for his critical and current political sociology. Despite the volume and diversity of interpretations, his work - comprising more than 40 books, dozens of articles published in scientific journals and newspapers - has not been exhausted. Thus, although there are many works on his sociology, we have identified a gap that expands his analysis and contributes to the development of the field of studies known as Brazilian Social Thought. In this sense, this work presents as a contribution the concept of class conservatism, whose complexity is shown through a three-dimensional constitution based on the dimensions of culture, social class and politics. To this end, a qualitative bibliographic methodology was employed, in which we delimited the works in which this debate was carried out, thus operating through a thematic approach which, together, contributed to explaining each dimension of the concept. The results show a sociology of conservatism in Florestan's work which, in the first place, is critical of cultural conservatism. With it, he aimed to disseminate scientific rationality as an explanatory alternative to the narratives of the hegemonic conservative strata. Secondly, his work presents class conservatism as a structural and strategic requirement of the ruling elites who, while on the one hand are subjugated by the difficulties faced by dependent capitalism in the face of global capitalism, on the other, carry out strategic actions for self-preservation and without any inclusive commitment. Thirdly, to complete the constitutive elements of class conservatism, Florestan presents a closed and exclusivist civil society, where the political arena is the only bearer of dynamism for the internal ruling classes. For this reason, it has become a privileged space for national elites to promote their interests through the appropriation of the state apparatus. Meanwhile, the working classes have been left to act marginally via the legitimacy of a restricted democracy which, far from deepening its foundations, acts as an instrument to seal the conservative project for society. Finally, this concept, considering its elaboration from a socio-historical perspective, points to the characterization of Brazil as a conservative Republic which, despite recent advances, especially in the post-military regime period (1964-1985), is facing decades of constitutional dismantling carried out by the conservative elites and their parties. Finally, we can show that, taken together - culture, class and politics - class conservatism in Florestan Fernandes demonstrates a history of exclusion and the maintenance of inequalities and, in this way, provides a meaningful reading of the production and reproduction of these through class clashes in societies with a socio-historical background similar to Brazil's.

Keywords: Conservatism; Culture; Class; Political.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS **15**

CAPÍTULO 1 – FLORESTAN FERNANDES E O CONSERVADORISMO CULTURAL **22**

1.1 – A sobreposição intelectualismo-formação 23

1.1.2 – Catarse sociológica ou "as lealdades políticas, sociais e existenciais de Florestan" .. 29

1.2 – O conservadorismo cultural em perspectiva sócio-histórica 33

1.3 – Por uma sociologia crítica do conservadorismo 43

1.4 – Sociologia para além da academia 52

1.4.1 – Superação da sociologia burguesa ou a "natureza sociológica da sociologia" 59

CAPÍTULO 2 – A REVOLUÇÃO BURGUESA COMO CONSERVADORISMO DE CLASSE NO BRASIL **63**

2.1 – Classes sociais em perspectiva sócio-histórica 64

2.2 – A dinâmica de classes no capitalismo dependente 72

2.3 – Os limites democráticos do (ultra) conservadorismo e o autoritarismo como estratégia de manutenção do *status quo* ou o modelo autocrático-burguês 83

2.4 – O formalismo institucional conservador 96

CAPÍTULO 3 – A DIMENSÃO POLÍTICA DO CONSERVADORISMO DE CLASSE **106**

3.1 – A democracia "transada" 107

3.2 – A democracia como ponto de chegada 115

3.3 - O "circuito fechado", para quem? 123

3.4 – A hegemonia conservadora ou "o politicismo burguês" 131

CAPÍTULO 4 – UMA REPÚBLICA CONSERVADORA? **140**

4.1 – "Novas Repúblicas", velhos dilemas 141

4.2 – "Os de baixo": consciência de classe e autoemancipação contra o conservadorismo 147

4.2.1 – O trabalho para uma nova ontologia 153

4.3 – Guerra civil latente 156

4.3.1 – A forma sincrética de Estado 160

4.4 – Conservadorismo e a Constituição 165

4.4.1 – A erosão constitucional no conservadorismo de classe 169

CONSIDERAÇÕES FINAIS **173**

REFERÊNCIAS **179**

INTRODUÇÃO

O conservadorismo vigora entre as três principais correntes políticas da modernidade, ao lado do liberalismo e do socialismo (Kinzo, 2001; Bobbio, 2011) e, por isso, tornou-se indispensável, ao refletirmos sobre as relações sociais deste período, tratar de suas manifestações, atores, projetos e desdobramentos (Lynch, 2016). Embora tenha origem minimamente sistematizada na obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, do inglês Edmund Burke (2012) – publicada em 1790 como crítica severa aos desdobramentos da Revolução Francesa (1789) –, o conservadorismo possui um conjunto composto de inúmeros pilares que receberam atenção diferenciada em cada condição histórico-social (Mannheim, 1986).

Na obra seminal de Burke (2012), encontramos entre estes pilares a aversão ao racionalismo iluminista, o emprego de uma ideia de "natureza" como equivalente axiomático da organização social, a valorização da desigualdade como um elemento decorrente desta natureza, uma perspectiva ontológica dual – corpo e espírito –, uma ideia de reparação social no mundo espiritual, o apego constitucional e, entre outros, o emprego da religião – leia-se, cristianismo – como cimento social.

Além disso, a história é apreendida como uma conexão entre passado, presente e futuro, cujo intuito é, em conjunto, corroborar a existência da sociedade como pronta e acabada (Gahyva, 2017). Nestes termos, o fato de a sociedade existir é, segundo o pensamento conservador, a maior prova de que não se deve mudar, principalmente, arriscando a concreta existência corroborada por Deus por caminhos "metafísicos", revolucionários e sem garantia de sucesso em seus direcionamentos (Moreira, 2019; Coutinho, 2014; Honderich, 1993). Além disso, um dos fatores que não pode deixar de compor tal aparato conceitual refere-se a aversão a "mudança", principalmente, em situações revolucionárias.

Esta questão é tratada como fundamental para caracterização do conservadorismo, chegando mesmo a compor o que Hirschman (2019) designou como "retórica da intransigência"; ou seja, revolução é uma questão inegociável, inconcebível e sem qualquer possibilidade de acordo a respeito de sua necessidade para qualquer sociedade e em qualquer tempo. A mudança, neste sentido, é concebida como um processo lento – embora reconhecidamente inevitável – e deve manter intocável o estoque geracional de saberes acumulados.

Na França, Tocqueville (1998) desponta como grande representante dessa corrente, uma vez que endossa e defende inúmeros pilares entre os supracitados e, além destes, argumenta a respeito do perigo de incentivar os excluídos a desejarem algo que nunca tiveram. Como os

demais autores conservadores, corrobora a desigualdade como forma de manutenção do equilíbrio social. Nesta via, traz ao escopo do conservadorismo a imperiosa necessidade de estabelecer uma existência supostamente natural e que, por força divina, escolheu os sujeitos que devem ocupar os espaços de prestígio, domínio, riqueza e poder (Jasmin, 2005).

O mesmo ocorre na obra do estadunidense Russel Kirk (2016) que, ao retomar de forma fidedigna o pensamento de Edmund Burke, expande sua análise para dialogar com diversos autores (Kirk, 2021a), além de elaborar um manual (Kirk, 2021b), cujo teor evidencia, entre outros, uma retomada do conceito de comunidade como substituto direto da educação formal. Sua obra enfatiza que, assim como a sociedade, o conhecimento que deveríamos desenvolver já foi estabelecido e, além disso, submetido e aprovado pelo crivo da experiência e da tradição. Assim, a escola não poderia ensinar mais do que a própria comunidade e a família, sendo estas células portadoras de todo saber fundamental.

Estes elementos são operacionalizados no que chamou Oakeshott (1980) de "atitude conservadora", ou seja, uma socialização que, assim como Russel Kirk, educa o sujeito para uma cultura cívica de pronta resposta. Trouxe, assim, indagações a respeito da educação (Oakeshott, 2021), defendendo uma perspectiva de liberdade que almeja se desvencilhar dos preceitos metodológicos, referenciais e verificáveis da ciência moderna. Dessa forma, considerando que seu teor foi testado e manifesto na operacionalidade cotidiana do mundo da vida pautado sobre a tradição, a religião e a família, o que passar disso, no dizer de Burke (2012), se configura como delírios metafísicos.

No entanto, embora tais elementos comuns sejam compartilhados por inúmeros pensadores de países e períodos diferentes, vários autores da sociologia do conservadorismo atribuem a esta corrente uma variedade que impossibilita tratá-lo como único (Mannheim, 1986) – além de evidenciar esta diversidade como uma das dificuldades metodológicas para sua delimitação e estudo (Netto, 2011). Isso implica no entendimento de que, se uma determinada corrente política possui uma "intenção básica", esta varia segundo a conformação social, evidenciando que o conservadorismo é, também, "[...] uma tal configuração estrutural objetiva e dinâmica, historicamente desenvolvida" (Mannheim, 1982, p.110)[1].

Portanto, buscando fugir de uma definição essencialista, Mannheim (1982, p.114), salienta que o "[...] conservadorismo aparece como uma força política distinta, consciente e funcionalizada" que, segue ele, "[...] transcende a esfera política estrita e chega a implicar também uma *forma particular de experiência e pensamento*". Neste sentido, sinaliza para a

[1] O que veremos com Florestan Fernandes, ao tratar do conservadorismo de classe em sociedades de capitalismo dependente.

associação entre ideias e práticas sociais que, através dos sujeitos como síntese destas duas dimensões, operacionaliza um conceito de conservadorismo que, como veremos, é mais complexo do que a ontologia conservadora defendida pelos autores clássicos (Burke, 2012; Moreira, 2019; Honderich, 1993; Kirk, 2016).

Com isso, longe de tratar o conservadorismo como irracional ou com qualquer conteúdo pejorativo, Mannheim (1986, p.78), utiliza o conceito de "estilo de pensamento" como forma de evidenciar sua capacidade dinâmica. Além disso, salienta que "[...] a chave para a compreensão das mudanças nas ideias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino de grupos ou classes sociais [...]". O conservadorismo é assim apresentado como histórico, ideológico e social, além de remeter a determinados estratos sociais.

Bem diferente desta sociologia, encontra-se Nisbet (1987, p.15), que entende o conservadorismo como uma corrente "dependente de um único homem" – Edmund Burke (1729-1797) –, como também, "de um único acontecimento" – a Revolução Francesa (1789). Ele, assim como muitos outros autores conservadores (Moreira, 2019; Honderich, 1993; Kirk, 2016), retoma a análise conservadora de maneira circunscrita a Burke e não amplia seu horizonte analítico para outras perspectivas e configurações histórico-sociais. Como sociólogo conservador (Netto, 2011), chega ao ponto de considerar Burke como um "profeta".

Além do âmbito político (Burke, 2012; Kirk, 202a; 2016; Tocqueville, 1998), o conservadorismo se espraiou para a literatura (Eliot, 2013), filosofia e estética (Scruton, 2017; 2021), cultura (Habermas 2015), entre outros campos. Ao despontar como uma das formas arquetípicas do pensamento moderno, não demorou para ser recepcionado no Brasil. Assim, tivemos vários pensadores que, além de recepcionar Burke (2012) e Tocqueville (1998), contribuíram com propostas organizativas para o país.

Pela "lógica da prevenção", José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (ROCHA, 2001), se baseou em Burke e em sua ideia de que só se deve mudar se for para conservar. Já Bernardo Pereira de Vasconcelos (Carvalho, 1999), abordou o esgotamento do simples transplante das instituições estrangeiras para o Brasil e, além disso, buscou associar o liberalismo às necessidades sociais pautando-se sobre uma ideia de "universalismo cultural" acreditando eliminar as contradições e as motivações revolucionárias.

José de Alencar, segundo Lynch (2016), foi o principal representante do conservadorismo inglês no Brasil. Para Alencar (1979), o partido conservador deveria se organizar regionalmente e prezar pela defesa da Constituição, pela independência dos poderes e pela garantia dos direitos civis. A negação das contradições foi tamanha, que Alencar chegou

a afirmar que a base generosa dos costumes da sociedade brasileira havia “adoçado a escravidão”.

No século XX, durante toda a Primeira República e nas décadas seguintes, o conservadorismo se tornou uma tônica com grande ressonância social, cultural e política. Desta forma, além de Alberto Torres (Fernandes, 2010), Oliveira Vianna (Brandão, 2010) e Octávio de Faria (Bastos, 2010), Alceu Amoroso Lima (Cury, 2010) marcou presença de forma incisiva nos embates pela organização de nossas instituições de ensino (Leher, 2018). Além disso, a sobreposição de interesses – alas religiosas, conservadoras, elitistas – levou à uma forte atuação do conservadorismo através do financiamento eleitoral e apoio de seus representantes no aparelho do Estado.

Para Ricupero (2010), no Brasil se tem um “conservadorismo difícil”, principalmente, pelo fato de que, na América Latina, o passado seja difícil de ser considerado por conta das relações coloniais. No entanto, como citado anteriormente, esta vertente política possui inúmeras adaptações e, dessa forma, no Brasil, cada autor supracitado trouxe uma gama de questões que, apesar de diferenciadas, não deixaram de caracterizar-se como conservadoras.

No que tange aos estudos sobre conservadorismo, boa parte dos trabalhos foram elaborados para reiterar o pensamento dos autores estudados sem que, de maneira crítica, estes conservadorismos fossem deslocados de suas bases autorais. Nesta via, um dos últimos balanços sobre o pensamento conservador no Brasil (Ferreira; Botelho, 2010) traz, justamente, essa perspectiva de abordar o pensamento de cada autor sem, com isso, implementar uma perspectiva crítica.

Neste sentido, considerando a vasta produção do campo de estudos denominado *Pensamento Social Brasileiro* – problematizado e tratado com *status* de teoria social do Brasil (Lynch, 2013) –, este trabalho apresenta a contribuição do sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995) para a análise do conservadorismo no Brasil. Assim, apesar do elevado número de trabalhos sobre este autor – artigos, dissertações, teses, documentários, acervos – e a partir de pesquisas nestes âmbitos – base de dados de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações –, evidenciamos uma lacuna em sua sociologia a respeito do conceito de conservadorismo de classe. Nestes termos, considerando mais de 20 teses, 50 dissertações, 160 artigos, sobre Florestan Fernandes ou em diálogo com sua sociologia, em nenhum destes encontramos um trabalho sobre o conceito de conservadorismo em sua sociologia.

Embora alguns autores tangenciem a presença do conceito em sua obra (Silva, 2011; Rosa, 2004; Ricupero, 2008; Macedo; Cerqueira, 2012; Maestri, 1997), ou melhor, façam uso

da palavra conservadorismo, o termo em nenhum dos referidos trabalhos foi problematizado, delimitado ou pesquisado como algo a servir de contributo para o entendimento de sua sociologia. Com exceção de Shiota (2018), que aborda em poucas páginas a questão – mesmo assim sem sistematização –, entendemos que nossa pesquisa serve para este propósito, ou seja, a interpretação do conceito de conservadorismo de classe na sociologia de Florestan Fernandes como exercício, estimulado pelo próprio, de "imaginação sociológica" (Mills, 1982).

Na obra de Florestan – mesmo nos trabalhos sobre Folclore –, vamos encontrar uma preocupação em relação ao conservadorismo que – excetuando os trabalhos antropológicos –, é mais evidente em suas reflexões sobre as temáticas da cultura, das relações econômicas de classe e das relações políticas. Neste sentido, sua obra é uma importante fonte para pensarmos estas relações sob o prisma crítico de um intelectual engajado, atuante e inconformado com a inúmeras formas de exclusão social, exacerbadas nas condições históricas do capitalismo dependente (Netto, 1987).

Assim, sua obra tangencia uma das principais questões da contemporaneidade burguesa, qual seja, a histórica produção, reprodução e aprofundamento das desigualdades, principalmente – mas não apenas[2] – nas supracitadas dimensões[3]. Portanto, falar de conservadorismo em sociedades de capitalismo dependente, com histórico de aprofundamento das desigualdades em nome da manutenção incondicional e desumana dos níveis de acumulação do capital é, antes de tudo, tratar de uma corrente político-social que tem corroborado o *status* de "gente" para poucos. Na verdade, tem feito disso um privilégio.

Nestes termos, sua teoria social e crítica é, também, contributo para pensarmos alternativamente a lógica economicista hegemônica e, dessa forma, expandir o horizonte analítico para contemplar dialogicamente elementos de cunho sociopolítico, econômico e ontológico. Assim, além de demonstrar as insuficiências do aparato institucional da sociedade burguesa na periferia do capital – por meio da manutenção de variadas formas de exclusão e exclusivismo –, a teoria de Florestan Fernandes propõe a superação deste aparato de classe conservador, tensionando conceitos como desenvolvimento, democracia, República, liberdade, humanidade, ética, Constituição, igualdade, entre outros.

---

[2] Florestan toca na importância da questão ambiental, no esgotamento dos recursos naturais, nas desigualdades de gênero, no preconceito religioso e racial, além de inúmeros dilemas enfrentados pela sociedade brasileira e global. Contudo, são estes três temas que ele usa de forma mais elástica e estruturada para demonstrar o cerne de sua crítica como sociólogo socialista.

[3] A utilização do termo "dimensões" é proposital, uma vez que se refere ao uso empregado por Marx Scheler (2008) em sua Antropologia Filosófica. Este termo compreende a complexidade humana como multidimensional, por isso, cada "dimensão" não pode ser isolada ou tratada como "superior" as demais. O desenvolvimento humano pleno depende, assim, do atendimento de cada uma das inúmeras dimensões da humanidade. Além disso, vale ressaltar que Florestan foi leitor de Max Scheler e de sua ética da empatia.

Em nossa pesquisa e interpretação, o conservadorismo manifesta-se sob a complexidade tridimensional, ou seja, nas dimensões da cultura, classe e política. Assim, consideramos que Florestan, ao tratar do conservadorismo em sua obra, deixou trabalhos e análises que corroboram sua existência e que, em conjunto, formam uma interpretação do conservadorismo de classe.

Para isso, em termos metodológicos, optamos pela delimitação temática, assim, para cada dimensão nos detivemos aos trabalhos que melhor expressam cada uma delas. Isso não significa que o conceito foi elaborado de maneira fracionada, mas, tão somente, como recurso didático e investigativo de nosso percurso explicativo. Nestes termos, para elaboração te tal conceito, trataremos no capítulo 1 do conservadorismo cultural e a batalha de Florestan para o estabelecimento da cultura científica como referencial moderno de explicação do social. No capítulo 2, abordaremos o conservadorismo de classe expresso, principalmente, por meio de uma revolução burguesa que perpetuou fissuras sociais e, além disso, contribuiu para um processo de modernização acessível para as elites, em termos de efetividade histórica. No capítulo 3, trataremos do conservadorismo no âmbito político e o significado do conceito de "circuito fechado" que, a partir de uma leitura ampla da obra de Florestan, mostra a importância do controle da dimensão política pelas elites conservadoras. Por último, no capítulo 4, considerando o conservadorismo e sua complexidade tridimensional – cultural, de classe e política –, apontamos para os escritos sobre República de Florestan, com o intuito de classificarmos a sociedade brasileira como uma sociedade conservadora e, para isso, abordaremos a denúncia do desmonte da República Pós-Golpe de 1964 que, a partir da Constituição de 1988, passou a sofrer intensa erosão de sua dimensão "cidadã" em prol dos interesses conservadores via legitimidade política burguesa.

Assim, considerando o supracitado, acreditamos contribuir com a elaboração do conceito de conservadorismo de classe que, além de uma perspectiva crítica, evidencia a identificação desta corrente política através de mais um "estilo de pensamento" (Mannheim, 1986). Em conjunto, apresenta uma interpretação para o entendimento da "gramática política" (NUNES, 2004) do conservadorismo no Brasil sem, com isso, sucumbir aos meandros do nacionalismo metodológico e da chamada tese da singularidade (Maciel, 2013; 2021; Silva, 2022); uma vez que, ao consideramos as ressalvas metodológicas de Florestan, ou seja, que sua abordagem se encontra associada a uma perspectiva sócio-histórica – também definida por ele de longa duração (Fernandes, 2005; 2010).

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os procedimentos teórico-metodológicos, de acordo com Oliveira (1998), estão relacionados a construção de um "caminho seguro", de um "planejamento" onde, o objeto da metodologia, se manifesta como resultado de "possibilidades explicativas". Nestes termos, o pesquisador apresenta um percurso que, além de dialogar com o campo e com suas diversas elaborações de racionalidade explicativa, proporciona a este sujeito a oportunidade de ser, também, seu próprio teórico e metodólogo (Mills, 1982).

Neste sentido, o "artesanato intelectual" (Mills, 1982) é também composto de uma reflexividade que demanda o equilíbrio entre o subjetivo e elementos formais, construído pela clara definição da escolha de "[...] sua unidade de pesquisa em relação a seus objetivos, à sua perspectiva teórica geral e à sua metodologia"; ou seja, o que pretendemos fazer, com que perspectiva pretendemos visualizar/demonstrar e quais procedimentos empregar para tal empreitada. Desta engrenagem, o "rigor" "[...] resulta, então, da solidez das ligações estabelecidas entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos" (Lapperrière, 2014, p.417-419).

Em termos qualitativos, o procedimento teórico-metodológico tem por objetivo proporcionar uma "pesquisa de pertinência" onde, através dos pilares supracitados, podemos validar seus resultados por meio de correspondências passíveis de verificabilidade. Com isso – retomando a ideia de pesquisa como prática reflexiva –, estabelecemos que a nossa unidade de pesquisa é o conceito de conservadorismo de classe na teoria social de Florestan Fernandes. Assim, o que faremos, é demonstrar a existência deste conceito em sua obra, que pode ser visualizado a partir de três dimensões – sobrepostas – mais citadas e desenvolvidas pelo autor: dimensão cultural, dimensão de classe (econômica) e a dimensão política. Para isso utilizaremos a perspectiva teórico-metodológica da história dos conceitos, de Reinhart Koselleck (1999; 2006; 2020).

Este, ao definir a historicidade ou finitude – a partir da leitura de *Ser e Tempo* de Heidegger –, retoma algumas categorias – "ser lançado" e "precursar a morte" – que culminam na elaboração de uma "antropologia filosófica", ou seja, "[...] uma certa noção de homem, temporalidade e conhecimento" (Pereira, 2004, p.46). Com isso, além das categorias "nascimento" e "ter que morrer", Koselleck trouxe mais cinco pares antitéticos, onde a determinação heideggeriana de "precursar a morte" foi completada pela noção de "poder matar", "amigo e inimigo", "interior e exterior", "secreto e público" (Crítica e crise: protogênese do mundo burguês) e "amo e escravo". Este conjunto é concebido como o

motivador dos processos históricos na modernidade, como também, das relações de dominação e de conflitos políticos.

A modernidade burguesa é também caracterizada pela tensão existente entre as categorias "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas" que, em conjunto com as demais, concebem a "condição humana universal" e sua perspectiva de existência histórica que, em síntese, mostra-se um ser temporal que cultiva experiências do passado e planeja o futuro (Pereira, 2011).

Assim, para entender o movimento de ação política e social ao longo da história devemos "[...] partir da investigação acerca da maneira com que os homens combinaram concretamente em seu presente a dimensão de sua experiência passada com suas expectativas de futuro" (Pereira, 2004, p.46). Portanto, os conceitos historicamente situados são tomados como produtos de experiências e projeções, considerando que esta relação pode conter a "simultaneidade do anacrônico" como possibilidade de significar permanências estruturais[4].

Uma das críticas mais contundentes de Koselleck (1999) endereçadas à modernidade se encontra na cisão entre as experiências e as expectativas que, para ele, foi estabelecida a partir do Iluminismo e de uma suposta ideologia de "revolução permanente". Em sua perspectiva teórico-analítica, este conceito é qualificado de maneira negativa, uma vez que as ideias são disseminadas com mais velocidade do que as relações sociais e políticas correspondentes. Por isso, ressalta Pereira (2004, p.64), houve uma fusão entre o "diacrônico" e o sincrônico", que ofusca as experiências individuais e as histórias particulares. Assim, somente o "grande movimento da história" faz sentido, uma vez que o particular, característico, peculiar, diluiu-se neste olhar hegemônico para frente, para o futuro (Koselleck, 2006).

Ao identificar que a modernidade liberou o homem de seu próprio passado, afirma Pereira (2004), Koselleck estabeleceu uma crítica a respeito da filosofia da história inaugurada pelo iluminismo e, assim, apontou para a necessidade de considerarmos este passado, como também, a necessidade de experimentar o presente. Sua metodologia não estabelece nenhum tipo de retornou ou de regresso, mas sim, um olhar atento para as experiências de um passado que conforma, que existe nas relações, na linguagem, em suma, na ontologia identificada cotidianamente. Esta foi marginalizada por uma perspectiva de futuro que, em boa medida, não é experimentada, sendo, por isso, uma ancoragem para ressignificarmos a modernidade, como também a própria história.

[4] Uma observação de grande importância, principalmente, para não cometermos o equívoco de tratar determinados aparatos teórico-analíticos como simplesmente defasados.

Nestes termos, o olhar deve considerar um horizonte mais amplo, onde a longa duração possa evidenciar as permanências estruturais, como também, as particularidades experimentadas efetivamente, uma vez que a ideia de futuro e tempo, em boa medida, tem servido a uma ideologia de progresso que não abarca a todos (Koselleck, 2006; 2020). Assim, enquanto "tensão", Koselleck aponta para a existência de elementos "pré-linguísticos" – associados à experiência –, como também, de elementos linguísticos, que, ao se relacionarem, promovem a construção dos conceitos. Portanto, afastando-se do ideal iluminista de aceleração do tempo e da inevitabilidade do progresso, Koselleck situa sua antropologia a partir de uma perspectiva de finitude humana (Jasmin, 2005).

A concepção de modernidade na perspectiva antropológica que considera esta finitude – ao contrário do progresso sem limites –, delineia quatro possibilidades de construção de conceitos e, consequentemente, da própria história. Na primeira o estado de coisas e o conceito permanecem ambos estáveis, na segunda o conceito e a realidade transformam-se simultaneamente, na terceira os conceitos mudam sem que haja uma mudança concomitante da realidade e, por último, o estado de coisas muda, mas o conceito permanece o mesmo (Jasmin, 2005, p. 33). Com isso, Koselleck apresenta vias de efetividade histórica que não são absolutas, mas sim, "possibilidades de história" que, segundo ele, demonstram as tensões envolvendo os processos políticos e sociais.

Esse quadro teórico-metodológico possibilita visualizarmos a complexidade de conceitos como sociedade civil, patriotismo, revolução e utopia (Koselleck, 2020), que demonstram bem essas "possibilidades de história". Ao considerá-las, Koselleck aponta para a necessidade de concebermos a longa duração na compreensão de conceitos, uma vez que, por meio de tais "possibilidades", a relação entre o social e a conformação linguística – também cultural – dos conceitos nem sempre manterá sua configuração semântica original. Com isso, aponta para a valorização das especificidades, das experiências históricas e a recepção de ideias que, na perspectiva linguística, processam e conformam conceitos com significados, muitas vezes, marcados com dose de historicismo (Koselleck, 2014).

Neste quadro, ao questionar a ideia de modernidade como algo "novo", Koselleck salienta que "[...] a história é nova apenas em suas sequências de eventos [...]", que "[...] também se repete em suas estruturas [...]" e que, além disso, "[...] as estruturas mudam". Em conjunto, esclarece que além das "possibilidades" supracitadas, a história tem a ver com "estratos", onde estes, além de distinguíveis, "[...] mudam de forma ora mais rápida, ora mais lenta, mas certamente em ritmos distintos" (Koselleck, 2014, p.220-2021). Com isso, uma análise social, histórica e de longa duração, implica em considerar que:

> [...] precisamos identificar os diversos estratos, a diferençar entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros, que contém as possibilidades de repetibilidade. Então, poderemos também redefinir as épocas temporais que fazem jus à modernidade, mas sem a necessidade de excluir as outras épocas da nossa história comum como algo completamente diferente. Se quisermos saber quão nova é a nossa modernidade, precisamos saber quantos estratos da história antiga estão contidos no presente. Talvez, sejam mais do que possamos perceber de imediato (Koselleck, 2014, p.221).

Além de evidenciar os estratos, Koselleck traz a ideia de "repetição" como algo característico das histórias possíveis, onde a tensão entre "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas" concebem a história como resultado das tensões sócio-políticas. Nestas, os eventos conservados, passíveis de previsibilidade e, por isso, de prognóstico, corroboram o fortalecimento de estruturas nos mais variados âmbitos – estratos (Koselleck, 2014). Assim, no campo jurídico, político, econômico, cultural, religioso, entre outros, permanências se tornam estruturas, justamente, por portarem a força sócio-política da repetição. Segundo Koselleck:

> Essa observação vale para todas as áreas da vida. O direito só é direito se ele se repetir em sua aplicação, se for possível. Toda produção econômica se apoia na repetibilidade das condições de produção. Cada língua é repetida no ato da fala, garantindo assim que uma afirmação singular possa ser entendida. Todas as ocorrências, todos os acontecimentos, todos os atos são fundamentados em condições estruturais, que precisam se repetir para que eventos possam ocorrer (Koselleck, 2014, p.215).

Considerando esta pequena exposição a respeito da proposta teórico-metodológica de Koselleck, situamos o conceito de conservadorismo de classe de Florestan Fernandes nesta perspectiva analítica visando demonstrar sua existência a partir do que designei como "dimensões" – e que pode ser compreendido como "estratos", em Koselleck. Assim, a cultura, a divisão em classes sociais (economia) e a política, são estratos que manifestam repetições historicamente restritivas, demonstrando com isso, o conservadorismo de classe como uma forma de "simultaneidade do anacrônico".

Nesta relação, as especificidades não são consideradas como negativas por Koselleck, uma vez que a modernidade é tomada como um descompasso entre experiências e a ideia de futuro. As estruturas resultam, assim, de "repetições" impostas por forças sociais e políticas e que, dessa maneira, evidenciam o que é conservado, em oposição, ao que não se repete, ou seja, não é experimentado (Koselleck, 2014; 2020). Em tal panorama analítico, as ausências são tão importantes quanto as repetições, pois evidenciam as escolhas, os principais beneficiários, os

estratos, as classes que possuem o poder de fazer valer as estruturas de acomodação e, portanto, que representam seus interesses.

Assim, o percurso explicativo deste trabalho apoia-se em tal perspectiva teórico-metodológica, apresentando o conservadorismo de classe na teoria social de Florestan Fernandes a partir de três dimensões: cultural, de classe (econômica) e política. Considerando a perspectiva de longa duração – também defendida por Florestan e designada como sócio-história (Fernandes, 2010; 2005) –, podemos perceber as "repetições" que estruturam as classes historicamente por meio do controle do acesso dos espaços de cultura e de legitimidade explicativa do social, dos privilégios de acesso à riqueza e herança e, por último, do acesso ao espaço político e à sociedade civil que, em conjunto, operacionalizam o conservadorismo de classe no Brasil, segundo Florestan Fernandes.

Tomo a análise deste conceito e de suas dimensões com o intuito de explicitar os mecanismos de manutenção do *status quo* de classe no Brasil, onde as fissuras culturais, econômicas e políticas tem se aprofundado década após década. Isso demonstra a operacionalidade de acesso aos recursos socialmente produzidos – culturais, econômicos e políticos –, apropriados por pequenas frações da sociedade. Para a massa, os trabalhadores e trabalhadoras pobres, resta a super exploração do trabalho, os custos exorbitantes de sobrevivência no capitalismo dependente e a exclusão política em nome de uma ordem democrática moderna que se legitima através da representatividade hegemônica das elites em nome da coletividade.

Isso, nas palavras de Chagas (2010, p.596), equivale a "[...] pensar a problemática histórica enquanto experiência humana e por sua própria narração, interpretação e projeção, de forma a acompanhar o autor *pari passu* em sua trajetória". Com isso, antes de cairmos no equívoco de localizar o autor como preso a um determinado tempo e/ou produção teórica[5], podemos vê-lo "[...] como agente dentro das classes em conflito e é deste embate que se nutrem suas análises críticas".

Neste quadro alguns esclarecimentos servirão para a leitura e interpretação deste trabalho e de seus objetivos, sendo o primeiro deles, ressaltar que, entre os diversos "conservadorismos" citados anteriormente, no Brasil, dois se destacam. O primeiro, se encontra no viés autoritário, como pode ser identificado em Alberto Torres (Torres, 1978; Kuntz, 2002)

[5] Ver Chagas (2010) onde, na mesma página, realiza importante ressalva sobre a abordagem de Carlos Nelson Coutinho (2000).

e Oliveira Vianna (Almeida, 1999; Bastos; Quartim de Moraes, 1993). O segundo, de viés liberal-conservador, é o que Florestan salienta em sua obra.

Nestes termos, o aparato institucional do Estado democrático de direito é analisado como uma institucionalidade desenvolvida para comportar tempos diversos, cuja diferenciação se faz por meio da capacidade de cada estrato de efetivar historicamente suas necessidades. Com isso, embora as mudanças institucionais – em sociedades de capitalismo dependente – historicamente respondam aos dinamismos estabelecidos – ou impostos – dos países centrais, seus "avanços"[6] são apropriados por frações muito reduzidas da população destes países.

Este conservadorismo, embora faça uso retórico e político de valores e práticas morais, dedica-se com afinco a manutenção de marcos institucionais e constitucionais que, em conjunto, favoreçam a manutenção do *status quo* de classe, como também, de sua reprodução. Portanto, mesmo com a modernização institucional e o desenvolvimento de pesos e contrapesos, este arranjo é cultural, econômica e politicamente regido por um objetivo: manter a hegemonia liberal-conservadora dos estratos elitistas sobre os "avanços" da modernidade, bem como, de toda riqueza – material, cultural ou simbólica – produzida socialmente. Nestes termos, esta hegemonia construída por meio de um longo processo sócio-histórico é, por isso, melhor compreendida sob esta perspectiva (Fernandes, 2010).

Por último, uma ressalva a respeito da abordagem empregada por Florestan onde, como veremos, embora tenha desenvolvido uma obra sistemática – conceitual, teórica, semântica e metodologicamente –, este aparato é constantemente confrontado pela realidade histórica vivenciada pelo autor. Por isso – considerando sua perspectiva de classe –, sua teoria social foi construída pelo confronto direto com os principais desdobramentos culturais, econômicos e políticos do século XX. Portanto, embora possua um fio sistematizador, foi na efetividade histórica e no confronto com as ações classistas-elitistas e liberais-conservadoras, que encontrou a motivação de seus escritos e análises.

Sendo assim, a análise de sua teoria não pode prescindir do conteúdo histórico[7], como também, dos desdobramentos oriundos dos conflitos de classe. Com isso, além da abordagem sistematizada da sociedade, é necessário considerar a dimensão ideológica dos acontecimentos analisados por Florestan que, em parte, tangencia a história das ideias. Esse recurso, longe de deslocá-lo do campo das Ciências Sociais, evidencia a apropriação e o confronto da realidade

[6] Tomemos por "avanços" todas as inovações institucionais, culturais, econômicas e políticas com vistas ao desenvolvimento humano na sociedade burguesa e o atendimento de suas necessidades, tanto político-sociais, quanto ontológicas.

[7] Conteúdo este defendido como parte de sua abordagem teórico-metodológica, onde a análise "sócio-histórica" é apresentada como forma de compreender o social por meio da "longa duração" (Fernandes, 2005; 2010).

histórica como recurso para contrastá-los a promessa burguesa de sociedade. Além disso, demonstrar os efeitos do conservadorismo de classe que, como veremos, naturaliza as inúmeras fissuras denunciadas por Florestan. Em síntese, se a abordagem empregada parece menos sociológica e mais "história das ideias" é, justamente, por estarmos seguindo os passos analíticos e da especificidade teórico-crítica deste autor[8].

[8] Ver a análise de Florestan sobre o que considera teoria crítica e a diferenciação entre intelectual com "imaginação" e o intelectual crítico, sendo este último, comprometido politicamente com sua sociedade, como também, com sua classe (Fernandes, 1980a).

CAPÍTULO 1 – FLORESTAN FERNANDES E O CONSERVADORISMO CULTURAL

> Ela surgira aqui, como uma contingência; e se manteve, em grande parte, porque a consciência conservadora se ajustou bem às limitações que a Escola Superior Isolada criava, já que ela ajudava, praticamente, a quebrar pela raiz qualquer fermentação intelectual crítica (Fernandes, 1978a, p.37).

A epígrafe se refere ao que chamou Florestan Fernandes de "escola superior isolada", aludindo ao sistema de ensino superior vigente no Brasil e que antecedeu o ensino universitário inaugurado com o estabelecimento das primeiras universidades na década de 1930, mais precisamente, a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política – sediada no mesmo estado.

A socialização acadêmica experimentada por Florestan foi, segundo ele, "[...] uma guerra sem quartel aos manuais e ao 'ensino geral'" (Fernandes, 1980b, p.155), pelo fato de o supracitado modelo universitário basear-se em uma metodologia enciclopédica, desarticulada da prática e da iniciação à pesquisa e, além disso, edificada sobre uma escassez editorial, principalmente, no tocante a tradução e ao acesso de publicações estrangeiras. Por isso:

> Com todas as suas insuficiências [referindo-se à implantação da Universidade e a criação em São Paulo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras], essa inovação atingia o fulcro das elites culturais e de sua dominação conservadora, que fora, até então, a escola superior isolada. A escola superior isolada teve uma importância relativa na vida intelectual brasileira, especialmente quando se pensa em termos da formação dos intelectuais que compunham aquelas elites. Mas, já no século XIX, ela deixou de ser funcional para o meio brasileiro. Desde quando ele se constitui, ela era atrasada mesmo em comparação com Portugal. (Fernandes, 1978a, p.37).

Foi contra esse modelo acadêmico que Florestan direcionou parte de seu esforço analítico na construção de uma sociologia contra o conservadorismo cultural que, através de sua análise sócio-histórica, a situou – apesar das mudanças sofridas pelo Brasil no século XX – num quadro de autodefesa de classe descortinado na perspectiva da longa duração (Shiota, 2018). Segundo Netto (1987, p.293), esse processo demonstra "o empenho de Florestan para conferir à sociologia carta de cidadania na cultura brasileira" que, como veremos, almejou reorientar as bases da legitimidade discursiva a respeito da sociedade. Assim, este capítulo tem

o objetivo evidenciar essa sociologia de Florestan (1958; 1976; 1978a; 1980a; 1980b; 2008b) através de quatro pontos que consideramos fundamentais.

Primeiro, essa sociologia possui um lastro de "formação" humana que, através da sobreposição do saber acadêmico, identifica-se com uma agenda da "condição humana". Segundo, surgiu como crítica ao conservadorismo cultural, onde Florestan demonstrou a importância da ciência como forma de equilibrar o campo das ideias, mais precisamente, a legitimidade discursiva e explicativa do social. Terceiro, é uma sociologia que surgiu e se consolidou graças aos processos socioculturais da modernidade burguesa, no entanto, impôs-se o objetivo de conectar sua produção as demandas sociais. Por último, não se fez como antípoda do modelo hegemônico, mas sim, por meio de certa "natureza sociológica" evidenciada por Florestan, onde, para o sociólogo paulista, esta ciência seria reestabelecida sob novas bases e funções a partir da experiência histórica do socialismo. Portanto, neste último ponto, veremos que o projeto de sociologia de Florestan não foi extinto depois de sua aposentadoria compulsória, mas sim, realocado em sua militância e utopia socialistas.

1.1 – A sobreposição intelectualismo-formação

O processo de formação de Florestan foi evidenciado por ele (Fernandes, 1980b), por alguns de seus alunos (Ianni, 2004), amigos (Candido, 2001) e estudiosos de sua obra (Garcia, 2002; Arruda, 2001), como dimensão indispensável para a compreensão de sua sociologia. Assim, além de toda base teórica, acadêmica e treinamento metodológico que resultaram em diversas pesquisas e contribuições originais, existe uma sobreposição envolvendo duas dimensões, ou seja, ama referente a sua existência histórica[9] e outra dedicada a formação escolar, principalmente a acadêmica. A primeira, remete a vida e a "condição humana" tão mencionada em sua obra, que no seu caso, representou durante bastante tempo a existência como marginal, da qual ele fez a seguinte descrição:

> Há pouco interesse em descrever a variedade de ocupações a que precisei dedicar-me ou as venturas e desventuras que pontilharam uma infância e uma adolescência tão marcadas pela necessidade de *ganhar a vida*, de buscar no trabalho – por vezes humilhante e degradante – um instrumento de relação com outros e de pressão sublimadora. Fazendo o que me via forçado a fazer também era compelido a uma constante busca para vencer uma condição em que o *lumpen-proletário* (e não o operário) definia os limites ou as fronteiras do que não era "gente" (Fernandes, 1980b, p.143).

[9] "Florestan produziu seus livros bem raciocinados, mas não se esgota neles" (Cohn, 1987, p.48). In: D'incao, Maria Angela (Org.). O saber Militante. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

A mesma "pressão sublimadora" que identificou em sua primeira obra de cunho educacional[10] foi, como registro pessoal, do sujeito marginal que recebeu a incumbência de exaltar a exclusão pelo fato de estar trabalhando. Entre tantos ofícios, o menino foi tragado precocemente pelo mundo do trabalho que, também como engraxate, buscou existir transitando entre mundos (Araújo, 1996).

Essa tensão entre gente e não gente, entre casas e cortiços, entre riqueza e pobreza, muito além de simples maniqueísmos, representou uma vida de experiências de exclusão, de afetos, de negações, que marcaram a primeira fase de sua formação. Para Florestan essa vida de não gente foi fundamental para a maturação de seu olhar sociológico que, desde a infância, colecionou questões, temas, culturas, exclusões e conflitos para seu arcabouço analítico. Assim, "em suma, do 'tradicional' ao 'moderno', do 'nacional' ao '*estrangeiro*', dei-me conta quão grande e complexo era o mundo [...]". Com isso, desenvolveu uma postura de resistência e superação que, segue ele, "[...] nada me forçava a encerrar-me no confinamento dos porões, dos cortiços e dos quartos de aluguel em que morava com minha mãe" (Fernandes, 1980b, p.143).

Defendemos nesta seção que essa insistência em transpor as barreiras, principalmente sociais e culturais, foi a gênese do seu inconformismo teórico e de sua sociologia crítica do conservadorismo. Ele, tanto quanto seus iguais na condição de *lumpen*, vivenciou a marginalidade como desafio para a condição humana com dignidade, associando-a, futuramente, ao conceito de "humanismo socialista" (Fernandes, 1980a, p.102). Assim, o seu fazimento enquanto sujeito histórico foi uma via de construção de um olhar crítico para todo o aparato institucional, social e ideológico moderno. A questão que essa sobreposição deixou para o sociólogo paulista foi, justamente, moderno para quem?[11]

Sua formação foi um celeiro desbravado cientificamente depois de sua inserção no universo acadêmico, por isso, apresentaremos uma sequência de experiências de modo a demonstrar a relação desta vida marginal e sua contribuição para a sociologia crítica de Florestan. Desde já, conforme afirma o próprio (Fernandes, 1980b), defendemos que a criticidade[12] de sua obra não está somente nos autores que leu e estudou – principalmente a obra

[10] Educação e Sociedade no Brasil (Fernandes, 1966).

[11] Para um de seus alunos mais notáveis, Florestan resgatou "[...] o movimento do real e do pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria do povo. São índios, negros e imigrantes, escravos e livres, trabalhadores da cidade e do campo que reaparecem no movimento da história" (Ianni, 1987, p.40).

[12] Vale ressaltar que o próprio Florestan entende por teoria crítica uma atuação no mundo. Assim, segundo ele, o texto em si não pode ser considerado crítico se o seu autor não o tiver ações condizentes no mundo da vida (Fernandes, 1980a, p.60). Ver também, "palavras de ordem não elevam o patamar histórico concreto das lutas políticas" (Fernandes, 1984), Lebrun (1987, p.263), "[...] uma crítica que não se pode fazer a ele é que se contente

de Karl Marx e o marxismo –, mas sim, desta existência anterior a academia que, pela sua inquestionável importância, se sobrepõe a ela. Assim, afirma Florestan que:

> No entanto, eu próprio não perfilho essa concepção intelectualista de "formação". Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal – sem invocar-se a questão do *ressentimento*, que a crítica conservadora lançou contra mim – a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu destorcer nem esterilizar. Por tanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e anti-intelectualista, afirmo que iniciei a minha *aprendizagem* "sociológica" aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a *convivência humana* e a *sociedade*, em uma cidade na qual não prevalecia a "ordem das bicadas", mas a "relação de presa", pela qual *o homem se alimentava do homem*, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte (Fernandes, 1980b, p.142).

Essa existência de "pequeno porte", que Florestan extraiu a necessidade de radicalizar, transpor, superar e de tomar a modernidade[13] como uma experiência histórica fluída que, apesar de atingir o Brasil e, mais precisamente, a cidade de São Paulo, pareceu-lhe experimentada por poucos. Neste quadro, salientamos que essa infância marginal o colocou de frente com diversas questões que se tornaram pesquisas, as quais se dedicou com o intuito de compreendê-las a partir de uma determinada perspectiva intelectual. Por isso, afirma que:

> As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigador se relacionam com pesquisas feitas na década de 40 (como a investigação sobre o folclore paulista, a pesquisa de reconstrução histórica sobre os Tupinambá e várias outras, de menor envergadura) ou com a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, feita em 1951-52, em colaboração com Roger Bastide (e suplementada por mim em 1954) (Fernandes, 1978a, p.50).

Neste momento, destacamos esses encontros como parte da formação do sujeito que depois, com ajuda do intelectualismo científico, retorna a si para a compreensão de sua sociedade. Nascido em "[...] São Paulo em 22 de julho de 1920, descendente de uma família de portugueses do Minho que havia imigrado para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Tios e avós foram para Bragança, [...] Maria Fernandes, ficou na capital" tendo como principal ocupação o trabalho doméstico (Garcia, 2002, p.29). Florestan, primeiramente, foi

com palavras", Reis (2007, p.207), uma sociologia de "padrões" e "dilemas", Mariosa (2008), Shiota (2018, p.219-2020) e Toledo (1998, p.61).

[13] Modernidade essa experimentada não como conceito histórico ou sociológico, mas sim, como condição humana, como ser gente (Fernandes, 1980b).

Vicente, um nome que, segundo sua madrinha e patroa de sua mãe, era apropriado para ele, e não um nome alemão. Essa negação chegou até a família de Florestan que, por muito tempo, se recusou a chamá-lo pelo nome, estranhando-o.

Uma criança com uma infância conturbada pela mobilidade imposta pelos empregos da mãe ou pelo aumento dos aluguéis, que levou Florestan a conviver em diversos cortiços, com crianças de grupos étnicos distintos, que, apesar desta dimensão instável, fluída, ainda conseguiu "[...] sofrer o impacto humano da vida nas trocinhas e de résteas de luz que vinham pela amizade que se forma através do *companheirismo* (nos grupos de folguedos, de amigos de vizinhança, dos colegas que se dedicavam ao mesmo mister, como meninos de rua [...]". Essa capacidade de existir no mundo que, para Vieira Pinto (2001), significa portar sabedoria para, através do trabalho, proporcionar a própria existência, Florestan cultivou desde menino. Onde, segue:

> O caráter humano chegou-me por essas frestas, pelas quais descobri que o "grande homem" não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá. Os que não tem nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas – o ponto de partida e de chegada da *filosofia de "folk"* dentro da qual organizei a minha primeira forma de sabedoria sobre o homem, a vida e o mundo (Fernandes, 1980b, p.143-144).

Florestan cresceu em uma cidade que experimentava profundas transformações políticas, econômicas, sociais e, de modo geral, representou a vanguarda da modernidade no Brasil (Arruda, 2001). No entanto, ele e sua família eram todos "[...] rústicos e desenraizados [...] aprendendo a viver na cidade", mesmo os que, como ele, nasceram nela. Sua leitura dessa urbanidade foi a de que "[...] várias 'cidades' coexistiam lado a lado, dentro do mesmo espaço urbano, que não impunha nenhuma idade cultural, mas harmonizava, horizontalmente, os contrários que se toleravam sem se comunicarem" (Fernandes, 1980b, p.144).

Assim, salientando a "cultura do inculto[14]", Florestan experimentou a igualdade entre marginais, mediante uma existência pautada sobre o "[...] código de honra, a mentalidade, a noção de dever e de lealdade, o imperativo da solidariedade [...]" que, segundo ele, "[...] não

[14] Embora tenha se dedicado com afinco ao estudo da mudança social e de seu entendimento como pavimentação da modernidade, Florestan também captou a importância do "irracional" e do "tradicional", demonstrando a relevância desta sociabilidade maior "não moderna", para o entendimento sociológico desta categoria. Ver D'incao (1987) e Shiota (2018, p.234).

provinham da *civilização* – como gostam de dizer os antropólogos – nem do cosmos urbano e da religião católica" (Fernandes, 1980b, p.144). Estas experiências mostram com clareza a inexistência de uma "idade cultural" imposta, principalmente, pelo fato desta equalização cultural significar algum tipo de igualdade – o que para as elites da época seria inaceitável, assim como foi o seu nome.

O trabalho e as necessidades retiraram Florestan da escola, uma condição que, segundo Botelho (1997), o afastou do "batismo da instrução", ou seja, a possibilidade de ascensão social através da educação. Ficou, como definiu Vieira Pinto (2001), sobrevivendo pela sabedoria, onde, por outro lado, sua cultura demonstrou estar distante de qualquer condição inculta. O batismo da instrução o aguardava, contudo, anos após afastar-se da escola, que o levou à universidade com grandes dificuldades. Neste sentido:

> Retomando a própria socialização, Florestan reconhece como herança materna certo tipo de orgulho não-civilizado, forma pré-moderna de honra que aponta na mesma direção do aprendizado humano com os iguais, ou seja, da "socialização pré e estre-escolar" na qual ele demarca o início de sua formação sociológica. Um aprendizado que aparece como o lado positivo de uma relação essencialmente tensa [...] (Garcia, 2002, p.30).

Ele retorna para escola aos 17 anos e depois de tantos trabalhos, acaba desempenhando duas funções – antes de ingressar na recém-criada Universidade de São Paulo – que serão de suma importância. Primeiro, como garçom – Bar do Bidu –, entrou em contato com os professores do Ginásio Riachuelo, que acabara de se instalar próximo de seu trabalho. Ele foi muito incentivado pelos professores, que viam nele potencial para os estudos, uma vez que demonstrava leitura de assuntos diversos. Em seguida, um dos fregueses que atendia – Manoel Lopes de Oliveira Neto – "[...] conseguiu um novo emprego para Florestan, como entregador de amostras de medicamentos do laboratório Novoterápica. Segundo Florestan, deixar de ser garçom e conseguir um emprego de outro tipo na São Paulo de 1937 [...]" era, sem dúvida, um grande feito (Garcia, 2002, p.60).

Uma cidade experimentando a "invenção do trabalhismo" (GOMES, 2013), como movimento que buscou reconhecer o trabalhador de forma seletiva, ou seja, urbano, industrial, sindicalizado e, portanto, o trabalhador que pudesse fornecer qualquer forma de resistência para os interesses das elites e do capital. Para os demais, o "lumpen" como descreveu Florestan – inclusive como antípoda deste trabalhador industrial –, o conservadorismo de classe manifestava-se cotidianamente impedindo qualquer transposição de classe. Por isso, seu novo emprego significou que:

> De fato, antes disso, Clara Augusta Bresser, irmã da madrinha de Florestan, Hermínia Bresser de Lima, já havia procurado outras oportunidades de trabalho para o protegido da família, mas nem seu esforço nem suas boas relações sociais conseguiram vencer o preconceito que criava obstáculos intransponíveis para a oferta de oportunidades sociais a membros das camadas subalternas: "o mínimo que se pensava, sobre aquele 'tipo de gente', é que éramos 'ladrões' ou 'imprestáveis' [afirma Florestan] (Garcia, 2002, p.60).

A transposição das barreiras de classe, cultura e capital foi construída com inúmeras colaborações, demonstrando que, para o sujeito marginal, essas fissuras sociais podem ser superadas, no entanto, longe da ideologia meritocrática conservadora[15]. Sua ascensão, assim, foi construída por muitas mãos e, mesmo que sua determinação e empenho pessoal fossem imprescindíveis, necessitou de colaboração e de apoio entre pares e entre as pessoas próximas das classes superiores (Fernandes, 1980b; Garcia, 2002).

Florestan experimentou em sua juventude uma série de tensões que, em sua sociologia, formaram um conceito representativo das sobreposições existenciais urbanas que, apesar das faces institucionais e culturais modernas, não forneciam a possibilidade de efetiva integração[16]. Essa foi uma tônica de sua juventude, ou seja, conquistar o essencial para a sua reprodução social familiar e, assim, almejar degraus mais elevados. Esta questão foi clarificada por ele, ao afirmar que:

> Os sociólogos entendem por "dilema" um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores morais básicos de determinada ordem social. Assim, para mencionar só dois exemplos clássicos: o tratamento dispensado aos negros e a distribuição das oportunidades educacionais colidem frontalmente, nos Estados Unidos, com os valores morais em que se fundam a ordem social democrática. [...] O que tem maior importância é a natureza do dilema e o contexto dentro do qual ele é reconhecido explicitamente pelos homens. Existem dilemas que afetam o padrão de integração social das civilizações; o que Marx chamava de mistificação e Nordau de "mentira convencional" caem nessa categoria" (Fernandes, 1976, p.208).

Enfatizamos a ideia de sobreposição, justamente, pelo fato de que, após a sua formação acadêmica, Florestan aglutinou essas perspectivas em um retorno ao seu mundo social. Desta vez, munido do aparato metodológico científico – que chamou posteriormente de "concepção

[15] Florestan abordará futuramente a questão ao sinalizar a respeito da relação entre a "seleção dos talentos" e a condição de classe das famílias. Além disso, sinaliza a respeito das condições econômicas e culturais herdadas, questionando o discurso meritocrático (Fernandes, 1989a, p.69).

[16] Estudo que realizará a respeito da integração do negro na sociedade de classes em que evidenciou, entre outras coisas, o "déficit negro"; ou seja, a ausência do negro dos espaços de cidadania (Fernandes, 2008a; 2007a).

científica do mundo" (Fernandes, 1976, p.104), ele se permitiu um tipo de catarse sociológica e faz uma série de estudos ligados ao universo de sua juventude. Universo este caracterizado como um dos cinco principais pilares constitutivos de sua sociologia, em que demonstra ser "fundamental a presença dos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes" (Ianni,1987, p.45).

1.1.2 – Catarse sociológica ou "as lealdades políticas, sociais e existenciais de Florestan"[17]

O que designamos como catarse sociológica é o horizonte de questões do qual Florestan dedicou atenção enquanto cientista social que, em muito, será necessário para seu questionamento a respeito da suposta neutralidade científica (Fernandes, 1980a). Ele defende que o fazimento sociológico traz, em si, muito do ethos de classe do sujeito pesquisador que, nestes termos, não se anula com a operacionalização metodológica requisitada pelo racionalismo científico. A sociologia de Florestan, nesta perspectiva, está cheia de si (PEDLOWSKI, 2012), de sua ontologia, de seus iguais e que, através da aplicação da racionalidade científica, ele passou a (re)ver o mundo, por isso, de forma mais apurada.

> É neste cenário que eu penso que as suposições críticas resultam do modo como Florestan construiu o seu problema analítico da demarcação de um lugar inusual para interpretar a sociedade brasileira, qual seja, o das camadas populares e aqueles que foram deserdados da modernização, presentes nos seus estudos sobre índios, negros, classes subalternas e trabalhadores. Em suma, eu creio que a dimensão radical de Florestan não se apreende satisfatoriamente quando se tem como ponto de partida e de chegada a denominada sociologia militante, mas antes, quando se pode revelar, por via da pesquisa e interpretação, que a sua crítica é parte integrante da estrutura interna da sua obra (Arruda, 2021, p.32).

[17] Segundo Almeida (2010, p 76), "O vocábulo tem sido usado na religião, na medicina e na filosofia da Grécia antiga, no sentido de expulsão daquilo que é estranho à essência ou à natureza de um ser e que, por esta razão, o corrompe e o adoece". Neste sentido, extraído do texto de Costa (2020, p.287), a expressão entre aspas corrobora a dimensão engajada da sociologia de Florestan, uma vez que buscou se desvencilhar do desenvolvimento deste ofício como sujeito restrito a simples "imaginação" teórica. Além disso, o referido autor utiliza o termo "projeção endopática" que, entre outros termos e autores, corrobora mais uma vez a intensa ligação de Florestan com seu passado social. Assim, ao invés de se aburguesar em sua ascensão social por meio da academia, buscou permanecer fiel ao seu lugar de classe original. Para saber mais sobre esta distinção, consultar Fernandes (1980a).

Neste quadro podemos destacar os primeiros trabalhos sociológicos de Florestan, onde se dedicou ao estudo do folclore, das trocinhas, das brincadeiras infantis e que o levou a contribuir significativamente para uma sociologia da infância e da cultura infantil (Santos, 2014; Oliveira, 2018; 2020). Florestan relata que nestas experiências, enquanto criança que trabalhava, encontrou doses de humanismo e companheirismo nestas manifestações culturais (Fernandes, 1980).

Em uma sociedade em franco desenvolvimento e mudança (Arruda, 2001), sua sociologia da infância buscou apreender formas de sociabilidade em dissolução que, de maneira dialógica, representou o encontro entre mundos que se, por um lado, se desintegrava, por outro, transforma-se por meio do estabelecimento de novas gramáticas na urbanidade burguesa de São Paulo, em meados da década de 1940. Além disso, o folclore representou para Florestan a possibilidade de uma contribuição humanística que, segundo ele:

> Sua especificidade, como disciplina autônoma, não procede das investigações científicas, mas das indagações humanísticas. Estas é que podem considerar sistematicamente, acima dos limites do psiquismo individual e do condicionamento sócio-cultural, as regras, os ideais e os estilos de produção artística, literária e filosófica de natureza folclórica. Em outras palavras, como disciplina humanística, versa conhecimentos que escapam ao âmbito das investigações científicas ou que caem dentro dele de forma parcial e fragmentária (Fernandes, 1958, p.266).

O termo "humanismo" é importante na sociologia de Florestan, uma vez que a própria sociologia será justificada por ele em seu ensino, consolidação e socialização, justamente, pelo seu potencial humanista (Fernandes, 1958, 1980a; 1980b). A sobreposição de sua formação não é unilateral – considerando a formação acadêmica como uma parte importante de sua socialização secundária –, mas sim, que esse movimento é dialógico e, consequentemente, de influência mútua.

Como exemplo disso, podemos destacar os estudos antropológicos sobre os Tupinambás que Florestan desenvolveu durante o mestrado – na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – e no Doutorado – na Universidade de São Paulo. Embora aparentemente esses estudos não estejam ligados à sua infância e juventude, esse conhecimento serviu para pensar a sua vida, principalmente, em termos de relações horizontais. Ao descrevê-las, Florestan classificou-as como as de um Tupinambá que, não tendo nada, compartilha seu próprio corpo (Fernandes, 1980b, p.144).

Um marco importante deste retorno ao seu eu histórico foi evidenciado em seus estudos sobre a integração da população negra na sociedade de classes, onde Florestan, mais uma vez,

reencontra parte de sua história, dos iguais que, como ele, integravam os cortiços por onde passou (Fernandes, 1980). Assim, enfatizando que o engajamento do sociólogo nunca se detém a uma única frente, mas sim, em diversas que ele experimenta com a própria existência no mundo, Florestan – contrapondo-se ao que chamou de interesses ultraconservadores defendidos por sociólogos como Gilberto Freyre (Fernandes, 1978a, p.60) – definiu assim sua experiência de pesquisa sobre os negros no Brasil:

> [...] o fato é que o sociólogo, como ser humano, sempre interage e recebe o impacto do que estiver investigando. O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo –, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria típico sociólogo profissional "neutro", "seco" e "impecável". Porém, dada a minha história de vida, eu era a pessoa para fazer aquela pesquisa e aproveitar a oportunidade que ela oferecia de amadurecer o sociólogo como cientista e como ser humano (Fernandes, 1978a, p.96)[18].

Essa declaração é sintética da catarse sociológica de Florestan que, através da "identificação psicológica profunda", sinaliza que os caminhos de pesquisa não aconteceram por simples profissionalismo, mas sim, por uma identificação desta prática com sua humanidade. Sua imaginação sociológica, nestes termos, continuou conectada ao seu universo social e cultural, onde, os sujeitos de poder e marginalidade, são bem definidos (Shiota, 2018, p.239). Seu desejo não foi subjugar a sociologia a esse imaginário, mas sim, aprofundar a sobreposição (Fernandes, 1980b) de modo que sua humanidade fosse contemplada pela prática científica e vice-versa (Fernandes, 1978a).

Essa existência sobreposta se deparou com um dos temas mais importantes de sua sociologia – a educação –, embora ele mesmo tenha variadas dimensões de importância a respeito de sua obra. Ele definiu que em termos humanos a pesquisa sobre os negros foi a que mais contribuiu, no entanto, para entender o Brasil e o subdesenvolvimento, seu trabalho sobre a revolução burguesa recebeu destaque e, por motivos diversos, o grau de importância se altera (Fernandes, 1978a). Neste caso, no que tange a educação, Florestan afirma que a condição humana experimentada durante sua infância o afastou diversas vezes de seus propósitos e

[18] A crítica endereçada a possível neutralidade será tratada no tópico seguinte, onde enfatizaremos o papel do sociólogo para Florestan. Sem antecipar a questão de forma minimalista, vale ressaltar que Florestan condena esse "profissionalismo" e "neutralidade", justamente, por associá-los a uma prática sociológica conservadora.

anseios educacionais,[19] sendo, por isso, os efeitos sociais destacados largamente em suas análises sobre esta temática.

Por ela – a educação –, Florestan travou um embate contra o conservadorismo durante o processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – promulgada em 1961. Seu principal opositor foi nada menos que Alceu Amoroso Lima, expoente máximo do conservadorismo brasileiro, autor de dezenas de livros e defensor atuante e fervoroso do direcionamento de dinheiro público para as escolas privadas, principalmente, confessionais (Leher, 2012; 2018).

Para Florestan a polarização radical de sua posição exigia das pessoas que o antagonizavam "[...] que evidenciassem, até ao fundo, a natureza imobilista, obscurantista e reacionária das pressões conservadoras" onde, através da luta pela educação, colocou-se como "[...] um desdobramento da capacidade do observador participante que permitia um aprofundamento vertical na observação e no conhecimento da sociedade brasileira" (Fernandes, 1978a, p.63). Nesta posição privilegiada, enfatizou que:

> Agora, ao perceber o que sucedia, o setor conservador se viu ameaçado. Vocês conhecem os conflitos que ocorreram entre católicos e pioneiros da educação nova, anteriormente, na década de 20 e no começo da década de 30. [...] Trata-se de uma coisa nova, que não ocorrera antes. Grupos de interesse que se polarizam para defender o controle conservador do sistema educacional pelos próprios educadores, identificados com uma renovação educacional de alto a abaixo. E aí entra o clero (uma parte do clero, pelo menos a parte ligada ao ensino e que defendia concepções muito retardatárias). Entra também a iniciativa privada envolvida na esfera do ensino, especialmente identificada com o lucro que a mercantilização da escola privada podia proporcionar (Fernandes, 1978a, p.58-59).

A educação proporciona um encontro "psicológico profundo" com seu passado, com os desafios impostos para a população marginal e, neste quadro, Florestan se posicionou contra o conservadorismo educacional através de sua sociologia e, principalmente, com seu eu histórico. Mesmo considerando que a discussão dos problemas "[...] eram muito mais da alçada do educador que do sociólogo", viu-se obrigado a participar do debate pelo fato de seguir uma orientação não "profissional" (Fernandes, 1978a, p.59). A partir disso, podemos sinalizar que a educação, assim como as "frentes" e temáticas supracitadas, representa mais uma das

[19] Tema tratado exaustivamente em sua sociologia da educação, ou seja, os condicionantes sociais da evasão escolar, que se encontra presente de forma mais acentuada em duas das quatro obras de cunho estritamente educacional (Fernandes, 1966; 1989a).

"clivagens" em sua sociologia onde, o "observador participante", será a sua síntese (Arruda, 2001; Arruda; Garcia, 2003).

Esta característica nos conduz, também, para a temática que exemplifica a relação entre existência histórica e produção sociológica que, para os propósitos desta seção, evidenciou-se no seu "estudo de interpretação sociológica" a respeito da revolução burguesa no Brasil. Com ele demonstrou o lado fechado, negador de direitos e autoritário que Florestan experimentou desde a infância. A sua condição de classe, de "lumpen", foi tratada com profundidade através do reconhecimento deste trabalho como o que o ajudou a conhecer melhor o Brasil (Fernandes, 1978a).

Com a aposentadoria de Florestan da universidade pelo regime militar em 1969[20], assim como de diversos alunos que compunham seu grupo de pesquisa – entre eles, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso –, sua sociologia "participativa" se expandiu, através de uma atuação política que ganhou cada vez mais relevância em relação ao universo acadêmico (Fernandes, 1978a; 1980a).

1.2 – O conservadorismo cultural em perspectiva sócio-histórica

Em um texto de 1960 Florestan – ao tratar das mudanças sociais no Brasil – afirma que "[...] as classes privilegiadas e suas elites agravam, por *medo histórico*, as propensões porventura atuantes de resistência sociopática à mudança, enxergando em qualquer 'abertura da ordem' o início de um cataclismo social" (Fernandes, 2008b, p.54). Esse "medo" "exagerado", segue Florestan, "desloca os conservadores e os liberais de suas posições, polarizando-os no centro ou na direita da reação" com manifestações nas três principais dimensões do conservadorismo de classe – cultural, econômica e política.

Utilizando sua análise de longa duração ou sua metodologia sócio-histórica, Florestan evidencia como, em diversos momentos do processo de formação social brasileiro, o conservadorismo cultural se fez presente como forma de perpetuar a ordem social, os privilégios e estabelecer os sujeitos de direitos, ou, como ele diz, que poderiam experimentar a "condição de gente" (Fernandes, 1980b, 143). Essa análise contempla uma interpretação sociológica sobre a sociologia enquanto ciência no Brasil que, ao desenvolvê-la, Florestan elaborou a sua própria, tomando como contraponto o que chamou de conservadorismo cultural.

[20] Realizada de maneira compulsória.

Assim, antes de seguirmos, vale ressaltar as questões levantadas por Florestan ao identificar o que chamou de "conservadorismo cultural", ou seja, que tipo de cultura ele se refere que seria capaz de contribuir para o conservadorismo de classe? Quais os sujeitos detentores desse poder capaz de produzir e reproduzir estratificação social e, como consequência, prestígio para uns e marginalidade para outros?

Neste quadro, o conceito de cultura, em seus textos que tratam da natureza da sociologia, é definido como "[...] sentimentos, ideias e valores consagrados oficialmente [...]" e que, de modo geral, exprimem a história da legitimidade analítico-explicativa da sociedade. A importância desta sociologia está, justamente, na possibilidade de demonstrar como, ao longo da história, diversos grupos – estamentos e classes – tiveram garantidos o direto de legitimação de suas práticas, ideias e prestígios sem, muitas vezes, sequer, conceber a existência de interlocutores na condição de "gente" (Fernandes, 1980b, p.16).

Assim, o pensamento racional[21] percorreu um longo caminho, onde Florestan estabeleceu ao menos três critérios para o seu florescimento. Primeiro, a possibilidade de associação de "[...] concepções secularizadas de existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. Segundo, a abertura dos papéis de produção intelectual, que deixam de "[...] ser prerrogativa de determinadas castas, estamentos ou círculos sociais". Terceiro, vislumbrando a consolidação da sociologia científica, entende que a racionalidade é propiciada quando "[...] estilos divergentes de pensamento passam a disputar-se o reconhecimento público de sua legitimidade ou validade – o saber racional assume naturalmente a forma de saber positivo ou científico" (Fernandes, 1980b, p.15).

O processo de consolidação destes três pilares possui, também, uma contribuição em demonstrar a inserção da sociedade brasileira na modernidade, contudo, sem possibilidade, por si só, de superar a hegemonia conservadora que, pelo que veremos, aglutina instâncias e dinâmicas distintas. Neste primeiro momento, para Florestan, a dimensão cultural – o aparato ideológico e discursivo desenvolvido para leitura do mundo –, é, na perspectiva cronológica de sua sociologia, a primeira manifestação clara do conservadorismo de classe. Suas indagações são construídas a partir da interpretação de que:

> Nós nos modernizamos por fora e com frequência nem o verniz aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase

[21] Entendido aqui sob o prisma da racionalidade moderna burguesa que, através de suas instituições – como as universidades, por exemplo –, estabeleceu uma "nova linguagem", neste caso, regido sobre as regras do campo científico (Arruda, 1997; 2001; 2021).

> totalidade das "*pessoas cultas*" se voltam contra a modernização (Fernandes, 1976, p.205).

O primeiro momento deste conservadorismo cultural é apontado por Florestan no período Colonial, onde, a Igreja, o corpo sacerdotal e a escravidão, criaram uma força exclusivista e intolerante. Assim, reduzia o âmbito da vida criadora do colono – sem contar os homens livres pobres e a total exclusão da população negra escravizada –, através da restrição do pensamento racional ao campo religioso que, dessa forma, não ameaçava o *status quo* (Fernandes, 1980b).

Florestan ainda salienta a relação de complementariedade entre a classe sacerdotal e a classe colonizadora por meio do qual "[...] as questões que a escravidão criava, na esfera da vida religiosa, eram resolvidas em instâncias superiores, fora da organização eclesiástica colonial" (Fernandes, 1980b, p.17). Assim, havia total suspensão do debate da esfera social e local da colônia, através da eleição de "instâncias superiores" de articulação e trado das ideias. Dessa forma, segue Florestan ao tratar do segundo ponto desta questão, "[...] o que era bem mais importante, a Igreja fazia parte e era solidária, material e moralmente, com os empreendimentos colonizadores do Reino".

Assim, apesar de não se deter com um texto específico ou com uma obra dedicada ao tema, Florestan, desde seus trabalhos com propósitos de fundar uma sociologia sistematizada e metodologicamente edificada, apontou para a importância de considerarmos a dimensão religiosa e sua atuação na cultura conservadora brasileira[22]. Essa importância, no referido período, foi bastante acentuada por legitimar uma estrutura de controle que norteava os conflitos de cunho axiológico. Dessa forma, uma sociedade cristã e escravocrata, no que tange ao conservadorismo de "classe"[23], contribuiu para:

> [...] a tendência do clero em procurar resolver os problemas e os impedimentos axiológicos, fomentados pelas incongruências ou inconsistências da escravidão com o cristianismo, no terreno da consciência religiosa e nos limites em que a religião pudesse operar ativamente como fator conservantista de controle social. Com isso, apesar de contribuir para transplantação de um tipo de saber que não encontrava condições culturais propícias na ordem social existente, o clero deixou de incutir aos papéis intelectuais, inerentes à vida sacerdotal, qualquer dinamismo internos, intelectualmente criador (Fernandes, 1980b, p.17).

[22] Na década de 1960 ele está lutando contra o conservadorismo no campo intelectual, mais precisamente o educacional. Um de seus maiores embates ocorreu durante a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, publicada em 1961. Seu adversário foi nada menos que Alceu Amoroso Lima, tanto no campo intelectual, quanto no acadêmico e político. Ver os trabalhos de Fernandes (1966) e Leher (2012).

[23] Vale ressaltar que no período colonial e imperial, o conceito de "estamento" antecedeu o de "classe".

A Igreja – no controle das ideias – e a escravidão – no controle dos corpos e como impedimento brutal do desenvolvimento humano – trataram de eliminar as condições psicossociais necessários ao desenvolvimento do saber racional de forma aberta. Neste período, com uma sociedade marcada pelo pouco dinamismo social por conta de uma estrutura chamada diversas vezes por Florestan de estamental, o conservadorismo cultural se impôs como cerne das relações de dominação e subordinação. Esse passado é apresentado como a gênese de um processo que, apesar de mudanças e avanços significativos, mantém ramificações onde, mesmo a modernização econômica e institucional apresentada por diversos autores (Souza, 2012; Arruda, 1997; 2001), não puderam interromper completamente.

O século XIX foi um período importante, segundo Florestan, pelo fato de abarcar as primeiras mudanças significativas na dinâmica social brasileira. A chegada da família real em 1808 gerou a necessidade de novas práticas – administrativas e políticas – provocadas pela expansão econômica e demográfica. Com isso, foram criadas as primeiras escolas superiores, alguns núcleos de atividade intelectual e, assim, a difusão de saberes filosóficos e científicos. Dessa forma, "a evolução cultural posterior com a proclamação da independência, a instauração da monarquia e da república, provocou efeitos similares, mas de modo a aumentar com maior intensidade os meios de formação secular da *intelligentsia*" (Fernandes, 1980b, p.18).

Esse processo se inicia com uma diferenciação importante na sociologia de Florestan, ou seja, o caráter "estrutural" das mudanças que, ao contrário de emanar de uma dinâmica culturalmente fértil e autônoma, se fez por necessidades impostas às elites nacionais, neste caso, a coroa e os estratos nobres ligados a ela. Houve um avanço desconectado de necessidades histórico-sociais[24], e que evidenciou o que os autores do pensamento político conservador chamam de mudança com conservação (Burke, 2012; Honderich, 1993; Kirk, 2016).

> Assim, em menos de cem anos, a sociedade brasileira passou precipitadamente, por transformações que se realizaram algures (em países como a França ou a Inglaterra), com relativa lentidão, entre a desintegração da sociedade medieval e a revolução industrial. Em consequência, as condições que favoreceram, dentro dela, o desenvolvimento do saber racional, exerceram influências que são antes estruturais do que culturalmente criadoras. Ou seja, o aumento crescente e contínuo da *intelligentsia* não se fez

[24] Florestan é enfático a respeito da relação entre as necessidades histórico-sociais e as dimensões estudadas em sua sociologia, entre as quais, a cultural, a dinâmica de classes e a política. Denuncia diversas vezes a formação de arranjos que possuem forma sem, contudo, atender as verdadeiras necessidades da população brasileira como, por exemplo, a ideia de "formalismo democrático" (Fernandes, 2011) e "formalismo jurídico" (Fernandes, 1989). Esses e outros arranjos servem mais para operacionalizar os interesses das camadas favorecidas do que as necessidades da sociedade em sua totalidade.

> acompanhar de descobertas originais paralelas, na esfera do saber racional (Fernandes, 1980b, p.18).

Paim (1974) corrobora essa interpretação de Florestan ao evidenciar que, enquanto a Europa vivia o Iluminismo e seus desdobramentos revolucionários, no século XIX, o Brasil experimentava a segunda escolástica. O estreitamento da vida cultural e seus avanços por motivações estruturais, acarretaram mudanças que não abalaram a estratificação social e, vale lembrar, a intensificação de tais efeitos pela instituição escravidão que durou quase todo o século. Neste quadro, uma série de restrições foram consolidadas no campo cultural e contribuíram para a permanência do conservadorismo nesse período.

O primeiro deles, afirma Florestan, "[...] o principal foco de interesse da aristocracia brasileira, em face do ensino superior, se dirigia para a formação de uma elite capaz de exercer as funções públicas, de natureza política ou administrativa" (Fernandes, 1980b, p.19). Nesta via que o "bacharelismo" ganhou prestígio como garantia de *status* social e, posteriormente, inserção na vida pública, onde as faculdades de Direito[25] se tornaram o cerne de uma gama de intelectuais, políticos, escritores, jornalistas e ideólogos.

Em segundo lugar, como contributo do conservadorismo cultural, Florestan aponta que "[...] os papéis intelectuais acabaram ligando criadoramente o pensamento racional com a solução de problemas emergentes na esfera da ação [...]". Isso implicou na subordinação do desenvolvimento racional à dinâmica "estrutural" da vida política, administrativa e econômica da sociedade. Neste sentido, o pensamento racional tornou-se sinônimo de participação efetiva nessas esferas, o que só poderia ocorrer para os estratos da elite, tornando mais profunda as restrições aos homens livres pobres e a população negra – livre ou escravizada. Assim, com os avanços econômicos no final do século XIX e a mudança na dinâmica entre o rural e o urbano:

> [...] o bacharel se transformou em agente e prolongamento do senhor rural no mundo urbano da corte ou das capitais das províncias. Quando não era seu filho ou neto, era seu dependente, conformando-se com a ordem moral associada à escravidão, ao latifúndio e à monocultura. Como o clero na sociedade colonial, o bacharel se encontrava preso a uma teia de determinações que projetavam suas atividades no âmago das forças de conservantismo sócio-cultural (Fernandes, 1980b, p.19).

---

[25] Destaque para as faculdades de Direito de Recife–PE e para a Faculdade de Direito de São Paulo, ambas fundadas em 1827 (Schwarcz, 2005).

Essa característica – a posição social –, foi tomada por Florestan como causa do terceiro fator de restrição dos núcleos de criação intelectual que, para ele, ocorreu por conta da "organização estratificada da sociedade" que isolava as camadas sociais e, por conseguinte, as ideias. Neste sentido, o conservadorismo cultural no século XIX foi marcado pelo diálogo entre iguais que, por consequência, dificultava a interlocução com ideias críticas, contrárias ou de perspectivas sociais distintas. Embora muitos embates tivessem marcado a história do pensamento político e social brasileiro, vale ressaltar que, em sua esmagadora maioria, estes se deram entre iguais e, assim, perpetuaram o conservadorismo cultural[26] (Fernandes, 1980b).

Outro fator apresentado por Florestan – e citado anteriormente – se refere a escravidão, uma vez que sua capacidade de degradação humana afetou todas as dimensões ontológicas possíveis. Joaquim Nabuco (2000)[27] fez importante descrição dessa capacidade destrutiva, demonstrando os efeitos sobre a educação, a organização geográfica, a cultura, as instituições, entre outras. Florestan, que não deixou de reconhecer as contribuições deste pensador, enfatizou a divisão de papéis sociais fundamentada pela escravidão, onde, esta:

> [...] excluía o campo de influência criadora todos os papéis sociais que se relacionassem com o "trabalho servil" e com as "profissões mecânicas". Em um país agrícola, cujo progresso econômico se subordinava à capacidade de organizar e de expandir a produção rural, o prestígio do fazendeiro não provinha de sua competência técnica, mas da situação dele como proprietário rural, como senhor de escravos e, eventualmente, como chefe político e como bacharel (Fernandes, 1980b, p.19).

A escravidão vigorou assim como um contributo de educação estética que, através do contato com o trabalho manual de qualquer espécie, limitou os sujeitos de qualquer expectativa social de produção intelectual com reconhecimento. O conservadorismo cultural foi, neste quadro escravocrata, uma forma de apagar expectativas dos estratos sociais marginalizados e, principalmente, da população negra, caracterizando, por isso, o "déficit negro" (Fernandes, 2008a).

Por fim, como quinto contributo com efeito de restrição cultural, Florestan evidencia "[...] os valores e os ideias da camada dominante [que] limitavam o horizonte intelectual dos que estavam em condições de tomar decisões e de influir pessoalmente na arena política" (Fernandes, 1980b, p.19). Assim, uma circularidade de ideias restrita aos iguais – proprietários rurais, escravocratas e políticos influentes – refletia os ideais dos estratos dominantes que, por

[26] Como exemplo podemos citar os embates entre o Visconde do Uruguai e Tavares Bastos (Ferreira, 1999) e Silvio Romero e Manoel Bomfim (Aguiar, 2000).
[27] NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

isso, não permitiam alternativas estéticas, políticas, sociais e, muito menos humanas – considerando a população negra marginalizada e não reconhecida pela sua potencialidade e possível integração.

Por isso, Florestan evidenciou que, nesse contexto, descobertas científicas, programas econômicos e estudos filosóficos ou científicos, "[...] não encontravam um reconhecimento explicitado e convicto, naquele horizonte intelectual, modelado pelas tradições e pelo hábito de dominação patrimonialista[28]". Assim, o século XIX é descrito por Florestan como um período que não manifestou as condições sócio-históricas para o desenvolvimento do pensamento racional e, por isso, vigorou com grande força o conservadorismo cultural que, como abordamos até aqui, caracterizou-se pela circularidade entre elites da legitimidade de explicação e organização das ideias sociais a partir, principalmente, das bases materiais escravocrata e latifundiária. Em síntese, Florestan afirma que:

> Em conjunto, os fatores descritos sugerem que o desenvolvimento institucional da sociedade brasileira, durante o século XIX, foi insuficiente para criar as condições que são indispensáveis à formação do saber racional autônomo, capaz de evoluir como uma esfera especializada de atividades intelectuais. Daí a necessidade de apelar para centros exógenos de produção do saber racional, toda vez que as exigências da situação histórico-social tornavam aconselhável ou inevitável o recurso a técnicas e a conhecimentos que possuíssem fundamento racional. O próprio ensino superior se constituíra, rapidamente, em uma maneira de organizar essa relação de dependência cultural diante dos países europeus. O meio social ambiente não desencadeava forças culturais suficientemente fortes para estimular um novo estilo de pensamento ou para incentivar a transformação homogênea das escolas superiores em centros de pesquisa original (Fernandes, 1980b, p.20).

Assim, somente na transição do século XIX para o XX, que o conservadorismo cultural – afetado por condições estruturais –, recebeu seus golpes mais contundentes. Primeiro podemos citar a dissolução da ordem social escravocrata – extinta em 1888 –, que foi "[...] solapada e desintegrada pela própria força de sua expansão"[29] (Fernandes, 1980b, p.20). Como "[...] primeira revolução social por que passou a sociedade brasileira", representou a possibilidade de superação de uma instituição que tornava fechada a arena cultural.

Dessa forma, com sua extinção, "[...] começaram a ruir os alicerces da antiga ordem social – tanto jurídicos, quanto políticos e econômicos – e a constituir-se uma nova ordem social, organizada com base no regime de classes sociais". Soma-se a este processo fatores

[28] Para a explicitação do conceito de "patrimonialismo" em Florestan, ver Portela Junior (2012).

[29] Processo descrito com mais riqueza de detalhes em Fernandes (2005). Também, a título de complementação, vale o trabalho de Sergio Silva (1976).

como industrialização e crescimento urbano que, em conjunto, aceleraram a "[...] desagregação da herança cultural e social, vinculada ao passado rural" (Fernandes, 1980b, p.21). Além disso, destaca-se a gênese da fissura entre a burguesia dependente – em formação – e a aristocracia rural, desencadeada pelo avanço do comércio de importação-exportação, que gerou excedentes que passaram a ser investidos em outras atividades e causou os primeiros conflitos entre o campo e a nascente concorrente urbana de negócios.

Neste quadro, Florestan identifica os condicionantes imprescindíveis para o desenvolvimento psicossocial, ou seja, o estabelecimento de conexões entre os sujeitos e o mundo da vida, os quais designou como relação "sócio-histórica". Esta para existir necessita de condições sociais que possam sustentar e dialogar com novas gramáticas político-sociais, no sentido expresso por Nunes (2004). Tais condições – além do já citado processo de industrialização e crescimento urbano – contou, assim, com uma:

> [...] mudança estrutural, na transição para o século XX e no decorrer de sua primeira metade, que se elabora, na sociedade brasileira, um clima de vida intelectual que possui pontos de contato e certas similaridades reais com o desenvolvimento do saber racional na Europa[30]. [...] A presente situação se caracteriza pelo crescimento rápido do sistema institucional, que geralmente apoia as atividades intelectuais nas sociedades industriais modernas, e pela importância que o pensamento racional está começando a adquirir tanto na esfera da reflexão e da investigação, quanto na educação e na ação. [Para Florestan isso significou a formação de uma nova mentalidade]. Essa mentalidade é modelada pelo concurso de diversos fatores, que tendem a expor técnicas racionais de intervenção [...]. (Fernandes, 1980b, p.21).

Esse contexto, bem expresso nos trabalhos de Arruda (2001) e Arruda e Garcia (2003), foi tomado por Florestan como evidência de uma nova apropriação do conhecimento racional que, na passagem do século XIX para o XX, deixou para trás os tipos eleitos pela gramática política estamental-patrimonialista, ou seja, o clérigo e o bacharel. Assim, toda espécie de conhecimento racional passou a atender "[...] a critérios novos de apreciação axiológica" que, por si, não eliminaram formas alternativas à racionalidade científica. O "racional" e o "irracional" convivem juntos, contudo, "[...] no fundo, a civilização que se vincula a este mundo é, por necessidades internas, a civilização por excelência da tecnologia racional, da ciência e do pensamento racional" (Fernandes, 1980b, p.22)[31].

---

[30] O estudo da professora e pesquisadora Veloso (2015), apesar de abordar o Rio de Janeiro, é ilustrativo desta sociabilidade, principalmente, ao estabelecimento de novos espaços e a sua produção pelos intelectuais.

[31] Essa interpretação de Florestan conflui com a verificação da consolidação da hegemonia burguesa. Seu projeto sociológico e todas as ações envolvidas nele, direta ou indiretamente, nos mostra que esta "civilização", em termos de inclusão social, estava mais próxima de um objetivo do que uma verificação. Ver D'incao, Maria Angela.

Florestan está situando o início do século XX como o período de estabelecimento do que chamou Giddens (1991) de "sistema perito", onde um novo arranjo "institucional" passou a ditar os parâmetros de sociabilidade para as demandas estruturais impostas pelo processo de integração da sociedade brasileira com o mercado internacional. Isso implicou no desencadeamento de um processo de ruptura com os parâmetros explicativos do conservadorismo cultural, para o qual bastava atender a certos tipos sociais – clérigo, bacharel ou engenheiro – e/ou pertencer a determinados estratos de prestígio – proprietário de terras e suas linhagens.

O conservadorismo cultural cedeu lugar a "[...] uma estrutura social inteiramente aberta: as fábricas, os armazéns, as lojas, os escritórios, os bancos, as escolas, os hospitais, exigem pessoal aptos para diferentes atividades, que deixaram de ser transmitidas informalmente". Essa fissura também passou a contemplar "[...] uma nova concepção de dignidade e do valor da pessoa humana", onde, formalmente, o "homem popular" teria o mesmo *status* que o "antigo senhor rural" (Fernandes, 1980b, p.23). Contudo, apesar das mudanças institucionais, em termos sócio-históricos, essa igualdade ficou mais restrita ao campo formal, demonstrado no estudo de Florestan sobre a integração do negro na sociedade de classes (Fernandes, 2008a).

Assim, mesmo com a abolição da escravidão (1888), a nova institucionalidade política republicana (1889) e o processo de criação de instituições voltadas para o desenvolvimento do pensamento racional em termos modernos e científicos, o conservadorismo cultural, segundo Florestan, ganhou fôlego durante boa parte do século XX. Isso pelo fato de que, em sua análise, "[...] por si mesma, a ordem social competitiva não cria dinamismos suficientemente fortes para destruir o 'antigo regime' ou as estruturas sociais e políticas 'arcaicas', dele remanescentes [...]". Nestes termos, segue afirmando que a nascente ordem social competitiva:

> [...] só é eficiente e aberta para ao "mais iguais" (os quais oscilam, nos povos de capitalismo dependente, entre os cinco por cento, raramente atingindo um quarto da população total). Esse pequeno setor realmente constitui toda a sociedade competitiva da nação. Não obstante, seria incorreto dizer-se que a ordem social competitiva não exista, em tais casos, ou que ela opere como um "sistema fechado". [...] Contudo, tudo se passa como um processo de socialização pelo tope [...]. O que explica por que o crescimento quantitativo da ordem social competitiva não acarreta maiores alterações nos padrões de relações de classe ou de consciência de classes: o próprio crescimento da ordem social competitiva tende a favorecer unilateralmente os grupos e classes privilegiados [...]; contribui para fortalecer e generalizar expectativas autocrático-conservadoras de utilização e controle do poder (Fernandes, 2008b, p.39).

Mudança social e sociedade libertadora. In: D'incao, Maria Angela (Org.). O saber Militante. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

Assim, como afirma Wallerstein (2001), a efetividade histórica das experiências sociais e existências na sociedade do capitalismo moderno não se espraiou por toda população, dessa forma o conservadorismo cultural resistiu mesmo com o surgimento das universidades a partir da década de 1930. O processo de consolidação da sociologia acadêmica, a profissão de sociólogo e de suas possíveis contribuições, não encontraram conexões diretas com o social[32]. Estas tiveram que ser criadas.

Florestan enfatiza que a sociologia acadêmica – em suas primeiras gerações a partir da chamada missão francesa[33] – foi presunçosa, ao acreditar "[...] que o alargamento do horizonte intelectual médio refluiria na área de trabalho do sociólogo, criando para as investigações sociológicas de cunho crítico uma ampla base de entendimento, tolerância e, mesmo, de utilização prática gradual" (Fernandes, 2008b, p.30). Assim, durante a década de 1960:

> Logo se evidenciou que o grau de secularização da sociedade brasileira como um todo e que os ritmos de democratização das relações de poder eram totalmente insuficientes para absorver tal desenvolvimento da pesquisa científica. Abriu-se um vácuo, que expôs a sociologia às circularidades do obscurantismo intelectual e da repressão conservadora. A resistência à mudança eclodiu, assim como uma força especificamente política de alto teor destrutivo, pois ela se desencadeou de fora da universidade para dentro, mas encontrando, dentro da universidade, um sólido ponto de apoio institucional (Fernandes, 2008b, p.31).

Neste sentido, Florestan aponta que o conservadorismo cultural, além de perpetuar-se, encontrou refúgio em uma das instituições mais importantes para a produção e reprodução do pensamento científico, ou seja, a própria universidade. Assim, sua sociologia extremamente preocupada com a cientificidade, não se deu apenas pelo contexto sociocultural, como também, pelo próprio clima interno da Universidade de São Paulo que, além da sociologia crítica, comportou também forças conservadoras que resistiam a democratização do conhecimento e da educação[34].

---

[32] Arruda (2001) defende que a sociologia como curso de graduação e a profissionalização do sociólogo só foram possíveis mediante uma mudança de mentalidade e de cultura, no entanto, reconhece, a partir do próprio Florestan, que estas mudanças ocorreram de cima para baixo, dificultando a efetividade do projeto de Florestan de sociologia. Ver também Arruda (2021).

[33] Recebeu esse nome pelo fato possuir inúmeros professores estrangeiros, entre os quais, franceses. Contudo, o corpo docente também era comporto de professores de outras nacionalidades, como italianos e alemães (Fernandes, 1978; 1980b).

[34] Os litígios de Florestan com o Centro Acadêmico da USP demonstram seu posicionamento frente as forças conservantistas que compunham a comunidade acadêmica (Fernandes, 1984).

1.3 – Por uma sociologia crítica do conservadorismo

Florestan estabeleceu uma sociologia crítica do conservadorismo, uma vez que a sociedade burguesa que se desenvolveu na periferia do capital também reproduziu a "farsa" (Marx, 1987) da experiência revolucionária seguida de contrarrevolução (Fernandes, 1980a, p.45). Neste sentido, após identificar as insuficiências dos dinamismos institucionais da revolução burguesa na periferia do capital[35], reafirmou a importância da sociologia como forma de transpor a cortina retórica, ideológica e extremamente conservadora da burguesia. Dessa forma, afirma:

> A única recomendação que me ocorre é a de evitar uma confusão frequente: a simulação do jogo democrático onde não existe uma sociedade civil democrática e, em consequência, o radicalismo democrático-burguês não possui qualquer vitalidade política. Simular tal jogo é presumir algo a ser criado, possivelmente através da violência das massas ou da subversão. Uma coisa é a retórica do pensamento conservador, que proclama constitucional, representativa e democrática a ordem existente. Outra coisa é o funcionamento real dessa ordem, que exclui, reprime e oprime em função das necessidades de autodefesa, de autoconservação e de fortalecimento da dominação burguesa (Fernandes, 1980b, p.135-136).

Eis a justificativa de Florestan para estabelecer tal sociologia, ou seja, fazer desta um meio de desconstrução da fachada (pseudo) civilizatória que, apesar de seu discurso, atende efetivamente a poucos, ou, como disse, os "iguais" (Fernandes, 1980b). Neste sentido, a sociologia ganha em sua obra uma importância política que, através de seu próprio fazimento[36], se coloca como antípoda da "retórica" burguesa que, em nome da "paz social", estende ficticiamente suas conquistas para o todo social, negando suas disparidades e contradições. Assim:

> Enquanto persistir, o capitalismo terá como contraparte uma sociedade e uma civilização *antagônicas*, e o conflito se instaurará no centro mesmo do pensamento científico. O que significa, em boa linguagem: a sociologia que revela essa tensão, "burguesa" ou "proletária", "racional" ou "irracional", será sempre, como diriam os "gestaltianos", uma boa sociologia (Fernandes, 1980a, p.29).

---

[35] Que será tratada no capítulo seguinte.

[36] Essa expressão foi largamente utilizada por Freire (2018) com o intuito de expressar a capacidade do sujeito de fazer o mundo e a si, nestes termos, todas às vezes que for empregada terá esse sentido.

Essa sociologia se posiciona criticamente em relação ao conservadorismo, também, pelo fato deste se apropriar de suas descobertas e, de forma deturpada, utilizar suas informações enviesadas como estratégia de autoconservação a manutenção de privilégios. Dessa forma o combate ao uso irracional da ciência é apontado como um dos objetivos da sociologia de Florestan que, além do supracitado, define esta prática como motivada por "[...] interesses sociais egoísticos, por inclinações conservantistas e por agentes humanos que odeiam o espírito científico" (Fernandes, 1976, p.63).

De modo geral, Florestan – além da sociologia – entende que a ciência passou por uma reformulação, onde a dimensão instrumental vigorou sob a dominação burguesa. Primeiramente, serviu como auxiliar das forças de ruptura e transformação, contudo, ganhou contornos conservadores que, para a manutenção da estrutura de dominação burguesa, passou a ser empregada, até mesmo, sob a forma de extrema violência. Assim, Florestan afirma que "[...] a sociedade capitalista expôs a ciência [...] a uma relação instrumental com a defesa e o fortalecimento da ordem (e de modo tanto mais intenso e conservador ou violento quanto essa dominação passa a ser mais ameaçada)" (Fernandes, 1980a, p.24).

Sua sociologia, nestes termos, se faz necessária, também, pelo recorrente recurso da violência como via de manutenção do *status quo* que, na sociedade de classes da periferia do capital, encontra nas limitações do seu dinamismo e inclusão, a justificativa para a existência, necessidade e aplicação de tal aparato pelas elites dirigentes. Além disso, uma vez que "a sociedade brasileira, ao atingir a etapa da industrialização maciça, nega-lhe as perspectivas e as possibilidades de radicalismo democrático-burguês" (Fernandes, 1980b, p.135), para Florestan, estes elementos significam uma "pletora de oportunidades" para o trabalho do sociólogo que, na periferia, possui o olhar privilegiado ao analisar a maneira histórica – com riquezas de especificidades – do funcionamento das instituições.

Assim, Segundo Bastos (2015, p.49) "[...] opera com a afirmação de que o elo mais fraco da corrente social ilustra o funcionamento da sociedade". Portanto, nestes termos, "[...] a escolha para análise de um grupo que carrega desvantagens maiores que outros para integrar-se socialmente implica uma admissão teórico-metodológica [...]" (Bastos, 2015, p.49).

Florestan reafirma uma especificidade da atividade intelectual do sociólogo no Brasil, ou seja, ele não deve se esquecer que trabalha na compreensão de uma sociedade que é conservadora[37] e, por isso, é capaz de tornar a análise sociológica alvo de severos ataques.

[37] O que não é característica exclusiva do Brasil ou de países da periferia, como também de países centrais que possuem setores conservadores que atuam em prol do combate as humanidades, ente estas, a sociologia. Neste sentido, ver os trabalhos de Anderson (2012) e Habermas (2015).

Assim, trabalhar em prol do fortalecimento da sociologia enquanto ciência para robustecê-la, como também, para influir na cultura do "homem comum" foi, desde seus primeiros textos teóricos, um objetivo importante e que marcou o direcionamento de seu fazer sociológico (Costa, 2020). Para ele, "os motivos e os fins do cientista devem relacionar-se, tanto em termos de considerações imediatas quanto em função de objetivos remotos, com a emergência e consolidação do horizonte cultural inerente à concepção científica de mundo" (Fernandes, 1976, p.62).

Nestes termos, Florestan buscou afetar positivamente a dimensão cultural que, segundo ele, ao manter reminiscências do período pré-científico, nutre o arcabouço da razão conservadora caracterizado, entre outros fatores, pela aversão ao pensamento crítico, a teorização e a existência social em perspectiva histórica. Assim, ao conceber as fissuras sociais como "natural"[38], o conservadorismo nega veementemente o que Lessa (1998) chamou de "mundo possível", ou seja, a possibilidade de uma filosofia política que seja capaz de pensar as mudanças necessárias para o todo social.

Florestan, ao tomar a sociedade brasileira como conservadora e portadora de uma cultura científica rasa, enfatiza que a prática científica deve ser desenvolvida com dose de engajamento, justamente, para poder desenvolver raízes e consolidá-las como cultura. No momento em que escreve seus textos, as "instituições" – entendidas como as responsáveis pelo desenvolvimento dos aparatos de perícia da modernidade burguesa (Guiddens, 1991) – não eram hegemônicas em termos de orientação cultural. Por isso, Florestan enfatizou que:

> Atrás de qualquer opção que possa fazer conscientemente, sempre deve estar o mesmo alvo ideal: o nível de integração da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica. Por isso, ele [o cientista] precisa possuir suficiente audácia e integridade intelectuais para repelir as pressões sociais que resultem ou do influxo de fatores irracionais, ligados à herança cultural pré-científica, ou do complexo jogo dos interesses sociais que limitam o aproveitamento dos dados e das descobertas da ciência às conveniências de manipulação do poder pelas camadas sociais dominantes, sejam elas quais forem (Fernandes, 1976, p.62).

A sociologia como tal se torna cada vez mais incontornável para Florestan, principalmente, pelo axiomático fato de ser a sua sociedade de origem conservadora e, como ele disse, capaz do uso da violência institucional em defesa deste conservadorismo (Fernandes,

[38] Esses pilares encontram-se presentes nos trabalhos dos principais autores conservadores, entre os quais, Burke (2012), Honderich (1993), Kirk (2016; 2021a; 2021b), Coutinho (2014), Tocqueville (1998) e Oakeshott (1980; 2021).

1980a; 1976). Ao valorizar a relação entre o cientista e a sociedade, afirma que "nos limites do meu conhecimento, é impossível considerar a posição prática do sociólogo (ou do cientista social) na sociedade sem tomar-se em conta sua situação social, não só em termos profissionais e acadêmicos como, ainda, no contexto mais amplo da própria sociedade" (Fernandes, 1980b, p.266).

Florestan via a sociedade brasileira do século XX em franco processo de "revolução social" (Fernandes, 1976), a qual interpretou como o espraiamento do radicalismo democrático-burguês e que, no seu desejo de intelectual socialista, poderia chegar a dissipar as classes por uma revolução nessa perspectiva. Contudo, além das continuidades pré-científicas e conservadoras, o ano de 1964 – marcado pelo golpe civil-militar – mostrou que as mudanças sociais em curso teriam uma pausa e que, para continuar, seria necessário mais que domínio metodológico e conhecimento científico. Neste sentido:

> Por incrível que pareça, o cientista precisa desprender-se do intelectualismo para enfrentar suas responsabilidades intelectuais. [...] Se ele for sociólogo, não poderá cuidar apenas do que traria proveito para o desenvolvimento das teorias sociológicas; terá de preocupar-se com questões que transcendem à sua especialidade, para situar a si próprio e à ciência no inesgotável burburinho de uma civilização que se enriquece e se revitaliza pela transplantação (Fernandes, 1976, p.16).

Schwarz (1994) interpretou esse quadro sociocultural por meio de um conjunto formado pelo ideário social, as práticas de sociabilidade e de distinção, onde, ao caracterizá-lo como "fora do lugar", não deixou de confluir crítica e analiticamente com Florestan. Este entendeu que as ideias de modernidade estão no lugar, contudo, sem ressonância social que possa caracterizá-las como hegemônicas e/ou cultura[39].

Assim, as instituições, o ideal democrático, o sistema jurídico, entre outros elementos de ordem burguesa-democrática que aparecem em sua obra, são cultivados com restrições causadas por limitações culturais e de classe conservantistas. Nesta via, retoma o dinamismo estrutural da mudança com conservação, e mostra que "não é difícil transplantar ideias, técnicas e instituições científicas; o difícil é fazê-las funcionar, onde o homem ainda não desbastou o próprio horizonte cultural e não preparou a ordem social para garantir a racionalização do pensamento e de suas aplicações" (Fernandes, 1976, p.17).

[39] O que está expresso na crítica de Shwarz (1994), ao demonstrar a apropriação cultural europeia por parte das elites agrárias que, consequentemente, evidenciou a forma exclusivista de produção e reprodução das fissuras sociais por meio de uma clara busca de distanciamento das elites em relação ao povo.

A sociologia desenvolvida "[...] em países novos e em crescimento", quando "transplantada" – como supracitado por Florestan –, carece de ressonância social, de reconhecimento de sua importância para além da elite que o usa de maneira instrumental. O papel da sociologia é, por isso, de uma natureza que ultrapassa a própria existência institucional, ou, como diria Bourdieu (2001), o "campo". Ela se desenvolve com um horizonte que, unindo o cientista social a sociedade, endereça a produção sociológica para a ação. Por isso, o sociólogo:

> [...] não produz para o passado, para fazer jus a galardões de alto prestígio, pois não poderia ser retribuído através de "tradições acadêmicas sacrossantas" inexistentes. Muitas vezes, ele não produz sequer para alimentar o desenvolvimento teórico da sociologia, instado pelos leigos a produzir diagnósticos com dados do conhecimento do senso comum. Ele produz, literalmente, para erguer um edifício novo; incorporar a sociologia na "cultura" de seu país (Fernandes, 1976, p.16).

Esse processo de inclusão não é feito pela simples socialização "transplantada" de conhecimentos e instituições, mas sim, por meio de um ajuste teórico (Fernandes, 1976)[40]. Este, levando em consideração as especificidades histórico-sociais, preenche as lacunas teóricas deixadas pela perspectiva analítica dos países centrais que, segundo Florestam, são importantes, contudo, não podem ser tratadas como universais. O sociólogo paulista deixa claro que a produção teórica da sociologia deve ser feita de maneira dialógica entre estes sociólogos e os que se encontram na periferia do capital. Ambos formam os contributos necessários para uma produção teórica mais afinada com as especificidades globais e locais. Com isso afirma que:

> [...] os sociólogos dos países desenvolvidos descrevem os aspectos estruturais e dinâmicos da sociedade de classes sob condições que não são universais, negligenciando esse fato na construção das teorias. Sem subestimar o alcance e a vitalidade da restrição implícita, tenho para mim que é impróprio imputar à sociologia e às técnicas de interpretação sociológica os efeitos de uma equação pessoal. Além disso, a descoberta de lacunas teóricas desse gênero não nos deve impedir de aproveitar, devidamente, a parte positiva das contribuições daqueles sociólogos, impondo-se que vejamos nas limitações das teorias existentes um incentivo para tentarmos retificá-las e completa-las mediante esforços apropriados. Antes de mais nada, aí se acha uma demonstração insofismável de que a integração teórica, nas ciências sociais, depende de colaboração supranacional dos especialistas, e de que as diferenças de situação cultural são em certo sentido relevantes para o alargamento da própria perspectiva científica (Fernandes, 1976, p.80).

[40] O conceito de "teoria" em Florestan abarca o tripé ensino, pesquisa e diálogo com o social (que ele entende como aplicação) que, somente assim, poderia a sociologia se espraiar pela sociedade e se consolidar academicamente de maneira descolonizada (Fernandes, 1976; 1980a; 1980b).

Nesta via, Florestan deixa claro que o fazer sociológico na chamada periferia possui, também, *status* teórico, que, em conjunto com a produção e a comunidade de sociólogos dos países centrais, pode integrar uma produção afinada e que seja capaz de eliminar os extremos e/ou desvios analíticos. Entre estes, podemos citar o que se convencionou chamar de tese da singularidade que, em síntese, estabelece que determinados processos sócio-históricos acontecem unicamente em determinado país ou sociedade (Lynch, 2013; Moreira 2012; Ribeiro; Martins; Torres Junior, 2022; Tavolaro, 2017; Maia, 2011; Silva, 2022; Brasil JR, 2013).

O segundo extremo, segundo Florestan, encontra-se justamente na apropriação de teorias elaboradas nos países centrais, em sociedades e culturas totalmente díspares, tomadas como "universais" (Fernandes, 1976). Essa questão importa para considerarmos que a modernidade possui processos históricos e especificidades, por isso, não pode ser tomada pelas lentes teóricas de forma absoluta e/ou sem que se considere o processo de formação social do analista e da sociedade que busca compreender[41].

Nesta via, Florestan utiliza sua análise sócio-histórica como forma de esclarecer o processo de modernização brasileiro (Fernandes, 1980b; Soares, 2016), sem, com isso, renunciar a um conjunto de especificidades, escolhas e processos únicos por serem históricos (Silva, 2011). Além disso, como afirma Costa (2010), este posicionamento evidencia a postura de Florestan diante da dependência cultural e, portanto, epistêmica, onde:

> Há uma interação rica e frutífera entre o geral e o particular nas investigações sociológicas de Florestan Fernandes que não se reduzem à mera implantação de teorias, métodos e técnicas de investigação científica, de suposta validade universal. A sua meta era mais ambiciosa, a de descobrir para a construção de teoria sociológica geral ao se concentrar na investigação dos problemas do subdesenvolvimento, das nações periféricas e do capitalismo dependente (Costa, 2010, p.52).

A sociologia de Florestan, entre tantas questões analisadas na perspectiva supracitada, toma, por exemplo, que "[...] o dilema número um da sociedade brasileira moderna é a demora cultural". Essa "demora" é consequência da "[...] resistência residual intensa à mudança, a qual se torna sociopática nos círculos conservantistas do país, concentradas nas cidades ou dispersas no vasto mundo rural e tradicionalista brasileiro" (Fernandes, 1976, p.133). Assim, a melhor

[41] Fica claro que, para Florestan, existe a necessidade de uma revisão teórico-metodológica que possa afastar o fazer sociológico tanto de propostas pretensamente universalistas, quanto, exclusivistas ou "singulares".

forma de combater essa cultura é o estabelecimento de uma sociologia que atenda aos quesitos de pesquisa, ensino e aplicação e que considere, para tal, as especificidades de nossa sociedade.

Para Shiota (2018, p.223-224), "o termo demora cultural não possui qualquer sentido valorativo [...]" não sendo, por isso, sinônimo de atraso. Antes enfatiza somente que é mais difícil "inventar" na cultura não material, ou seja, a instauração de um aparato formal e/ou institucional – normalmente – está mais propenso ao êxito do que a mudança de práticas culturalmente estabelecidas. Portanto, para esse autor, ao fazer uso do conceito de "demora cultural" de Ogburn, Florestan incorpora-o a concepção de mudança social de maneira diferente, "[...] pois existe um processo de tradução do conceito, o qual é usado em contexto periférico [...]".

A pesquisa, como citado anteriormente, concentra na prática sociológica a capacidade de identificação e orientação teórica das relações sociais em perspectiva histórica, sendo, por isso, fulcral para ampliação do horizonte analítico, como também, para a solução de fissuras conceituais – oriundas ou não, de transplantes teóricos (Fernandes, 1976). O ensino, por conseguinte, é fundamental para a socialização de uma perspectiva humanista de sociedade que, além de amplificar a racionalidade científica, preza pelo papel das humanidades – em especial a sociologia – como cerne de uma educação cívica comprometida em transpor o formalismo conservador (Fernandes, 1958;1980a; 1980b).

A preocupação de Florestan com a "aplicação" aproxima-se do tripé atual das instituições públicas de ensino, principalmente as universidades e institutos federais[42], que operacionalizam esse conceito, atualmente, através de práticas extensionistas. Sua proposta de consolidação da sociologia tomava como imprescindível a disponibilidade dos conhecimentos produzidos, como forma de transpor a resistência cultural através da racionalidade científica. "Se não tudo, pelo menos o que é essencial no destino histórico da sociologia como matéria científica, será determinado pelas decisões e realizações dos sociólogos na solução de problemas práticos que cerceiam o funcionamento daquelas instituições" (Fernandes, 1976, p.143).

A sociologia depara-se assim com o desafio de se tornar necessária no mundo e para o mundo de modo que, além dos especialistas e pares acadêmicos, seu conhecimento possa atingir pessoas, instituições, dimensões sociais – economia, educação, administração, política,

[42] Ver Plano de Desenvolvimento Institucional (Sant'Ana, Tomás Dias et al. (2017).

judiciário, etc. – de modo a tornar-se imprescindível (Fernandes, 1976)[43]. Esta perspectiva estava presente na própria prática cotidiana de Florestan que, no labor de integrar a sociologia na cultura do país, publicava nos jornais[44] diversos convites endereçados a população para que participasse de cursos ministrados na USP. Além disso, Florestan chegou a se postar na frente da universidade convidando os transeuntes a participarem de cursos, palestras e demais atividades desenvolvidas no campus. Com isso, defendeu que:

> Se quisermos ajustar as instituições que trabalhamos às funções que a sociologia deve satisfazer na educação do homem moderno, no progresso da ciência e na reconstrução social, necessitaremos de revelar coragem para irmos além dos colegas europeus e norte-americanos. Sabemos muito bem que as referidas funções não deixarão de ser potenciais, enquanto não se der àquelas instituições organização adequada, capacidade de crescimento contínuo e meios de comunicação com o ambiente. (Fernandes, 1976, p.143).

A sociologia contra o conservadorismo possui assim o compromisso de evitar que os "[...] ideais de especialização que conduziram os cientistas à acomodação, ao isolamento e à frustração, convertendo-os testemunhas eruditas dos dramas da vida e das coletividades humanas", tornem-se os pilares da prática sociológica. Para Florestan isso seria a manifestação cabal do conservadorismo através do aburguesamento do sociólogo que, ao assumir a gramática normativa da burguesia, se detém ao programa de legitimidade do *status quo* (Fernandes, 1980a).

Neste sentido, Florestan deixa claro que uma sociologia crítica do conservadorismo, além de repousar sobre os pilares da ação, ultrapassa os meandros da acomodação burguesa e aponta para a necessidade de uma perspectiva revolucionária. Isso significa que ele entende o século XX como o período da revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 2005) e, pertencente ao mesmo processo – de certa forma –, também um momento de contrarrevolução. Da mesma forma, a sociologia se estabelece como revolucionária – quando comparada ao modelo que precede a universidade –, contudo, seu aburguesamento a torna submissa aos movimentos conservadores (Fernandes, 1980a). Eis a tensão entre os "sociólogos profissionais" e os "intelectuais orgânicos da contestação" – intelectuais/sociólogos críticos:

---

[43] Foi o que buscou demonstrar em uma de suas obras teóricas, ou seja, a possibilidade de aplicação do conhecimento sociológico em diversas dimensões e as possibilidades de contribuição nestes campos. Ver Fernandes (1970).

[44] A título de exemplo, no dia 07/04/1949 foi publicado no Jornal paulista Folha da Manhã (p.4) um convite para a participação no "Curso de Sociologia e Folclore". Fonte: Acervo digital do Jornal Folha da Manhã.

> Na prática, não podem competir equitativamente os representantes da sociologia profissional, que monopolizam a direção do desenvolvimento da sociologia "como ciência". E tampouco podem ultrapassar as barreiras de comunicação que os isolam de qualquer aspiração concreta de polarizarem seus papéis *como se fossem* intelectuais orgânicos da contestação. Na verdade, a sociologia "crítica" ou "insurrecional" e o "socialismo democrático" surgem como subjetivações de um curioso ritual de trocas compensatórias. Uma sociedade e uma civilização detestadas oferecem o maior conforto material a seus sociólogos indomáveis. Estes, por sua vez, não conspurcam o templo do saber. Refugiam-se no radicalismo sociológico abstrato e bicam, como vingança, a mão que os alimenta (Fernandes, 1980a, p.63)[45].

Florestan evidencia assim que, o desenvolvimento científico da sociologia, é, por si só, crítico, ou seja, a criticidade é a "natureza" da sociologia (Fernandes, 1980a). Isso é insuficiente para sua proposta de sociologia na periferia do capital, principalmente, pelo fato de ser realizada por sujeitos históricos que integram uma classe no jogo antagônico do capitalismo. Neste sentido, sendo a sociologia desenvolvida por integrantes que defendem a ordem burguesa, como – questiona – essa sociologia pode contribuir para a construção de uma sociedade, no mínimo, pautada no radicalismo democrático-burguês se a burguesia é conservadora e contrarrevolucionária?[46]

Esse questionamento não descarta totalmente a produção sociológica da "ordem" em si, contudo, equaliza o campo sociológico hegemônico como conservador. Por isso, Florestan ressaltou constantemente em suas análises da sociologia no Brasil a importância de edificá-la como contraponto do conservadorismo,[47] entendendo, por isso, uma prática científica comprometida com a aceleração cultural.

Nestes termos, afirma Netto (1987, p.293), vemos que Florestam implementa seu projeto intelectual e profissional de sociologia "[...] como ciência específica, num parâmetro similar, embora não idêntico, ao daquela 'ciência concreta rigorosamente especializada', tão asperamente criticada por Lukács". Para este:

> A maior parte da sociologia se concentra em pesquisas especializadas. A sociologia se converte numa mera ciência particular, que mal chega a tangenciar as grandes questões da estrutura e do desenvolvimento social. E por isso não pode mais cumprir sua tarefa inicial de demonstrar o caráter progressista da sociedade burguesa (pois isso já não encontra respaldo

[45] Crítica também realizada por Vieira Pinto (1986), que considera o espaço acadêmico brasileiro como uma compensação pelo "silêncio" dos intelectuais.

[46] Florestan abordou diversas vezes o fenômeno de forças sociais conservadoras e contrarrevolucionárias no espaço acadêmico e, especificamente tratando da USP, deu um bom panorama apresentando-a como uma "questão" (Fernandes, 1984).

[47] Referindo-se a Caio Prado Jr. e sua origem social – "pertencente à classe dominante e dirigente –, Florestan aponta para a necessidade de o sociólogo ser o que chamou de "traidor de classe" (Fernandes, 2015, p.42).

> econômico) e defendê-lo ideologicamente contra a reação feudal e o socialismo. Ao se converter, da mesma forma que a economia etc., numa ciência particular rigorosamente especializada, as tarefas que lhe surgem são condicionadas pela divisão capitalista do trabalho. E entre elas, e primeiramente, a tarefa que surge espontaneamente e da qual a metodologia burguesa nunca tomará consciência: a de remeter as questões decisivas da vida social, de uma disciplina especializada que, como tal, não é competente para resolvê-las, à jurisdição de outra disciplina especializada, que, por sua vez, e de modo igualmente consequente, se declara incompetente. Naturalmente, trata-se sempre das questões decisivas da vida social em relação às quais a burguesia decadente tem um interesse cada vez maior em evitar que sejam claramente colocadas e, mais ainda, resolvidas (Lukács, 2020, p.507-508).

Tem-se neste quadro uma sociologia do conservadorismo em Florestan que, em síntese, se iniciou através da crítica do conservadorismo cultural, depois salientou a importância das instituições para seu desenvolvimento no rigor da gramática científica e, em seguida, entende que necessita se espraiar para além do círculo acadêmico (Fernandes, 1976; 1980a).

Com essa postura buscou demonstrar as dificuldades de se exercer a atividade sociológica estritamente "profissional" (Fernandes, 1980a), por isso, este tópico nos conduz à crítica da sociologia que considerou conservadora, justamente, por apregoar uma postura metodológica de isenção. Além disso, "em uma era de revolução social" (Fernandes, 1976), as exigências, segundo ele, atribuídas ao papel do sociólogo e da sociologia extrapolavam em muito a simples observação dos processos sociais.

1.4 – Sociologia para além da academia

A sociologia de Florestan buscou transpor o reduto acadêmico tendo como contraponto a democracia restrita. Para este propósito, buscou ancorar seu projeto de sociologia na luta pela condição humana, cujas origens se encontram – além de sua história – no seu contato com o marxismo, onde afirma que "[...] um dos primeiros livros de Marx, que li, foi *A Sagrada Família*; através de Marcuse, ou seja, de *Reason and Revolution*, a sua melhor contribuição ao marxismo, bem cedo me familiarizei com o poder do pensamento negador [...]" (Fernandes, 1980b, p.140).

Assim, – apesar de salientar a relevância do pluralismo teórico[48]– descreveu a importância das leituras de Lenin, Rosa Luxemburgo, Karl Mannheim que, segundo Florestan, "[...] sugerem as fronteiras não declaradas de um inconformismo que incorporei à sociologia (e que, portanto, nunca foi externo àquilo que poderia designar como minha prática sociológica)"

[48] Fruto de seu "ecletismo bem temperado". Ver Cohn (1987).

(Fernandes, 1980b, p.141). Essa afirmação foi feita como defesa de sua produção entre 1942 e 1960, onde Florestan pede atenção a seus críticos, solicitando que estes lessem melhor o que escreveu para que, dessa forma, pudessem identificar o conteúdo de seu inconformismo.

Esse movimento de ruptura com o que chamou de "sociologia profissional" ou "formalista", foi alimentado por uma série de experiências das quais Florestan tomou como parte de sua formação. Notemos que este conceito conflui com a perspectiva freireana de incompletude, de conhecimento que se constrói historicamente através da própria existência no mundo e para o mundo (Freire, 2018). Assim, descreve cumulativamente suas experiências de modo que:

> O período mais fermentativo de minha formação não coincide, apenas, com a peregrinação pelas bibliotecas e as tentativas de alargar a educação escolarizada. Em seu decorrer, três outros tipos de atividades canalizaram a transformação do *aprendiz de sociólogo em sociólogo maduro*. As duas mais importantes se relacionavam, diretamente, com o que fazia na Faculdade de Filosofia, como professor e pesquisador. O ensino de sociologia e a pesquisa sociológica dobraram o meu rude individualismo, forçando-me a travar as últimas batalhas que assinalam o aparecimento de uma *segunda natureza humana* dentro de mim, a qual se confunde com o "professor" e o "sociólogo" em que me converti, inteiramente voltado para fora, para os "problemas dos outros", os "dilemas de nossa época" e o "controle racional da mudança social" (Fernandes, 1980b, p.171).

A terceira atividade descrita por Florestan foi a de sua "[...] participação da luta subterrânea contra o Estado Novo" [...] e sua "vinculação, por certo tempo, ao movimento trotskista[49]". Isso oxigenou seu inconformismo em relação ao universo social e acadêmico, de modo que o incitou "[...] a buscar uma identificação ultra-radical e a fazer parte, por uns quatro anos mais ou menos, do pequeno grupo trotskista de São Paulo". Entre as atividades exercidas neste grupo estavam as "[...] tarefas de redigir, mimeografar e distribuir panfletos ou um pequeno 'jornal', este de luta contra a ditadura, quanto em um projeto de escopo mais amplo de clássicos do socialismo" (Fernandes, 1980b, p.171-172).

> A mim me coube, nada mais nada menos, que traduzir a Contribuição à Crítica da Economia Política (publicada em 1946, com uma introdução de minha autoria). Esse episódio, no conjunto, é marcante na minha evolução intelectual. Foi ele que me pôs face a face com o desafio, que vinha de minhas

[49] Martins (1987) salienta que a militância trotskista experimentada por sociólogos nos Estados Unidos e no Brasil, contribuiu para uma perspectiva de "totalidade", que teve entre os principais motivos a difusão da obra de Lukács (2018) *História e Consciência de Classe*. Na sociologia de Floresta, afirma o sociólogo português, essa dimensão também se expressou através da perspectiva funcionalista, posteriormente demonizada pelos cientistas sociais e humanistas.

> origens humanas, e que me mostrou, pela primeira vez, que o sociólogo, que brotava e crescia dentro de mim, devia responder a esse desafio e identificar-se com os ideais socialistas de reforma e de revolução sociais que ele implicava. Ele não só me ajudou a vencer o forte intelectualismo abstrato inerente à minha recente formação universitária, pondo-me na circulação política através de ações concretas de oposição à ordem existente. Também de ajudou a localizar-me dentro do "debate sociológico" em um sentido novo (Fernandes, 1980b, p. 172).

Essa sobreposição entre ensino, pesquisa e atuação política levou Florestan a detectar a existência de um "confronto com a sociedade", caracterizado pela tensão entre a prática investigativa e as ideologias e utopias que compõe o social. Em sociedades estratificadas – onde existe a possibilidade de apropriação do conhecimento científico pelas frações revolucionárias –, os sociólogos "[...] que vivem em *sociedades capitalistas* e exercem dentro delas o seu mister, tem-se uma relação de tensão extrema entre a condição humana do sujeito-investigador e a reação societária a explicações sociológicas que ponham em causa os *idola*[50]" (Fernandes, 1980b, p.180).

Este conflito aponta para pelo menos três vias que, segundo Florestan, seriam os da "[...] sociologia formal ou sistemática, que confere ao sociólogo a liberdade de lidar com aspectos gerais e abstratos da vida humana em sociedade". Esta via é duramente atacada por ele, principalmente, por considerar uma prática do "intelectual improvisado[51]" que, ao se acomodar nas instâncias de distinção social, reitera o aburguesamento como estilo de vida. Em segundo lugar, Florestan destacou "[...] o refúgio em temas que chamou de remotos ou exóticos, pelos quais o sociólogo procura realizar os seus papéis estudando o 'passado morto' ou os 'nossos contemporâneos de outras culturas[52]" (Fernandes, 1980b, p.180).

As duas primeiras vias são caracterizadas como síntese da "neutralidade ética", que representa a cabal manifestação da esterilidade crítica da prática científica em ciências sociais. Assim, afirma que esta "[...] comparece, aqui, como componente essencial desse processo de acomodação intelectual e social, pelo qual o sociólogo pode oscilar, na esfera prática, do 'reformismo esclarecido' ao conservantismo consequente' e à 'apologia da ordem'". Neste

[50] Os "idola" se refere ao conceito elaborado pelo filósofo Francis Bacon. Florestan utiliza-o para designar salientar que certas perspectivas de classe podem ser tomadas como "idola", entre estas, está a ideia de legitimidade burguesa que, entre outros, favorece a acomodação do investigador ao se deparar com as fissuras sociais e não se sentir compelido a combatê-las.

[51] Fernandes (2008b), p.108.

[52] Os termos "remotos" ou "exóticos" não devem ser tomados como qualquer tipo de aversão a pesquisa etnográfica, uma vez que o contexto do qual se refere Florestan é o de estudiosos de sociedades capitalistas que, ao invés do se posicionarem frente às ideologias e utopias sociais, acabam sucumbindo ao *status quo*.

sentido, é tomado como "[...] um formidável inimigo do pensamento científico na sociologia" (Fernandes, 1980b, p.181).

O terceiro caminho, "[...] um 'compromisso' entre a racionalidade adaptativa do sociólogo e a reação repressiva da sociedade" é apresentada por Florestan como o limite deliberado do "[...] questionamento crítico das ideologias e utopias" (Fernandes, 1980b, p.180). Neste sentido, a crítica sociológica, que segue os pilares de sua "natureza" (Fernandes, 1978a), passa pela capacidade de se impor acima das forças sociais que desejam a manutenção do *status quo*, como também, das que desejam a mudança de forma revolucionária.

O uso das terminologias "ideologia" e "utopia" exteriorizam a influência de Mannheim (1972) a respeito do papel do intelectual e de seu compromisso, assim, "se o intelectual mannheimiano permitia atribuir posição de relevo ao *métier*, propiciava também atitudes de intervenção, ancoradas nos princípios de responsabilidade do saber" (Arruda, 2001, p.320). Seu objetivo em estabelecer a sociologia como ciência esteve sempre atrelado ao ideal de torná-la uma via de atuação no mundo, onde a nova linguagem[53] moderna – o racionalismo científico – seria disseminado através da democratização da educação e do desenvolvimento e produção das ciências sociais (Arruda; Garcia, 2003, p.95).

Embora, afirma Arruda (2001, p.312), sua vida intelectual fosse forjada até 1969 "[...] no compasso da sua autoconstrução, indissociando-se os dois processos", a crença de que a ciência substituiria a cultura elitista de produção da narrativa de cunho sociológico esteve presente em seus trabalhos até a sua aposentadoria compulsória. A militância pela condição humana apareceu antes do trágico encerramento de sua carreira acadêmica, em trabalhos que tratou de diversas formas de deslocamentos, exclusão e marginalidade.

Em 1945 Florestan apresentou no Seminário sobre os índios do Brasil o trabalho *Tiago Aibopureu: um Bororo marginal*, em que descreve o deslocamento experimentado por um indígena que, após receber educação católica, viajar e se aculturar, retorna para seu povo, contudo, sem conseguir se reestabelecer. Sua angústia é expressa através da existência deslocada entre mundos sociais em que ele não se encaixa, mesmo que em sua tentativa de retorno ele participe dos rituais e de toda experiência do cotidiano cultural de seu povo de origem (Fernandes, 1958).

A mesma existência trágica, Florestan identificou em seus trabalhos sobre o negro no Brasil que, a partir da sociedade de classes, das instituições políticas e do estatuto

[53] Arruda (2001, 317) apresenta Florestan Fernandes como um dos representantes do processo de modernização brasileiro, mais precisamente de São Paulo, onde, em meados do século XX, este estaria criando uma "nova linguagem" baseado na racionalidade científica e sua explicação dos dilemas sociais.

constitucional, não conseguiu integração efetiva na ordem social competitiva. Além disso, sofreu até mesmo com a competição estrangeira, sendo preterido nos postos de trabalho, escolas, universidades e faculdades, caracterizando o já citado "déficit negro" (Cohn, 2000, p.395).

Outro exemplo que marcou Florestan e sua atuação militante foi a questão educacional, onde demonstrou a existência de uma evasão escolar exorbitante, associada com estratégias políticas conservantistas para estrangular ainda mais a escola pública e fortalecer o setor empresarial e confessional da educação. Nesta luta chegou a confrontar estudantes da USP, o centro acadêmico, professores e setores conservadores que naturalizavam a força de exclusão social da educação. Com a imposição da aposentadoria, sua "autoconstrução" passou a sofrer maiores efeitos do mundo político do que do mundo acadêmico. Neste sentido, declarou que:

> Os que proclamam a "fé cristã" e a "defesa da democracia" para desencadear uma contrarrevolução cega são os próprios coveiros do cristianismo e da democracia. Nada tenho em comum com eles e não estou no porão por minha culpa ou por minha escolha. Por isso, escrevo este ensaio, como a última contribuição que um dos membros dessa *geração perdida* pode dar para chamar os espíritos à razão e para dizer o que pretendíamos, em nome de uma aspiração legítima e tardia de autonomia cultural. Os que virão depois julgarão melhor o que convém fazer e se já não é tempo de soterrarmos o pensamento conservador, com seus métodos ibéricos de obscurantismo intelectual, que estão sendo destruídos em suas próprias fontes – em Portugal de Salazar e Caetano; e na Espanha de Franco (Fernandes, 1980b, p.215).

Florestan – ao se referir aos "métodos ibéricos" como aqueles que preteriram a filosofia iluminista em nome da escolástica –, vê no regime autoritário uma forma de regressão cultural, onde o pensamento conservador se fez através da força, subjugando todo aparato institucional. Notemos que a luta inicial de Florestan pelo fortalecimento da ciência e das instituições se confirmou de forma trágica, onde repousa parte se sua concepção de conservadorismo; ou seja, sem as instituições, o que resta é a força, como linguagem comum de modo a fortalecer as ideologias e dissipar as utopias. Este período foi importante para a compreensão da sociologia de Florestan, principalmente, pelo fato de que sua crença na ciência burguesa como sinônimo de democracia começou a se tornar – em parte – ceticismo. Assim, ele entendeu que:

> Depois de abafar e reprimir por mais de quatro séculos qualquer florescimento da inteligência crítica e criadora, o pensamento conservador lograra varrer o terreno e impor, não sabemos por quanto tempo, o seu padrão mortiço de entreguismo intelectual e covardia moral. Uma vitória às avessas, que reabria o país às correntes avassaladoras e sempre revigoradas do colonialismo cultural (Fernandes, 1980b, p.214).

A "geração perdida" foi, por um lado, a evidência de que seu projeto sociológico de construção de uma democracia não havia logrado êxito e, por outro, o reconhecimento de que o combate com a cultura conservadora deveria, mais do que nunca, ultrapassar os limites acadêmicos. Assim, de momentos estanques – apesar de intensos, como a pesquisa sobre os negros no Brasil e os embates pela educação –, Florestan foi se distanciando de sua "segunda natureza humana" para, enfim, experimentar a existência histórica de forma preponderante, como demonstrou seu primeiro trabalho sobre marginalidade.

O jovem de origem humilde se converteu ao mundo acadêmico e se refez através dele, sobrepondo suas existências e se esforçando para se incluir em um universo social que não correspondia ao seu (Arruda, 2001). Contudo, quis a história que, assim como Tiago Marques Aibopureu, Florestan vivesse o deslocamento aprofundado pela agonia de não poder "voltar"[54]. Neste processo a agenda da condição humana passou a ganhar cada vez mais espaço em seus trabalhos, que culminou com a publicação de uma de suas principais obras, "A Revolução Burguesa no Brasil", em 1975.

Este processo é designado por alguns autores como a virada do Florestan acadêmico para o político, como se fosse possível esta cisão de forma estanque[55]. Ao tratar de suas obras sociológicas, podemos perceber que a questão da condição humana esteve sempre presente, no entanto, era visível que queria alcançá-la através da dimensão científica da sociologia como requisito da sociabilidade moderna que se instituía no Brasil de meados do século XX (Arruda, 2001). Assim, destaca Netto (1978), o equilíbrio entre o sociólogo e o socialista, antes expresso através de sua base universitária, foi rompido e o segundo se sobrepôs ao primeiro, através de uma série de experiências históricas trágicas para a condição humana, onde:

> Entre o AI-1 e o AIA-5, Florestan se radicaliza velozmente: o substrato ideopolítico de seu pensamento ganha uma dinâmica inédita, movido por aquela tensão que, por mais de três lustros, o sociólogo profissional conseguiria conter graças à imersão na pesquisa do Brasil. Na sequência, a consolidação renovada da autocracia burguesa operou a subversão radical da estrutura anímica de Florestan – estilhaçados os quadros nos quais a sua condição profissional (o sociólogo) se mantinha, saturava-se o seu mundo intelectual e afetivo noutra opção, a de pedagogo socialista revolucionário (Netto, 1987, p.295).

[54] Após três anos lecionando (1969-1972), Florestan conquistou o status de professor titular na Universidade de Toronto, Canadá (Fernandes, 1980a, p.13). Sobre a aflição experimentada no exílio que, em parte, contribuiu para que retornasse mais socialista que sociólogo, ver Heloísa Fernandes (2007).

[55] Compartilho da interpretação de Arruda (2001, p. 221) que, ao considerar esses momentos como "clivagens", nos mostra a maneira processual com a qual Florestan se aproximou do socialismo e de sua postura militante.

O seu desfecho analítico em termos de pensar o papel da sociologia foi, assim, expresso em um curso ministrado em 1978 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, onde Florestan realizou o exercício de pensar o conhecimento sociológico para além em sua imaginação sociológica (Fernandes, 1980a). Refletindo no âmbito da revolução socialista, visualizou um novo lugar para a sociologia que ao invés de ser a responsável pela implementação da condição humana, seria, pelo contrário, responsável por sua manutenção. Assim:

> Nas sociedades capitalistas os sociólogos desfrutam extrema liberdade pessoal, porém o pensamento sociológico está sujeito a uma impregnação ideológica profunda. Nos países socialistas o inverso parece ser verdadeiro. Espera-se do sociólogo, como pessoa, uma extrema fidelidade ideológica ao partido e ao governo. O pensamento sociológico prescinde dessa saturação, pois a sua eficácia prática se equaciona em termos de sua objetividade científica. Como um conhecimento *voltado para o futuro*, ele precisa ser empírica e teoricamente adequado à transformação revolucionária da realidade. A dissociação de responsabilidades simplifica, pois, o processo de adaptação da investigação sociológica concreta a tarefas que não são personificadas no sociólogo (embora ele possa preencher vários papéis práticos de alcance variável), mas que expõem a sociologia como ciência a ser incorporada ao núcleo institucional da revolução socialista (pela planificação ou por outros meios) (Fernandes, 1980a, p.92).

Esta passagem nos mostra que seu projeto de sociologia ainda foi revisitado quase dez anos depois da ruptura com a Universidade de São Paulo, e que sua perspectiva mannheimiana de intelectual comprometido ainda suspirava em suas aulas como forma de realocar seu projeto em uma nova lógica social, o socialismo. Neste sentido, sua última obra de reflexão teórica da sociologia aponta para uma reformulação desta ciência com a condição humana que, nestes termos, alterou profundamente sua razão de ser[56].

[56] Florestan entende a relação entre ciência e sociologia como imprescindíveis para a reconstrução do mundo, como destacou D'incao (1987), essa seria, em síntese, a "mudança social e sociologia libertadora". Neste sentido, a perspectiva revolucionária abarca simultaneamente ciência e sociedade, cuja influência, de pendência e dialogicidade, aparecem de maneira explícita nesta obra (Fernandes, 1978a).

1.4.1 – Superação da sociologia burguesa ou a "natureza sociológica da sociologia"

Florestan destacou que a sociologia em sociedades "a caminho do socialismo" não poderia ser vista como uma ruptura total e, com isso, considerou que muito desta sociedade será necessário e, até mesmo, imprescindível para a consolidação e amadurecimento do socialismo. Neste sentido, suas reflexões a respeito do lugar da sociologia em países em transição – experimentando o estágio socialista –, defronta-se com contextos histórico-culturais que, em um primeiro momento, fecharam-se para a sociologia pela sua "contaminação" burguesa. Depois dos processos revolucionários – enumerados a partir dos exemplos da Rússia, Cuba, China e de países do leste europeu –, Florestan aponta o ressurgimento desta ciência, contudo, com *status* de auxiliar do processo revolucionário (Fernandes, 1978a). Assim, tendo a igualdade como "um mínimo histórico", define que:

> É esse marco que vai regular o reaparecimento e o desenvolvimento da sociologia nos países em transição para o socialismo. O aparecimento de novas condições sociais de necessidade e de validade do pensamento sociológico constituirá o requisito cultural número um do ressurgimento da sociologia. Isso não impedirá que ela retome, seletivamente, uma herança acumulada previamente nas sociedades capitalistas, especialmente na esfera das técnicas de investigação e de análise; e tampouco que o marxismo se afirme como um elo entre a crítica da sociedade burguesa e a elaboração dos planos, o estudo das condições operárias, da vida quotidiana nas "condições de transição" e o que é preciso fazer para passar-se dessa etapa para o comunismo, como alvo final (Fernandes, 1978a, p.79).

Florestan apresenta que a análise teórica é uma dimensão aquém da realidade histórica quando se trata do socialismo, por isso, a vê como uma "técnica de desenvolvimento" que "criou e continua criar sérios problemas à construção de regimes verdadeiramente socialistas". Além disso, afirma que seu processo de implantação "limitou (e continua a limitar) o estabelecimento, *ab initio*, de práticas democráticas exigidas no período de transição (Fernandes, 1978a, p.80).

Estas colocações destoam das perspectivas de ruptura com um projeto de sociologia acadêmica, assim, corroboram a dimensão radical de um projeto de sociedade associado a ele que, nestes termos, não deixou de refundar a sociologia sobre novas bases. Nestes termos, os direcionamentos e ajustes não seriam realizados de forma individual ou por interesses de grupos, mas sim, a partir da necessidade da totalidade. Assim, baseando-se nas análises de André Gorz, evidencia que o direcionamento global da economia nas condições supracitadas

conduziria, inevitavelmente, à democracia direta e o poder popular ao estado de ruína – no estágio de sua implantação (Fernandes, 1978a, p.81).

Esse processo é entendido por Florestan como uma fase de destruição das estruturas capitalistas e, por isso, urge de um "esquema" socialista que, ao contrário do presente – manifesto como forma de manutenção conservadora do *status quo* –, o socialismo olha para o futuro[57]. Isso justifica esse primeiro momento. Assim, dialogando com Lênin, afirma que ele "tomou a sério a função central desse Estado *de transição*, que só poderia ser socialista (e democrático em um sentido socialista) na medida em que fomentasse a autodestruição de seu elemento político e conseguisse abreviar a duração do próprio socialismo" (Fernandes, 1978a, p.82)[58].

No plano histórico, a mediação entre Estado e partido revolucionário – entendido como unidade necessária e provisória de operacionalização da economia da totalidade – possui três estágios na transição para o socialismo. Primeiro, se refere a tarefa de "[...] completar a formação da economia nacional e das formas sociais correspondentes [...]", segundo, "[...] modelar a produção por requisitos socialistas [...]" e, por fim, "[...] fazer do socialismo *um estágio*, com etapas sobrepostas distintas, dialeticamente determinadas por uma *forma superior* em que elas se esgotariam e se dissolveriam [...]" (Fernandes, 1978a, p.82-83). Nestes termos, cada fase teria como objetivo único a "realização do socialismo a avanços conscientes e organizados na direção do comunismo".

Para Florestan, durante esse momento, a sociologia não passa de um "luxo pequeno-burguês" e que "como tal podia ser negligenciada (e foi)", referindo-se à experiência histórica russa que, para esta fase de desagregação, dedicou demasiado tempo. Contudo, "a partir da *fase construtiva* de transição" Florestan vislumbra a existência de um padrão socialista de relações sociais que realocam a sociologia, desta vez, edificada sobre novas bases, onde:

> [...] regula, portanto, as transformações substanciais na concepção do homem, na organização da sociedade e nas funções do Estado proletário ou popular. O que antes não ia além de uma condenação dos "desvios burocráticos", agora

[57] Sociologia e sociedade são vistas nesse momento como indissociáveis, por isso, sua perspectiva revolucionária influi em sua análise sociológica, principalmente, no que tange aos efeitos ideológicos da democracia burguesa sobre os oprimidos socialmente, como também, das frações de esquerdas democráticas. Sem ruptura, a "sociologia profissional" continuaria vigorando sobre as bases da legitimidade burguesa e do seu papel de simples diagnóstico. Sobre a posição revolucionária de Florestan, ver Toledo, Caio Navarro de. Hegemonia e Poder Político. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber Militante. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

[58] Florestan chama atenção para a tendência em resumir esse processo à experiência soviética comandada por Stalin. Para ele esse equívoco não deve ser cometido, assim como manifesta em seus escritos políticos que a revolução socialista não será a reprodução de qualquer uma que tenha ocorrido. Por isso, revalida a sociologia e a teoria como "técnica de desenvolvimento", cuja finalidade se alinha ao processual (Fernandes, 1980a).

> aparece como uma necessidade de eliminação seletiva dos "abusos do poder", do terror e da centralização autocrática (Fernandes, 1980a, p.84).

Desta forma, assim como as ciências serviram ao processo revolucionário que estabeleceu a ordem burguesa, servirão ao socialismo e seu ímpeto autodestrutivo em busca do comunismo. Este cenário é desbravado por Florestan em três pilares fundamentais onde, no primeiro, a ciência se desenvolveria com base e no padrão de desenvolvimento socialista – entre as principais características deste momento encontra-se a perspectiva do "humanismo socialista", caracterizado pelo fim da "exploração do homem pelo homem" (Fernandes, 1980a, p.98-101).

Em segundo lugar – inspirando-se em Wright Mills e na ideia de "desenvolvimentos futuros" –, Florestan entende que a sociologia em transição não estaria pronta, mas sim, em processo de acomodação e de revitalização, principalmente, das novas demandas estabelecidas pela dinâmica social. Mesmo reconhecendo como um processo recente e incerto, entende que "em confronto com a sociologia marxista clássica, ela seria teoricamente pobre e possui um élan revolucionário fraco". Isso não significa que tenha no escopo analítico marxiano e marxista seu tipo ideal, uma vez que isso "[...] não impede que ela traga consigo a esperança de que está nascendo um novo tipo de sociologia marxista: ela nasce de sua herança teórica e do seu exemplo, mas deve superá-los" (Fernandes, 1980a, p.102).

Em terceiro lugar, Florestan concebe que "as contradições existentes entre forças produtivas que crescem numa direção socialista e outras condições econômicas, culturais, sociais e políticas que não crescem na mesma direção ou crescem com baixa intensidade". Isso requer uma postura de tensão por parte do sociólogo, uma vez que para 'transformar o mundo', ele precisa, ao contrário da sociologia burguesa, comunicar as contradições (Fernandes, 1980a, p.104).

> Portanto, deve-se saudar a sociologia concreta como um fruto promissor da revolução científica provocada pelos progressos da consolidação da sociedade socialista. Não se deve deixar de reconhecer, no entanto, que estamos a meio caminho. É patente que a sociologia concreta tende a crescer – e a crescer com flexibilidade e intensidade constantemente maiores; o que não impede que ela seja vitimada pelas contradições típicas do período de transição, da fase de consolidação relativa ou da fase propriamente avançada (Fernandes, 1980a, p.105).

Essa "revolução científica" que transforma a lógica do conhecimento para a sociologia e os demais campos científicos, necessita superar suas bases puramente ideológicas e ganhar capilaridade histórica a partir de sua negação. É a continuidade da revolução socialista que

exige do pensamento sociológico que ele 'transcenda à situação real', não nos limites teóricos da 'consciência possível', mas como fonte de informação [...]". O "mundo possível" evidenciado por Lessa (1998) ganha, neste sentido, a possibilidade de se transformar – segue Florestan – em um "[...] instrumental para a ação, e como força cultural, capaz de arrancar do presente a sua negação" (Fernandes, 1980a, p.105).

Neste último momento de elaboração teórica – se é que podemos afirmar que, em algum dia, deixou de pensar a sociologia e o seu fazimento –, Florestan demonstrou clara influência do marxismo leninista – em parte, resultante de sua dedicação à obra de Lenin em meados da década de 1970, enquanto preparava uma introdução ao pensamento deste autor para a coleção *Grandes Cientistas Sociais* (Silveira, 1987, p.288)[59]. Assim, seu tom de "intransigência" em relação às necessidades de ruptura com uma perspectiva burguesa de ciência e sua superação apareceram em seu texto de apresentação em um horizonte comportando as seguintes expectativas:

> Apoderando-se da ciência, o movimento socialista colima a transformação revolucionária da sociedade burguesa (e não o crescimento puro e simples do "edifício da ciência"). Não se trata de cultivar a "ciência pela ciência" (ou seja, uma *ciência política* oposta à "ciência política burguesa"); porém, de usar a ciência na produção de um conhecimento livre de interferências conservantistas e intrinsecamente explosivo (Fernandes, 1978a, p.34).

Esse escopo analítico elaborado por Florestan, através de sua condição humana, da experiência acadêmica e de sua guinada militante e participativa, forjou a lente analítica do conservadorismo de classe presente em seus escritos que contemplam o tema. No capítulo seguinte veremos que, assim como em sua análise a respeito da sociologia, dos intelectuais e da ciência de modo geral, a burguesia brasileira fez a revolução e se inseriu na modernidade, contudo, deixou de "arrancar do presente a sua negação".

[59] Contudo, sua aproximação da obra de Lenin é apenas mais uma das "clivagens" (ARRUDA, 2001), onde podemos destacar, em conjunto, o Golpe civil-militar, a aposentadoria compulsória, os Atos Institucionais do governo ditatorial, o período de exílio (Fernandes, 2007) longe da família e dos desafios de mantê-la em tempos sombrios, o ceticismo com relação à burguesia e sua fachada civilizatória formalista. Ver também Soares (1997, p.71-73).

CAPÍTULO 2 – A REVOLUÇÃO BURGUESA COMO CONSERVADORISMO DE CLASSE NO BRASIL

> Portanto, o livro [A Revolução Burguesa no Brasil] conduzia à uma resposta intelectual uma situação de extrema tensão política, denunciando simultaneamente os efeitos da dominação conservadora e contra-revolucionária interna e da dominação externa, das nações capitalistas hegemônicas e de sua superpotência. [...] Ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (Fernandes, 1978b, p.202).

Neste capítulo trataremos do conservadorismo de classe em Florestan Fernandes, assim teremos como categoria central o conceito de "classes sociais" que, como veremos, possui constância em termos de importância analítica e conceitual. Sua análise extrapola em muito a instância econômica, demonstrando a atualidade do conceito para a análise sociológica, em geral, e para o entendimento da dinâmica das estratégias das classes "altas" para a posse do que chamou Florestan de "probabilidades de vida" (Fernandes, 1971, p.78).

A delimitação mantem-se na perspectiva temática centrada principalmente nas obras que tratam diretamente de classes sociais (Fernandes, 1971; Fernandes, 2008c; Fernandes, 1975a; Fernandes, 2008a; Fernandes, 2007a; Bastide; Fernandes, 2008; Fernandes, 2005; Fernandes, 2000), embora o tema esteja presente indiretamente na quase totalidade de sua obra. Vale ressaltar que nosso percurso explicativo, neste capítulo, centrará na perspectiva de classe sem que este seja deslocado da abordagem cultural realizada anteriormente, como também, da dimensão política que será tratada mais detidamente no próximo capítulo.

Dito isto, primeiro realizaremos a definição de classes sociais na sociologia de Florestan Fernandes com o fito de esclarecer o seu significado. Segundo, abordaremos a dinâmica de classe no capitalismo dependente, com o fito de demonstrar a relação entre esta e as escolhas das classes dirigentes internas. Terceiro, trataremos das limitações institucionais e do recorrente uso do autoritarismo como estratégia de manutenção do *status quo* expresso, principalmente, no conceito de "Estado Autocrático". Por último, discutiremos a relação entre a complexidade

da modernidade brasileira que, entre outros, se caracteriza, segundo Florestan, pela efetividade histórico-institucional pelas classes altas e, no que tange as classes populares, pelo formalismo que acomoda, entre outros, conteúdos de cunho autoritário e conservador.

2.1 – Classes sociais em perspectiva sócio-histórica

O conceito de classe social perpassa a sociologia de Florestan Fernandes desde o início de sua carreira acadêmica e têm como marco um trabalho publicado em 1948, "A análise sociológica das classes sociais" (Fernandes, 1971). Este sintetiza o que Florestan considera por tal conceito, sua importância e contributo para o entendimento do conservadorismo de classe.

Sua produção se deu no contexto de disputas internas nas Ciências Sociais brasileiras, principalmente, entre a Antropologia e a Sociologia. A primeira, entendendo o conceito de classe social de forma mais abrangente e incorporando formas diversas de estratificação e organização social. Por outro lado, a vertente sociológica – representada por Luiz Aguiar Costa Pinto e Florestan Fernandes, tomou o conceito como uma manifestação histórica e portadora de especificidades e complexidade (Alves, 2020).

Florestan, através de uma abordagem sócio-histórica, realizou a definição do conceito de classe social entendendo-o como fundamental para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, considerando que a compreensão de suas dinâmicas daria importantes esclarecimentos a respeito da sociedade brasileira e de seus dilemas. Assim, afastando-se das proposições antropológicas vigentes no período, buscou evitar o "[...] alargamento do conceito sociológico [...]" que, segundo ele, configuraria "[...] uma violentação conceitual autêntica [...]" (Fernandes, 1971, p.69).

A definição do conceito começou pela delimitação de que seu conteúdo engendra "[...] uma época da realidade social e não apenas um tipo possível de estratificação" (FERNANDES, 1971, p.71). Neste sentido, Florestan está se referindo a modernidade burguesa e capitalista que, segundo ele, manifesta complexidade tanto para a compreensão de sua formação e manifestação nos países centrais quanto na periferia do capital. Assim, como "[...] um dos tipos de estrutura societária [...]" – e não a todos os tipos como defendia o campo antropológico – afirmou que:

> Em particular, ela envolve a ideia de que só existem classes sociais em sociedades cuja organização social é altamente complexa e diferenciada: sociedades em que a ordenação das atividades e relações sociais promove a distribuição dos indivíduos por camadas sociais, distinguidas na base de um

> sistema de graduação social, mas relativamente permeáveis, e nas quais as probabilidades de participação da cultura, da disposição do ócio e do exercício da autoridade, bem como as oportunidades de especialização profissional, de acumulação de riquezas e de aquisição de prestígio são diretamente condicionadas pelo agrupamento dos indivíduos em camadas sociais (Fernandes, 1971, p.70).

Assim, ao caracterizar o conceito, Florestan aponta para a importância da "[...] análise dos comportamentos e ações típicas dos membros de uma classe social [...]" que, segue ele, deve ser estudada, "[...] com o mesmo interesse, os movimentos sociais e os mecanismos de controle social de classes". Neste sentido, alertou a respeito de uma interpretação rasa que, segundo ele, impediria a compreensão de que a "[...] estandardização dos modos de ser, de pensar e de agir, nas classes sociais, atinge limites que são determinados pela própria diferenciação interna das classes sociais" (Fernandes, 1971, p.75).

Nestes termos, a dinâmica de diferenciação entre as classes movimenta-se além do simplismo essencialista como, por exemplo, os apregoados pela leitura estritamente economicista que atribui a posse ou não de riquezas materiais como elemento distintivo. Além disso, na complexidade da sociedade moderna capitalista, tornou-se necessário considerar outros elementos como a "[...] diferenciação do comportamento humano nas classes sociais, como os contatos com membros de outras classes, movimentos de ascensão e descensão sociais (mobilidade social) e disposições psíquicas individuais" (Idem)[60].

Para Florestan, o emprego do conceito de classes sociais deve, também, levar em consideração suas especificidades históricas no capitalismo dependente, sendo, por isso, necessário desviar de categorizações essencialistas. Assim, termos como "aristocracia agrária", "burguesia industrial", "burguesia emergente", entre outros, são definições secundárias no capitalismo dependente, uma vez que se configuraram por meio de uma estratificação em classes que "[...] não extinguiu relações, estruturas e funções que não foram suprimidas pelas sucessivas reorganizações do espaço econômico, sociocultural e político, provocadas pelas diversas revoluções do capitalismo moderno" (Fernandes, 1975a, p.35). Portanto, tendo em vista uma "situação histórica peculiar":

> [...] a ausência de certas dimensões estruturais e de certos dinamismos faz com que as contradições de classe sejam amortecidas, anuladas e em regra pouco dramatizadas como e enquanto tais (graças à opressão sistemática, à omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas). Isso acarreta uma

[60] O conceito de classe social, assim como a sociologia de Florestan, mostra-se além do economicismo, do patrimonialismo e do distanciamento histórico, como defende Souza (2012, p.135). Para maior aprofundamento, ver Shiota (2018, p.228) e Sampaio Jr. (1999, p.133-142).

> impossibilidade teórica evidente: o conceito de classe social não se configura como uma categoria perceptiva e cognitiva que organiza as orientações do comportamento coletivo e suas impulsões de negação e destruição da ordem existente. Todavia, seria falso presumir, daí, que os dinamismos de classe sufocados são suprimidos (Fernandes, 1975a, p.35-36).

Sendo assim, as sociedades de capitalismo desenvolvido possuem tendência a "[...] absorver diferentes tipos de tensões e de conflitos de classes, preservando dentro de certos limites sua estabilidade e capacidade de renovação" (idem). Por outro lado, no capitalismo dependente, as tensões oriundas das relações de classe são encaradas com *status* escatológico, uma vez que ameaçam o *status quo* conservador, historicamente inábil para a resolução de conflitos desta natureza por ser, ele mesmo, avesso a extensão da efetividade democrática, cidadã, política e cultural.

Este conjunto é percebido por Florestan como uma "situação histórica", ou seja, ele não pode ser estabelecido de maneira essencialista ou, como disse ele, "naturalista". Florestan, como crítico do conservadorismo, não tomou a sociedade como pronta – como apregoam grandes nomes do pensamento político e social conservador (Burke, 2012; Kirk, 2021a; Honderich, 1993), assim, define que até mesmo o entendimento das categorias sociológicas necessitam de uma atualização histórica para que as especificidades não sejam perdidas num horizonte de generalizações (Fernandes, 1975a). Com isso:

> Essa discussão permite perceber a compreensão *sintética* do fenômeno da diferenciação em classes no pensamento de Florestan Fernandes, que envolve dimensões sincrônicas e diacrônicas, objetivas e subjetivas, materiais e culturais. Mas é sobretudo, quando passa da formulação típico-ideal à análise de situações histórico-sociais concretas que podemos observar a aplicação dessa compreensão nas investigações sociológicas empreendidas pelo autor. Assim, em suas obras de caráter empírico, o conceito de classe social é tomado como ferramenta heurística na compreensão e explicação dos processos sociais engendrados no seio da sociedade brasileira [...] (Alves, 2020, p.205).

Estas categorias foram evidenciadas por Florestan em trabalhos de cunho empírico, como seu estudo a respeito da integração da população negra na sociedade de classes em São Paulo (Fernandes, 2008a) – publicado em 1964 – e sua resposta analítico-explicativa ao golpe civil-militar de 1964 (Fernandes, 2005), publicada em 1975. No primeiro, a "diferenciação de classes", em termos sincrônico-diacrônicos, aparece através da incorporação de uma nova institucionalidade organizativa do Estado que, a partir da abolição da escravidão em 1888, introjetou o aparato republicano.

Para Florestan, “em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história” (Fernandes, 2008a, p.21), uma vez que a igualdade constitucional e a extensão da ontologia humana para a população negra – o “Povo” – acompanhou o movimento das principais nações europeias, assim como da maioria dos países latino-americanos. A “sincronia”, por outro lado, não se estendeu de forma efetiva e histórica no cotidiano da população negra recém-libertada, onde a humanização e o exercício da cidadania ficaram aquém destes referenciais.

Com isso, “objetivamente”, podemos perceber que houve uma mudança profunda na sociedade brasileira a partir da incorporação de valores universalizantes, contudo, a população negra e os pobres em geral enfrentaram grandes dificuldades classificadas por Florestan como, no mínimo, desumanas. Neste sentido, dialogando com outros estudos sobre o negro, ele aborda a concorrência com os trabalhadores e imigrantes europeus, a ausência de qualificação e de incentivo para adequação às necessidades das atividades urbanas e econômicas nascentes, as disparidades educacionais que, entre outros, gerou o “déficit negro” (Bastide; Fernandes, 2008, p.76; Fernandes, 2007a). Segundo Florestan:

> Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. [...] A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo (Fernandes, 2008a, p.32).

Este quadro afetou profundamente a dimensão psicológica desta população que, subjetivamente, demorou a responder em termos afirmativos, justamente, pela manutenção de um cotidiano de violências físicas, simbólicas, sexuais e morais (Fernandes, 2008c). Florestan, entre os vastos exemplos, identificou a entrada dos negros pela porta dos fundos das casas, a incorporação de mulheres a um mercado de trabalho doméstico onde o assédio e a violência sexual eram constantes, a precariedade das moradias e dos cortiços, a rejeição estética do negro e a experiência de uma existência preterida, principalmente, por ser comparada com o fenótipo do trabalhador europeu.

“O ‘estrangeiro’ aparecia, aí, como *a grande esperança nacional* de progresso por saltos”. Assim, “desse ângulo, onde o ‘imigrante’ aparecesse, eliminava fatalmente o

pretendente ‘negro’ ou ‘mulato’ pois se entendia que era o agente natural do trabalho livre” (Fernandes, 2008a, p.42). Com isso:

> Dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sociocultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo *escravo* e pelo *liberto* sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos (Fernandes, 2008a, p.64).

Essa condição, adicionando as esferas materiais e culturais, foram identificadas por Florestan através de uma situação formal de liberdade que, na sociedade de classes e sem oportunidades de trabalho e educação, representou uma nova forma de cativeiro. Neste sentido, “[...] as consequências espezinhavam sua sensibilidade e seu senso moral, desmascarando por fim a verdadeira realidade: estavam tão longe quanto no passado recente de serem *livres* por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade” (Fernandes, 2008a, p.65).

Esse estudo demonstrou que o processo de construção das relações de classe no Brasil fez-se através da elaboração de inúmeros impeditivos que, como citado anteriormente, impossibilitaram para essa população e, consequentemente para o “Povo” brasileiro, o exercício de práticas como a “[...] participação da cultura, da disposição do ócio e do exercício da autoridade” (Fernandes, 1971, p.70). Para Mariosa (2019) Florestan demonstra a existência de um hibridismo que:

> [...] presente na sociedade brasileira comporta tanto uma ordem social estável, quanto a inclusão de certos setores da população de forma hierarquizada e marginal. [...] o problema que dialoga Florestan Fernandes é, então, o de explicar a permanência de uma ordem social estável quando grandes contingentes da população são, ao longo do tempo, deixados à margem da sociedade (Mariosa, 2019, p.189).

O conceito de classe social – entendido a partir da supracitada concepção de “hibridismo” e de “integração” – operacionalizado na perspectiva sócio-histórica, permitiu a Florestan visualizar o processo de construção das relações sociais capitalistas que, em seu estudo da “Revolução Burguesa no Brasil”, mostrou mais detidamente sua dinâmica tendo como centralidade os interesses conservadores das classes dirigentes. No estudo anterior, evidenciou as consequências do formalismo institucional para as classes populares e como, tais

práticas, contribuíram na perpetuação das desigualdades através de relações que permeiam dimensões diversas – econômicas, políticas, culturais, morais, psicológicas[61].

Ao tratar da revolução burguesa no Brasil, a tônica recaiu sobre a organização e atuação histórica das classes dirigentes, tendo entre os objetivos principais, a autopreservação; ou seja, "[...] a força de uma estrutura social secular que nos remete continuamente a condutas e concepções conservadoras". Estas, apesar de todo impulso modernizante, segue Florestan, manifestam "[...] essa espécie de retorno contínuo a um destino de repetição e conservação [que] demarca para todos um parcimonioso possível histórico, avaro e contido na mudança social" (Fernandes, 2005, p.9).

Assim, em si, o próprio conceito de classe já manifesta uma dimensão conservadora que, no entanto, não pode ser generalizada sob o risco de incorremos nos erros citados anteriormente. Florestan, nesta via, reconstruiu o processo de formação e consolidação da burguesia no Brasil com o intuito de evidenciar as escolhas de classe que tiveram, entre as principais, o intuito de eliminar as possibilidades de competição no campo da cidadania efetiva. Com isso, desde a Independência – 1822 – as classes dirigentes manifestam o elemento conservador que, se por um lado, "[...] o elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial [...]", por outro:

> O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação. [...] O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (Fernandes, 2005, p.51).

Nisto, uma das características do conservadorismo de classe no Brasil, segundo Florestan, encontra-se justamente no fato de as classes dirigentes abdicarem de uma autonomia em termos nacionais em prol – como veremos nos próximos tópicos – de salvaguardar, única e exclusivamente, seus interesses de classe. Como exemplo, Florestan aponta a recepção do liberalismo, onde os ideais de liberdade e igualitarismo serviram como ferramenta ideológica

[61] Barão (2006, p4), afirma que no estudo sobre a integração do negro na sociedade de classes Florestan já havia encontrado "[...] elementos para iniciar a sua compreensão do significado da dominação burguesa no Brasil". O estudo de Mariosa (2019) vai além, ao demonstrar que desde o período colonial – a partir da dominação das populações indígenas –, nossa formação social se deu através de uma "integração" seletiva e exclusivista.

de classe e não, como seria de esperar, com intuito de espraiar-se através de um projeto de reconstrução/reformulação social (Fernandes, 2005; 2008a)[62].

Esta característica segue nos diferentes "tipos humanos" até a formação da burguesia brasileira, cuja prática – considerando as dimensões sincrônicas e diacrônicas, objetivas e subjetivas, materiais e culturais – operacionaliza o conservadorismo em termos de relação de classe. Nos âmbitos sincrônico e diacrônico, Florestan demonstra que a burguesia nacional mantém o primeiro através de sucessivas respostas as mudanças estruturais do capitalismo, possibilitando assim a conexão, mesmo que submissa, das classes nacionais com o capitalismo monopolista.

Já no segundo, a diacronia se mantêm por meio de uma estratégia exclusivista que, assim, abandona qualquer projeto de ruptura da ordem. Nestes termos, sua gênese e orientação foram marcadas por um "[...] horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um estranho conservantismo sociocultural e político (Fernandes, 2005, p.241).

Neste sentido, a busca pela manutenção do *status quo*, através de um limitado "horizonte cultural", forjou uma perspectiva de classe onde "as representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado". Por isso, sua característica egoística acentuada, principalmente, pelo fato de que quando outros "[...] grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora" (Fernandes, 2005, p.242). Eis o seu objetivo, ou seja, operacionalizar a manutenção das condições de classe[63].

A questão subjetiva, apesar de implícita, fica evidente para Florestan, que salienta que o horizonte social da burguesia se direciona apenas para seus iguais. Para os demais, como demonstrou em seu estudo sobre a integração do negro, restou a condição de "não gente". Esse quadro permite enxergar uma defesa da materialidade da existência burguesa que, em termos mais amplos, pode ser entendida como a manutenção da posse dos elementos característicos das classes altas. Além disso, Florestan compreende que as práticas conservadoras e

[62] O próprio Florestan não desconsidera a importância positiva do liberalismo, principalmente, no processo de acomodação estrutural ao capitalismo mercantil que imprimiu necessidades histórico-sociais (Fernandes, 2005, p.54-55), embora, como citado, tenha prevalecido uma relação estrutural e de interesse restrito de classe. Ver também Fernandes (2008c, p.113) e Rosa (2004, p.163).

[63] Questão evidenciada de forma bastante acentuada em texto precedente e com muitos tópicos aprofundados na obra sobre a Revolução Burguesa no Brasil, principalmente, no tocante a apropriação do aparelho do Estado pelas classes dirigentes como forma de garantir seus interesses conservadores de classe (Fernandes, 2008c).

exclusivistas não possuem como resultado a simples apropriação, mas sim, a acentuação das condições de privilégio, onde entende que as:

> "[...] repercussões imediatas da irrupção do capitalismo monopolista deixa claro que o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o "pobre" e o "rico" ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil (Fernandes, 2005, p.324-325)[64].

Isso foi tratado também em um texto de 1967 "*A sociedade de classes e subdesenvolvimento*", onde Florestan aborda a dinâmica de classes no capitalismo subdesenvolvido como uma relação deteriorada que, em camadas diversas, manifesta a tendência conservadora. Em primeiro lugar, a relação interna-externa, impõe às classes dirigentes nativas o núcleo de dinamismo econômico que se encontra nos países centrais. Em segundo lugar, essa relação orienta as classes dirigentes nativas para uma relação desumana em relação ao trabalho, tornando-se uma estratégia de controle social e de manutenção das condições de classe.

Por último, essa relação torna irrisório qualquer suporte sociocultural e, por isso, as escolhas e determinações político-econômicas e sociais são justificadas a partir do substrato material que, neste caso, é o mercado. Neste sentido, sobre as "classes altas", Florestan afirma que "esses núcleos tendem a transformar interesses e conveniências econômicas em matéria política ou diplomática e a empregar meio de controle políticos ou diplomáticos em assuntos econômicos" (Fernandes, 2008c, p.84).

Esse quadro levou Florestan a apontar para duas dimensões básicas de conflito, ou seja, uma inerente a própria sociedade de classes e, outra, manifesta através dos interesses, necessidades e anseios pela busca de manutenção do *status quo* – que possuem como principal contraponto as forças sociais que buscam ascensão. Portanto, considerando a condição de classe, também, em temos organizativos e de confluência, Florestan entende que "[...] nas situações predominantes na América Latina umas classes sociais são mais classes que outras". Nestes termos, considerando o horizonte de possibilidades, segue:

> A exacerbação dos fins, interesses e conflitos de classe é regulada e imposta pelo tipo existente de capitalismo. As classes possuidoras e privilegiadas

[64] Característica confirmada pela recente historiografia do trabalho. Ver Badaró (2009, p.109-110).

> percebem claramente a falta de alternativas e trabalham no sentido de se protegerem contra a rigidez da situação histórica, que elas mesmos criaram. Como já não podem identificar o Estado e a Nação com suas posições e interesses de classe, nem lhes é dado aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem mistificadores, precisam assumir os riscos de uso aberto e sistemático da violência – por meios políticos indiretos e através do Estado, com suas formas armadas e superestruturas jurídicas – como instrumento de perpetuação do *status quo* (Fernandes, 1975a, p.40).

Assim, segundo Florestan, existe uma relação direta entre o comportamento das classes e o tipo de capitalismo em que estas atuam e se acomodam, por isso, apresenta uma análise do conservadorismo de classe alocando-o em um conjunto de especificidades históricas. Este conjunto é sintetizado pelo conceito de capitalismo dependente, que trataremos a seguir.

2.2 – A dinâmica de classes no capitalismo dependente

Antes de iniciarmos essa seção, ressaltamos que a linha interpretativa de Florestan considera que, até a abolição da ordem escravocrata, o Brasil não desenvolveu relações sociais capitalistas. Segundo Pinto (2016), isso implica no exercício de situá-lo no campo de disputas teóricas a respeito da formação do capitalismo brasileiro e que, entre as principais correntes, encontram-se:

> [...] leituras e "vertentes" que possuíram grande influência no debate como um todo. Por exemplo a formulação "oficial" do PCB defendendo a tese do "feudalismo no Brasil", que se expressa principalmente nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. As formulações opositoras à essa tese "oficial" que ganham expressão a partir da obra de Caio Prado Júnior. A tese do "escravismo no Brasil", própria da formulação de Jacob Gorender e Ciro F. Cardoso; a leitura "cepalina" de Celso Furtado; a concepção dos expoentes da chamada "teoria marxista da dependência" como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra; a concepção "althusseriana" de Décio Saes, além da contribuição esparsa de diversos teóricos importantes do pensamento social brasileiro [...] (Pinto, 2016, p.123)[65].

O próprio autor supracitado toma posicionamento contra Florestan e defende a ideia de um tipo de "capitalismo colonial", por considerar que o trabalho escravo, mesmo indiretamente,

[65] Ver também Fernandes (2005, p.33), onde ao tratar dos "tipos humanos" Florestan afirma que o senhor de engenho não pode ser considerado o antecessor direto do burguês, assim como é "[...] um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização". Sua existência foi concebida apenas como "requisitos estruturais" que, até a desagregação da ordem escravocrata, "os componentes da 'burguesia' viam-se através de distinções e de avaliações estamentais" (p.35). Ver também Rosa (2004, p.167).

foi direcionado de forma subjugada e em proveito do desenvolvimento capitalista nos países centrais; ou seja, tal relação é tomada como uma das faces do mesmo processo[66].

Segundo Coutinho (2000, p.252), Florestan interpretou que, o Brasil, "[...] nas épocas Colonial e Imperial, não era capitalista, razão pela qual sua classe dominante – formada pelos latifundiários escravistas – não se movia [...] com base numa lógica capitalista [...]". Neste sentido – enfatizando a influência leninista a respeito do desenvolvimento capitalista pela via "não clássica", denominada de "via prussiana"[67] –, concluiu que na interpretação do sociólogo paulista esse processo "[...] se orientava por outra 'racionalidade', chamada por ele de 'patrimonialismo'".

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo nas franjas das economias centrais possui especificidades históricas que contribuíram na conformação do chamado "capitalismo dependente" caracterizado, entre outros, por suas "realidades específicas" (REIS, 2007, p.232). Entre estas podemos destacar o passado escravocrata, a experiência colonial, a recepção e consolidação de instituições, a cultura cívica e empresarial que, entre outros, conformou a gramática política destas sociedades.

Para Florestan, o conceito de "capitalismo dependente" pode ser sintetizado na ausência de "autonomia", ou seja, nas limitações impostas ao nível "estrutural"[68], como também, pelas escolhas do projeto social da burguesia nos países de capitalismo tardio. Essa abordagem, antes mesmo de seu trabalho mais importante a respeito do tema (Fernandes, 2005), encontra-se preanunciado em seu texto sobre o subdesenvolvimento (Fernandes, 2008c).

Nele o Brasil é interpretado como uma sociedade moderna que, no entanto, manifesta tal face nos estratos sociais de poder que, por isso, conseguem efetivar historicamente os avanços da modernidade burguesa. Assim, longe de uma "ordenação fácil", afirma Brasil JR (2013), a diversidade de sua manifestação requer que:

> [...] o sociólogo, ao lidar com a realidade do "capitalismo dependente", teria de reunir, num só golpe de vista, uma série de elementos heterogêneos, sob

---

[66] Maestri (1997, p.6) defende que Florestan entende o passado brasileiro como dual, por isso, longe de um ecletismo teórico, existe, na verdade, uma escolha metodológica que compreende a existência de "[...] sociedade estamental; sociedade de classes". Neste sentido, o aparato analítico que identifica esta última só é aplicado quando do amadurecimento dos fatores sociais e culturais que a materializam e, portanto, tornam pertinente o uso de outra chave teórico-metodológica. Assim as categorias não são misturadas, mas sim, delimitadas e abordadas quase que separadamente conforme o período histórico e os processos socioeconômicos correspondentes.

[67] Segundo Coutinho (2000), se para Lenin a questão da "via prussiana" se daria através da resolução da questão agrária, para Florestan, isso aconteceria através da superação do capitalismo depende. Sobre a importância teórico-conceitual de Lenin em Florestan, ver Gonçalves (2017, p.283-285).

[68] Sampaio JR (1999, p.160) faz boa problematização do conceito de "estrutura", ao enfatizar a relação entre a ausência de mudanças sociais construtivas e as transformações capitalistas.

> pena de perder fôlego explicativo. Processos históricos, arcaísmos repostos, dinâmica interna dinamizada por fatores externos: a necessidade de conjugar *todos estes aspectos* no andamento da análise imediatamente rouba quaisquer pretensões de uma "abstração" forte que poderia estar contida no construto "capitalismo dependente". Ou, invertendo-se a perspectiva, podemos dizer que esse construto representa a *"abstração" possível* diante de uma matéria social totalmente arredia a ordenações fáceis (Brasil JR, 2013, p.267).

A partir da supracitada complexidade e suas especificidades, Florestan considerou dois elementos, sendo estes, a origem colonial e o transplante do regime estamental – baseado na grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial, e a independência política sem mudança estrutural. No primeiro evidenciou a relação direta entre a formação e reprodução das classes dirigentes e a posse dos requisitos materiais de distinção. Segundo Silva (2011, p.128), diante de tais condicionantes, o desenvolvimento do capitalismo na periferia se caracterizou pela preponderância da "via prussiana", sendo esta um "[...] tipo de aliança conservadora que levava ao andamento controlado das mudanças de forma a evitar a ruptura com o passado". No segundo, salientou que "os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos [...]" (Fernandes, 2008c, p.24). Assim:

> Em semelhante contexto histórico-social, "modernização" significava mais e menos "europeização". Era mais, porque estava em jogo a implantação, em bloco, de uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável para as condições ecológicas, materiais, sociais e morais dadas na situação sociocultural existente. Era menos, porque nenhum grupo social possuía meios para saturar historicamente, imprimindo-lhes plena eficácia, as técnicas, as instituições e os valores importados da Europa (Fernandes, 2008c, p.27).

Esse conjunto configurou uma relação de "[...] contradição entre o 'ideal' e o 'possível, entre aquilo que o homem aspira, por causa do conteúdo e organização de seu horizonte cultural, e quilo que ele *realiza*, na prática" (Fernandes, 2008c, p.28). Portanto, neste trabalho, Florestan destacou no processo de formação social brasileiro as tensões entre os modelos institucionais adotados e a permanência de grandes desigualdades que se manifestam através de "[...] um duplo dimensionamento do mercado, que adquire uma estrutura capitalista 'interna' e 'externa' através da atividade do polo hegemônico externo e de sua influência dinâmica na organização,

diferenciação e expansão de uma economia de consumo, controlada de fora" (Fernandes, 2008c, p.34)[69].

De modo geral, essa seria a base de caracterização do capitalismo dependente que, neste momento, não é percebido por Florestan como condição definitiva[70], mas sim, através de um conjunto de ações abortadas pelas classes dirigentes que, desta forma, não realizam o "salto histórico". Nestes termos, a superação do subdesenvolvimento está condicionada as estratégias, em termos de absorção da modernidade capitalista, utilizadas e implementadas no processo de integração econômica global. Assim, considerando a necessidade de superação dos dualismos[71], sua conceituação do capitalismo[72] e o "[...] modo pelo qual as sociedades subdesenvolvidas reagem à [sua] absorção", Florestan afirma que:

> Se a emancipação política corresponder a alguma autonomização real e definitiva do controle interno do excedente econômico [...], se os recursos naturais existentes, o comércio e, eventualmente, a indústria e os bancos puderem ser explorados por firmas autóctones [...], se as perspectivas de urbanização relativamente acelerada fomentarem a difusão de novos padrões de vida, de trabalho e de consumo, estimulando a diferenciação da produção interna e a paulatina constituição de um mercado interno, diferenciado do mercado externo e mais ou menos independente de seus controles diretos; se as camadas dominantes nativas e suas elites dirigentes utilizarem o Estado nacional e seus meios de dominação política para transformar a expansão interna do capitalismo em favor da integração da economia nacional – a absorção de técnicas, instituições e valores capitalistas impõe-se, de maneira espontânea, como uma alternativa economicamente viável, politicamente desejável e socialmente construtiva (Fernandes, 2008c, p.34).

Portanto, enquanto visualiza a condição de subdesenvolvimento como condicionamento histórico resultante, também, de forças dirigentes internas, Florestan aponta para um conjunto de requisitos que acredita ser suficiente, se não para alcançar a autonomia, ao menos, conquistar uma "posição intermediária" entre a autonomia e o subdesenvolvimento.

Além disso – apesar de considerar a instância econômica como cerne da ordem burguesa –, entende que, para a superação do subdesenvolvimento, faz-se necessário o estabelecimento de requisitos "estruturais" e "dinâmicos" para "[...] engendrar processos de automatização econômica, sociocultural e política, no nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva [...]". Assim, sem o desenvolvimento destes

---

[69] Essa ideia de "contradição" é expandida por Sampaio JR (1999, p.160), que a aborda através do contraste entre a dimensão "nacional" e a "global".
[70] Ele fala de "capitalismos" e de "gradações" históricas que remetem as especificidades do capitalismo pelo mundo. Ver Fernandes (2008c, p.33).
[71] Reis (2007).
[72] Silva (2022).

requisitos, qualquer sociedade subdesenvolvida, segue Florestan, "[...] ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente [...]" (Fernandes, 2008c, p.35).

Apoiando-se em trabalhos como os de Bendix (1996) e Moore Junior (1975), Florestan enriqueceu os apontamentos marxianos e marxistas sobre a tendência a acomodação conservadora da burguesia pós-revolucionária. Assim, extraiu do primeiro a construção do Estado Moderno e sua estrutura burocrático-administrativa que, entre outros, buscou universalizar os direitos de cidadania – sem esquecer a negação destes e o desencadeamento de formas violentas de relações sociais. No tocante ao segundo, buscou em seu estudo sobre as revoluções burguesas "não clássicas" – Alemanha e Japão – a compreensão de processos históricos que não destruíram totalmente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime, gerando o que chamou de "modernização conservadora".

Considerando os elementos supracitados, Florestan definiu o processo de autonomização no capitalismo dependente como um "[...] processo social, porque não possui apenas caráter econômico: ela lança raízes nas maneiras pelas quais os homens misturam motivos políticos, religiosos e morais como motivos propriamente econômicos". Neste sentido, a burguesia enquanto agente humano da modernidade dependente, tem o papel de relacionar "[...] a superação de um destino social 'negativo' [...] com disposições e ações fundamentalmente políticas, suscetíveis de mudar estruturas de poder nas relações entre sociedades globais (Fernandes, 2008c, p.42).

Contudo, essa não foi uma tendência que vigorou de forma preponderante, principalmente, pelo fato de que a Revolução Burguesa no capitalismo dependente tendeu para os interesses de classe, como estratégia de conservação do *status quo*[73]. Nestes termos, afirma Sampaio JR (1999, p.131), "para Florestan Fernandes o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia", evidenciando o dilema "entre a nação e a barbárie".

Para Maestri (1997, p.5) essa tensão culminou no fortalecimento do conservadorismo, uma vez que "o caráter inconcluso da revolução burguesa comprometeria a posterior transição da economia capitalista competitiva para a economia capitalista monopolista [...]". Neste quadro, a disposição em termos de relações internas e externas, segue o autor, obrigaria que

[73] Elementos importantes, principalmente, quando tratarmos sobre o Estado-Autocrático burguês na obra de Florestan. Para maiores detalhes, além de Bendix (1996) e Moore Junior (1975), ver Pires e Ramos (2009) a história do conceito de "revolução conservadora".

"[...] as ditas elites nacionais integrassem a nação à nova ordem internacional em forma dependente", ou seja, transplantando, no máximo, essa forma de capitalismo. Portanto:

> No contexto da assimilação consciente da dupla articulação – a desigualdade interna e da dominação imperialista – a burguesia brasileira abandonava a antiga utopia burguesa de revolução nacional, assumindo um caráter francamente conservador. Nesse contexto, a revolução burguesa metamorfoseava-se em contra-revolução, aceitando a subordinação ao "imperialismo total". O novo caráter conservador da burguesia nacional não era uma herança do passado patrimonialista, estamental e escravista. Era expressão de sua própria essência dependente (Maestri, 1997, p.88).

Florestan esclarece que não existem vínculos formais de dependência, mas sim, que estes também resultam de escolhas dos agentes sociais. Formam-se assim relações sociais que, em conjunto com a lógica econômica, engendram perspectivas éticas, morais e políticas que buscam manter as condições favoráveis as classes hegemônicas. Com isso, "[...] o agente humano, colocado na polarização socioeconômica dependente, encarrega-se de resguardar, de manter e de fortalecer os vínculos de dependência, ativamente ou por omissão" (Fernandes, 2008c, p.41). Neste quadro clarifica-se que:

> Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da "sociedade subdesenvolvida"). Todavia, o rompimento desse estado não é um negócio (senão sob aspectos pouco consideráveis): e envolve decisões morais e políticas que, de início e a curto prazo, parecem decididamente antieconômicas. Por isso, se o sociólogo quiser ir ao fundo das coisas, ele terá de investigar a resistência às mudanças e o incentivo às inovações nos planos estruturais e funcionais mais profundos da organização da sociedade global (Fernandes, 2008c, p.54).

Brasil JR (2013, p.252-253) afirma que até meados da década de 1960 Florestan concebeu o encontro dos termos 'sociedade de classes' e 'subdesenvolvimento' na chave da 'irracionalidade'. Assim, a partir de uma 'rotação ótica', estes termos passaram a ser empregados na chave da 'racionalidade', trazendo à tona uma condição de 'normalidade' que, apesar disso, implica "[...] a reiteração do processo de fechamento político da sociedade brasileira".

Por isso, Florestan enfatiza que as classes hegemônicas compreendem como lógica econômica, política e moral um conjunto ético de classe que reconhece apenas seus iguais, ou seja, qualquer medida que possa voltar-se para a construção de pilares e instâncias mais amplas e de perspectiva social encontram, nesta mesma lógica, uma dimensão de irracionalismo. No

sentido elaborado por Nunes (2004), o conservadorismo de classe pode ser entendido como uma forma de gramática política que, em regra, racionaliza exclusivamente em prol de seus interesses.

> Aqui, cumpre ressaltar, em especial, a estreita vinculação que se estabeleceu, geneticamente, entre interesses e valores sociais substancialmente conservadores (ou, em outras terminologias: particularistas e elitistas) e a constituição da ordem social competitiva. Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro. Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o "burguês moderno" renascesse das cinzas do "senhor antigo" (Fernandes, 2005, p.199-200).

O subdesenvolvimento, do ponto de vista desta gramática conservadora de classe, não é reconhecido como uma consequência nociva para a sociedade, principalmente, pelo fato de que os objetivos de realização institucional, de prestígio, de ocupação dos espaços de distinção social e de poder encontram-se, em sua maioria, no reduto controlado por essas elites (Arruda, 1996). Com isso, o subdesenvolvimento e sua gestão/administração de classe, apresenta-se como "[...] uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar e si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro" (Fernandes, 2008c, p.54).

Essa dinâmica expressa a operacionalidade da revolução burguesa nos países dependentes e, consequentemente, o tipo de revolução engendrado pelas classes dirigentes (Barão, 2006)[74]. Tomando o caso brasileiro como cerne de sua análise, Florestan demonstra como os "tipos humanos", desde o Brasil Colônia, manifestaram seus interesses e sua gramática de mútuo reconhecimento com total prioridade e acima de qualquer projeto inclusivo; ou seja, de acesso aos requisitos usados pelos conservadores como elementos distintivos de classe.

Com isso, afirma Ricupero (2008, p.192), "[...] o elemento conservador teria pressionado pela manutenção da antiga estrutura social". Assim, tomando o liberalismo como exemplo, Florestan demonstrou que essa vertente ideológico-política foi, de maneira quase que absoluta, interpretada à luz do conservadorismo de classe, ou seja, entre o restrito círculo dos iguais, dos portadores da condição de (a)gente (Fernandes, 2008a; 2005)[75].

---

[74] Para autora, além da violência ser um dos componentes do significado de revolução, o termo foi "recapturado" por Florestan como forma de enfatizar essa carga significativa nas condições do capitalismo periférico.

[75] Embora o liberalismo tenha sido fundamental (Maia, 2004), ele, como supracitado, foi utilizado e reconhecido de maneira restrita e restritiva.

O mesmo pode ser aplicado ao processo de independência – instituído em 1822 – que contribuiu, aparentemente, para as condições de expansão e consolidação do que futuramente seria a burguesia – considerando o aumento das atividades urbanas e de sua diversificação. Essa aparência se confirmou através de um processo que não mirou diretamente na autonomia ou em um projeto nacional, mas sim, nos interesses de grupos e estamentos internos que, entre outras características, se valeram "[...] da violência como técnica de controle [...]", dos "[...] *mores* em que se fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime patrimonialista [...]" e, somente no nível do desejo, colocaram-se "[...] à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos reformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva" (Fernandes, 2005, p.35).

Apesar de tais limitações, o processo de independência, por outro lado, foi fundamental para o estabelecimento das condições de interesses nacionais e, principalmente, para cessar a drenagem de recursos operacionalizada pela condição colonial. Segundo Mandarino (2012, p.83), "[...] a estagnação econômica observada na Colônia não advinha dos empreendimentos aqui estabelecidos e da incapacidade dos mesmos em gerar excedente, mas sim de como esse excedente era distribuído e utilizado em virtude do estatuto colonial".

Neste sentido, com o intuito de eliminar estes excedentes "deformados", iniciou-se um lento, porém importante, processo de gestação que, impostas pelas necessidades histórico-sociais, impeliram as frações dirigentes a realização de mudanças que integram o "fenômeno estrutural[76]" e que, apesar de se "[...] reproduzir de modos relativamente variáveis [...]", em geral:

> [...] envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado (Fernandes, 2005, p.38).

Foi, por isso, um processo de formação social do capitalismo e da consequente sociedade de classes que seguiu a orientação conservadora, ou seja, onde a mudança foi concebida como estratégia de conservação (Kirk, 2021a; Burke, 2012; Oakeshott, 1980). Nestes termos, Florestan não negou a desintegração da ordem colonial e de relações patrimonialistas, mas sim, que a lógica restritiva em termos participação efetiva se manteve como cerne das

[76] Vale ressaltar que para Reis (2007, p.232), ao tratar da sociologia de Florestan, "a abordagem estrutural não leva à passividade das classes [...]".

estratégias de classe, na formação do Estado nacional, na dinâmica de classes após o estabelecimento e expansão da ordem social competitiva. Por isso reconheceu que:

> Uma revolução social, por diluída e débil que seja, não se processa sem uma complexa base psicocultural e política. Em primeiro lugar, é preciso que existam certas categorias de homens, capazes de atuar socialmente na mesma direção, com dada intensidade e com relativa persistência. Em segundo lugar, é preciso que essas categorias de homens disponham de um mínimo de consciência social, de capacidade de ação conjugada e solidária, e de inconformismo em face do *status quo*, para poderem lidar, coletivamente, com "meios" e "fins" como parte de processos de reconstrução social. Estes impõem, desejam-no ou não os agentes humanos, um complicado amálgama entre interesses sociais imediatos (e por isso mais ou menos claros e impositivos), valores sociais latentes (e por isso imperativos mas fluidos) e interesses remotos (e por isso essenciais mas relativamente procrastináveis) (Fernandes, 2005, p.38)[77].

Florestan, considerando as relações de classe no capitalismo dependente como "[...] uma experiência sócio-histórica determinada" (Brasil JR, 2013, p.264), operacionaliza sua análise da formação da ordem social competitiva utilizando-se, também, de um "esquema dialético" que desconsidera interpretações binárias, como "ideologia" – para os que desejam a manutenção do *status quo* – e "utopia" – para as frações que desejam mudança (Mannheim, 1972)[78]. Dessa forma impôs tal método como forma de responder à questão que norteia sua obra a respeito da revolução burguesa, ou seja, a de que ela é um fato histórico, contudo, com especificidades que, por si, compõem o conjunto explicativo das dinâmicas de classe no Brasil – e de países com formação sócio-histórica e econômica semelhantes. Esse processo, em síntese, considera que:

> "[...] como a descolonização inicial foi mínima, graças à preservação da escravidão, da produção colonial e da ordem social escravocrata e senhorial, a dominação senhorial, primeiro, e sua transformação em dominação oligárquica, em seguida, bloquearam tanto econômica e socialmente quanto politicamente a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história. De novo, repete-se o circuito histórico da transição da sociedade colonial para sociedade imperial. Os que tinham a riqueza e o poder político puderam privilegiar seus interesses e posições de classe, acelerando essa formação societária no topo e impedindo, na medida do possível, sua consolidação na base da ordem social competitiva. Em consequência, puseram-se em condições de manter privilégios que não

[77] Ver Cohn (2015, p.22). E sobre as transformações dos tipos humanos e a manutenção da lógica conservadora, ver Oliveira e Vazquez (2010).

[78] Interpretação de cunho binário também apresenta Hirschman (2019) que, apesar de se deter e de fomentar o debate interpretativo a respeito do conservadorismo, acaba caindo em uma espécie de essencialismo relativista.

> poderiam subsistir normalmente (isto é, se os setores pobres e assalariados contassem com oportunidades análogas de acelerar, por seu lado, o desenvolvimento e o fortalecimento do regime de classes) e, também, de converter vários requisitos da ordem social competitiva em *privilégios fechados* (a começar pelo monopólio da riqueza e do poder, que torna a dominação oligárquica sob a República uma "democracia entre iguais", ou seja, uma rígida ditadura de classe) (Fernandes, 2005, p.231-232)[79].

Com isso, partindo do estabelecimento da ordem social competitiva após a desintegração do regime escravista, Florestan identifica a permanência do "controle conservador" e do "poder autocrático" (Fernandes, 2005). Dessa forma, "tomando o poder num país cujas estruturas continuavam sendo coloniais, bastava-lhe, para reinar tranquilamente, conservar intacta a estratificação social" (Lebrum, 1987, p.267). Contudo, como citado anteriormente, essa estratificação não pode ser naturalizada – como apregoam os pensadores conservadores –, mas sim, compreendida como processo histórico elaborado a partir de interesses e práticas sociais que, segundo Perlatto (2014, p.469), caracterizam "[...] o caráter conservador da revolução burguesa brasileira [...]".

É através destas características que Florestan apresenta o lugar das continuidades históricas, ou seja, não são fatores que naturalmente acontecem única e exclusivamente na sociedade brasileira, mas sim, processos desencadeados por escolha das classes dirigentes que historicamente insistem em não expandir o horizonte social – cultural, econômico e político. Portanto, salienta que a importância de sua análise não se direciona para a compreensão do capitalismo em si, mas sim, do capitalismo depende que, como abordado, apresenta tendências organizativas para as classes dirigentes (Barão, 2006). Nele "as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes" (Fernandes, 2005, p.238).

Neste sentido, as transformações institucionais no Brasil foram interpretadas por Florestan como mudanças com continuidades – "Abolição", "Proclamação da República", "a era senhorial", "a era burguesa" –, ou seja, a "[...] transição que inaugurava [...] uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa". Embora esta última seja reconhecida como o marco da modernidade brasileira, esta linha interpretativa busca salientar os fatores comportamentais de classe e suas consequências sociais demonstrando que, ao contrário de caracterizar o Brasil

[79] Silva (2022) destaca que Florestan lapidou processualmente sua análise na RBB ao transpor a tese da singularidade. Nesta passagem, podemos perceber que sua transposição não se deteve a superação das dicotomias do capitalismo dependente, mas também, no entendimento de que as desigualdades e fissuras são inerentes ao capitalismo desde sua formação. Em confluência com essa interpretação, ver Brasil JR (2013, p.263) e Shiota (2018, p.238).

como uma sociedade patrimonialista, Florestan concebeu a modernidade no capitalismo dependente a partir dos dinamismos entre as classes dirigentes, as limitações deste tipo de capitalismo e as tendências restritivas de suas burguesias (Fernandes, 2005, p.238-239).

Assim, "[...] uma burguesia que se vê compelida, historicamente, a congelar a expansão da ordem social competitiva, reduzindo ao mínimo o seu próprio impulso para manobras e barganhas estratégicas (nas relações internas e externas, de acomodação ou de conflito)", não deve ser encarada como uma burguesia "inviável", "irracional e irresponsável", mas sim, como o que "[...] seria um fator específico de sua própria orientação ultraconservadora e reacionária" (Fernandes, 2005, p.249-250).

Sua busca pela manutenção e ampliação de privilégios de classe se apresenta como uma estratégia, demonstrando que sua gramática política possui objetivos claros e específicos para formar – mesmo que através de lentas mudanças institucionais e sociais – o que Rosa (2004, p.166) chamou de "sistema social conservador" e Ricupero (2008, p.199), considerando "[...] a solidariedade de classes, a partir do Estado", de "unidade conservadora".

Florestan afirma que sob a égide do capitalismo monopolista as "elites das classes médias e altas", ao invés de se voltarem contra o "perigo estrangeiro" ou o "imperialismo econômico", preferiram construir um "inimigo" interno que, nestes termos, deveria ocupar o centro dos impeditivos para o desenvolvimento nacional. Na dinâmica do conservadorismo de classe, esse inimigo não poderia ser outro senão a classe trabalhadora que, ao obter qualquer avanço qualitativo-quantitativo, estaria necessariamente colocando em risco a estabilidade social[80]. Portanto:

> Em tal contexto, o pânico econômico forçou o aparecimento e o agravamento de atitudes de classe, fortemente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e de medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora de *nossa classe*. A *classe dos outros*, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congérie das massas trabalhadoras e destituídas) que surge como *inimigo natural* e o *alvo* dessa agressão autodefensiva. Como a *classe dos outros* não era a fonte real do estado de pânico, ela funcionou apenas como "bode expiatório" e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe (Fernandes, 2005, p.310).

Portanto, a dinâmica das classes se dá, segundo Florestan, na busca pela manutenção dos privilégios que, pelas condições específicas do capitalismo dependente, direcionam o

[80] O que corrobora sua crítica ao conservadorismo, uma vez que o combate aos anseios dos excluídos encontra-se entre os fatores mais explícitos e enfatizados por pensadores do conservadorismo. Ver Burke (2012) e Tocqueville (1998).

protagonismo das classes dirigentes internas para o campo político – sem perder de vista a perpetuação de condições sociais econômicas. Neste quadro, a luta é pela apropriação do aparelho do Estado como meio de manter ações restritivas, conservantistas e egoístas, de modo que o *status quo* possa ser perpetuado (Fernandes, 2000; 2005; 2008c). -

Isso não significa que as classes trabalhadoras e populares assistam a todo processo passivamente, mas sim, que a legitimidade burguesa na periferia do capital, associada ao poder socioeconômico das classes dirigentes, direcionam seu "medo reativo" para as camadas populares e para a classe trabalhadora[81]. Dessa forma, Florestan aponta para a consolidação de uma sociedade que operacionaliza a democracia e a violência como experimentos históricos de classe e, portanto, com endereços designados para estratos diferenciados.

Isso explica o que chamou de democracia (ultra) conservadora, ou seja, a legitimidade da violência como estratégia última de manutenção dos interesses de classe da elite nacional e dos estratos médios que a corroboram (Fernandes, 2005). Portanto, a "questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes [...]", composto de assimetrias sociais e de estreito controle do circuito político (Sampaio JR, 1999, p.131).

2.3 – Os limites democráticos do (ultra) conservadorismo e o autoritarismo como estratégia de manutenção do *status quo* ou o modelo autocrático-burguês[82]

Segundo Maciel (2010, p. 103), "ao longo de duas décadas Florestan Fernandes marcou sua intervenção no debate político e acadêmico com uma interpretação particular da sociedade brasileira desenvolvendo a teoria da autocracia burguesa [...]". Assim, na terceira parte de "A Revolução Burguesa no Brasil", Florestan apresenta a dinâmica de classes, considerando como mais importante a abordagem da "[...] relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida" (Fernandes, 2005, p.338). Nesta relação, afirma o sociólogo paulista, tudo que contribui para "[...] intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações

[81] Embora este trabalho centre-se na crítica aos estratos elitistas conservadores, vale ressaltar que Florestan não tomou as classes trabalhadoras e subalternizadas como estratos meramente passivos.

[82] Segundo Chagas (2011, p.78), dentre os autores "[...] dentro da tradição marxista que faz uso do termo autoritarismo, mas que parece ter influenciado mais diretamente a adoção deste como aspecto estrutural na análise florestaniana, é Lenin [...]". Além dele, relacionando este conceito ao de autocracia e sua apropriação por Florestan, ver Coutinho (2000, p.257-259).

de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social" (Fernandes, 2005, p.340)[83].

Neste quadro, suas análises caminharam para alguns postulados, entre os quais, o de que o subdesenvolvimento não seria um estágio passageiro, mas sim, uma condição perpetuada por uma forma de "[...] dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva, uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia". Como consequência, entende-se que tal aparato "[...] restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa" (Fernandes, 2005, p.340). Tanto Silva (2020) quanto Costa (2010), entendem que a revolução burguesa no Brasil se desenvolveu pela via autoritária, onde este último afirma que o que Florestan chama de:

> [...] "revolução burguesa no Brasil" se caracteriza, em oposição ao modelo de revolução democrático-burguês, como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto e na versão periférica da "democracia forte", baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos, na cooptação e práticas políticas arcaicas, do mandonismo tradicional, do clientelismo fisiologismo partidários. É fundamental em Florestan Fernandes, na construção de sua noção de capitalismo dependente, a focalização das diferenças existentes entre os modelos clássicos de revolução burguesa, representados pela Inglaterra, França e Estados Unidos, os casos típicos (Alemanha e Japão) e os países de origem colonial. [...] os nexos coloniais foram sendo remodelados e redefinidos em conformidade com as novas situações históricas, prolongando-se pelas etapas do neocolonialismo, do capitalismo monopolista e oligopolista da era atual (Costa, 2010, p.53-54)[84].

Como segundo postulado, Florestan afirma que o imperialismo não é totalmente responsável pela inibição econômica, principalmente, pelo fato de que a relação é "dual", ou seja, o capitalismo monopolista impõe suas condições, no entanto, os benefícios dessa relação são apropriados pelas classes dirigentes e pelas burguesias nativas, enquanto os custos são socializados. Mesmo que "a extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou

[83] Ianni (2004, p.2011-220) fala das "formas históricas do Estado brasileiro" como sendo, nelas todas, manifestações autoritárias. Assim, o período monárquico caracterizou-se pela existência do "poder moderador", a Primeira República pelo "Estado oligárquico", A "Revolução de 30" pelo pacto agrário industrial mediado pelo populismo e, por último, o golpe civil-militar de 1964 e a instituição do militarismo. De modo geral, a característica que persiste é a exclusão do povo.

[84] Para Cohn (1999, p.404), o conceito de autocracia em Florestan Fernandes seja interpretado como uma forma de exercício do poder, e não como um modelo autoritário de organização político-social.

subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado [...]" sejam elementos constantes, a dinâmica interna de classes possui parcela significativa na reprodução de tais condições. Por isso, considerando as imposições estruturais ao nível econômico, "[...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político" (Fernandes, 2005, p.341).

Fernandes (2006)[85] afirma que o conceito de "capitalismo selvagem" é umas das grandes contribuições de Florestan, esclarecendo que sua sociologia tem sido interpretada de forma rasa – leia-se, segundo as chaves interpretativas postuladas pela tese da singularidade e/ou do patrimonialismo. Nestes termos, faz um importante esclarecimento que, apesar de longo, vale citar pela capacidade sintética de expressar a contribuição de Florestan, como também, de sanar alguns equívocos. Assim, afirma que:

> [...] o conceito de *capitalismo selvagem*, do meu ponto de vista, é sua principal contribuição teórica na Revolução Burguesa. É ele que dá sustentação à principal tese da sua interpretação da sociedade brasileira segundo a qual não é que, haja uma composição do passado com o presente, do mundo da sociedade estamental e escravista com o mundo da sociedade de classes, onde esse passado arcaico estaria pesando sobre o presente moderno, obrigando à realização precária ou deficitária da revolução burguesa, da sociedade de classes, do capitalismo. Uma leitura bastante vulgarizada, aliás, da interpretação de Florestan. Pior ainda, uma leitura que o torna filiado àquelas duas interpretações cujas teses Florestan estava questionando: a do ISEB e a do Partido Comunista Brasileiro. Não é, portanto, para Florestan, que o Brasil tenha perdido o bonde – por não ter embarcado nele – do capitalismo ou, sequer, que o Brasil esteja andando no ritmo lento dos bondes graças ao sobrepeso do passado escravista, estamental e arcaico. Nada disso! O capitalismo, entre nós, o capitalismo dependente, é selvagem e só pode ser selvagem. O que significa que ele não é, nem será domesticável. O capitalismo é e será crescentemente uma máquina de exploração, de opressão e de discriminação sem conserto, nem saídas porque, quanto mais esse capitalismo se desenvolver, tanto maior a exploração, a opressão e a discriminação, agravando a selvageria que é sua própria condição. Por isso mesmo, para Florestan, o capitalismo selvagem só se mantém e reproduz graças à sua sobredeterminação política (Fernandes, 2006, p. 172-173).

Assim o elemento político ganha protagonismo como forma de assegurar a manutenção das estruturas de dominação de classe, ou seja, "[...] não estamos na era das burguesias conquistadoras" o que sugere que, tanto nos países centrais quanto na periferia, o real interesse das classes burguesas encontra-se em "[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se*

[85] Pesquisadora e filha de Florestan.

deteriorem[86]" (Fernandes, 2005, p.343). Essa burguesia do capitalismo dependente se caracteriza por deter:

> [...] um forte poder econômico social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil desloca-las politicamente através de pressões e conflitos mantidos "dentro da ordem"; e é quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe, agravadas sob as referidas circunstâncias. O "retardamento" da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire assim uma conotação política especial. A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo (Fernandes, 2005, p.244-245).

Essas condições – que segundo Florestan foram criadas pela própria burguesia através do capitalismo dependente –, engendram um divórcio entre a "ideologia" e a "utopia" burguesas e a "realidade criada pela dominação burguesa". Assim, com um horizonte reduzido – além de todo conteúdo de exclusivismo e egoísmo de classe citado em passagens anteriores –, faz uso indiscriminado de estratégias escusas, principalmente, através de "[...] sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa dos *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas* [...]"[87] (Fernandes, 1978b, p.204).

Dessa forma, agindo através de medidas desesperadas de autopreservação, lança-se, muitas vezes, "[...] com coragem de identificar-se com formas autocráticas de defesa e de autoprivilegiamento. O 'nacionalismo burguês' enceta assim um último grito, fundindo a república parlamentar com o fascismo" (Fernandes, 2005, p.345). Disto, afirma Florestan, viu-se no Brasil – e principalmente nos países de capitalismo dependente – a histórica "era do Estado autocrático-burguês, como efetivo histórico do "[...] requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e a aceleração do desenvolvimento econômico"[88] (Idem).

Rodrigues (2010, p.80-81), classifica o "esquema" analítico do conceito de autocracia em Florestan como "[...] uma referência interpretativa totalizante [...]" onde, segue a autora, "[...] conjuntura política, Universidade, autoritarismo e processo de abertura democrática,

---

[86] Grifos do autor.

[87] Hirschman (2019) fala de uma "retórica da intransigência", onde a dinâmica conservadora impõe-se o não diálogo com as demais perspectivas político-sociais como característica de suas estratégias e ações políticas.

[88] Esse texto resulta de uma resposta de Florestan as proposições e análises críticas a respeito do livro "A Revolução Burguesa no Brasil" (1975), em um Seminário realizado na University of Texas (Austin), em 1976.

intelectualidade engajada, todos serão vinculados ao referido esquema". Em confluência analítica, Arruda considera que:

> Nesse universo, precisa-se a revolução burguesa no Brasil, enquanto um modo de combinação singular de formas não homólogas e como um processo que envolve agentes modernizadores, mas cujo raio de ação limita-se a certas esferas da vida social, sem a capacidade de atingir o conjunto da sociedade. Por isso, a revolução burguesa ocorre na medida em que se institui o "regime de classes sociais", vale dizer, a sociedade de classes, mas exclui os componentes políticos e socioculturais característicos do processo na sua "vertente clássica". Daí o caráter autocrático e autoritário da "dominação burguesa no Brasil" (Arruda, 1996, p.62).

Considerando o golpe civil-militar instaurado em 1964 e os acontecimentos de 1968 – com a instituição do Ato Institucional n.º5[89] –, Florestan entendeu que o exclusivismo de classe burguês, além do Estado, se espraiou pela sociedade e angariou apoio mesmo considerando o avesso democrático e humanista. Neste quadro, considerou importante não "[...] isolar a sublevação militar de uma dominação de classe arraigadamente egoística, ultraconservadora e tão antidemocrática quanto antinacional" (Fernandes, 1978b, p.202).

Com isso, a experiência histórica brasileira demonstrou exemplarmente a possibilidade de coexistência entre o capitalismo e a ditadura, colocando os interesses de classe como um "[...] *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessário graças ao seu estado de paroxismo político". Foi, portanto, segue Florestan:

> Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional* e *democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (Fernandes, 2005, p.346).

Essa lógica manifesta uma forma de racionalidade da burguesia no capitalismo dependente que, através de uma "revolução nacional" limitada pelos interesses de classe, busca, no fundo, perpetuar a "polarização conservadora". Essa dinâmica é "[...] dimensionada pela infausta conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa" (Fernandes, 2005, p.349-50)[90]. Assim, a dimensão autocrática, depois da expansão da

[89] Promulgado em 13/12/1968, durante o governo do general Costa e Silva, este perdurou até 1978, portanto, Florestan escreveu esta parte da obra durante o período mais violento do regime ditatorial civil-militar.
[90] Sobre alguns dos importantes conceitos empregados por Florestan ver Maciel (2010, p.105).

ordem social competitiva, da industrialização e das transformações necessárias para manutenção das exigências integrativas ao capitalismo global, se espraia para outro campo, ou seja:

> Essa é a base política da continuidade da transformação capitalista, e dela podem resultar, indiretamente e a largo prazo, consequências mais ou menos úteis para as demais classes e universais quanto aos dinamismos da comunidade nacional. [...] O fato de a revolução nacional estabelecer-se segundo semelhante circuito fechado não invalida nem limita o significado estrutural, funcional e histórico que ela deveria ter e tem para as classes burguesas. O problema crucial, para estas, é a integração nacional de uma economia capitalista em diferenciação e em crescimento, sob as condições e os efeitos inerentes à dupla articulação (Fernandes, 2005, p.351).

Florestan não nega a revolução burguesa e as transformações que caracterizam o processo de modernização, no entanto, enfatiza a dimensão classista dessas transformações. Por isso, seu conceito de "circuito fechado"[91], não estabelece que as sociedades de capitalismo dependente – ou o Brasil, que toma como cerne analítico – sejam estamentais, patrimonialistas ou atrasadas, mas sim, que, além das limitações estruturais, existe uma atuação de classe que perpetua a posse das oportunidades de plenitude social, cultural, econômica e política (Mandarino, p.79, 2012).

Segundo Chagas (2011, p.92), isso caracteriza a autocracia e sua manutenção que, desta forma, "[...] seriam o resultado de uma dada mentalidade que visa preservar a concentração de poder, riqueza e privilégios, por 'entender' que os destinos particulares destes burgueses representam o próprio destino da nação". Por isso, Florestan afirma que o:

> [...] capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (Fernandes, 1978b, p.202).

Ao tratar da formação e consolidação da burguesia europeia, Florestan (2000, p.66) enfatiza que "a estrutura de classes da sociedade capitalista delimita a natureza do *drama burguês*: o raio de revolução histórico da burguesia é fechado e estreito [...]". No entanto, isso torna o conhecimento a respeito da burguesia ainda mais complexo, uma vez que, sendo uma

[91] Que será tratado mais detidamente no próximo capítulo, quando discutiremos o conservadorismo em sua dimensão política.

classe "[...] crescentemente conservadora e reacionária foi capaz de fomentar sucessivas revoluções técnicas, dentro e através do capitalismo [...]".

Essa relação de dominação conservadora de classe "[...] nunca se constitui um processo simples [...]", justamente por conta das tensões entre as classes, as demandas trabalhistas, forças progressistas e democráticas que buscam efetivar historicamente suas demandas ontológicas e de classe. Neste sentido, a intransigência (Hirschman, 2019) ganha operacionalidade estratégica no mundo político especificamente como lócus de atuação que, como consequência, desdobra-se sobre a esfera institucional e, em conjunto, demonstra que:

> [...] a revolução nacional sob o capitalismo dependente engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil* e *nação*. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural "revolucionário" de mando absoluto, que deve beneficiar a parte "ativa" e "esclarecida" da sociedade civil [...]" (Fernandes, 2005, p.352).

A tensão entre as classes, neste sentido, se mostra em elevado nível de hostilidade, tanto que a condição de "não gente" (Fernandes, 2008a) não é tomada por Florestan como uma forma de imobilismo diante da modernidade, mas sim, que esta manifesta a capacidade de retornar ao "passado remoto". Dessa forma, seria como se "[...] os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de 'nações' distintas, reciprocamente fechados e hostis, uma implacável guerra civil latente".

Assim, essa forma de dominação burguesa articula a preservação e o fortalecimento das "[...] condições econômicas, socioculturais e políticas através dos quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se [...]". Também, busca ampliar e aprofundar "[...] a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da 'comunidade internacional de negócios' [...]". Além disso, "[...] ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa" (Fernandes, 2005, p.354).

Portanto, a autocracia, longe de manifestar-se de maneira pura como salientou Stoppino (1998, p.379), ou seja, como uma forma de poder "absoluto", na modernidade burguesa, impõe-se como uma das instâncias do conservadorismo de classe que, nessa perspectiva, torna-se um conceito histórico e operacional em termos sócio-políticos. Nesta definição, entende-se que a

"[...] unidade no bloco de classe adquire um teor altamente conservador, que se pode polarizar, facilmente, em torno da orientação de valor e de comportamento reacionários ou, até, profundamente reacionários" (Fernandes, 2005, p.355). Assim, como "[...] experiência profundamente conservadora [...]", Macedo e Cerqueira, afirmam:

> "[...] dessas transformações, transbordarão desdobramentos histórico políticos antidemocráticos, antipopulares, antinacionais e pró-imperialistas, obstaculizando, em face da rigidez conservadora desses fatores condicionantes, os tímidos ganhos à classe trabalhadora proporcionados pela revolução burguesa (Macedo; Cerqueira, 2012, p.2-3).

O "reacionarismo", como característica do conservadorismo, é negado e repudiado por muitos autores que, inclusive, buscam diferenciar o conservadorismo de qualquer forma de reação as dinâmicas sócio-políticas e econômicas (Coutinho, 2014; Honderich, 1993; Moreira, 2019). No entanto, a história recente tem demostrado que em períodos de avanços progressistas o conservadorismo de classe, e justamente ele, tende a manifestar sua face reacionária através de incursões político-estatais e nacionalistas de cunho autoritário.

Quando a desigualdade tomada como "natural" pelos autores supracitados é combatida por qualquer avanço progressista, a movimentação pela retomada do aparelho de Estado mostra-se urgente, principalmente, pelo fato desta instância funcionar como espaço de produção e reprodução da legitimidade do conservadorismo de classe (Fernandes, 1975a; 2005; 2008c). Por isso, essas classes:

> [...] podem irradiar a difusão de hábitos de consumo em massa e de certas exterioridades de "conforto" e de "vida civilizada". Mas não podem universalizar e fortalecer impulsões igualitárias relacionadas com a redistribuição da riqueza e do prestígio social ou com a democratização do poder, requeridas pela própria estratificação em classes sociais. Em outras palavras, não podem absorver as iniquidades sociais, herdadas do passado remoto ou construídas através da implantação da ordem social competitiva, nem servir de trampolim para a emergência mais ou menos rápida do "pluralismo democrático" (considerado por muitos como o índice ideal do "capitalismo maduro") (Fernandes, 1975a, p.41).

A integração de sociedades de capitalismo dependente à modernidade burguesa se encontra assim distante das "reais fronteiras da história" onde, o aparato institucional existe de forma robusta e desenvolvida, contudo, sem qualquer esforço de integração social. O Estado, "[...] como instrumento político de autodefesa de classe", afirma Pinto (2008, p.323), evidencia

que "[...] a noção de modelo autocrático-burguês de transformação capitalista não poderia senão ser tomado como uma configuração da contra-revolução burguesa".

Nessa relação a ideia de "história" é sempre, como cita Florestan, incompleta, justamente, pelo fato de ser interpretada à luz das experiências efetivas das classes dirigentes que, neste sentido, não pode ser identificada "[...] na aparente absorção dos modelos ideias de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados". Por isso, segue Florestan, "[...] elas se encontram nos 'fatos de estrutura', através dos quais os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais" (Fernandes, 1975a, p.44)[92].

Este quadro autoritário foi elaborado por Florestan na década de 1970 – ao tratar da situação da América Latina e dos regimes ditatoriais –, nele as classes conservadoras responderam às ideias socialistas e forças progressistas com movimentos de "endurecimento político" e, por vezes "[...] a militarização do Estado, com a transformação do presidencialismo autoritário e das ditaduras tradicionais em formas dissimuladas de fascismo ou parafascismo".

Esse 'estilo de dominação', como destacado por Gonçalves (2017, p.265-266), demonstra que a "[...] solidariedade de classe se expressa na defesa pura e simples do *status quo* (defesa da propriedade privada e da iniciativa privada), sem referências a valores como democratização (a não ser no nível meramente formal) ou o nacionalismo [...]". Assim, a luta em prol do conservadorismo de classe se mostra cada vez mais robusta, principalmente, pelo fato de que:

> Essa ordem social pode tornar-se mais flexível, se o capitalismo se transforma e revoluciona os padrões de vida das "classes baixas" e as aspirações sociais das classes "médias". [...] No entanto, semelhante flexibilidade é impossível, onde a estabilidade da ordem social competitiva depende de mecanismos que fomentam e intensificam a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, redefinindo os privilégios e as iniquidades sociais, em vez de atenuá-los e diluí-los (Fernandes, 1975a, p.66).

Portanto, as forças conservadoras, considerando os elementos supracitados, definem-se não apenas pela capacidade de manutenção de privilégios de classe, como também, pelo poder de inviabilizar conquistas e avanços para as classes subjugadas – leia-se, "massas trabalhadoras" (Sereza 2014, p.231). Neste sentido, a gramática política conservadora contempla uma instância de autocracia com poderes restritivos e inibidores que, como dito

[92] Sobre a ideia de efetividade histórica na sociedade do capital, ver também a importante contribuição de Wallerstein (2001).

anteriormente, expressam mais que a "desigualdade racional" do capitalismo, mas sim, a defesa de um projeto social que:

> Arrogando-se e apegando-se a privilégios excessivos, embora necessários sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, as classes "altas" e "médias" barram-se os caminhos pelos quais poderiam realizar-se como e enquanto classes, realizando ao mesmo tempo, de alguma forma, interesses de outras classe e "interesses médios" da coletividade. O que elas ganham numa direção puramente egoística, perdem em capacidade criadora, em todos os níveis de sua atuação econômica, sociocultural e política. A ordem social competitiva adquire extrema eficácia como instrumento de estabilidade ou mudança vigiada (Fernandes, 1975a, p.98).

A dimensão autocrática, em perspectiva histórica, se define por esta capacidade de defender e assegurar direitos, como também, de restringi-los as demais classes que, neste sentido, experimentam de forma marginal o desenvolvimento – que de forma ampla pode ser definido como nacional – da modernidade capitalista. Como salienta o próprio Florestan (1975a), a desigualdade encontra-se na própria racionalidade capitalista, contudo, seu aprofundamento como projeto social é uma particularidade estratégica das classes dirigentes conservadoras.

> Com isso, a própria dominação burguesa interpõe-se entre os antagonismos de classe intrinsecamente burgueses e sua fermentação nas esferas econômica, sociocultural e política. A unidade no bloco de classe adquire um teor altamente conservador, que se pode polarizar, facilmente, em torno de orientações de valor e de comportamento reacionários ou, até, profundamente reacionários. Ela impõe, especialmente em matérias nas quais o poder burguês assume conotações políticas, a adesão de todo o bloco ao que se poderia descrever como *principia media* dos interesses e valores burgueses nacionais e estrangeiros (Fernandes, 2005, p.355).

O aparato político mantém assim uma discursividade institucional democrática que, no fundo, dissimula as condições de participação na sociedade civil e de acesso aos postos deliberativos e de poder onde, segundo Macedo e Cerqueira (2012, p.4), através de um "[...] comportamento político determinando [...]" operacionaliza os "[...] condicionantes conservadores internos e externos [...]".

Considerando esses fatores, Florestan salienta que o egoísmo de classe se espraia para outras esferas sociais, tornando rígidas suas estruturas e, o mais importante, sua capacidade de inclusão. O medo "sociopático" a mudança (Fernandes, 2008c), o projeto de dominação de classe com restrições para inclusão e, por outro lado, sem qualquer restrição para o autoritarismo (Fernandes, 1975a), assim como todo um comportamento burguês que, em parte,

nega a própria racionalidade burguesa em prol do privilegiamento de classe (Fernandes, 2005), em conjunto, operacionalizam o conceito de autocracia na sociologia de Florestan.

Assim as estruturas citadas anteriormente conformam a permanência de uma "contrarrevolução prolongada" que, apesar de proporcionar certa "aceleração da história", na busca de seus interesses, contém ou sufocam "[...] as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva" (Fernandes, 2005, p.360). Neste quadro, afirma Shiota (2018, p.231-233), "o desenvolvimento é a luta para civilizar o capitalismo", estancar a devastação da natureza, valorizar "[...] o fator humano e as novas gerações de seus beneficiários".

A esta dinâmica soma-se um processo de "aprendizagem" de classe que, no fundo, contribuiu para enrijecer seu conservadorismo onde, a partir de três elementos, distanciou ainda mais a burguesia nacional dos ideais propriamente revolucionários de transformação capitalista. O primeiro deles se refere a "[...] a descoberta de que não iríamos repetir a história [...]", ou seja, a "[...] esperança republicana, de que se faria a revolução industrial de modo autônomo e segundo o modelo inerente de capitalismo competitivo [...]" ruiu. Neste bojo seguiu-se também que a "[...] concretização de uma democracia burguesa plena não era uma 'questão de tempo' nem de 'gradualismo político' [...]" (Fernandes, 2005, p.364).

Em segundo lugar, os antagonismos intraclasses "[...], ou seja, por interesses e aspirações divergentes de classes ou estratos de classes burgueses [...]" que, nesta via, tomaram como estratégia de ação o caminho de "[...] aventuras tidas como 'nacionalistas', 'democráticas' e 'revolucionárias' [...] sem, segue Florestan, [...] transformar, primeiro, as bases dependentes das relações de produção e de mercado. Neste sentido, as mudanças propostas pela ideologia "nacionalista" das classes dirigentes, no fundo, não poderiam realizar alterações profundas no sentido de conduzir o país para uma efetiva ampliação do acesso às bases econômicas, sociais, políticas e culturais (Fernandes, 2005, p.364-365).

Em terceiro lugar, a não ruptura supracitada e a consolidação do capitalismo monopolista, contribuíram para uma socialização da burguesia interna que a tornou mais suscetível aos parâmetros ideológicos e direcionamentos político-econômicos externos. Esse conjunto corroborou o que Florestan chamou de "modernização dirigida" que, de forma sintética, demonstra uma relação de busca de equilíbrio onde, a partir da reorganização e acomodação das classes dirigentes internas às exigências externas, a dinâmica autocrática se reafirma como estratégia de conservação de classe. Neste sentido:

> As experiências, nessa esfera, são bem conhecidas. Há os grupos, extraídos da várias categorias profissionais, civis e militares, que foram deslocados para o exterior e sofreram completa reciclagem (ideológica e utópica), graças a programas especiais de "treinamento", de "preparação técnica especializada", através do rádio, televisão, imprensa e mesmo da educação escolarizada, e os programas de assistência técnica (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional, etc.), que criam redes articuladas de "modernização dirigida". [...] Por aqui, os estratos burgueses aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações de mundo, procurando a ajustar-se a "avaliações pragmáticas", que representam o subdesenvolvimento como um "fato natural" autocorrigível [...]. (Fernandes, 2005, p.365-366).

A tônica de naturalização do social inerente a lógica conservadora é demonstrada por Florestan a partir de um conjunto que operacionaliza a legitimidade da gramática política conservadora – e neste caso, autocrática – das classes dirigentes sob o capitalismo dependente. Neste sentido, se mostra essencial a elaboração de uma narrativa, de uma explicação do social que seja capaz de substituir a perspectiva sócio-histórica e a ideia de efetividade inerente a ela. Assim, em conjunto e na busca de corroborar o conservadorismo de classe, tal aparato se apresenta formalmente através de respostas "técnicas", de setores profissionais, meios de comunicação e, através de soluções "pragmáticas", socializam a necessidade de mudanças[93] que, somente ideologicamente, representam interesses nacionais. Para Florestan esse conjunto:

> [...] suscita enorme indulgência para com atitudes e comportamentos que se chocam, precisamente, com *os mores* da democracia e da civilização cristã, o que significa que, indiretamente, ela amplifica o espaço psicológico, cultural e político para o florescimento de um padrão de liberdade de classe que é extremamente egoístico e irresponsável. No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (Fernandes, 2005, p.368).

Como demonstrado no capítulo anterior, a gramática política conservadora não se acostumou a conquistar êxito se defrontando diretamente com o discurso científico, por isso, sua reconhecida aversão ao racionalismo e a prática científica[94]. Com isso, essa passagem de Florestan é importante, principalmente, para demonstrar que a autocracia não é uma força invisível ou metafísica, mas sim, elaborada e construída com propósitos claros de conservadorismo de classe. Sua presença silenciosa, subterrânea (Adorno, 1995), pode nos

[93] Mudanças manifestas através de um ideal de restauração, de "retorno", como forma de assegurar os interesses "nacionais". Para a ideia de "retorno" ver Lynch (2010).

[94] Ver conteúdo crítico direcionado ao racionalismo e ao conhecimento científico presente nos autores conservadores (Burke, 2012; Kirk, 2021a; 2021b; Tocqueville, 1998; Moreira, 2019; Honderich, 1993).

desviar do entendimento de seu *modus operandi*, no entanto, é nesta via que as estratégias de retomada do aparelho do Estado e o uso indiscriminado da força e do autoritarismo se justificam.

É assim que se configura a estrutura política da autocracia, ou seja, em sociedades marcadas pela "concentração social da riqueza e do poder", as burguesias não necessitaram constituir-se com o mínimo de diálogo ou articulações divergentes. Por isso, estas só podiam "[...] mostrar-se 'democrática', 'reformista' e 'nacionalista' desde que as 'pressões dentro da ordem' fossem meros símbolos de identificação moral e política, esvaziando-se de efetividade prática no vir- a-ser histórico" (Fernandes, 2005, p.376).

O repúdio conservador ao horizonte do "vir-a-ser histórico" manifesto em sua naturalização do social[95] mostra-se através de um comportamento de classe limitado para lidar com tensões sociais, por isso, tudo pode ser alterado desde que seja "dentro da ordem", seguindo a seminal formulação burkeana de mudar, apenas, para conservar (BURKE, 2012). Neste sentido, qualquer proposta minimamente organizada de transpor tais limites pode ser encarada como ameaça e, seguindo a lógica de autopreservação, até mesmo estratos burgueses podem ser enquadrados como perigosos. Portanto:

> Dentro de semelhante contexto, o próprio radicalismo burguês "esclarecido" podia confundir-se com a "subversão" e o "comunismo"; e as "pressões contra a ordem" perderiam, em geral, qualquer "legitimidade" moral, legal ou política. Não se tratava, porém, de um imobilismo histórico ou de uma defesa obstinada do estancamento. Ao contrário, os vários estratos da burguesia se abriam tanto para as alterações da ordem, a partir de dentro, quanto para a "modernização dirigida de fora", *desde que as condições e os efeitos de tais processos estivessem sob controle conservador* (Fernandes, 2005, p.384).

O conservadorismo de classe corrobora assim uma gramática política que, além de egoísta e exclusivista, é maniqueísta no reconhecimento de seus iguais. Nela se acha o que Florestan classificou como "[...] a essência do regime republicano, com seu presidencialismo autoritário, e o fulcro do 'equilíbrio da ordem' durante toda a evolução da sociedade de classes" (Fernandes, 2005, p.385). Essa "evolução" manifesta a defesa intransigente[96] do "monopólio da *cidadania válida*"[97] que, em conjunto, demonstra o "[...] consenso duplamente vinculado com as impulsões autocráticos da burguesia [...]". Por isso, Sader (1998, p.71-72), ao tratar do autoritarismo na sociologia de Florestan, entende que "[...] a organização do poder de tipo

[95] Idem.
[96] No sentido atribuído por Hirschman (2019).
[97] Ver Fernandes (2005, p.393).

autoritário [...]" coaduna com a "[...] forma de governo menos igualitária de todas, por incorporar estruturalmente a desigualdade e a distinção como princípios constitutivos".

Florestan entende que a supracitada duplicidade se manifesta "[...] por causa da estrutura da sociedade de classes", como também, "[...] do caráter contrarrevolucionário assumido pela reação autodefensiva [...] dos estratos de classe burgueses" (Fernandes, 2005, p.397). Assim, considerando esse comportamento histórico, corrobora-se a permanência da autocracia onde, os elementos tratados nesta seção, fundamentam a existência de uma sociedade de classes violenta no que tange a defesa dos interesses elitistas dos "cidadãos válidos". Nestes termos, em síntese, Florestan aponta para uma perspectiva que salienta a permanência da autocracia, onde:

> Esse é, em resumo, o ponto culminante e o fato central da evolução do "Brasil moderno", cenário e produto da transformação capitalista. Ao concretizar-se, a Revolução Burguesa transcende seu modelo histórico – não só porque está superado. Mas, ainda, porque os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial. A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro [...] a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no Império) (Fernandes, 2005, p.258).

2.4 – O formalismo institucional conservador

A cidadania efetiva em sociedades de capitalismo dependente apresenta uma característica fundamental que corrobora os interesses do conservadorismo de classe e, ao mesmo tempo que atende ao formalismo democrático requerido pelas potências hegemônicas do capitalismo global, atua com a manutenção de fissuras profundas em relação aos demais setores da sociedade – leia-se, classes populares.

Esta relação é caracterizada por restrições impostas por um seleto estrato de relação "fechada" que, ao sobrepor "[...] a sociedade civil à nação equipararam, de fato, sua própria democracia restrita a uma oligarquia de classes burguesas dominantes" (Fernandes, 2005, p.416). Assim, "na ordem social competitiva brasileira e de outros países da periferia do

capitalismo mundial [...] a sociedade civil se confunde com a burguesia [...]" (Sereza, 2014, p.237).

O formalismo institucional, mais do que uma violência militarizada, como destacou Florestan, se mostra tão ou mais violento pelo fato de se reproduzir através de roupagens institucionais que, muitas vezes, deslocam a evidência do seu visível teor de agressividade. Assim, ao realizar o projeto conservador de classe "[...] a cooptação se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classes, sempre implicando a mesma coisa: a *corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante*". Essa corruptibilidade se encontra na sua dimensão aparente, formal que, observando mais atentamente, podemos considerar que "[...] a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*" (Fernandes, 2005, p.416).

Com isso o formalismo institucional possui uma tendência de maior longevidade e vigor do que a dimensão autocrática[98], justamente, pelo fato de países como o Brasil, ou seja, "[...] com características geográficas, demográficas, econômicas, sociais, culturais e políticas "[...], não ser possível "[...] estabelecer 'para sempre' semelhante correlação estática entre aceleração do desenvolvimento econômico e salvação do *status quo*" (Fernandes, 2005, p.418). Portanto, Florestan entende que o conservadorismo de classe não pode realizar uma "associação estática" entre os processos de desenvolvimento econômico e contrarrevolução preventiva.

O processo segue a lógica onde as classes dirigentes se encontram organizadas, alteram sua sociabilidade em busca de atender aos requisitos de integração econômica e consequentemente se deparam com forças de ascensão. Nesta via, "[...] a aceleração do desenvolvimento econômico [...] tende a convulsionar, a médio e largo prazos, todo o sistema de classes sociais". Assim, afetando todas as classes e tornando cada vez mais difícil o controle e o fechamento de tais movimentos, "[...] a contrarrevolução preventiva não é mais um processo estrutural e dotado de potencialidades socioeconômicas comparáveis. Não só é um processo histórico localizado que já entrou em fase de esvaziamento [...]", como também, colide com os interesses das "[...] novas relações das classes e dos estratos de classes burgueses com a nova ordem social competitiva emergente, revitalizada pela industrialização intensiva e pela eclosão do capitalismo monopolista" (Fernandes, 2005, p.418-419). Neste sentido:

> [...] os processos de diferenciação e de concentração dos interesses e do poder das classes burguesas retomam o seu circuito. E isso ocorre sob um tempo

[98] Gonçalves (2017, p.285), entende que o conceito de autocracia na obra de Florestan "[...] permite não perder de vista a essência do Estado diante das diversas formas que ela assume na história do Brasil". Neste sentido, a autocracia é uma característica de longa duração, que marca os diversos momentos da história política nacional.

> muito mais veloz, possibilitado pela mesma aceleração do desenvolvimento econômico. A contrarrevolução não só se dilui: ela perde sua base material nas relações de classes burguesas, voltando a ser uma expressão de força econômica, social e política dos estratos burgueses ultraconservadores, mais ou menos deslocados pela própria alteração do "mundo burguês" e da sociedade de classes inclusiva (Fernandes, 2005, p.419).

Isso não significa que as forças autocráticas tenham recrudescido, mas sim, que o formalismo institucional esteja operando com protagonismo em um cenário que tornou desnecessário "[...] armar essa sociedade de classes com recursos de autodefesa-militar e política que possam preencher, dentro da ordem (e portanto, de sua "normalidade" e "legitimidade") as funções de um equivalente da contrarrevolução preventiva [...]". Florestan atenta para o fato de que a defesa dos interesses de classe não recuaram de maneira alguma, apenas mudaram de intensidade, ou seja, manifestando formas que variam de estratégias mais "frias" ou "quentes" de defesa. Nesta via:

> A ditadura de classe não se contrai nem se dilui, acompanhando as alterações do desenvolvimento do sistema de produção capitalista e da sociedade de classes correspondente. Com a "situação sob controle", a *defesa a quente da ordem* pode ser feita sem que "os organismos de segurança" necessitem do suporte tático de um clima de guerra civil, embora este se mantenha, através da repressão policial-militar e da "compressão política". Em consequência, a contrarrevolução preventiva, que se dissipa no nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal (Fernandes, 2005, p.420).

Florestan demonstra a importância de considerar o formalismo institucional como algo característico de uma sociedade que mantém, como um de seus principais pilares, o conservadorismo de classe. O *modus operandi* deste conservadorismo é marcado por um aparato formal, discursivo e institucional que, no fundo, continua a resguardar os interesses das classes dirigentes. Isso não acontece de maneira assumida e aberta, mas sim, por meio de mecanismos de exclusão que impedem o acesso efetivo das classes subalternas ao apregoado institucionalmente como de acesso universal, ou, como preferem os conservadores, constitucional[99]. Para Florestan esse:

[99] "A constituição inacabada" é uma obra que reúne dezenas de textos de Florestan que, em conjunto, desconstroem a ideia de "constituição cidadã", justamente, pelo fato de não se efetivar historicamente seu conteúdo pretensamente garantidor de direitos e do chamado por Nunes (2004) de "universalismo de procedimentos". Ver Fernandes (1989b).

> É o modo de privilegiamento interno das classes "altas" e "médias", cujos setores dominantes e elites dirigentes forjam o seu *espírito capitalista* especial, alicerçado na combinação da dependência com o subdesenvolvimento, que determina a "lógica do capitalismo dependente" e o caráter ultra-egoístico, autocrático e conservador de suas estruturas de poder elitista. Do outro lado, por fundamentar-se na dominação exclusiva e exclusivista das classes privilegiadas, a referida ordem econômica, sociocultural e política carece de potencialidades de autotransformação suficiente fortes e contínuas para imprimir maior flexibilidade e eficácia ao funcionamento das classes sociais e do regime de classes (Fernandes, 1975a, p.100).

O formalismo conservador, através de seu "espírito capitalista especial", operacionaliza a ordem burguesa sem se preocupar com o aprofundamento e o alargamento do horizonte democrático e/ou inclusivo. Segundo Rodrigues (2010, p.81), "[...] seu projeto de modernidade cede lugar à constatação de que ela é aberta para a minoria que goza do privilégio de participar da modernidade; e fechada para a maioria eliminada das benesses trazidas por ela". Por outro lado, esta mesma prática, contribuiu para a fragilidade desta ordem que, ao operar com mais eficácia entre os iguais, cria barreiras culturais, econômicas e políticas como estratégia de autopreservação das elites.

Para Ianni (2004, p.232), a "conservação do sistema político" é realizada através de uma "[...] integração horizontal, em sentido e escala nacionais, dos interesses das classes burguesas" que, assim, potencializam a "[...] probabilidade de impor tais interesses a toda comunidade nacional de modo coercitivo e 'legítimo'". Neste sentido, Florestan destaca que "[...] o elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social". Isso ocorre pelo fato de que – segue Florestan:

> Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente "democráticos", "autoritários" e "autocráticos", o mesmo sucedendo com as "relações pacíficas" entre as classes sociais (Fernandes, 1975a, p.103).

Assim, considerando as limitações dinâmicas do capitalismo dependente, o formalismo conservador opera através de um aparato institucional moderno – em termos jurídicos, econômicos e políticos –, contudo, sem descartar a violência como instrumento imprescindível de manutenção do *status quo*. Essa violência, segundo Florestan, é uma violência de classe, forjada no ideário e na prática classista-elitista, que ainda decide sobre os iguais e sobre a legitimidade do *status* de (a)gente para determinados setores sociais (Fernandes, 2008a).

Sem considerar o supracitado, Tavolaro (2005) realiza uma análise crítica sobre o conceito de modernidade na sociologia brasileira – incluindo Florestan Fernandes – e, ao considerar as vertentes da "herança patriarcal-patrimonial" e a "sociologia da dependência", afirma que estas chegam a um "diagnóstico bastante similar, ainda que partam de perspectivas bastante diferentes". Segundo ele:

> [...] *diferenciação social, racionalização da normatividade e separação entre o público e o privado* – os três pilares da sociabilidade moderna, de acordo com esse discurso – não teriam se consolidado no Brasil tal e qual o fizeram nos chamados "países modernos centrais". No interior desse terreno cognitivo, pois, nossa condição moderna não seria outra senão uma espécie de *desvio* em relação às ditas "sociedades centrais da modernidade". Mantendo-se intocada a *episteme* daquele discurso sociológico hegemônico, não parece restar outra alternativa interpretativa para além de "semi-" e periférica" (Tavolaro, 2005, p.11).

No entanto, Tavolaro (2005), desconsidera que Florestan questiona a própria legitimidade da modernidade burguesa conservadora que, diante das fissuras sociais, insiste em se contentar com a manutenção das instituições sem, com isso, prezar de forma efetiva e aberta pelo desenvolvimento humano. Por isso, este defende que "[...] a sociedade de classes repousa em um sistema de poder relativamente aberto e democrático (pelo qual se organiza e se perpetua a dominação burguesa". Esse entendimento encontra-se na percepção de que:

> Todavia, se as classes dominantes aceitam a ordem social competitiva em vários pontos, exceto naqueles nos quais suas vantagens relativas poderiam ser real ou supostamente "prejudicadas", tendem a solapar e a bloquear, sistematicamente, o funcionamento do sistema de poder, que deveria ser relativamente aberto e democrático (Fernandes, 1975a, p.104)[100].

Além disso, Tavolaro (2005) apresenta concepções que desconsideram as relações de poder nas escalas global e local, defendendo a existência de um "pé de igualdade" entre as nações. Estas, ao contrário do que apregoam as "*epistemes*" sociológicas hegemônicas no Brasil – afirma o autor –, são equalizadas por compartilharem possibilidades de modernidade – modernidades múltiplas – e que, dessa forma, manifestam axiomaticamente os projetos sociais, políticos e econômicos dos inúmeros sujeitos e grupos sociais. Portanto, a modernidade se caracteriza por uma espécie de "esfera pública global", onde as relações não são impostas, mas

[100] Como exemplo, podemos citar estudo sobre as propostas de emenda constitucional-PECs, lideradas pelos partidos conservadores no Brasil após a Constituição de 1988. Florestan, como deputado constituinte, afirmou diversas vezes que a ala conservadora estava destruindo a "Constituição Cidadã" em seu nascedouro. Ver o estudo de Rocha e Silva (2015), que aborda essa questão no período de 1988 a 2010.

sim, construídas por meio de influência mútua. No entanto, algumas questões podem ser colocadas para demonstrar alguns equívocos.

Primeiramente, o autor não considera as ressalvas metodológicas de Florestan e, além disso, o coloca na mesma linha interpretativa de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Jr. – cuja interpretação, sabe-se que existem inúmeras diferenças. Em segundo lugar, Florestan não nega a modernidade brasileira, mas a caracteriza como uma sociabilidade que produz e reproduz a concentração de riquezas materiais e simbólicas. Terceiro, Para Florestan o Estado não foi "sufocado" (Tavolaro, 2005, p.11), mas sim, apropriado pelos estratos elitistas e conservadores. Quarto, essa interpretação escamoteia as relações de violência e coloca a apresentação de projetos de sociedade e de participação na vida cívica como uma questão de vontade e liberdade, coisa que a história latino-americana cansou de demonstrar os impedimentos, dadas as experiências de tensões, silenciamentos e violências.

Por fim, o referido autor equipara, por exemplo, o Brasil da República Velha (1889-1930) com os Estados Unidos da era Reagan (1981-1989), englobando-os sob a sigla do "capitalismo liberal". Podemos considerar que esse capitalismo é semelhante nos dois países em seus respectivos momentos históricos? As condições na esfera global foram de afetação mútua? O Brasil afetou a globalização, a agenda tecnológica e, entre outros, ditou os rumos do capitalismo com sua moeda sobre a pretensa "democrática" e "pacífica" esfera dialógica global do capitalismo? Acreditamos que não.

Tavolaro (2005, p.2016), ao balizar a existência de "atores sociais fortemente conectados" como construtores do que chamou de "modernidades múltiplas", ignorou as relações de poder e barbárie. Assim, silenciou a existência de uma esfera pública seletiva, para os iguais e que, além disso, busca eliminar os projetos alternativos de sociedade, principalmente, quando estes consideram incluir o povo. Por isso, Florestan enfatizou a ideia de "formalismo" em diversos temas tratados em sua sociologia, como forma de salientar a diferença entre uma sociologia do "acordo" e uma sociologia preocupada com a efetividade histórico do aparato institucional, cultural, político e econômico moderno – que ele não negou ser plural e diversificado, dada sua perspectiva teórico-metodológica pautada sobre a sócio-história.

Assim, a ideia de formalismo institucional foi identificada como uma forma de tensão entre o aparato institucional moderno e os efeitos históricos e efetivos resultantes, dessa maneira uma interpretação mais pormenorizada das dinâmicas internas do capitalismo dependente é descortinada por Florestan. Ele percebe uma relação sincrônica – bem longe de ser mutuamente excludente –, que "enquanto o privilegiamento prevalece, o resultado mais frequente aparece

em sistemas de governo aparentemente democráticos, mas que deformam a ‘democracia com participação ampliada’, convertendo-a em uma variante da democracia restrita [...]” (Fernandes, 1975a, p.105).

Florestan salienta a existência de um mecanismo ideológico de retomada e de justificativa de práticas do conservadorismo de classe que se hospeda na relação ideologicamente difundida entre estabilidade política e crescimento econômico. Essa relação “[...] engendra a ideia de que a estabilidade política seria uma ‘condição necessária’ do crescimento econômico e este tivesse por fim supremo produzi-la e mantê-la, como uma espécie de estado natural da sociedade [...]”. Essa conexão, na verdade, origina-se em “[...] decorrência ideológica do pensamento conservador [...]”, cuja finalidade se encontra no fortalecimento de todos que:

> [...] defendem ou querem manter o *status quo ante*, ou seja, identificam-se com a perpetuação indefinida do chamado “complexo econômico colonial”, com todas as iniquidades econômicas, sociais e políticas que o caracterizam; ou querem resguardar as formas de acumulação capitalista inerentes ao atual “complexo econômico urbano-industrial”, sob muitos aspectos antieconômicos e anti-sociais em termos dos interesses da Nação como um todo. Ao crescimento econômico não só devem corresponder crises e convulsões políticas mais ou menos violentas; como, se elas forem extirpadas sem a solução conveniente das tensões econômicas, sociais e políticas que lhe são latentes, o crescimento econômico não levará a nada no terreno político (Fernandes, 2008c, p.130).

Portanto, esse formalismo institucional trabalha em favor do conservadorismo de classe disseminando a ideia de “paz social” (Fernandes, 2005, p.233) como requisito fundamental para o desenvolvimento nacional. Contudo, como citado diversas vezes, essa “paz” está longe da realidade histórica e tem servido apenas para pavimentar os interesses de classe, principalmente, na relação direta entre economia e política.

Neste sentido, a ideia de “Nação” soa estrategicamente em prol da manutenção das relações privilegiadas de classe, uma vez que nega os conflitos, aprofunda as condições de privilégio e, além disso, justifica a violência como alternativa em defesa da “democracia” e da “economia”, portanto, de dois importantes pilares da sociedade burguesa moderna (Fernandes, 1975a; 2005; 2008c). Assim, considerando as disputas no campo discursivo, Florestan enfatiza que:

> O debate terminológico não nos interessa por si mesmo. É que o uso das palavras produz relações de dominação. Se um golpe de Estado é descrito como “revolução”, isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma

> intenção [...]. Em segundo lugar, há intimidação [...]. Nessa conjuntura, confundir os espíritos quanto ao significado de determinadas palavras-chave vinha a ser fundamental. É por aí que começa a inversão das relações *normais* de dominação. Fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder. [...], as classes trabalhadoras [...] precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia [...] (Fernandes, 2000, p.56-57).

Florestan – considerando o discurso de cunho meritocrático e economicista das classes burguesas conservadoras – aponta para o fato de que tanto o crescimento econômico quanto as relações políticas, por si só, não conseguem contribuir em prol da diminuição das fissuras sociais. Estas dependem, além do contexto histórico-social, "[...] do valor social que adquire em função dos ideais de vida, de equidade e de solidariedade existentes socialmente nas relações dos homens entre si". Contudo, sob a égide do conservadorismo de classe, a ordem social competitiva tende a desconsiderar a importância que "[...] certos mínimos sociais na democratização da renda são essenciais para que o substrato e os dinamismos econômicos da ordem social competitiva funcionem de modo balanceado e equilibrado". Dessa forma:

> Sob esse aspecto, não são as forças econômicas que constroem o futuro no presente que ameaçam o equilíbrio político da sociedade. Ao contrário, é o desiquilíbrio político da sociedade que ameaça aquelas forças econômicas, reduzindo, solapando ou anulando suas potencialidades e funções sociais construtivas. Ora, o desiquilíbrio político da sociedade parece associar-se a tensões latentes puramente sociais, que se polarizam politicamente graças ao teor irracional e egoístico das avaliações daquelas tensões pelos círculos conservadores (Fernandes, 2008c, p.131).

A preponderância de uma perspectiva político-econômica conservadora – associada aos valores sociais, ontológicos, humanísticos, culturais, desta mesma perspectiva –, torna coesa a engrenagem do conservadorismo de classe. Florestan evidencia que, apesar das imposições estruturais das economias de capitalismo dependente com o capitalismo monopolista, existe demasiado espaço para atuação em prol do alargamento dos horizontes culturais, econômicos e políticos, contudo, por escolha de uma atuação com vistas a autopreservação, as classes dirigentes não aprofundam estas relações. Assim, "[...] uma forma ultraviolenta de despotismo aberto sobrepôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que *são gente*" (Fernandes, 2000, p.124).

Com isso, Florestan enfatiza a existência de uma ordem legal vigente que "[...] confere igualdade política aos cidadãos e organiza o regime republicano em bases democráticas [...]",

contudo, "[...]as classes sociais que compõem a sociedade não possuem possibilidades análogas de participar efetivamente dessas garantias jurídico-políticas[...]". Dessa forma, o formalismo se manifesta através da constatação de que "[...] algumas classes monopolizam a fruição de tais garantias, convertendo a democracia numa ficção e numa cômoda armadilha, pois a concentração de renda corresponde a concentração do poder [...]". Nestes termos, "[...] o pior é que estes constroem uma imagem da "normalidade da ordem" e da "consolidação do regime", a qual exclui qualquer normalização das relações sociais nos níveis econômico e político (Fernandes, 2008c, p.132).

Neste quadro, o formalismo institucional operacionaliza a atuação das classes dirigentes através da mediação entre, principalmente, o campo econômico e o político, apontando para uma perspectiva que questiona o *status* da nova República. Assim, buscando demonstrar a realidade desta institucionalidade tão bem recepcionada – principalmente, depois de duas décadas de regime civil-militar –, Florestan aponta em seus escritos para a dimensão do conservadorismo em âmbito político.

Disso, a revolução burguesa e a dimensão econômica do conservadorismo de classe são apresentados através de uma cultura política que, como veremos, encarrega-se de restringir a sociedade civil e as instâncias deliberativas do espaço público. Em síntese, Florestan apresenta uma arena política que "[...] alerta os círculos conservadores, gerando ciclos alternados de composições conciliadoras, mais ou menos 'progressistas', e intransigências rígidas, mais ou menos 'duras' e 'implacáveis'" [...]. É nesta via que:

> [...] as estruturas sociais arcaicas continuam a ter suficiente vitalidade para preservar técnicas sociais legalmente proscritas de controle autoritário de poder, enquanto as estruturas sociais modernas não possuem bastante vitalidade para impor ou defender técnicas democráticas de organização de poder. [Assim], [...] as formas dominantes e arraigadas de institucionalização do poder ainda são, fundamentalmente, extra e antidemocráticas. Ainda se pensa e se age, entre os que mandam e os que obedecem nas relações de dominação, de forma autocrática e autoritária, como se o único poder legítimo, esclarecido e construtivo emanasse da vontade, dos interesses e dos valores das elites dirigentes dos círculos sociais conservadores (Fernandes, 2008c, p.133).

Concluímos assim que o conservadorismo de classe – associado aos avanços histórico-institucionais da modernização na periferia do capital – tornou-se ainda mais eficiente, principalmente, pelas dinâmicas de sua dimensão política. Neste sentido, trataremos no próximo capítulo – considerando os escritos políticos de Florestan – da operacionalização desse

conservadorismo através do que chamou Florestan de “circuito fechado”, com o intuído de compreendermos, por fim, a amplitude tridimensional do conservadorismo em sua sociologia.

CAPÍTULO 3 – A DIMENSÃO POLÍTICA DO CONSERVADORISMO DE CLASSE

> O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada*, que prometia não uma "democracia populista" ou uma "democracia de massas" (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo das massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. Pôr um paradeiro a esse processo e revertê-lo, eliminando tal espaço político de participação direta ou indireta das classes trabalhadoras e das massas populares, queria dizer não só "brecar a revolução dentro da ordem", mas também estabelecer um *status quo ante*, no qual as chamadas "franquias democráticas apenas teriam eficácia para as classes possuidoras e suas elites políticas (Fernandes, 2011, p.157-158).

A transição (1985-1988) do regime civil-militar (1964-1985) para o governo civil foi marcada por uma conjuntura conturbada, onde, a crise estrutural do capitalismo, as mudanças provocadas pela chamada reestruturação produtiva, a expansão do neoliberalismo, o fluxo de migração da esquerda socialista para a social-democracia e desta para o neoliberalismo, provocaram muitas tensões, principalmente, sobre a relação capital-trabalho (Antunes, 1998, p.117). Além disso, o campo político ganhou preponderância com o peso ideológico de uma "Constituição cidadã", com a ideia de retorno da democracia, como também, de abertura política que, em conjunto, sinalizaram para um novo tempo.

No entanto, para Florestan o termo "redemocratização" possui sérios problemas, por compreender que a democracia burguesa nunca se estabeleceu abertamente no país. Para ele, o fim da ditadura não representou o início de uma "revolução dentro da ordem", uma vez que as estratégias de manutenção do *status quo* pelas classes dirigentes foram, explicitamente, demonstradas durante o período Constituinte. Ao empregar o uso do temo "transição", evocou a ideia de continuidade (Fernandes, 1990), sendo por isso, o período da Nova República – considerando como marco a Constituição de 1988 –, compreendido como uma "república transada" (Fernandes, 1989b, p.137).

Neste quadro, Florestan descreveu a dimensão política do conservadorismo como forma de demonstrar as limitações impostas a massa trabalhadora pela classe política no Brasil. As estratégias conservadoras foram mantidas e perpetuadas através de processos que corroboram sua descrença em relação à efetividade histórica do regime democrático que, como tratamos anteriormente, mantém-se aberta para os estratos elitistas.

Dessa forma, considerando seus escritos de cunho político (Fernandes, 1979a; 1979b; 1980c; 1982; 1990; 1991; 1994; 2000; 2006; 2007b; 2010; 2011; 2014), analisaremos, primeiro, sua interpretação a respeito da "transição transada" como conceito que, além de tratar da caracterização da democracia pós-regime civil-militar, demonstra um *modus operandi* conservador. Segundo, abordaremos a ideologia conservadora que, a partir de uma efetiva "democracia restrita", atua na difusão de sua existência como parâmetro humanista e civilizacional, portanto, como o objetivo final de estruturação das relações sociais políticas. Terceiro, considerando a perspectiva sócio-histórica, discutiremos o conceito de "circuito fechado" como síntese do conservadorismo de classe em sua dimensão política, pelo fato de demonstrar a violência da sociedade civil direcionada para os estratos populares e trabalhadores. Por último, abordaremos o "politicismo burguês" como forma de evidenciar a estreiteza econômica da atuação política conservadora que, no fundo, tem servido para ampliar a histórica concentração de renda no Brasil e, além disso, desqualificar os estratos subalternizados da condição de sujeitos de direitos.

3.1 – A democracia "transada"

Embora o termo "transição transada" tenha sido empregado por Florestan para designar o processo de transição do governo civil-militar para o civil (1985-1988) através de eleições indiretas realizadas em 1985, seus escritos apontam – em perspectiva sócio-histórica – para uma determinada experiência democrática no capitalismo dependente. Segundo ele, esta se dá como forma de regular a "[...] participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos da Nação e legitima a luta de classes como fator dinâmico de articulação da sociedade política" (Fernandes, 1982, p.9). Com isso:

> [...] a "transição transada" revela muito do "pacto das elites". Os estratos conservadores da burguesia lograram obter uma grande vitória, suprimindo do mapa histórico o movimento pelo sufrágio universal, legitimando o Colégio Eleitoral e construindo um governo de consenso que não é de consenso dos políticos profissionais com as massas pobres e oprimidas, mas de consenso entre todos os setores civis e militares – inclusive os do atual governo

> ditatorial – sobre o modo de usar a "democratização do Estado" para manter e consolidar o monopólio burguês-conservador do poder (Fernandes, 2007b, p.155).

Neste sentido, o termo – "transada" – ganhou relevo por designar duas realidades, ou seja, uma conjuntural e outra sócio-histórica, sem, no entanto, serem mutuamente excludentes. Esta relação evidencia que "[...] nunca se pode falar de conjuntura sem pensar na estrutura, e não se pode também avaliar a crise de conjuntura sem pensar no que ela representa, em virtude de elementos que são intrínsecos à própria estrutura da economia, da sociedade e da cultura" (Fernandes, 2014, p.53).

Portanto, no primeiro caso, a pergunta realizada por Florestan foi a seguinte: "como poderia uma ditadura tão exclusivista e intolerante apossar-se da palavra de ordem da transformação democrática da sociedade?". Neste caso[101], o processo de abertura – iniciado no final do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e consolidado no governo do general João Figueiredo (1979-1985) –, foi entendido como uma forma de conferir "[...] à ditadura a liberdade de *regular a transição*, determinando como se constituirão os partidos, os seus limites de identificação e de ação, os requisitos eleitorais 'exigidos legalmente' [...]" (Fernandes, 1982, p.68).

Neste sentido, afirma Chagas (2013, p.70), com objetivos claros de contrarrevolução e de "[...] pulverização da oposição em geral" foi criado um partido da situação – Partido Democrático Social-PDS, que sucedeu à Aliança Renovadora Social-Arena –, cujo intuito foi, o de seguir "[...] desconcentrando gradualmente o bloco militar e transferindo as tarefas 'sujas' para o polo civil". Além disso, vale ressaltar uma divisão na ala militar que, embora estivesse convencida do esgotamento do regime, manifestou uma fratura quanto ao receio da esquerda assumir o poder. Assim:

> O novo governo, ao dissolver a ARENA e o MDB através da promulgação da Lei orgânica dos partidos, de 20 de dezembro de 1979, tira de foco as questões econômicas, que finalmente haviam sido levantadas pelo movimento grevista de 1978 a 1980, pautando o debate sobre os novos arranjos políticos – aliás, temática dileta de vários grupos e atores da esquerda ao longo da ditadura. Como forma de institucionalizar e prolongar indefinidamente a ditadura de classe, o general Figueiredo toma a "transformação democrática da sociedade" como sua palavra de ordem (Chagas, 2013, p.70).

[101] Nosso objetivo foi tão somente o de demonstrar a forma instrumental com que o conceito de democracia foi utilizado pelas forças políticas conservadoras. Sobre o detalhado desdobramento político partidário e a transição para a democracia, ver o importante trabalho de Chagas (2011).

Contudo, para Florestan, a compreensão desse processo ficaria inconclusa se não explicitasse "por que a ditadura salgou o terreno antes de alçar voo pelas rotas de transição que escolheu?". Uma das questões que nortearam o estabelecimento de uma abertura "transada" foi, entre outros, "[...] a resistência sociopática à mudança [...]" (Fernandes, 2006, p.33) que, neste caso, significaria o acesso das classes trabalhadoras e pobres à arena política por meio de representações partidárias de esquerda. Neste sentido, uma das estratégias foi, antes de permitir eleições diretas, proporcionar uma eleição indireta – o que inviabilizaria a concretização desta possibilidade em uma conjuntura tão desfavorável ao prestígio econômico do já decadente regime (Chagas, 2011).

Assim, buscando superar a "[...] postura simplificadora [...]", ou seja, de que o objetivo foi "[...] tão somente, *combater e destruir a ditadura*", Florestan esclareceu que o "essencial" a ser evidenciado consiste no fato de que "[...] a ditadura não se gerou a si própria" (Fernandes, 1982, p.67). Isso aponta para o entendimento de que sua força se encontra, efetivamente, no âmbito social, acomodada através de relações organizadas de classe. Além disso, que:

> Ela põe em questão a crise do poder burguês e as vias que a burguesia escolheu para resolvê-la. No refluxo da contrarrevolução, o que deve entrar em linha de conta é o próprio poder burguês, na crise em que ele se vê novamente afetado, pelo fracasso de sua ditadura e pelos meandros a que gostaria de recorrer para chegar à "abertura democrática (note-se: não a retomada da transição da democracia restrita para a democracia de participação ampliada, que foi interrompida pela república institucional, nas condições atuais). Isso desmascara tudo! É contra ele, o poder burguês, que as forças populares e operárias devem medir-se não só por causa do fiasco destes últimos dezesseis anos mas porque essa é a condição *sine qua non* da revolução democrática (embora o ponto de partida dessa revolução esteja, no aqui e no agora, na destruição da ditadura) (Fernandes, 1982, p.67).

Para Florestan (1982) as "forças sociais da burguesia" conduziram o processo de "democratização" buscando, mais uma vez, imprimir-lhe o caráter restrito, seletivo, egoístico e que, assim, seria capaz de proporcionar uma saída da ditadura para uma condição política alinhada à sua perspectiva de conservadorismo de classe. Nesta via, considerando a disparidade temporal entre a concepção e construção das instituições, por um lado, e o universo histórico efetivo, por outro, apontou para outra dimensão do termo "transada".

Assim, no segundo caso, o termo ganhou *status* de conceito, cujo conteúdo remete a resposta estrutural que busca atualizações institucionais para que, dessa forma, possa expressar uma face – leia-se, epidérmica – da democracia burguesa como promotora da "paz social". Neste sentido, "as sociedades capitalistas de origem colonial, e que não se autonomizaram com

referência à antigas ou novas metrópoles, colocam essas exigências de modo muito especial: as instituições se difundem mais depressa que suas condições externas [...]". Portanto, para as sociedades alinhadas a processos históricos semelhantes às instituições são mais formais do que efetivas, demonstrando a existência de "[...] toda uma crosta de aparências acumuladas e persistentes [...]" (Fernandes, 1982, p.42).

Considerando o supracitado, a democracia possível em sociedades de capitalismo dependente e de passado colonial é composta imprescindivelmente de "violência institucional" como "*produto social*" (Fernandes, 1982)[102]. Mesmo considerando que "é no presente que se encontram as determinações essenciais, que regulam a reprodução das estruturas e a profundidade [...]" e que, portanto, não devemos "[...] forçar a mão, na suposição de que 'o passado explica o presente' [...]", Florestan salienta que "no Brasil, porém, como em muitos outros 'países capitalistas dependentes e atrasados', impera uma política de *terrorismo secular* contra os estratos sociais subalternos". Assim, segue ele:

> Primeiro, por causa da escravidão, em seguida para impedir que a descolonização brotasse das camadas mais fundas da sociedade, "dos de baixo", depois porque o trabalho livre teve de ser contido pela pressão, como "questão de polícia", o passado se confunde amplamente com o presente (ou vice-versa), malgrado as transformações profundas da economia, da sociedade e da cultura. O passado não se "repete" pura e simplesmente. Exigências e necessidades novas condicionam ou determinam a reprodução de comportamentos coercitivos e violentos, arcaicos ou semi-arcaicos, o que instaura um paradoxo histórico. O fluxo de renovação depende fortemente da possibilidade (ou da capacidade) de os estratos sociais dominantes preservarem sob controle mais ou menos estrito certas estruturas, instituições e comportamentos [...]. Assim, a violência institucional se cruza com a submissão reativa, a produção da apatia generalizada e a exclusão sistemática dos dominados, oprimidos e explorados" (Fernandes, 1982, p.42-43).

Florestan, sob o prisma de uma "crítica de denúncia", analisa que a democracia, como um "poder institucional" – em quadros sociais convergentes com o passado colonial, escravocrata e de capitalismo dependente –, é, também, portadora de "[...] forças e fatores históricos que criaram essa necessidade 'inelutável' de *manter* a ordem através da violência estatal (Fernandes, 2010, p.27). Sendo assim, no que tange a uma efetiva revolução democrática, afirma que "na verdade, nem mesmo os estratos dominantes das classes

[102] Tótora (1999, p.113), em análise sobre a questão democrática em Florestan Fernandes, enfatiza que, não apenas o limitado alcance da democracia, como também, da cultura, da economia, da política e das instituições, encontra seu cerne explicativo na organização das classes sociais no capitalismo dependente. Com isso, conclui que "[...] o significado da democracia é substantivado pelo seu conteúdo de classe".

possuidoras *necessitam historicamente* de tal revolução" (Fernandes, 2011, p.217). Esse processo é, no fundo, uma necessidade dos trabalhadores e dos "deserdados da terra", por isso:

> O que eles defendem [os estratos dominantes das classes possuidoras] como democracia é a democracia da dominação da minoria, a democracia restrita, pela qual o Brasil se converteu no que é hoje, um país no qual as *elites esclarecidas* fomentam regimes ditatoriais, batizados como democráticos, e que se tornam invariavelmente instrumentos para a "estabilização da ordem" (Fernandes, 2011, p.218).

Eis o busílis da estratégia ideológica da democracia transada, ou seja, apesar dos estratos elitistas conservadores propagarem a defesa dos pilares democráticos o fazem de forma instrumental, "[...] o que mostra que a mudança substantiva está aquém da mudança semântica" (Fernandes, 2011, p.170). Assim, as forças de oposição a democracia transada, em boa medida, quando integradas ao jogo político sem a devida crítica e atuação para explicitação de sua verdadeira face, na verdade, atuam para sua legitimidade. Faz-se necessário uma atuação cada vez mais contundente para a construção de uma democracia participativa e ampla, justamente:

> Porque a oposição apenas luta para ser tolerada[103], quando deveria lutar pela destruição mais rápida e completa da ditadura. O risco, pois, é evidente. Como já sucedeu repetidamente no passado, na implantação da Independência, no desmoronamento do regime escravista, na implantação da República, no desmoronamento do após guerra, as classes conservadoras paralisaram o conflito em um nível histórico que convinha a seus interesses econômicos sociais e políticos. Com isso, a mudança foi drenada historicamente e a democracia esvaziada de seus conteúdos igualitários e libertários. Ou seja, a democracia restrita foi continuamente refeita, mas nunca destruída. As oligarquias se recompuseram e se modernizaram às custas da Nação e graças à corrupção e ao esvaziamento do regime democrático (Fernandes, 2011, p.181).

Esse processo se produz e reproduz historicamente através de "[...] duas 'tradições' que são realmente fortes". A primeira é a "exclusão do povo da história", remetendo a uma ideia de desinteresse, de opção e/ou vontade, como se a massa trabalhadora e pobre fosse naturalmente indiferente em relação ao destino do país. Neste caso, demonstrando expectativa conservadora, "[...] a tradição em questão converte as massas populares e as classes trabalhadoras em equivalentes dos antigos escravos, libertos e ingênuos, como se fossem estratos sociais

[103] Essa questão será profundada no tópico seguinte, quando trataremos da "democracia como ponto de chegada". Neste caso, sinalizamos para a difusão de uma ideia de acomodação como se, a existência de uma oposição, fosse o suficiente quando, o próprio regime civil-militar, mostrou a farsa e as profundas limitações de uma oposição figurativa.

condenados à morte civil e intrinsecamente imaturos para a vida política" (Fernandes, 2011, p.182). Com isso, segue Florestan:

> As massas populares e as classes trabalhadoras "pagam o ônus dos erros das elites", porém não possuem *uma presença política atuante*. Os estratos dominantes das classes possuidoras promovem o monopólio político dos centros de decisão econômicos, sociais e políticos, engendrando condicionamentos que *excluem o povo da história*, mas que, ao mesmo tempo, o compelem a ser responsável por todos os desacertos da "política elitista" (Idem).

A segunda – que é, na verdade, outra face do mesmo processo –, refere-se a presença inconteste dos estratos dominantes na história política nacional, demonstrando que as "[...] classes possuidoras e suas elites políticas nunca perderam a tradição de monopolizar o poder estatal e de praticar a mais completa hegemonia sobre o resto da sociedade". A atuação "transada", neste caso, projeta-se para uma perspectiva necessária de "longa duração" que demonstra uma ampla margem de domínio, onde se vê:

> [...] o monopólio do poder como condomínio dos ultraprivilegiados e, em consequência, a deformação sistemática do Estado capitalista (tudo se passa como se o capitalismo tivesse vigência plena ou parcial na esfera econômica; e como se, na esfera do poder político, o regime de classes só tivesse eficácia para as classes possuidoras e, em particular, para seus estratos dominantes e suas elites políticas) (Fernandes, 2011, p.184).

Portanto, o "radicalismo democrático-burguês" é limitado no âmbito político, uma vez que "[...] não abre qualquer alternativa, pois se compromete com o espírito conservador da burguesia nacional e da dominação imperialista externa, ao mesmo tempo em que teme o crescimento da participação popular e o conflito especificamente proletário" (Fernandes, 2011, p.185).

A democracia – apesar de toda desigualdade intrínseca – não pode ser naturalizada, principalmente, quando temos fissuras de concentração de renda e consequentemente de poder, em níveis exorbitantes. No conservadorismo de classe, essas fissuras possuem caráter fulcral para o entendimento de que o que as elites chamam de "democracia", na verdade, só serve para legitimar uma estrutura social que se efetiva para poucos. Por isso, esclareceu Florestan:

> Por que insisti tanto sobre tais aspectos da realidade? Não foi só para salientar, mais uma vez, o cunho elitista de nossas tradições políticas ou a importância que a polarização conservadora possui na sociedade política. [...] ela mostra que os "pequenos números" [referindo-se a pequena porcentagem da

> população que concentra poderes econômicos e políticos] estão empenhados em uma luta de vida e de morte contra a revolução democrática. E, de outro lado, que as transformações estruturais, na sociedade brasileira – mesmo que elas permaneçam em um patamar capitalista e democrático burguês –, só poderão ocorrer quando as duas tradições forem varridas da cena histórica (Fernandes, 2011, p.187)[104].

Esse "poder desproporcional" não é o inerente ao regime de classes, mas sim, uma manifestação da "pressão conservadora" que "[...] só opera como tal para os que possuem o privilégio de usar o conflito, a violência política e o comando vertical". Considerando tal lastro de operacionalidade e desenvolvimento da cultura política, Florestan aponta que "[...] as duas tradições mantiveram o Brasil em um marasmo político e que tal marasmo constitui uma força estática vital para a contrarrevolução" (Fernandes, 2011, p.188).

Nestes termos, a democracia "transada" mostra-se importante conteúdo da gramática política conservadora que, entre outros, se caracteriza pela "contrarrevolução" (Fernandes, 1982; 2000; 2010; 2011)[105]. Em síntese – tomando como exemplo o último grande processo de transição nacional – pode-se descrever que em tal processo:

> [...] as forças que se comprometem com a solução da transição são forças minadas pela própria ditadura. Elementos que estavam nos postos-chave da direção civil da ditadura sentiram pruridos liberais e descobriram que eram grandes "democratas" e passaram para o campo da Aliança Democrática. Os elementos mais conservadores que tinham entrado para o PMDB e depois saído para formar o PP, voltaram ao PMDB e empolgaram dentro do PMDB a direção do processo. Os setores políticos mais conservadores da burguesia lograram se tornar os dirigentes desse processo de transição (Fernandes, 1994, p.134).

Diante disso, "só uma articulação ultraconservadora afina-se com essa solução, que [desembocou] na arenização explícita do PMDB" (Fernandes, 2006, p.35). Com isso, afirma Florestan, a "transição" não deve ser entendida através de uma perspectiva "coloquial", uma vez que possui uma carga histórica e processos que evidenciam estruturas e arranjos políticos, sociais e econômicos complexos.

Assim, considerando que a composição que foi ao colégio eleitoral e que dirigiu a nação naquele momento crítico foi, "naturalmente muito conservadora", demonstrou "[...] um grau de compromisso muito grande das várias políticas dominantes em torno de objetivos que não eram

---

[104] Sobre a gestão pautada na "paralisia" como estratégia dos estratos políticos conservadores, ver Anderson (2012).

[105] Para aprofundamento do conceito de "contrarrevolução" como prática das elites nacionais, ver Shiota (2018). Sobre a abordagem histórica do conceito e a relação das elites nacionais com o capitalismo global, ver Maestri (2019).

propriamente de acelerar o processo democrático, mas de deter os ritmos de implantação da democracia" (Fernandes, 1994, p. 134). Por isso:

> O processo constituinte foi idealizado pelo regime como um processo de impedir a ruptura. Todo o eixo da chamada conciliação transada, conservadora, repousou na aliança entre militares e civis, que estavam incorporados à ditadura, e civis que eram contrários ao regime ditatorial. Essa conciliação serviu para unificar esses vários setores. O processo constituinte ocupou os deputados e senadores, constituintes, divorciando praticamente o político profissional da realidade política do dia-a-dia. Ficaram um pouco de escanteio, elaborando a Constituição, como se fosse um brinquedinho, com o propósito de manter os ritmos lerdos da transição lenta, gradual e segura (Fernandes, 1994, p.172).

A ideia de uma "Constituição Cidadã" empolgou o cenário político nacional, sinalizando para novos tempos, entre outros, de superação de um período que, além de toda opressão ditatorial, marcou o cenário econômico e da relação capital-trabalho como a "década perdida" – 1980 (Antunes, 2006; Boito JR, 1999).

Neste quadro político, econômico e social, a redemocratização foi operacionalizada politicamente através de controles tão rígidos e de restrições tão explícitas que, ao cabo, "[...] a questão vital para os trabalhadores [que] é a ruptura com o regime vigente [...]" sofreu uma derrota de conteúdo. Na superfície institucional requerida para integração, principalmente, ao mundo ocidental e autodenominado de democrático, o país havia superado o período ditatorial. Assim:

> Coerentes com seus interesses e com sua tradição cultural, o bloco no poder coonestou os aparentes acenos do governo ditatorial no sentido de uma "transição lenta, gradual e segura", uma fórmula hábil no sentido de resguardar o arbítrio, simulando condená-lo. A célebre "conciliação conservadora" comprovou esse fato. As diretas já foram enterradas por uma minoria e o acordo pariu um monstro, a "Nova República", que não desmobilizou o aparato repressivo, e mesmo após a vigência da Constituição de 1988, convalida o "arrocho salarial", endossa a existência de bandos armados que assassinam posseiros, moradores, líderes sindicais, políticos e sacerdotes que defendem a ocupação de terras improdutivas, trata as greves de operários, de professores, de funcionários públicos, de estudantes, etc., por meios repressivos brutais. A Constituinte instituiu um "Estado de direito", com liberdades políticas, garantias individuais e direitos sociais que só tem vigência se não afetem uma concepção obstinadamente reacionária de ordem legal e da iniciativa privada (Fernandes, 1994, p.195).

Por fim, como supracitado, eis as consequências práticas da "democracia transada", ou seja, ela continuou direcionando suas forças restritivas para os estratos pobres, trabalhadores e

os “miseráveis da terra”, tornando a mobilização destes estratos “caso de polícia”. Assim, em termos práticos, a democracia se mostrou através de um pêndulo autoritário-democrático que, no fundo, serve aos propósitos conservadores como forma de legitimar, para as classes subalternizadas, a violenta democracia burguesa como um fim, um ponto de chegada.

3.2 – A democracia como ponto de chegada

Considerando o histórico egoístico de classe, caracterizado pelo “[...] horizonte cultural inerente à maneira conservadora de raciocínio e de ação, profundamente enraizada nos países da América latina, nas classes privilegiadas [...]”, Florestan salienta a existência de uma ideologia intrínseca a “[...] modernização politicamente controlada pelos setores dominantes das classes alta e média [...]”. Essa é, na verdade, a propagação de uma gramática política que busca sustentação para as fissuras sócio-políticas, onde “seus elementos de falsa consciência são, por sua vez, típicos da concepção burguesa conservadora do mundo sob o capitalismo dependente” (Fernandes, 2011, p.156).

Por considerar esses fatores, Florestan não concebe a democracia como um ponto de chegada, mas sim, como um valor que, apesar de necessário, é indiscutivelmente insuficiente, uma vez que este é determinado pela especificidade da conformação da sociedade de classes. Portanto, sendo a democracia burguesa estruturada pelo regime burguês de classes sociais e, apesar de variações históricas, alicerçada sobre a desigualdade como questão central, não há possibilidade de tomá-la como um “valor em si” (Tótora, 1999, p.110).

Florestan, fazendo de sua vida e obra “[...] constante confrontação com o pensamento conservador [...]” (Fernandes, 2010, p.204), interpreta as estruturas e os sujeitos políticos privilegiados da democracia burguesa como violentos e exclusivistas, embora considere que em países de capitalismo desenvolvido “[...] os méritos finais precisam ser ponderadamente divididos, entre várias classes e segmentos de classes [...]” (Fernandes, 1995, p.125).

Além disso, nestes países, as classes dirigentes “[...] não empregaram o mascaramento ideológico para congelar a história” e, com isso, o campo político contemplou maiores níveis de exigências dos estratos inferiores. Nesta via, não podemos “[...] afirmar a mesma coisa com referência a outras situações históricas, nas quais as burguesias tiveram de arcar com idênticos papéis econômicos, sociais e políticos, mas a partir de um horizonte cultural diferente [...]”. Esta diferença, segue Florestan, se caracteriza pela existência “[...] de um ponto de partida mais ou menos medíocre” (Fernandes, 1995, p.125). Nele:

> [...] a irradiação do capitalismo revelou a outra face: em escala internacional, nem todos os comensais podem ser iguais. Para que uns floresçam, outros crescem atrofiadamente. As burguesias dos países capitalistas atrofiados (ou subdesenvolvidos) defrontam-se com os riscos da revolução nacional em verdadeiro estado de pânico, como se ela fosse uma catástrofe social. Como não podiam impedi-la (isso é impossível sob o capitalismo), movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do "mundo moderno", convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária e o estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força (Fernandes, 1995, p.126).

Nestas configurações sociais – leia-se, dependentes –, o campo político caminhou para uma "[...] maior centralização do poder [...]" e com "[...] maior eficácia e mesmo modernização intensiva no uso do poder de Estado [...]", não produziu padrões efetivamente nacionais de integração de classe. Antes, objetivou-se a manutenção da "[...] desigualdade econômica, social e política [...]" como forma das classes dirigentes fortalecerem o seu "[...] poder social totalitário da maneira mais cega e exclusivista [...]" (Fernandes, 1995, p.127). Para superação dessa cultura política materializada histórica e politicamente como um "conglomerado autocrático" enfatiza que:

> [...] é essencial liberar a mente dos entraves de um totalitarismo de classe que proíbe qualquer proposição igualitária do que deve ser a *revolução democrática*, quando não se luta pelo capitalismo mas contra ele, pelo imperialismo mas contra ele. É por aqui que se coloca a chamada *questão da democracia*. Mesmo em países em que a cultura cívica, participação e mobilização se conjugam à representação, ao consenso e ao parlamentarismo, a revolução democrática é esterilizada por uma liberdade esvaziada e poluída pela desigualdade social. O quadro na periferia do mundo capitalismo é muito pior [...]. É preciso começar por um novo patamar político, claro e imperioso (Fernandes, 1994, p.118).

Criticando a migração de militantes socialistas para a social-democracia, questionou a capacidade inclusiva das instituições e do próprio jogo democrático no capitalismo dependente (Fernandes, 2011), principalmente, por conta de suas limitações – acentuadas pela própria natureza de sua formação. Para Florestan a ideia da democracia como ponto de chegada integra o escopo ideológico do conservadorismo de classe, por isso:

> Os verdadeiros anarquistas, socialistas e comunistas não podem endossar a confusão entre a social-democracia moderna – submetida à iniciativa privada, aos interesses capitalistas e ao "Estado de direito" capitalista – e o socialismo, que serviu de vertente às correntes radicais dos operários e assalariados do fim do século XIX aos nossos dias. Oferecem-nos uma democracia. Mas não precisamos rezar diante dela as preces farisaicas dos que entenderam que ela

> seria a única saída entre o "socialismo real e totalitário" e a 'liberdade'" (Fernandes, 1991, p.10-11).

A democracia deve ser encarada, no máximo, simultaneamente como um "fim" e um "meio" (Toledo, 1998, p.65), onde no primeiro objetiva-se o estabelecimento de uma sociedade igualitária e, portanto, sem classes e, no segundo, "liberdade" para organização e ação para a referida finalidade. Esta perspectiva importa, pois, "onde existe uma burguesia disposta a deixar que a democracia constitucional e representativa seja utilizada para a ascensão das classes trabalhadoras ao poder e para a realização da revolução socialista?" (Fernandes, p.2011, p.248).

Neste sentido, encontramos nos escritos políticos de Florestan uma análise mais radical, onde o "humanismo socialista" e as conquistas para a condição humana construídas pela revolução socialista – principalmente através do exemplo cubano (Fernandes, 1979b; 1980c; 2011) – são tomados como contrapondo da democracia "transada" e de seus parâmetros humanista e civilizacional. Assim, definiu que:

> Em suma, a revolução burguesa em atraso toma um efeito peculiar, reacionário e contrarrevolucionário, essencialmente antissocial, antinacional e antidemocrático; e tanto a revolução nacional quanto a revolução democrática passam a constituir uma função de eclosão do Povo na história. A revolução em avanço é socialista e Cuba simboliza esse fato (Fernandes, 2011, p.246)[106].

Um dos principais fatores que corroboram a crítica de Florestan se encontra no fato da "ideologia conservadora" servir como uma espécie de pêndulo, ou seja, os processos políticos autoritário-ditatoriais experimentados pela sociedade brasileira foram resolvidos de maneira "transada" e, no que tange a democracia, foi sempre recepcionada nos períodos posteriores de aventura totalitária como uma forma de alívio civilizatório. Portanto, torna cômoda a vida política dos estratos conservadores, uma vez que, depois de apoiarem/integrarem governos autoritários/totalitários, são recepcionados pela "democracia", festejada por termos a "[...] tendência de simplificar a resposta [...]" (Fernandes, 1982, p.67). Então, ao questionarmos: que tipo de regime? Simplesmente respondemos: democracia.

Essa é a "democracia forte", definida pelo seu conteúdo de "revolução" que se converteu em "contrarrevolução prolongada", uma vez que engendrou "[...] em si mesma uma ideia

[106] Depois o próprio Florestan reconheceu que os desdobramentos da Revolução Cubana não foram positivos quanto sua importância histórica e como alternativa frente ao capitalismo. No entanto, não cogitou abandonar o socialismo e o comunismo por conta de experiências históricas negativas, justificativa que enquadra o próprio capitalismo (Fernandes, 1991).

salvadora, redentora [...]" e que pelo seu poder de se "[...] reciclar, não é necessário que ela desapareça". Esse "paliativo" "[...] assumiu a ideia de salvaguardar o Estado", contudo, isso implica no paradoxo de salvaguardá-lo de si, uma vez que é a "[...] burguesia que precisa se impor à nação e, por isso, precisa de um sobredireiro, de um sobrepoder, de um excedente de poder político [...]" (Fernandes, 1980c, p.30-31).

Para Florestan, isso configura uma "ditadura aberta de classes", uma vez que a continuidade de sua "reciclagem" o faz concluir que "[...] temos uma autocracia burguesa, não temos uma democracia burguesa". Isso, por considerar a dinâmica política interna-externa que democratiza para "fora" e, além disso, "[...] visa impedir a luta pelo socialismo [...]. Quer dizer que a essas transformações está ligada a negação da alternativa socialista" (Fernandes, 1980c, p.31). Diante disso, a classe trabalhadora exige:

> [...] um novo acoplamento da sociedade civil à sociedade política, o que quer dizer que estão exigindo uma nova sociedade política. Não é nenhum setor avançado da burguesia, nenhum estrato burguês radical que está exigindo isso. É o setor operário que está exigindo – e não em seu nome, em nome de toda a nação (Fernandes, 1980c, p.43).

Portanto, "[...] se não quisermos ser vítimas duas vezes dessas forças, a primeira, na hora do *golpe*, agora, no momento da *reciclagem* [...]", temos que iniciar uma indignação, que leva a uma confrontação [...]" (Fernandes, 1994, p.108). Esta postura é manifesta por Florestan através da subida de tom em termos analíticos socialistas, operando com categorias que acentuam a existência de um "tempo político" dissociado da "revolução nacional" e que, como consequência, engendra a:

> [...] súbita expulsão de grupos radicais, do movimento sindical e das vanguardas políticas das classes trabalhadoras para fora da *sociedade política*, o que deteriorou ou esmagou os fracos dinamismos políticos que ligavam entre si a Nação e o Estado, como bem impediu a formação de dinamismos políticos novos, que parecem em desprendimento da gradual consolidação da democracia de participação ampliada. Em ambos os níveis temos uma maior polarização conflitiva (mesmo que apenas *potencial*, por enquanto) de interesses divergentes ou antagônicos de classes distintas (Fernandes, 1994, p.108-109).

A "lentidão" do tempo político, neste sentido, não é evocada pelo fato de ser considerada uma dimensão retrógrada, atrasada, presa ao passado ou, em termos conceituais, compreendida a partir da chave analítica patrimonialista, mas sim, pelo fato de que os interesses das classes

privilegiadas são hegemônicos e tornam o campo político pouco dinâmico em termos de pluralidade, universalidade e inclusão (Fernandes, 1994; 2010; 2011).

Com isso, o olhar analítico de Florestan evidencia na experiência socialista uma efetividade histórica que, apesar de não eliminar a pobreza (Fernandes, 1979b), refaz o caminho da condição humana para tornar parâmetro o conceito de "dignidade"[107]. Esta, não mais percebida sob a chave da mentalidade binária conservadora – pobreza X riqueza[108] –, mas sim, como equivalente de uma perspectiva de "condição humana" (Fernandes, 2014).

Florestan radicaliza suas análises por entender que "os pacotes políticos de exportação insistem muito na América de Tocqueville e na democracia dos valores puros", no entanto, diante das relações estabelecidas, "[...] as fórmulas políticas da democracia liberal só pode ser mantida no plano utópico abstrato". Os valores constitutivos da democracia, diante dos "interesses do capital" e de suas "elites no poder", "[...] desgastaram o regime democrático a partir de dentro, corrompendo-o por todos os meios possíveis de cooptação dissimulada ou de corrupção aberta" (Fernandes, 2011, p.221-222). Nestes termos, questionam-se os motivos de se esperar algo diferente na periferia do capital, tornando, por isso, irrisória qualquer tipo de expectativa positiva do regime democrático.

Coutinho (2000) entende que essa leitura de Florestan desconsidera as conquistas da redemocratização – após 1988 – e que, comparativamente, deveria ser adotada uma postura mais receptiva e, de certo modo, de "otimismo"[109]. No entanto, ele não inclui em sua crítica a perspectiva analítica de "longa duração", o histórico de "transição" e, além disso, a permanência intocada das fissuras sociais que, em conjunto, mantiveram o "circuito fechado" (Fernandes, 2010). Além disso, no tocante a democracia tipo "exportação", Florestan percebeu que seu modelo é, no fundo, composto de um receituário de submissão e, diante da dinâmica interna e externa da dimensão política, compreendeu que:

> As transformações democráticas desejadas e impulsionadas pelas multinacionais e pela dominação direta ou indireta das nações capitalistas centrais e de sua superpotência não leva à libertação nacional ou à soberania inviolável das "nações hospedeiras". Elas são, estrategicamente, transformações que democratizam o controle do poder para fora, que tornam a soberania das nações associadas e periféricas um condomínio das nações

[107] Ver Fernandes (1989a, p.245).

[108] A naturalização da desigualdade defendida pelo pensamento político conservador atua de forma binária, ou seja, concebe eleitos e excluídos, não deixando margem para ajustes em termos políticos inclusivos e/ou de intervenção social (Kirk, 2021a; Tocqueville, 1998; Burke, 2012).

[109] Florestan, ao contrário de Coutinho (1979), não vê a democracia como "um valor universal", mas sim, de uma perspectiva história e de classe. Por isso, considerando a efetividade histórica no capitalismo dependente, entende a democracia como uma manifestação "restrita", entre "iguais" (Chagas, 2010, p.593).

> centrais e hegemônicas. O que significa, em última instância, que a revolução democrática será vã, na periferia, se não for acompanhada de luta sem quartel pela independência nacional e contra o imperialismo (Fernandes, 2011, p.222).

Assim, diante de um processo histórico onde "[...] a Guerra Fria converteu o após Segunda Grande Guerra numa terrível contrarrevolução prolongada de alcance mundial" e que, este quadro político favoreceu os discursos ideológicos das classes conservadoras em relação ao "inimigo interno", Florestan salientou que "as burguesias da periferia não se aliam mais para favorecer o povo, as classes trabalhadoras ou algum ideal abstrato de democracia". Com isso – levando em conta a naturalização das desigualdades sociais pelas classes conservadoras –, afirma que "quando elas se aliam, isso significa que elas podem manipular o antagonismo de classes e submeter a desgaste ou à pulverização as pressões radicais de baixo para cima". (Fernandes, 2011, p.250). Isso justifica a exigência do:

> [...] fim da democracia restrita, a democracia dos privilegiados, a democracia dos esclarecidos e dos iluminados, dos ultrapoderosos que se constituiu ao longo do Império e graças ao escravismo. A democracia restrita que é a democracia da África do Sul ou da Rodésia. E que nós vivemos de forma dissimulada e mistificada. Essa democracia é que a referida pressão radical [dos de baixo] exige que acabe de uma vez [...]. Não a democracia dos estratos radicais da classe média ou das classes dominantes, que podem traficar com o poder burguês consolidado. É a democracia para uma massa maior de cidadãos, ainda que esses cidadãos não sejam *todos os cidadãos* (Fernandes, 1980c, p.44).

Florestan entende que "[...] a burguesia débil, que recusa, que vacila, que não quer ter uma democracia de participação ampliada, que enterra essa democracia em 45-46, em 64 (pra não se falar na década de 20, em 30 ou em 37), abre-se apesar de sua cegueira política?" (Fernandes, 1980c, p.45). Certamente que não. Pelo quadro de "democracia transada" não se pode esperar a ampliação do âmbito político, pelo simples fato desta possibilidade significar perda de poder e de controle.

Acreditando que esse histórico de tensões conduziria a "pressão radical de baixo para cima", Florestan interpretou que o contexto de "transição" associado aos movimentos sindicais e trabalhistas – fim da década de 1970 e durante a década de 1980 – seria o início de uma "nova história", marcada "[...] pelas forças que lutam por uma democracia popular de natureza proletária e socialista". Assim, chegou a desconsiderar a necessidade de definição de prioridade entre os "partidos socialistas" e o "movimento socialista", uma vez que este último "[...] como

movimento espontâneo das massas às vezes corre na frente do movimento político organizado" (Fernandes, 1980c, p.50-51).

Contudo, o conservadorismo de classe é muito dependente da estrutura político-partidária, por ser através dela que realiza sua ocupação do aparelho do Estado e o instrumentaliza para suas agendas de classe. Neste sentido, considerando que as associações conservadoras "[...] "são *fracas* e se fortalecem através de alianças (com o imperialismo ou com o POVO)" (Fernandes, 2011, p.250), Florestan percebeu que, além de atuar com uma democracia "para fora", elas também atuam internamente, principalmente, através da disseminação ideológica direcionada para o "POVO" como construção de sua base de legitimidade. E como isso acontece?

Florestan atentou para uma questão importante quando pensamos a dimensão política do conservadorismo, ou seja, ele é capaz de implodir agendas progressistas ou socialistas e, além disso, cooptar estratos do "POVO" para balizar o *status quo* político. Por isso, apontou para a necessidade de que "[...] todos devem contar com legalidade e com espaço político suficiente pelo menos para desenvolver atividades de educação ideológica, mobilização política e criação de um pensamento socialista próprio [adequado às condições latino-americanas]" (Fernandes, 2011, p.256).

Neste sentido, "sendo a nossa sociedade capitalista e de classes, como ideologia ela cumpre uma função essencial: ela oculta o real e, ao mesmo tempo, não impede que a ordenação legal consagre a propriedade privada e a livre iniciativa como os fundamentos da ordem". Assim, como "nenhuma sociedade capitalista escapa do dilema de postular normas ideais inconciliáveis com a realidade" (Fernandes, 2006, p.56), a defesa da não ideologia passou a imperar como forma de negar as desigualdades produzidas pelo próprio capitalismo.

Como consequência das inconsistências do projeto político-ideológico conservador-liberal, assistimos ao desenvolvimento de uma das armas mais nocivas do conservadorismo político, ou seja, a defesa do fim das ideologias (Zizek, 1996)[110]. Ao negar a crítica do social, as alternativas políticas, a crítica aos sujeitos históricos e seus papéis, entre outras questões, caminhamos para "[...] chamada conciliação conservadora, que foi entendida como 'transição democrática'" (Fernandes, 2006, p.38). Neste sentido, a operacionalidade da democracia como ponto de chegada foi definida, tanto em termos de ação e efetividade histórica, quanto em termos ideológicos. No primeiro, através de seus "tipos humanos"[111]:

[110] Ver também, Anderson (1992).

[111] Para usar um termo que Florestan empregou para designar como sujeitos representantes do processo de modernização no Brasil. Ver Fernandes (2005).

> As perspectivas do país, de uma ótica conservadora, são confessadas aberta e até tolamente pelas forças sociais do tope. Os grandes empresários, em todos os setores, com suas entidades corporativas velhas e recentes, as cabeças militares preeminentes, os tecnocratas que subiram de posto e são ministros ou pertencem ao segundo escalão, os parlamentares conservadores, os religiosos mais ou menos obscurantistas etc., todos arrolam sem temor [...]" (Fernandes, 2006, p.40).

No segundo, o aspecto ideológico se manifestou através da democracia como ponto de chegada, como ápice do desenvolvimento sócio-político e de uma ideia distorcida de liberdade e de participação através de sua proposta de sociedade civil. Segundo Guimarães (2008a, p.12-13), Florestan já havia pensado a dimensão ideológica em outros trabalhos e contextos, como no estudo sobre a suposta "democracia racial" no Brasil que, segundo ele, havia se tornado um mito. "Mito não no sentido de falsidade, como alguns pensam, mas no sentido de uma ideologia dominante, de uma percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva".

Além desse, Florestan foi grande crítico do nacional desenvolvimentismo[112], uma vez que tal ideologia atuou com ênfase no âmbito econômico sem, com isso, oferecer uma perspectiva inclusiva para os trabalhadores e as classes populares. Sua intenção foi, em resumo, a de acelerar a integração econômica nacional ao cenário global, fazendo da condição humana dos trabalhadores um efeito perverso de sua política econômica.

No período chamado de redemocratização – após 1988 –, o aspecto ideológico se deu através do pacote democrático tipo "exportação" que, alinhado aos ideais neoliberais e do egoísmo de classe manifesto pela intensa atuação dos setores conservadores no cenário político, tratou de retomar a luta contra o seu "inimigo interno" preferido, ou seja, as classes trabalhadoras (Antunes, 2006; Boito JR, 1999). Assim, se 1980 foi a "década perdida" para a economia,1990 foi a década perdida para os trabalhadores, que precisaram lutar muito em uma hegemonia de "democracia", "liberdade" e "riqueza"[113].

Segundo Florestan (2006, p.48), "[...] a democracia tinha um preço político claro para os estratos dominantes das classes possuidoras e de suas elites econômicas, culturais, militares e políticas. Esse preço exprimia-se em reformas capitalistas [...]" que, neste caso, seriam as reformas "[...] agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, o combate à miséria, às desigualdades extremas, à fome, à exclusão [...]". Isso, sim, seria uma "revolução dentro da ordem" e, como tal, seria compatível com o "[...] peso e voz dos trabalhadores e oprimidos na

---

[112] Ver Mazucato (2014, p.14).

[113] Florestan emprega aspas quando quer desqualificar o conteúdo semântico de uma palavra. Nestas, sigo o exemplo dele com o mesmo intuito.

sociedade civil [...]" e, em síntese, o aparecimento de um "Estado capitalista democrático". Assim, para os estratos políticos conservadores – já, no período constituinte, nomeados por Florestan de "Centrão" –, a leitura de uma democracia efetiva foi realizada de acordo com sua gramática. Nela:

> A função oculta ou latente da cruzada consiste em resguardar a ordem, pois ao povo, se se concedem os dedos, ele toma as mãos... A democracia é um manjar muito delicado. Não seria de bom alvitre incluí-la no cardápio dos trabalhadores e dos oprimidos. Atrás de um "avanço democrático" esconde-se uma "desobediência civil turbulenta", e atrás desta vem o "desastre final", a hecatombe da ordem e o império da anarquia, em suma, uma revolução social proletária e socialista" (Fernandes, 2006, p.49).

Neste sentido, Florestan expressou o conteúdo reacionário conservador que, a todo custo, busca alijar os excluídos de qualquer desejo que não seja compatível com seu lugar "naturalmente" construído na estrutura social (Tocqueville, 1998; Burke, 2012). Com isso, demonstrou as estratégias conservadoras para a manutenção do "circuito fechado" que, como veremos, não é uma chave analítica patrimonialista, mas sim, uma perspectiva sócio-histórica que se concentra em evidenciar uma estrutura de exclusão e seus sujeitos.

3.3 - O "circuito fechado", para quem?

O termo "circuito fechado" foi empregado por Florestan com o propósito de "[...] esboçar uma espécie de síntese, que procura pôr em relevo os *elementos estruturais e dinâmicos invariantes, os quais tornaram esse conjunto de diferenciações possível, e mesmo, necessário*" (Fernandes, 2010, p.37-38). O conservadorismo de classe, em sua dimensão política, não é concebido como o aniquilamento das classes populares e dos trabalhadores, mas sim, como gramática política que operacionaliza sua existência de forma violentamente direcionada – o já citado "inimigo interno" –, justamente, por reconhecer sua existência e potencial.

O Povo, "se não estivesse emergindo, e com certa impetuosidade, nem as 'revoluções institucionais' nem o 'Estado autocrático burguês seriam uma imperiosa necessidade histórica". Portanto, a postura egoística se dá por reconhecer que "[...] há perspectivas de um presente e de um futuro de negação do passado" (Fernandes, 2010, p.28). Embora essa postura não seja hegemônica nas classes populares, inúmeros exemplos demonstram a existência de forças políticas e de movimentos sociais que angariaram diversas formas de capital no combate as fissuras socioeconômicas, políticas e culturais (Fernandes, 1991).

Contudo, apesar dos avanços decorrentes destes movimentos e do processo de modernização, as estruturas que conformaram a sociedade e sua organização em classes mantém-se com vigor na reprodução e aprofundamento das desigualdades. Neste sentido, a cultura política no capitalismo dependente não deve ser explicada como essencialmente comparativa e quase autoexplicativa – expressa nos estudos inaugurais da "*The Civic Culture*"[114] –, mas sim, como resultado de uma "permanente marginalização" onde, o "Povo" "[...] não pode alçar-se à condição de sujeito de sua história, sendo expropriado do seu próprio estatuto de humanidade. A radicalidade à qual a análise chega está expressa neste diagnóstico de perda de substância humana de seres sociais" (Arruda, 2010, p.18).

Neste sentido, o "circuito fechado" – apesar de não se referir estritamente aos temas apresentados (Fernandes, 2010) – é exemplificado através de "dilemas"[115] relacionados, entre outros, à democracia racial, a governos ditatoriais e à educação. Com isso, Florestan conecta a relação conflituosa entre, de um lado, a luta pela satisfação das necessidades ontológicas do "Povo" e de sua condição humana e, de outro, a manifestação de governos ditatoriais. Essa ligação, se faz ao compreender que:

> Os "homens pobres livres" sempre foram um zero à esquerda. Falava-se em *apatia*, mas nunca se desvendou que a apatia sempre foi, como continua a ser, uma deliberada e sagaz criação cultural e política das elites das classes dominantes. A exclusão foi e é representada como um ato de omissão da vontade coletiva das vítimas de uma dominação econômica, cultural e política tão cruel e perversa, quão infernal. No entanto, o que mudou *depois* da universalização do trabalho livre [...] consiste na impossibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista, diferenciação e luta de classes antagônicas com *apatia dos de baixo*. Em consequência, a "cultura da apatia" está em crise (Fernandes, 2007b, p.213).

Também adiciona aos referidos debates o papel da educação que, dependendo da posição de classe, é apropriada, ora como parte constitutiva do desenvolvimento e da construção de vias democráticas e socialistas, ora como fator exclusivo de distinção de classe e de manutenção do *status quo* (Fernandes, 1991). Neste quadro, o conceito de "circuito fechado" evoca o conflito através das relações sociais de classe que, entre seus principais desdobramentos, encontra-se a definição dos sujeitos aptos para o efetivo exercício político.

---

[114] Florestan Fernandes foi um crítico dos estudos denominados de "cultura política", inaugurados por Almond e Verba. Ver Almond, G.; Verba, S. La cultura política. In Batle, Albert. Diez textos básicos de Ciência Política. Barcelona: Ariel, 1992 [1963].

[115] Ver Rennó (1998) e Azevedo (2009).

Neste arranjo – que constitui o "sistema conservador de poder" – a maioria da população experimenta a "forma selvagem e predatória de capitalismo" que, segundo Florestan, é responsável pela "[...] fabricação incessante de miseráveis da terra em nome da distribuição de renda, com a traição política (concertada ou não) de partidos da ordem e governo, que combinaram promessas eleitorais com um golpe duro na nuca do povo [...]" (Fernandes, 2006, p.79). Assim, o "poder institucional" é pensado através de uma perspectiva de longa duração, onde questões seminais para uma efetividade histórica socialista – e no mínimo democrática – são apresentadas como exemplos históricos desta "traição política".

Um dos bons exemplos dados por Florestan se refere ao lugar do negro na sociedade de capitalismo periférico, onde este não deve esperar qualquer movimento de abertura política dos estratos dominantes por conta da ambivalência constitutiva da questão racial. Isso significa que, "[...] enquanto o negro não romper com a visão mistificadora da realidade racial, dispondo-se a colocar o branco no centro de um antagonismo que deve ser, inevitavelmente, de 'classe' e de 'raça', ele será vítima de várias confusões [...]". Neste sentido, aponta para uma perspectiva interseccional de compreensão do campo político, de modo que atribui ao negro – leia-se, "Povo" – o papel de sujeito histórico onde "o esforço de desmascaramento e de superação da situação racial existente não pode partir do branco, por 'inconformista', 'radical' ou 'revolucionário' que ele seja" (Fernandes, 2006, p.107).

A manifestação desta "lógica contestatória" só é possível quando a "[...] negação implícita ou explícita rejeita o mundo dos brancos e o lugar destinado ao negro". Ao afirmar que existe uma "gradação" que manifesta um "radicalismo progressivo" – presente nas definições de "negro tradicional", "negro trânsfuga", "novo negro" e "negro racista" –, Florestan busca salientar que, independentemente de suas configurações, "a questão é que a sociedade brasileira não se abre para quaisquer dessas elaborações de inconformismo, do larvar ao radicalismo sistemático" (Fernandes, 2010, p.111-112).

Essa experiência histórica de "humanidade do negro", politicamente, constata que "[...] o uso aberto da tensão e do conflito continua a ser um privilégio dos estratos sociais dominantes da 'raça dominante' (Fernandes 2010, p.113), que evidencia uma das características mais marcantes da engrenagem política conservadora: o fechamento da sociedade civil. Esta não se dá de maneira direta e estanque, mas por meio do formalismo político que, além de atender diretamente aos estratos elitistas, tende a associar "evolução da civilização" com "manifestações concomitantes de barbárie".

Assim, evidencia-se a necessidade de "[...] modificar a presente configuração de classes do Estado", buscando que esta nova realidade "[...] *democratize* realmente as estruturas e as

funções do poder político estatal, e acabe, por vez, com o monopólio secular do poder político estatal pelas classes privilegiadas [...]" (Fernandes, 2011, p.37).

Ao tratar das esperanças socialistas no primeiro congresso do partido dos Trabalhadores – PT, Florestan apresentou a maneira articulada deste "fechamento", ao afirmar que a "acumulação acelerada de capital sustentou a expropriação permanente e crescente do excedente econômico produzido pelos trabalhadores [...]". Essa postura "selvagem" de necessidade de acumulação como prioridade, segue Florestan, "[...] exigiu que a sociedade civil, o direito e o Estado constitucional representativo articulassem institucionalmente, de modo perverso e encoberto, liberdade, repressão e opressão" (Fernandes, 1991, p.18). Dessa forma, o processo de restrição aos espaços decisórios e de atuação política são conformados por meio de uma virada de política econômica movida, diretamente, através da articulação do campo econômico – menos dinâmico – com o campo político.

O paradoxo – porém, não contraditório – de evocar a liberdade como forma de restrição a sociedade civil se dá pela eleição de um tipo de liberdade, ou seja, a liberdade econômica. Esta é tomada como requisito indispensável das liberdades individuais como forma de assegurar a manutenção do Estado, da nação e das instituições. Contudo, essa liberdade – na sociedade burguesa de capitalismo periférico e dependente – só é possível para as classes privilegiadas que, dessa forma, matam dois coelhos com uma só cajadada.

Em primeiro lugar, paralisam as ações estatais com gastos sociais e com a seguridade de um mínimo de dignidade para a condição humana das classes populares. Em segundo lugar, aprofundam as relações de apropriação do aparelho estatal, direcionando seus recursos para atividades privatistas sob a fachada de melhoria da qualidade dos gastos públicos. Para Florestan, isso:

> É antes uma mistificação, que ergue uma blindagem a qualquer auto-explicação do seu significado. Em suas duas polaridades teóricas – neoclássica conservadora e neoclássica liberal – assume uma posição de defesa intransigente do *status quo*. Depois da exaustão do liberalismo só poderia acontecer isso: o qualificativo "liberal" apenas tem sentido como proposição da abertura do mercado para as corporações gigantes e o enlace do governo com o desenvolvimento capitalista, especialmente na transferência do máximo de riqueza pública nacional para o setor privado. [...] No plano social, o seu conservadorismo apresenta dois aspectos: redução dos impostos em benefício da acumulação privada de capital e sufocação da face de "bem-estar social" patrocinado pelo Estado. Este estrangula a assistência social, restringe a partilha do excedente econômico do poder público com as minorias marginalizadas e com os miseráveis de diversas origens e categorias (Fernandes, 1991, p.23-24).

Em tais condições, as classes dirigentes não buscam a autonomia do capitalismo na periferia, mas sim, "[...] crescimento econômico rápido [...] nas condições permanentes [...] do capitalismo dependente". Neste sentido, não existe interesse na mobilização política, social ou econômica dos setores marginalizados, mas, tão somente, os setores mobilizados pelo privilégio "[...] e incorporados à dominação burguesa, tanto econômica e socialmente quanto politicamente. Assim, para atingir seus fins, a dominação burguesa dissocia a revolução econômica da revolução política [...]" (Fernandes, 1995, p.126). Como consequência, segue Florestan, isso:

> [...] faz com que a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário do poder de classes, que elimina, de fato ou de direito (ou de fato e de direito), o resto da sociedade do espaço político e suprime os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social. Nesse processo, ela também se dissocia da revolução nacional e "fecha a história" dentro de estreitos limites econômicos, como se o presente e o futuro de uma nação pudessem gravitar em torno da eficácia, da segurança e da eternização da dominação burguesa" (Idem).

Portanto, a sociedade civil no capitalismo dependente é conformada por uma burguesia que virou "[...] as costas para à forma burguesa de liberdade [...]", o que requer uma abertura construída por àqueles que realmente necessitam dela, ou seja, a massa trabalhadora. Caso esse "dilema" não seja colocada na pauta das reivindicações populares, "[...] a 'degradação da qualidade de vida' tenderá a atingir a essência da cidadania e da vida política pública" (Fernandes, 2011, p.56).

Dessa forma, evidencia-se uma tensão que estabelece, como requisito para participação na sociedade civil, a liberdade política alicerçada à liberdade econômica. Não por acaso – principalmente nos textos após-regime civil-militar –, Florestan citou inúmeras vezes a relação determinante entre estas duas dimensões e seus reflexos na formação dos quadros representativos do legislativo caracterizando-se, por isso, como "democracia ritualista" (Fernandes, 1991).

Por outro lado, se a sociedade civil é fechada por conta das dinâmicas supracitadas, quando realizadas experiências de luta "contra a ordem", a "democracia ritualizada" manifesta sua face repressiva, sendo esta outra característica desta sociedade civil, ou seja, ela é "não civilizada" (Fernandes, 2014, p.93). Assim, "a autodefesa cria um enrijecimento inevitável, nasça ela dos riscos de uma greve geral, das ameaças do movimento operário ou da viabilidade de uma revolução socialista" (Fernandes, 1979a, p.13). Com isso:

> A defesa da democracia *forte* – da democracia tida como capaz de "livrar-se de seus inimigos – funda-se no *credo* de que fora do capitalismo do Estado parlamentar e do liberalismo não existe qualquer humanidade. Só o *inimigo*. Portanto, a partir dessa realidade, que é pedagógica, ideológica e política, estamos dentro da órbita do pensamento conservador (para pensar com Mannheim, um *estilo de pensamento* centralizado estaticamente na reprodução da ordem, na defesa dos interesses das classes dominantes – um deslocamento no eixo da consciência burguesa na era do conflito com as opções socialistas) (Fernandes, 1979a, p.27-28).

As classes dirigentes buscam, assim, a "[...] estabilidade política a qualquer preço [...]", o que equivale a "[...] conseguir os mesmos fins por outros meios" e que, na insuficiência de suas estratégias, não renuncia a mecanismos opressores (Fernandes, 2007b, p.52). Portanto, uma das principais preocupações desta burguesia que se desenvolveu no capitalismo dependente é, justamente, o de "manter os requisitos políticos do capitalismo", escamoteando-se através de uma roupagem moderada de ação política, uma roupagem de "centro".

> Contudo, eles não partem do centro, manobram em nome do centro (um centro fictício, que denota a fraqueza substancial dos donos do poder: pressa em curar as feridas, em substituir o autoritarismo ditatorial por um autoritarismo aparentemente civil, em adiar *sine die* as confrontações decisivas com a massa de destituídos e com as vanguardas políticas das classes trabalhadoras). Daí, a completa ausência de identidades ideológicas e políticas, o fisiologismo assustador do seu assalto às posições centrais do poder estatal, franqueado pela composição articulada através da "transição transada", do colégio eleitoral e dos favoritismos da "Nova República" (Fernandes, 2007b, p.53-54).

A referida ausência, de "identidades ideológicas e políticas" citadas por Florestan, remete ao horizonte classista da operacionalidade político-partidária e institucional no capitalismo depende. Embora haja muitas legendas com siglas simbólicas de agendas políticas e sociais – social, socialista, união, democrata, etc. –, o que une esta pluralidade é, ainda, o "medo sociopático" frente as classes populares (Fernandes, 1991). Este, além de se voltar contra o histórico "inimigo interno" – massa trabalhadora, negra, pobre, em sua maioria –, também atua na desqualificação partidária e de formas de organização política que possam atender as necessidades dos "de baixo". Esses estratos,

> Os que usaram e abusaram da ditadura hoje se deliciam com os equívocos que difundem, por todos os modos possíveis. O medo pânico de uma "desforra" dos que sofreram mais sobre a pressão, a massa de explorados e oprimidos, alimenta um mecanismo circular de autodefesa burguesa, que lança para o futuro "democrático" a solução de *todos os problemas* e descarrega sobre o aqui e o agora a "necessidade" do convívio pacífico, da união nacional de todas as classes e do pacto social (ou entendimento entre patrões e

> empregados, entre o capital e o trabalho, entre o explorador e o explorado) (Fernandes, 2007b, p.79).

Esse "mecanismo circular de autodefesa" se baseia, segundo Florestan, em uma peculiaridade "morfológica" da sociedade civil, qual seja, ela incorpora "[...] milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. Porém, ao mesmo tempo, castra-os socialmente" (Fernandes, 2014, p.24-25). Assim, em uma conformação social que naturaliza tais ausências, o conservadorismo de classe reifica suas estruturas e demonstra seu poder de manutenção do *status quo*.

Diante destas relações sociopolíticas, Florestan, mais uma vez, não nega a existência da sociedade civil, mas sim, salienta a conformação de um estreito horizonte que, desde a abolição e da instituição do regime republicano, não conheceu a inserção dos setores mais humildes. Portanto, essa gramática política é percebida como resultado de experiências históricas marcadas por "aberturas controladas e relativas", "absorção do vértice militar ativo pelo comando político civil" e, além disso, ausência de "conjunturas econômicas muito favoráveis a fortes reformas sociais"; sendo este último aspecto, exatamente o "[...] que as elites dirigentes das classes dominantes repudiam com o maior ardor [...]" (Fernandes, 2014, p.28).

O conceito de sociedade civil é criticado por Florestan pelo seu uso indiscriminado que, longe de representar a efetividade histórica de seu conteúdo semântico, utiliza-o de maneira instrumental, "ritualizada" e como forma de alimentar uma cultura política excludente. Portanto, "[...] precisamos ter claro que a sociedade civil é apenas a parte da sociedade que tem direitos civis, que tem peso e voz na organização do poder". Em sociedades de formação sociopolítica como a brasileira, esta, "[...] mesmo quando absorve as classes trabalhadoras, subalterniza essas classes. Portanto, temos que falar em classes que lutam entre si, das quais a sociedade civil é um produto "(Fernandes, 2007b, p.232).

Neste, 'liberais' e 'conservadores' não tem o que oferecer, uma vez que "[...] bloquearam reiteradamente a passagem dos de baixo e sob um Estado no qual o despotismo dos ricos e esclarecidos converteu a desconfiança nos trabalhadores [...] em *questão política*" (Fernandes, 2007b, p.183). Uma questão, constantemente negligenciada por conta de uma miopia sociológica e analítica[116] que, de perspectiva "aburguesada", insiste em uma definição ampla de conceitos como "modernidade", "democracia", "sociedade civil" e, como consequência, não consegue esclarecer que:

---

[116] E que, segundo Florestan, "[...] funciona, antes, como instrumento de autoneutralização e autocastração, que organiza as atividades intelectuais como formas culturais do pensamento conservador" (Fernandes, 2010, p.175).

> Enquanto as demais classes (mesmo a pequena burguesia e a classe média "tradicional", tão radical *neste instante*) precisam da democracia para resolver problemas sociais específico e mais ou menos transitórios, as classes trabalhadoras carecem da democracia para completar o circuito de seu desenvolvimento independente como classe social e para adquirir pleno acesso a *todos* os direitos civis e políticos que lhe são tirados na prática. Portanto, sua relação histórica com a democracia permite situá-las como *classes revolucionárias*, pois a sua necessidade política de democracia não se esgota com a revolução dentro da ordem, apenas se inicia com ela (Fernandes, 2007b, p.184).

Esta tensão de classes, ao reverberar na conformação da sociedade civil, evidencia as diferenças de apropriação deste conceito, de experiência histórica, de conteúdo semântico, como também, de legitimidade. Para as classes privilegiadas, este conjunto demonstra uma situação política condizente com a modernidade burguesa e que, como nas demais sociedades – tanto centrais quanto de capitalismo dependente –, manifestam desigualdades inerentes à própria lógica burguesa de sociedade. Por outro lado, para "as classes trabalhadoras", a questão não se trata de identificar a legitimidade burguesa, mas sim, a efetividade histórica que, como dito anteriormente, refere-se, também, à questão ontológica historicamente "subalternizada" (Fernandes, 2007b).

Florestan salienta que o "fechamento do circuito" não tem como preocupação central em sua sociologia discutir a modernidade, mas sim, os desafios existenciais – em toda a sua complexidade – impostos pela sociedade do capital, em conjunto com suas estruturas de exclusão e "legitimidade". Com isso, o campo político evidencia a inevitabilidade, por parte das classes "subalternizadas", de serem elas "revolucionárias", uma vez que a democracia efetiva é, sem dúvida, uma questão de mudança da "ordem", de derrubada do *status quo* conservador, e de uma via para poderem "[...] conquistar peso e voz na sociedade civil"; ou seja, "[...] instaurar um Estado democrático no qual possam dispor de influência real e sobre o qual possam exercer controles políticos efetivos" (Fernandes, 2007b, p.185).

A perspectiva sócio-histórica demonstra as tendências excludentes da sociedade civil na ordem burguesa que, agravadas pelas possibilidades históricas e de escolhas de classe do capitalismo dependente (Fernandes, 2010; 2011), manifesta-se através de uma construção que requer "democracia" fechada e violência aberta, sendo, esta última, direcionada para os setores historicamente subalternizados. Embora a composição das classes dirigentes tenha se alterado, a mentalidade – no que tange aos estratos inferiorizados – permaneceu virulentamente semelhante aos praticados durante o período colonial e senhorial, onde:

> Os dinamismos gerados pelo capitalismo e suas transformações podiam, portanto, ser postos a serviço dessa mentalidade, provocando efeitos devastadores sobre a constituição e o desenvolvimento do regime de classes e da ordem social competitiva correspondente. O *Estado de direito* tornava-se uma presa fácil de setores dirigentes das classes dominantes, empenhadas em "impedir a anarquia da sociedade", em tratar todos os problemas sociais "como casos de polícia" e em fazer as técnicas pelas quais a apatia provocada e o "fatalismo" conformista podiam ser produzidos na escala das exigências da situação. No passado remoto e recente, a norma era: *o escravo é o inimigo público da ordem*; nos tempos modernos, a norma tornou-se: *o colono, o camponês e o operário são o inimigo público da ordem*. Portanto, uma forma ultraviolenta de despotismo aberto superpôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que *são gente* (Fernandes, 2000, p.124).

A sociedade civil é, portanto, redefinida como um conceito compreendido como uma variável dependente e, como tal, impossível de ser tomada em sua totalidade sem considerar a participação efetiva dos variados estratos de classe, principalmente, os marginalizados (Fernandes, 2006; 2007b; 2010; 20111). Além disso, sua carga semântica é reorientada no sentido de incorporar mudanças[117], heranças em tensa relação de poder entre "gente" e "subalternizados, demonstrando com clareza a distinção entre os limites da institucionalidade burguesa e os horizontes necessários para uma sociedade ontologicamente humanista e inclusiva.

Por outro lado – considerando a maioria da população –, as relações sociais no capitalismo dependente demonstram uma cultura política e institucional "democrática", em termos efetivos, soberanamente autoritária (Fernandes, 1979a). Isso significa que, se a sociedade civil "[...] não for movida pelas dissenções, aspirações e conflitos das massas de oprimidos e deserdados, ela tenderá a recompor-se e a renovar-se 'a partir de cima', sob a ritualização do Estado constitucional e da república democrática" (Fernandes, 1982). Em suma, o radicalismo socialista empregado por Florestan buscou responder, justamente, a este ciclo de reacomodação semântica, política, ideológica e, principalmente, histórica, de conformação da sociedade civil em sua versão "fechada".

3.4 – A hegemonia conservadora ou "o politicismo burguês"

O "politicismo" é definido como uma prática que dissocia a atividade política do mundo da vida, fazendo com que a ontologia humana seja demolida, reduzida, esmagada por uma

[117] Mudanças sinalizadas pela perspectiva teórico-metodológicas da história dos conceitos (Koselleck, 2020).

necessidade imposta por essa dimensão, como se fosse possível atender a complexidade humana somente por meio dela (Sartori, 2017; Chasin, 1977; 1979; 1980; 2023). Essa dissociação apresenta-se como uma ânsia de transformação da atividade política que, diante da sua manifestação histórica de longa duração, apartou-se da realidade dos "miseráveis da terra".

Por isso, afirma Chasin (2012, p.1), "nada ressoa mais no quadro histórico atual do que o cântico entoado pela afirmação e aperfeiçoamento da vida política", demonstrando, segue o autor, a urgência de um "indicativo da maré montante, prática e teórica, de uma equação humano-societária que no curto prazo já não pode mais ser melhorada, e cuja feição se equipara a uma renúncia".

Essa "renúncia" encontra-se entre os principais pilares do conservadorismo político, uma vez que concebe a sociedade como um produto da "natureza" divina, pronta, justificando sua conformação a partir de sua existência. Nesta perspectiva que chamo de "criacionismo social", a sociedade é tomada como a forma mais fina e acabada, simplesmente, por existir e, por isso, não deve ser questionada ou colocada sob suspeita por meio de práticas "metafísicas" (Tocqueville, 1998; Burke, 2012; Kirk, 2016; Moreira, 2019)[118].

As fissuras sociais não são negadas da perspectiva discursiva, mas sim, justificadas por meio de uma retórica intransigente (Hirschman, 2019), que insiste em estabelecer que as mudanças só devem ser implementadas se puderem atender a totalidade social. Com isso, a pobreza, a fome e todas as formas de desigualdade, são lançadas para um futuro metafísico[119] que, embora seja uma dimensão condenada pelo conservadorismo, lhe serve de justificativa por comportar a existência de um Deus que brindará os despossuídos com o equilíbrio existencial não adquirido na terra, ou seja, não experimentado historicamente (Gahyva, 2017).

O politicismo, então, é um conteúdo da gramática política conservadora e, como tal, integra sua agenda de ação e de ordenamento do social, enfatizando que o importante é prezar pela totalidade, pela nação, pela paz social, em detrimento de qualquer "aventura" de reformulação desta existência social "natural". Por isso, seu conteúdo importa na sociologia de Florestan, que percebeu, denunciou e enfatizou em seus escritos essa "naturalização" das fissuras sociais que, além dos estratos conservadores, integrou e integra muitas perspectivas "sociográficas[120]" da realidade social.

---

[118] Sobre esta questão, é esclarecedora a definição de Florestan sobre o conceito de "natureza humana" (Fernandes, 1970, p.47), como também, sua defesa de que não existe uma "natureza humana geral" (p.138-139).

[119] Essa apropriação da religião como conteúdo explicativo da retórica conservadora demonstra o caráter seletivo de sua explicação do social que, no que tange a religião, mostra-se como instrumental, como também, fundamental, para a manutenção do *status quo*.

[120] Para Florestan, o cientista social que apenas descreve o que vê na sociedade não passa de um praticante da "sociografia", uma vez que não se coloca criticamente como parte do social e, consequentemente, não percebe as

Pensando "[...] o politicismo oco das grandes e pequenas figuras das classes dominantes e de seus movimentos políticos", Florestan apresenta sua manifestação como sendo "[...] uma forma ampliada do beletrismo e da retórica palavrosa, fácil, de empulhamento não dos *outros*, porém, dos que *falam*, dos que se iludem com suas engenhosas imagens verbais [...]" (Fernandes, 2014, p.16-17). Neste sentido, segue o autor, a "vida política organizada" faz-se por meio desse:

> [...] politicismo vazio, pernicioso e visceralmente atrasado (ele nos reverte às ditas "velhas oligarquias" e às suas práticas políticas, embora, ao mesmo tempo, esteja enraizado no jogo de forças do atual capitalismo monopolista dependente [...]) [que] é, em si e por si mesmo, o modo pelo qual uma burguesia impotente corrói os dinamismos políticos do desenvolvimento capitalista e, por essa via indireta, debilita a luta política das classes trabalhadoras e das massas populares. A mesma camisa de força serve para todos (Idem).

Essa "falsa política" – que, na verdade, representa a prática real do jogo –, demonstra que ao "[...] soterrarem os próprios ritmos históricos de desenvolvimento de classe, as classes burguesas nivelam por baixo os ritmos históricos das outras classes e, em particular, das classes operárias [...]". Dessa forma, segue Florestan, impedem a ampliação do "[...] surto do radicalismo burguês na sociedade como um todo". Com isso, a racionalidade política é demonstrada em sua complexidade, uma vez que utiliza "as instituições governamentais" não apenas para fazer valer os interesses de classe, mas também, manifestar "sua relação com 'outros fins racionais' (atingir e consagrar apetites insaciáveis)" (Fernandes, 2014, p.17-18).

A tensão no campo político, longe de "valores" e "ideais", se faz através de disputas por "meras posições", como garantia de direcionar a agenda de interesses de classe para seus estratos representativos (Fernandes, 2014). Essa operacionalidade da política institucional aponta para a degradação da cultura política – não pela falta de preparo – mas sim, pelo que chamou Florestan de "políticos profissionais". Estes, não são vistos com repúdio ou como "inimigos do país", mas sim, como sujeitos que "[...] são mais suscetíveis de controle a partir das cúpulas partidárias, do poder econômico das classes possuidoras e do próprio governo" (Fernandes, 2006, p.185).

Portanto, ao empregar termos como "retorno", "atraso", "velhas oligarquias", estaria Florestan empregando um aparato conceitual a partir da efetividade histórica, ou, como preferem alguns intérpretes, de uma linguagem "patrimonialista" não condizente com a

---

necessidades de mudança e de transformação urgentes à condição humana no capitalismo dependente. Ver Fernandes (1980b, p.71-72).

modernidade? O que fica claro na sociologia de Florestan, é que sua agenda de pesquisas – comprometida em ressaltar as fissuras sociais, econômicas, políticas e culturais –, detém-se na desqualificação do aparato institucional concebido comumente como moderno, uma vez que se efetiva por meio de estratos privilegiados de classe, sendo, por isso, o cerne do conservadorismo abordado por ele (Fernandes, 2011; 2014).

Sobre a manifestação de tais especificidades, Nicolau (2017) – em estudo sobre as potencialidades da representação partidária na democracia brasileira –, apresenta uma série de elementos que, não apenas corroboram, como também, exemplificam a manifestação do politicismo no Brasil. Através de vias como a "migração partidária" e a constante mudança na "composição das bancadas", a chamada "traição política"[121] distancia o mundo legislativo e de agenda particularista, do mundo da maioria dos interessados e representados pelo sistema democrático vigente.

Segundo Nicolau (2017), a migração partidária é comum em todas as democracias do mundo, no entanto, com exceção da Itália, o Brasil apresenta um fluxo de migração que não é verificado em nenhuma outra democracia. Assim, entre as motivações, encontram-se a busca pelo aumento nas chances de reeleição, a prática da patronagem – distribuição de cargos e ocupação de postos de interesse e poder – e, por último, as divergências ideológicas. Além das referidas especificidades, o autor destaca que é comum nos países democráticos a proibição de trocas de legendas, contudo, o Brasil é o único que criou uma Lei[122] para efetivá-las. Nestes termos, salienta sobre a fragmentação partidária que:

> É interessante observar que, nos três países citados anteriormente, o sistema de partidos expressa alguma divisão mais profunda no campo ideológico ou da estrutura social: ideologia (Itália), religião (Israel), etnia-língua (Bélgica). Será que a alta fragmentação observada no Brasil é resultado de profundas divisões sociais e ideológicas? [...] Dificilmente alguém que acompanha a política brasileira responderia afirmativamente a essas duas perguntas. Tradicionalmente, os partidos brasileiros são alinhados no eixo direita-esquerda, mas em menor grau de polarização do que observado, por exemplo, em algumas democracias europeias [...]. O Brasil tem profundas desigualdades de renda, assimetrias regionais e um crescente pluralismo religioso. Mas essas divisões não se expressam em termos partidários como em outras democracias (Nicolau, 2017, p.92).

O politicismo, enquanto conteúdo da gramática política conservadora, mostra-se como uma amálgama, composta por "hábitos políticos" de diferentes temporalidades que demonstram

[121] Fernandes (2006, p.79).

[122] O autor se refere a emenda constitucional n.º 91, de 2016 (Nicolau, 2017, p.85-86).

o histórico perfil classista do campo político em sociedades de capitalismo dependente. Este quadro se dá "[...] graças às artimanhas dos 'políticos profissionais' e à falta de patriotismo e de cultura cívica das elites da Nação" (Fernandes, 2007b, p.150-151). Portanto, manifesta uma forma de "revolução" que se recicla e se torna constante contrarrevolução, ao operacionalizar práticas necessárias, e não necessariamente éticas e/ou modernas, para a manutenção do *status quo*. Sendo assim:

> [...] a revolução burguesa [permanente] em atraso tira vitalidade dessa articulação entre formas de espoliação e de exploração. Umas, são pré-capitalistas, subcapitalistas, outras, são capitalistas e ultracapitalistas, todas, porém, puderam ser mantidas no circuito histórico graças a várias combinações de poder despótico ou oligárquico das classes capitalistas (Fernandes, 1980c, p.48).

Nessa articulação o "poder despótico" se apresenta através do politicismo que, ao fazer valer o interesse dos estratos privilegiados, se espraia no aparelho do Estado utilizando-se da inversão dos valores partidários que, até então, foram utilizados para adquirir a legitimidade burguesa do poder político via eleições (Nicolau, 2017). Dessa forma, depois de utilizar o engodo "democrático" como via de acesso aos espaços deliberativos do legislativo e do executivo – em suas variadas esferas –, a cúpula política se volta para o exercício representativo de classe que, desta vez, se mostra efetivo na defesa dos interesses conservadores (Fernandes, 1991; 2006; 2011; 2014).

Assim, a relação de "revolução em atraso" demonstra a operacionalidade da complexa engrenagem do conservadorismo de classe que, ao comportar discursos de cunho nacionalistas e de totalidade social, concilia-os com o total afastamento e a negação do atendimento de necessidades sociais e ontológicas. A democracia burguesa alimenta-se de "rituais", de ensaios, que, ao contrário de reforçar os laços efetivos da prática democrática, preza pela manutenção institucional do Estado burguês, uma vez que é por meio dele que o direcionamento de recursos, a distribuição de poder e fortalecimento de estratos do tope se realiza (Fernandes, 1980c).

O que se encontra por trás destas práticas é a existência de "[...] várias instituições-chave conservadoras, martelando sobre a esfera ideológica e política, buscando desfigurar não só as imagens, mas também as mensagens de políticos realmente de centro ou de esquerda". Estas "bombardeiam" os ritos democráticos através da imposição de agendas que comportam perspectivas e propostas alinhadas "[...] seja ao 'neoliberalismo', seja ao 'antiestatismo' (preservando-se, naturalmente, a privatização do público, a mão invisível que cuida

maternalmente do fortalecimento do capital nacional e estrangeiro no Brasil)" (Fernandes, 1994, p.197). Com isso:

> Um país que perdeu seus laços com as práticas políticas e eleitorais sucumbe, assim, às implicações negativas da "lei dos pequenos números". As elites decidem em nome e em proveito de uma minoria de privilegiados, os quais repelem a democracia e pretendem manter a "farsa da transição democrática", como se o país fosse incapaz de mobilizar os cidadãos comuns para instituírem uma sociedade civil civilizada, um Estado democrático com dois polos de poder (um burguês, outro proletário e popular) e uma cultura aberta ao talento dos pobres e dos oprimidos (Idem).

Esse quadro demonstra que a burguesia utiliza uma tática de "duas frentes"[123], seu objetivo é, por um lado, manter o poder e, por outro, as relações de patronato. No primeiro caso, "[...] o Estado se equipara para conviver com as 'turbulências' e se apresta para se impor como agente de preservação da ordem 'acima das classes', nas condições que estão surgindo". No segundo, cede estrategicamente, sem, com isso, prescindir da violência de forma impiedosa, para manter seus interesses de classe. "Portanto, o espaço de manobras é acanhado [...]", por isso, manifesta disputas virulentas pelo espaço político, uma vez que nele se acomodam o escopo da prática política burguesa dirigida a partir de interesses classistas e elitistas (Fernandes, 2007b, p.107).

Para as classes populares e trabalhadoras, no que tange a superação do politicismo, a estratégia não deve ser outra, senão, atuar intensamente por meio da mesma tática, contudo, prezando pela ação dentro da estrutura de legitimidade burguesa e, além disso, radicalizando. A democracia "conciliadora" não cria espaços políticos para a classe trabalhadora, por isso, ela deve ser incessantemente revolucionária (Fernandes, 2019, p.37). Nestes termos, Florestan desloca o "terreno correto" de lutas que, por tudo que tratamos até aqui, definitivamente não se restringe ao jogo democrático dominado pelo conservadorismo de classe.

Na crítica ao politicismo, Florestan apresenta a urgência de se colocar as necessidades sociais e ontológicas em termos de classe, apontando que é imprescindível fugir do romantismo da luta individualizada, "acelerar a história" para os estratos marginalizados e, principalmente, fazer dos trabalhadores o cerne da elaboração de uma agenda política, tanto em termos de interesses, quanto em termos de ação (Fernandes, 1979b; 2019).

---

[123] Expressão apropriada das leituras de Lênin, ver Fernandes (2019, p.31). Esta entrevista foi publicada originalmente em FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes, a pessoa e o político. Entrevista. **Nova escrita ensaio**, São Paulo, ano IV, n.º 8, 1980. A edição consultada para este trabalho: SILVEIRA, Paulo Fernandes. Notas críticas para a reedição da entrevista: "Florestan Fernandes: a pessoa e o político", Adunicamp, p. 1-41, 2019.

Para isso, deve-se ter como contraponto que “a direita organiza-se em várias frentes e seus setores mais conservadores e reacionários financiam abertamente a seleção de ‘candidatos fiéis’ à representação, se não unificada, pelo menos articulada dos interesses e valores das classes possuidoras” (Fernandes, 2007b, p.32).

Em sociedades capitalistas subjugadas à dinâmica do neocolonialismo, não há lugar para revolução dentro da ordem, por isso, os elementos nacionalistas devem ser associados à democracia, de modo que seja estrangulada todas as possibilidades de utilização do poder para a promoção de tráfico de interesses – político, econômico, cultural –, como também, de efetivação de práticas de traição política. Assim, elementos como planejamento econômico, transformação econômica e a promoção de uma nova sociedade e de um novo homem são primordiais dentro de um “terreno correto” de luta política (Fernandes, 1979b).

O politicismo se resume à manutenção do *status quo*, cujo planejamento econômico se restringe à acumulação “selvagem” do capitalismo que, para isso, se utiliza da superexploração da força de trabalho. Assim, não existe transformação econômica, mas sim, a acomodação para manutenção das relações de dependência ditadas pelo capitalismo global que, diante disso, favorece estratos seletos das economias nacionais dependentes. Neste quadro, a humanidade não pode ser “nova”, muito menos a “sociedade”, uma vez que a condição de “gente” continua ser um privilégio dos estratos que efetivam as “conquistas” da “modernidade burguesa” (Fernandes, 1979b; 2007b; 2014).

Neste sentido, mesmo que haja algum tipo de democracia popular, se esta se efetivar de maneira incompleta e imperfeita – com manifestação de práticas que corrompam a democracia socialista –, haverá necessidade de avançar até a sua efetivação em termos históricos (Fernandes, 1979b). Assim, a questão colocada por Florestan é justamente a de estabelecer a insuficiência da democracia representativa, uma vez que esta têm sido utilizada de maneira instrumental pelos estratos conservadores. Além disso, têm servido de ancoradouro contrarrevolucionário, por manter a histórica marginalização dos estratos populares e trabalhadores que, dessa forma, experimentam uma constante de traições políticas.

Nestes termos, a inversão da pirâmide social, segundo Florestan, acompanha o estabelecimento destas insuficiências que, diante de tal quadro ontológico e social, não identifica a correlação entre o conteúdo semântico do que se convencionou chamar de “modernidade” e a “história” (Fernandes, 2019).

Diante disso, “[...] levadas ao ponto de extrema tensão pela opressão ditatorial, arrochos salariais, fome e desemprego, degradação coletiva, etc. [...]” (Fernandes, 2007b, p.225), as massas populares urgem pelo estabelecimento de novos parâmetros que, na prática, significa o

reconhecimento de uma modernidade em construção; ao contrário de fortalecer os laços de dependência e subordinação. Neste sentido:

> Quanto aos caminhos, eles são evidentes: as massas que deram peso e voz a partidos enquadrados e ventríloquos e que apoiaram decididamente políticos profissionais que ignoram sua condição humana esbulhada ou perfilham apenas parcialmente suas aspirações políticas, não suportarão qualquer recuo, ambiguidade e, em particular, qualquer coisa que pareça *traição política*. Não se trata, obviamente, de exagerar a importância de uma metamorfose política que mal começou (Idem).

A "metamorfose política" identificada como imprescindível, longe de qualquer "exagero", traz a virada do protagonismo dos "tipos humanos" da modernidade burguesa no capitalismo periférico e dependente, ou seja, o protagonismo das classes e estratos populares e trabalhadores. Sua inclusão requer não a condição de "representados" (Nicolau, 2017), mas sim, o início de uma virada que possa refazer os pilares estabelecidos pelo conservadorismo de classe. Essa virada:

> Transfere, portanto, aos trabalhadores e aos excluídos suas tarefas históricas. Ou os de baixo avançam por dentro da ordem; ou esta toma um caráter eminentemente regressivo e neocolonial, já que o capitalismo monopolista implanta, dentro das "nações hospedeiras", suas hordas de tecnocratas e de funcionários, suas empresas, sua tecnologia "de ponta", inclusive sua "inteligência militar", seu poder de dissuasão e de opressão (Fernandes, 1994, p.197).

Neste sentido, o conservadorismo de classe tratado até aqui é colocado em questão a partir de uma virada de perspectiva que, assim, equaciona sua importância para os estratos marginalizados, para as classes populares e trabalhadoras que, até então, foram consideradas de forma "naturalizada" pela modernidade burguesa economicista e seus propagadores. Ao questionar seus pilares culturais, econômico-classistas e políticos, Florestan se faz atual para o entendimento da sociedade burguesa de capitalismo dependente, ou seja, ela utiliza um conteúdo semântico de modernidade que destoa da história de sua humanidade (Fernandes, 2007b; 2010; 2011; 2014)[124].

Nestes termos, cabe questionarmos as limitações das repúblicas conservadoras que, por décadas e até séculos, mantém uma roupagem, um discurso, uma retórica autointitulada de

[124] Velho e Silva (2019, p.158), ao tratarem da estratégia política em Florestan, afirmam que este estabelece uma distinção entre estratégia e programa, onde ambos devem perseguir a efetivação dos pilares socialistas – considerando que, tanto a democracia, quanto a agenda democrática, são historicamente usurpadas por "[...] uma classe dominante com um perfil antissocial, antinacional e ultraconservadora [...]".

"moderna", no entanto, para quem? A inversão de perspectiva trazida por Florestan nos mostra o quanto existe para ser feito, principalmente, considerando a esmagadora maioria de marginalizados da efetividade histórica burguesa. Portanto, no próximo capítulo, trataremos de enfatizar essa dimensão, ou seja, a dos excluídos que, por isso, se faz necessário que sejam protagonistas do processo de reversão da pirâmide social em busca de uma modernidade possível e em construção.

Considerando que os dilemas sociais permanecem intactas, o estado de guerra civil permanente, como também, o desmonte constitucional em prol de interesses conservadores de classe, urge indagarmos sobre o tipo de República que temos, que tipo queremos, quais os empecilhos e o "que fazer?". Do exposto até aqui, identificamos com a sociologia de Florestan a existência de Repúblicas conservadoras em formações sociais de capitalismo dependente. Vejamos como sua lente teórico-analítica tensiona este conceito, uma vez que repousando na moderna conformação de "democracia liberal" – embora, historicamente, possua variadas conformações históricas e teóricas –, apresenta-se "contraposta à democracia direta e popular" (Matteucci, 1998, p.1.109), defendida arduamente pelo sociólogo paulista.

CAPÍTULO 4 – UMA REPÚBLICA CONSERVADORA?

> Isso engendra uma grave anomalia pois os assuntos de interesse para a coletividade como um todo são vistos e decididos à luz das concepções, dos interesses e das iniciativas de ralas minorias, ansiosas sobretudo em manter sua estabilidade na estrutura de poder. Por altruístas que fossem, tais minorias nunca poderiam levar em conta a variedade e o alcance das inovações possíveis. Entre os vários caminhos para "acelerar o crescimento econômico" e "intensificar o progresso social" elas preferem, naturalmente, as soluções que consultam à preservação dissimulada do *status quo* (Fernandes, 1976, p.89).

A teoria social desenvolvida por Florestan, considerando as dinâmicas de sociedades de classe – movidas por elementos culturais, econômicos e políticos –, nos permite caracterizar a ordem burguesa vigente como conservadora. A consolidação e expansão do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico e científico, a produção de riquezas em escala jamais vista, como também, a intensidade da vida política em escala global, apesar de serem avanços inquestionáveis, trazem em seu cerne a desproporção em termos de acesso a estes "avanços". Neste quadro, bilhões de excluídos se esforçam para sobreviver, enquanto o capitalismo segue seu fluxo de concentração de riquezas, por um lado, e de socialização dos efeitos e riscos, por outro (Beck, 2011; Bauman, 1999).

Diante disso, afirma Tótora (1999, p.111), "ao apreender os fenômenos histórico-sociais de longa duração, Florestan se desvencilha das armadilhas de uma análise exclusivamente conjuntural e da reflexão sobre a democracia restrita ao regime político". Com isso, utiliza o exemplo brasileiro para problematizar a ideia de República, como também, as implicações referentes à formação social de passado escravocrata e de capitalismo dependente. Dessa forma, não salienta os acontecimentos históricos, mas sim, o saldo político que estes podem gerar para a superação da "ordem" que, como veremos, conformou uma organização republicana totalmente favorável ao projeto institucional do conservadorismo de classe.

Assim, neste capítulo, trataremos da crítica florestaniana endereçada ao conceito de República, com o objetivo salientar a importância de uma "leitura teórica correta" (Velho; Silva, 2019, p.171) onde, as relações sociais alicerçadas sobre o conservadorismo de classe, minam as possibilidades da efetividade histórica da classe trabalhadora e da massa popular.

Nisto, demonstra-se que a "República" é, na verdade, um projeto institucional de dominação que, aperfeiçoado pelas relações burguesas na modernidade, combina o conteúdo semântico republicano, democrático e liberal, com exclusão, degradação da condição humana e, consequentemente, subalternização da esmagadora maioria da população.

Para tratar deste debate na teoria de Florestan – além dos textos discutidos nos capítulos anteriores –, abordaremos as obras que se dedicam estritamente ao tema da República (Fernandes, 1986; 2007b) e, além destas, dos trabalhos que tratam da importância da Constituição (Fernandes, 1989b; 1990; 2014). Esta última – como representante seminal do ideário republicano –, demonstrará a estratégia da racionalidade conservadora, ao evidenciar a dissociação entre a retórica constitucionalista e a sua manipulação às estratégias das classes dominantes.

Demonstraremos, primeiro, que o conservadorismo de classe – apesar de suas roupagens republicanas – mantém insolúveis os dilemas que afetam diretamente as classes trabalhadoras. Segundo, que essa interpretação importa como horizonte analítico e de educação política para a emancipação da classe trabalhadora e das massas populares; ou seja, para os "de baixo", somente a consciência de classe e a autoemancipação podem romper com as estruturas conservadoras. Terceiro, a "guerra civil permanente" é a via que pode tensionar as estruturas de dominação e exclusão, por isso, a negação da "paz social" é imperativo para a abertura das instâncias que promovem à "dignidade". Por último, que a defesa da Constituição como um valor republicano é, no fundo, o maior dos engodos do exclusivismo de classe, uma vez que a constituição sofreu/sofre inúmeras alterações com interesses claros de privilegiamento[125].

4.1 – "Novas Repúblicas", velhos dilemas[126]

Segundo Matteucci (1998), uma das características que permeia a história da "ideia"[127] de República é que a organização social e política seria acessível aos "de baixo" e que, assim, romperia com estruturas de privilégio baseadas em lógicas "quantitativas". Portanto, o salto qualitativo deste sistema foi, justamente, o de delimitar a origem do poder – "o povo, o bem comum, a comunidade" –, em oposição a quem e/ou quantos iriam governar. Embora na era

[125] Sobre o Brasil após a Constituição de 1988, Rocha e Silva (2015, p. 2013) demonstram o "pequeno grau de permanência e estabilidade da carta promulgada em outubro de 1988". Vale ressaltar que, a maioria das alterações e pedidos de mudanças, foram efetuadas por partidos conservadores, segundo o estudo.
[126] Fernandes (1976, p.208).
[127] Falcão (2021) rejeita essa perspectiva, ao afirmar que ela marginaliza o republicanismo enquanto um "sistema fechado", ou seja, com pilares claros e definidos – apesar de plurais e com peculiaridades históricas.

Moderna as primeiras "grandes Repúblicas", como a dos Estados Unidos da América (1776) e da França (1792) tivessem suas diferenças, estas inauguraram uma institucionalidade burguesa que, entre outros, prometeu que a legitimidade do poder viria da base social – considerando o seu significado na modernidade.

Contudo, tomando as sociedades modernas de capitalismo dependente, de passado colonial e escravocrata, o que tivemos foi uma torrente de instabilidade republicana que, depois de inúmeros eventos totalitários, experimentaram a retomada destes ideais sem, com isso, a devida solução de seus "dilemas" (Fernandes, 1986).

Florestan, ao tratar principalmente do Brasil e de países sul-americanos, constatou que o conservadorismo de classe é a gramática que conforma estas repúblicas, e não o contrário. Nestes termos, esta institucionalidade reflete suas "fissuras", demonstrando a tensão na esfera social por meio dos estratos privilegiados, por um lado, e da massa trabalhadora e popular, de outro. Esta, diante de tal aparato institucional, é forçada a se submeter à legitimidade desta relação onde, nesta existência "subterrânea":

> Eles não possuem nem peso nem voz na sociedade civil. Os senhores da fala, da riqueza e do poder decidem tudo. Aos outros, a imensa maioria de não-cidadãos ou de cidadãos pela metade, sejam ou não eleitores, cabe o papel passivo de sofrer e obedecer. Mesmo os senhores da fala, da riqueza e do poder não alimentam nem se nutrem de uma cultura cívica densa, dinâmica, impositiva. A sua é uma cultura cívica de aparência, um biombo de civilidade, que revela aos "países civilizados" que aqui também há civismo [...] (Fernandes, 1989b, p.31).

É, assim, a maneira pela qual as "[...] as elites políticas das classes possuidoras mostram-se 'britânicas' nessa emergência [republicana]", contudo, o que fica claro é que, entre os dilemas destas sociedades, encontra-se a inegável atuação de estratos conservadores. Estes, não podem ser compreendidos "[...] ignorando os símbolos equívocos e as ideologias perversas e pervertidas", onde se encontra o próprio imaginário republicano. Segundo Florestan, "[...] a ação política real se desenrola por trás dessa primeira linha e dentro de um terreno que se procura resguardar das interferências (e do conhecimento objetivo) dos adversários". Diante da aguerrida promoção do ideário republicano, busca-se, no fundo, escamotear as "metamorfoses assumidas pelo antigo regime" (Fernandes, 1986, p.10-11).

Portanto, para Florestan o republicanismo não foi capaz de eliminar velhas práticas e, assim, tendo sobrevivido "[...] à desagregação do regime escravista, à implantação do trabalho livre, à traição da República e à chamada 'crise da oligarquia', que foi, antes e acima de tudo, uma recomposição generalizada e global [...]" (Fernandes, 1986, p.11). O fato desta nova

institucionalidade se sobrepor às fissuras existentes é que confirma a manutenção das relações sociais conservadoras de classe e, consequentemente, a promoção de um histórico republicanismo conservador.

Assim, além da citada separação entre conteúdo semântico e a efetividade histórica, outros dilemas corroboram esta leitura, entre os quais, a questão racial, a educação e, entre outros, a difícil e tensa relação capital-trabalho. Com isso, identificamos que, longe de uma agenda de valores –utilizada como "uma primeira linha de defesa passiva e de 'engano dos outros'"[128] –, o que se cultiva de maneira "subterrânea" é o conservadorismo de classe. Seu objetivo é claro: preservar o *status quo*. Para isso, a institucionalidade "republicana", "democrática" e "liberal" se torna instrumental, e seu conteúdo operacionalizado a partir de interesses afeitos às classes do tope (Fernandes, 1986; 2007b).

Florestan, ao demonstrar que as ideias resultam da interação e de movimentos de diversos grupos sociais (Mazucato, 2014), tensionou o conceito de República como forma de evidenciar sua apropriação nas condições de relação de classe tratadas até aqui. Assim, além das questões supracitadas não resolvidas, podemos identificar que os conteúdos atribuídos ao sistema republicano também foram minados por conta das especificidades sociais, econômicas e políticas contidas no escopo do conservadorismo de classe.

Segundo Falcão (2021), embora o republicanismo seja plural e mereça atenção e cuidado na busca de sua definição – cuidados que ele trata com inúmeras ressalvas metodológicas em seu trabalho –, pode-se identificar alguns pilares abordados em consenso pelos diversos autores e suas respectivas interpretações. Sendo assim, este sistema se caracteriza por ser antiautoritário, comportar governos mistos, valorizar o "império das leis"[129], assentar-se nos conceitos de liberdade e igualdade em relação mútua e, entre outros, preocupar-se com a cidadania e com a participação e/ou virtude cívica. Além disso, em termos mais contemporâneos, contempla o patriotismo, o relacionamento com organismos internacionais e a globalização.

Neste quadro, além de evidenciar que estes elementos não são suficientes quando tratados individualmente (Lafer, 1989; Filgueiras, 2007), enfatiza-se que "por sua própria essência e história, o republicanismo aparece com uma dimensão prática muito evidente, realisticamente aplicável ao contexto em que se encontra" (Falcão, 2021, p.41-42). Com isso, "[...] os seres humanos, investidos de um determinado papel, o de 'cidadão', orientam suas

[128] Fernandes (1986, p.11).

[129] Este tema será desenvolvido no último tópico deste capítulo, onde trataremos do que chamo de "erosão constitucional".

ações para promover certos valores comunitários [...]" (Sousa, 2015, p.118-119). Considerando este conjunto como definidor do republicanismo, vejamos como ele é interpretado a partir da sociologia de Florestan levando em conta, para isso, a supracitada "dimensão prática" que, em seu escopo analítico, equivale ao que chama de efetividade histórica.

Para Florestan, uma postura antiautoritária no conservadorismo de classe é, antes de tudo, um contrassenso, uma vez que as limitações impostas pela lógica fechada, egoística e de privilégio, fazem do autoritarismo um mecanismo "legítimo" de manutenção do *status quo*. Por isso, "se a burguesia atuasse como elemento revolucionário, ela teria de sair do isolamento, do imobilismo e do autoritarismo", como práticas características de uma elite que se faz através da roupagem democrática sem, com isso, precisar efetivamente dela. Caso o fizesse, segue o autor, "teria de procurar aliados na massa do Povo, e carregar ela mesma bandeiras envolventes cravadas na medula da revolução nacional e da revolução democrática" (Fernandes, 2007b, p.147).

Vale lembrar que o "imobilismo", presente na gramática política conservadora e explicitado no trabalho de Anderson (2012), é uma das grandes armas do conservadorismo e de sua atuação político-institucional. O conteúdo sociológico deste conceito é evidenciado por Florestan como prática desempenhada com afinco pelos estratos elitistas que, na luta por negar as vias da "revolução nacional" e da "revolução democrática", paralisam os recursos de gestão administrativo-estatais que poderiam ser empregados de maneira inclusiva.

Dessa forma, imobilismo – ao contrário do que possa soar –, significa a face de atuação com fins de autoproteção conservadora que, através da "traição política", fortalece os estratos privilegiados (ligados ao grande capital interno-externo, ao agronegócio, ao latifúndio, à exploração econômica de serviços essenciais "paralisados" pelas instâncias do Estado) (Fernandes, 2006, p.150).

O componente "misto" da República, no Brasil, encontra-se presente nas diversas instâncias e câmaras políticas – Executivo, Senado Federal e Assembleia Legislativa Federal – e, além disso, na divisão dos poderes, que tem no Judiciário um dos principais contrapesos da chamada accountability. Contudo, apesar do robusto aparato institucional, Florestan, salienta que este é historicamente dominado pelas elites que fazem dele seu instrumental de classe (Fernandes, 2007b; 2008c; 2014).

A participação nestas instâncias e instituições é restrita e, quando estendida à massa trabalhadora, somente de maneira ritualizada, como forma de reforçar – nos pleitos eleitorais – que a democracia representativa é dependente e legitimada pela base popular (Fernandes, 2006; 2007b). "Por que o Congresso se tornou um poder secundário, instrumental para o executivo e

mesmo para o Judiciário, e se submeteu a práticas políticas que, em nome da democracia, serviam para reproduzir e ampliar um sistema de poder absolutista e arbitrário?". Segundo Florestan, a resposta se encontra no fato de que "o nosso parlamento nasceu talhado para não ser democrático [...]. A República manteve o parlamento atado à condição de órgão de legitimação de uma ordem pública sub-republicana e antidemocrática (Fernandes, 2014, p.136).

Neste quadro, a perspectiva sócio-histórica evidencia que "pluralidade" – como conteúdo da gramática política – nunca foi um elemento norteador para a história republicana no capitalismo dependente. O aparato institucional é, dessa forma, minado com o intuito de fazer valer a integração ao capitalismo global e que, consequentemente, requer a apresentação de certos requisitos, mesmo que sejam de forma "ritualizada". Ao tratar dessa questão na América Latina, Florestan afirma que:

> Ela nos põe diante de dois processos correlatos. De um lado, a emergência e a consolidação, com amplo e aberto apoio no "mundo ocidental", de novas formas de coerção organizada e institucionalizada, baseadas na violência como um mecanismo normal de defesa da ordem, de sua estabilidade e do crescimento do capitalismo (sob controle de forças oligárquicas e plutocráticas). De outro, a manutenção de todo um complexo de instituições legais e políticas, aparentemente em plena atividade, porém como mera *fachada*, um meio de simular a existência da "democracia" e o propósito de defendê-la ou aperfeiçoá-la (Fernandes, 2015, p.74-75).

Tomando as relações de classe como parâmetro qualitativo das instituições e da cultura política nos países latino-americanos, Florestan aponta para a forma autoritária com que essas repúblicas mantiveram alijadas as classes populares e trabalhadoras. Essa ausência, além de ter fechado a "presença do povo na história", impediu a consolidação da nação como realidade política. Dessa forma, a diversidade de poderes repousa, nessas repúblicas, sobre uma base social tensionada pelo conservadorismo de classe, permitindo que o aparato institucional reflita somente os interesses e ações dos privilegiados e iguais (Fernandes, 2015, p.75).

Como consequência, a relação entre liberdade e igualdade passa longe de ser compartilhada mutuamente entre os "sujeitos" da República, por onde as especificidades da conformação de classe especializou-se na produção dos "miseráveis da terra". O conservadorismo de classe legitima, não apenas a "exclusão", como também, o genocídio e o faz pautando-se na robustez do aparato institucional republicano. Para os do tope, enquanto esse edifício estiver de pé, haverá garantia de manutenção do *status quo*, sendo essa a principal função do aparelho estatal e de suas ramificações republicanas (Fernandes, 2007b; 2014).

O efeito cascata do conservadorismo de classe conduz os subalternizados à uma condição de não gente, de sobreviventes, em estruturas sociais que lhes tomam como fonte de produção de mais-valor. Assim, as Repúblicas estruturadas no capitalismo dependente e no conservadorismo de classe, permitem aos sujeitos do tope que experimentem a cidadania efetiva, onde, para os demais, o que resta é ser super explorado pelo capitalismo "selvagem". Estas conformações sociais baniram os estratos populares da cidadania política (Fernandes, 2007b, p.p.198) sendo, por isso, urgente fomentar a consciência de classe para desencadear o bloqueio do "[...] monopólio do poder político indireto e do poder político estatal pelos estratos dominantes das classes possuidoras" (Fernandes, 2006, p.139).

Neste quadro, o elemento participação é, na verdade, a face de uma dinâmica de classes que, por um lado, mantém os estratos privilegiados como dirigentes do aparelho estatal, como também, na hegemonia dos espaços deliberativos e decisórios. Por outro lado, a axiomática condição de "privilégio" destes estratos do tope, evidencia que a massa popular se encontra entrincheirada entre a violência institucional e o ritualismo político impregnado da ideologia meritocrática dos "donos do poder". Assim, o "[...] Estado que espolia os cidadãos de seus direitos, a Nação de seu caráter de comunidade nacional e que só se realiza em favor do crescimento do privilégio e dos privilegiados", segue Florestan, ressalta "[...] que ele é *usado socialmente* contra a coletividade. Esse uso anti-social do Estado é fundamental na discussão política" (Fernandes, 2007b, p.263-264).

A importância dessa temática sob o prisma do conservadorismo de classe é, para Florestan, seminal para deflagar o movimento de autoemancipação das classes populares no capitalismo dependente e em suas respectivas "Repúblicas". Assim, aponta para uma liberdade efetiva que, longe de se realizar através do poder econômico e/ou político herdado, se faz através da consciência de classe como forma de pôr em marcha as revoluções democrática e nacional (Fernandes, 2007b; 2014)[130].

Em síntese, este quadro evidencia que a "fachada" republicana se estende do tope para a base da pirâmide social, de modo que o mesmo não acontece com a efetividade histórica. Dessa forma, a cidadania se esfacela quando observada dos "de cima" para os "de baixo", de modo que, sem luta e sem radicalismo, pouco ou nada chegará à base, como prometido pelo sistema republicano (Falcão, 2021). Neste sentido, considerando os "miseráveis da terra" como lócus de emancipação e desenvolvimento da sociologia crítica de Florestan, entendemos que,

[130] Sobre a importância da participação popular em Florestan Fernandes, ver Tótora (1999, p.114).

para estes, não existe "República" (Tótora, 1999, p.123), muito menos "nova" (Fernandes, 1986; 2007b; 2014).

4.2 – "Os de baixo": consciência de classe e autoemancipação contra o conservadorismo

A efetividade histórica do atendimento das necessidades ontológicas e sociais – no tocante as classes trabalhadoras e populares –, não deve ser vista como uma benesse, uma concessão ou como qualquer tipo de "bondade" por parte da classe política e/ou dirigente. Nestes termos, Florestan "transfere, portanto, aos trabalhadores e aos excluídos suas tarefas históricas" (Fernandes, 1994, p.197), no sentido de que, somente por e através delas, será possível construir uma sociedade inclusiva e norteada pelos valores do humanismo socialista[131].

A participação "ritualizada" é assim entendida como um mal que se intensifica, principalmente, depois dos pleitos eleitorais, uma vez que, empossados da legitimidade "democrática", a classe política atua livremente no atendimento de seus interesses. Por isso que, independentemente de pertencer ou não a um partido representante da classe trabalhadora, o essencial, é que haja uma "[...] prática exigente do eleitor *depois das eleições*". Para Florestan, "esse elemento de mobilização popular consciente possui uma dimensão pedagógica e é o pilar sobre o qual se assentam tanto a existência do cidadão ativo e responsável, militante, quanto a possibilidade concreta de desobediência civil, de rebelião popular e [...] da revolução social" (Fernandes, 2006, p.133)[132].

Neste sentido, a legitimidade desta revolução – originada entre/pelos os "de baixo" – se encontra na busca de um salto qualitativo. O sistema republicano apregoou a superação do dilema qualitativo-quantitativo através da legitimidade do poder que, então, somente em teoria, contemplou os sujeitos integrantes do povo. No entanto, como vimos, essa "fachada" pouco ou nada adiantou para as classes trabalhadoras e populares, por isso, depois de séculos de ideário republicano, a efetivação de seus avanços ainda se encontra no horizonte de aquisições dos estratos historicamente subalternizados (Fernandes, 1986; 2006; 2007b).

No humanismo socialista o "salto qualitativo" possui chance de ser iniciado por meio de uma democracia de participação ampliada, que possa "[...] criar as condições objetivas do controle da miséria, da reforma agrária e da reforma urbana, da eliminação das desigualdades regionais, econômicas e raciais de uma sociedade de classes da periferia etc.". Esse conjunto

[131] Sobre o Humanismo Socialista, ver Fromm et al. (1966).
[132] Sobre a importância da participação, ver o estudo de Putnam (2007).

de objetivos não deve ser aguardado passivamente pelos "de baixo", uma vez que "ele escapa à consciência política da maioria parlamentar, presa a privilégios, interesses particularistas e a uma monopolização egoística (e antinacional) do poder" (Fernandes, 2006, p.83).

O panorama analítico de Florestan aponta para a relação indissociável entre reforma e revolução, de modo que a luta pela ampliação e consolidação de relações sociais efetivamente democráticas, contribua para um ambiente que possibilite a formação de uma cultura revolucionária, "socialista". Segundo Velho e Silva (2019, p.163), esse termo ganha sentido duplo – não dúbio –, uma vez que, primeiro, significa pôr em marcha as reformas rejeitadas pela burguesia. Esta é uma questão que merece esclarecimento, pois, na perspectiva das classes conservadoras, o importante é manter o máximo de privilegiamento possível e, por isso, a sociologia florestaniana concebe toda conquista de direitos como um conteúdo das chamadas "reformas socialistas" (Fernandes, 1989b, p.117).

Por ou lado, o segundo aspecto se refere ao conteúdo e pilar do processo revolucionário com vistas à demolição da sociedade de classes, onde o escopo analítico de Florestan aponta para uma possibilidade que torna imprescindível a participação popular e das classes trabalhadoras. Nestes termos, a tarefa das classes constituídas pelos "de baixo" ainda são as mesmas, ou seja, rasgar a imagem projetada pela "fachada" civilizatória da democracia excludente para, com isso, estabelecer novas bases de participação e de orientação da vida social que, assim, atenda às necessidades ontológicas e sociais.

Esse duplo conteúdo esclarece também o comportamento dos estratos conservadores que, diante do desafio de conter avanços e conquistas para os subalternizados, concebe todas as ações – seja em termos de agenda ou de estratégia – como práticas "socialistas[133]". Portanto, considerando o cenário latino-americano, agendas que priorizam a solução de dilemas como os da questão racial, da liberdade de pensamento, de garantia do acesso à educação, entre outras, integram o conjunto identificado como "ameaça comunista" (Fernandes, 2010, p.177).

Dessa forma, as classes trabalhadoras enfrentam uma estrutura social excludente que é, por muitos motivos, intensificada a partir de sua movimentação. Com isso, atua "a frio" quando as classes populares seguem as imposições estabelecidas pelo ritualismo político-democrático. Por outro lado, ao se depararem com cenário de organização e de atuação na forma de "movimento[134]", a "intransigência" (Hirschman, 2019) tende a reverberar na esfera política e

[133] Os estratos conservadores também empregam o termo "comunista" de forma pejorativa, atribuindo um conteúdo semântico que se refere àqueles que querem destruir a sociedade, violar a propriedade e acabar com a família.

[134] No sentido empregado por Paulilo (2009) e Rosa (2009).

desta para outros campos institucionais com vistas desmobilizadoras. Portanto, para os "de baixo", a melhor alternativa é a consciência de classe e a autoemancipação, uma vez que os do tope objetivam "[...] zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais e políticas 'esclarecidas'" (Fernandes, 2007b, p.61).

Neste sentido, o emprego de energias para defesa meramente partidária e/ou ideológica não atende as necessidades das classes subalternizadas e, além disso, deixa de tocar em uma questão central, ou seja, o fato de que o conservadorismo de classe se encontra estruturado institucionalmente. É possível verificar essa questão na sociologia de Florestan através da análise de instituições educacionais e científicas (Fernandes, 1976; 2010), Jurídicas (Fernandes, 1989b) e políticas (Fernandes, 1990; 2011; 2014).

Isso é revelador do que Florestan chamou de "terreno correto"[135], uma vez que a ideologia conservadora, que atua de modo estruturante no reforço de seu aparato institucional, aponta para um horizonte de disputas restrito ao círculo político-partidário. Contudo, esse é mais um engodo conservador que, dessa forma, busca, na verdade, fortalecer as vias conservadoras de sociabilidade "cívica", deixando o caminho em busca da cidadania efetiva sempre estreito. Em análise desta questão na sociologia florestaniana, Velho e Silva (2019, p.168), esclarecem que a conquista do poder político possui importância, contudo, está longe de equivaler a um espaço para os trabalhadores.

Florestan aponta dois fatores importantes para contornar a via estruturante conservadora, onde, o primeiro se refere a organização e o segundo a formação política. No primeiro, entende que as classes trabalhadoras se encontram dispersas e, por isso, estão sujeitas a introjeções ideológicas e polarizadas que, no fundo, reificam o aparato institucional e cultural conservador. No segundo, a formação de quadros militantes que possam manter a conexão entre as necessidades ontológicas e sociais do povo e a atuação político partidária de seus representantes (Fernandes, 2006, p.245).

O não estabelecimento de estratégias e ações para o desenvolvimento dos pontos supracitados, afirma Florestan, deixa o caminho aberto para o arcabouço conservador que, em sua atuação "a frio", tende a enfatizar a via social-democrata como meio de "'salvar' a democracia contra o totalitarismo" (Fernandes, 2006, p.246). Esse discurso, quando endereçado às camadas populares desconectadas do "terreno correto" de lutas – desorganizadas e sem

[135] Fernandes (2019, p.31).

formação política –, tende ao êxito através de divisões que distanciam o olhar da condição de classe, como também, do mundo do trabalho como princípio político e de atuação cívica.

Por isso, afirma Tótora (1999, p.122), "construir as pré-condições para uma democracia possível é assegurar a autonomia das organizações populares", visando promover a "[...] democracia de participação ampliada [que], diferente da democracia restrita, é verdadeiramente policlassista". Portanto, como esclarecido anteriormente, a "democracia socialista", para os estratos conservadores, possui esse caráter pelo simples fato de abrir o "circuito" sócio-político e cultural para os estratos subalternizados.

Segundo Florestan, o objetivo é avançar para uma democracia na perspectiva do socialismo, por meio de "uma democratização de novo tipo, que rompe com o passado, porque reduz o espaço histórico das manobras políticas dos de cima e delimita a democratização do Estado, historicamente, como uma realização da maioria, ou seja, da massa do Povo" (Fernandes, 2007b, p.268).

A tônica que Florestan está insistindo é a crítica aos pactos de "acordo", tanto em termos sócio-políticos, quanto em termos científico-culturais, pois estes historicamente tendem à manutenção do *status quo* conservador. As ideologias unificadoras que não partem dos "de baixo", nestes termos, servem para reforçar o aparato institucional conservador e as relações sócio-políticas que negam as fissuras sociais, por isso, são insuficientes a curto prazo e muito nocivas a longo prazo. No tocante ao Brasil, o entendimento foi o de que:

> A "nova República" proclamou-se uma democracia "social", dos pobres e necessitados, e buscou a aliança dos trabalhadores, chegando a cooptar, de forma sagaz as organizações e partidos de esquerda que absorveram o compromisso de uma "aliança democrática" com a ordem existente, uma ordem de lusco-fusco, ultraliberal na teoria e ultracentralizadora no comando político, ocultando o seu despotismo por detrás de uma Constituição que não é nem republicana nem democrática, mas ditatorial e instrumento de uma transição que combina agilmente transição e promessa (Fernandes, 2007b, p.39).

Para que o "arco conservador" seja vergado, torna-se necessário a clarificação dos "polos conservadores", no sentido de sinalizar para os estratos populares o fato de que suas "agendas" e "estratégias" não podem/devem ser ditadas pelos estratos do tope, ou seja, pelas classes conservadoras (Fernandes, 2007b).

Esse tem se mostrado um grande dilema imposto às classes trabalhadoras, em parte pelo aparato sócio-político e cultural conservador, em parte pelo comportamento dos intelectuais no capitalismo dependente que, na ânsia de atenderem aos requisitos de integração científica em

escala global, acabam reproduzindo padrões coloniais de mentalidade (Fernandes, 1976; 2007b; 2010).

Por isso, a urgência da autoemancipação para as classes trabalhadoras e populares, pois, desta forma, poderão deixar de transitar na linha cinzenta que se encontra entre, por um lado, a formação sociopolítica e cultural conservadora – com seus efeitos egoísticos e ritualísticos[136] – e, de outro lado, uma discursividade "crítica" distante, uma vez que seus sujeitos não se veem como integrantes do povo. Sobre este último aspecto, inclusive, Florestan atenta para categorias como a classe professoral, alertando-os que são, na verdade, "trabalhadores intelectuais" e que, por isso, deveriam agir alinhados aos interesses das classes que vivem por meio do trabalho (Fernandes, 1989a, p.74).

Isso não significa que estratos políticos, intelectuais e político-partidários não possam atuar em nome dos trabalhadores, mas sim – e é o que Florestan enfatiza com veemência –, que estas contribuições são insuficientes. O que ele designa como autoemancipação, na verdade, deve manifestar a efetividade histórica de forma clara, de modo que os estratos trabalhadores possam ser identificados por meio de suas atuações. Neste quadro, não é que os sujeitos e organizações citados,

> [...] não reúnam certos requisitos para atuar em nome dos proletários e excluídos. A questão é outra. Os trabalhadores exigem peso e voz na sociedade civil, portanto, para eles, democracia significa *capacidade de falar politicamente de forma independente*, sem ventriloquias, populismo de palanque e advogados *ex officio*. O marco institucional da revolução política que o Brasil está vivendo vem a ser a auto-organização e a auto-emancipação das chamadas "classes subalternas", dos de baixo (Fernandes, 2007b, p.105).

Essa condição, como bem explicitou Florestan, não pode acontecer de modo "lusco-fusco", sendo um estado adquirido processualmente e que tem, entre os principais objetivos, mudar a estrutura social. Por isso, não estamos falando de lutas conjunturais, de manifestações animadas por pura empolgação política, mas sim, de um projeto de sociedade que possa ser construído e debatido a partir do "homem comum". O que está em jogo é a reconstrução social por vias revolucionárias que, para almejar qualquer possibilidade de êxito, carece da compreensão de que:

> [...] é preciso que se entenda que essa forma de luta só é eficiente se possui uma base estrutural e política sólida. A negação mais importante não é a que transborda os comícios. Estes constituem um clímax – e sem aquela base

[136] Ver Fernandes (2007b, p.133).

> social e política organizada ele se esvai, sem deixar dividendos políticos para as lutas de classes de proletários e oprimidos. Por isso, é indispensável recorrer a meios mais diretos e imediatos de consciência social e de combate político. Nos bairros, nas aldeias, nas fábricas, nas fazendas, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nas famílias, nas igrejas, nas escolas, nos partidos, nas escolas de samba, nos centros de cultura etc. – em todas as situações grupais concretas e cotidianas –, os proletários e os oprimidos negam a ordem social capitalista, sua teia de espoliação econômica, de dominação social e cultural etc. (Fernandes, 2007b, p.148-149).

Com esta perspectiva, Florestan se distancia de uma leitura teleológica a respeito das "revoluções socialistas" almejadas pelos estratos populares, apontando para a possibilidade de construção que, antes de qualquer finalidade – como o fim da sociedade de classes –, se encontra o estabelecimento da condição de trabalhador (a). Através desta condição – e considerando sua complexidade e diversidade histórica no capitalismo dependente –, é que são esperados novos parâmetros, agendas e ações para construção de uma democracia de participação ampliada. Esse é o caminho para:

> [...] enterrar, ao mesmo tempo, o despotismo do capital e o mandonismo senhorial, e abrir uma nova página, que se inaugura com a autoemancipação coletiva dos trabalhadores, tutando com meios próprios e com objetivos específicos para acabar com a tirania oficial, desmantelar a supremacia burguesa, cega aos interesses de outras classes e do Brasil como um todo, e converter o trabalho em um dos pilares da sociedade civil em processos de desbarbarizar-se, de civilizar-se (Fernandes, 2006, p.137).

A "participação ampliada", nestes termos, se apresenta como prova da efetividade histórica do processo revolucionário que, se para os estratos conservadores mostra-se como o próprio socialismo/comunismo, para os "de baixo", manifesta-se apenas como uma virada estratégica, como o início de possibilidades no horizonte do humanismo socialista. Portanto, para a criação de uma "*sociedade nova*", afirma Florestan, "[...] o essencial não fica nos planos da legalidade burguesa [...], mas no movimento social que vai da sociedade civil para a desagregação da infra e da superestrutura" (Fernandes, 2006, p.170-171). Neste quadro, entende-se que:

> A luta de classes caminha em duas direções principais. Primeiro, na conquista de uma consciência social de classe límpida, que permita entender objetivamente as premissas práticas da presente relação contraditória dos trabalhadores com o desenvolvimento capitalista "multinacional" e com as burguesias nacional e estrangeira. Segundo, na conquista de técnicas especificamente políticas de luta de classes, seja na esfera econômica, seja na esfera da organização da sociedade civil e do Estado (o que move as reivindicações fundamentais para a área das liberdades políticas, dos direitos

> civis e das garantias sociais, que irão regular a participação dos trabalhadores nos grandes processos históricos atuais de transformação do Brasil, América Latina e do mundo contemporâneo) (Fernandes, 2006, p.1980).

O conservadorismo de classe, para Florestan, deve ser atacado em sua dimensão mais dinâmica, ou seja, na esfera político-institucional, uma vez que é por meio dela que se torna estruturante em sua relação interna-externa. Por isso, "a solidariedade de classes e a capacidade coletiva de confronto direto com a supremacia burguesa tornam-se, com frequência, mais importante que a luta por migalhas ou pelas sobras na 'repartição do bolo' pela burguesia" (Idem). Para isso, faz-se necessário uma mudança que ultrapasse essa esfera, de modo que possa nortear a sociedade por meio de uma perspectiva socialista que, para tanto, requer um novo referencial ontológico, ao deixar para trás a constituição dual conservadora, ou seja, corpo e espírito.

4.2.1 – O trabalho para uma nova ontologia

Florestan compreende que o conservadorismo de classe deve ser combatido a partir de uma virada que, além de político-econômica e cultural, é, também, ontológica. Ele já havia sinalizado neste sentido, em seu estudo sobre o negro na sociedade de classes (Fernandes, 2008a), onde a ideia de ser "gente" foi concebida a partir do atendimento de certos requisitos para aquisição de condição humana condizente com os "iguais".

Neste sentido, identificou os fundamentos ontológicos estruturantes da condição de "gente" em sociedades de passado colonial, escravocrata e de capitalismo periférico. Contudo, como tangenciamos diversas vezes, a necessidade de atendimento aos padrões do capitalismo global não se referem apenas ao "formalismo" institucional, mas também, aos requisitos ontológicos[137]. Assim, o que Florestan chamou de ser "gente", envolve, em si, uma fissura profunda que evidencia as divisões provocadas pelo conservadorismo de classe e que tem, entre suas consequências, a preservação de uma "fachada" humanista.

O pensamento conservador clássico (Tocqueville, 1998; Burke, 2012; Kirk, 2021a; Oakeshott, 2021) concebe a humanidade[138], ontologicamente falando, como composta de duas dimensões, ou seja, uma biológica e outra espiritual. Neste sentido, o acesso ao mínimo necessário para a manutenção da vida, acompanhado do empenho da fé – fé cristã, diga-se –, é

[137] Ver a Declaração Universal dos Direitos Humanos (SENADO FEDERAL, 2008).

[138] Tocqueville (1998, p.165) chega a afirmar que "o pobre nunca é, propriamente falando, semelhante ao rico; é um ser de outra natureza".

o "suficiente" para o atendimento das necessidades humanas. Isso é de extrema importância para o entendimento da "naturalização" das relações sociais desiguais, onde o conservadorismo entende que a sociedade está pronta e que cada um segue à sua sorte como designada por Deus.

Assim, a utilização da religião pelo conservadorismo clássico – como também pelo conservadorismo de classe – não aparece por acaso, mas sim, como uma linha argumentativa de explicação do social e que tem, nesta retórica, a valorização de ideais de totalidade, em oposição às necessidades ontológicas e sociais, como apregoadas pelo humanismo socialista (Fernandes, 1979b; 1989ª; 2014).

Florestan entende que seu esclarecimento é fundamental, por considerar que "a alternativa está em outro padrão de civilização, em uma civilização sem barbárie". Esta, segue o autor, almeja converter "[...] cada ser humano em combatente da propagação de um humanismo socialista e em agente da transformação socialista do mundo, da conquista da liberdade com igualdade" (Fernandes, 2014, p.208).

Com isso, além da categoria "trabalho" como princípio norteador da luta de classes pelos estratos populares, cabe ressaltar que esta dimensão repousa sobre uma concepção de humanidade complexa[139] e que, por isso, necessita de muito mais que "migalhas" para o atendimento de suas necessidades. Ao tratar dos desafios educacionais, essa nova concepção de humanidade foi definida como:

> O *homem novo* que devemos formar e a *humanidade* que deve ser o produto do sistema de ensino que teremos de montar, daqui para frente, se configura em termos de situação de interesses de classes do operário, do trabalhador agrícola, do homem pobre. Essas figuras poderiam ser atendidas e suas necessidades humanas satisfeitas por uma educação que estabelecesse como mira o cidadão. O cidadão, entretanto, foi circunscrito, pela política educacional "republicana", às fronteiras históricas das classes burguesas (Fernandes, 1989a, p.18).

Esta humanidade orientada para o atendimento das necessidades dos "de baixo", da "maioria" e que, diante do sistema republicano de "fachada", não atende a complexidade ontológica do trabalhador. Tornou-se urgente a inserção de uma agenda que ultrapasse o atendimento do mínimo, da mera sobrevivência, onde a mão-de-obra é tratada cotidianamente com desprezo pelos estratos do tope. Nestes termos, o processo de conscientização das classes populares necessita incorporar outras dimensões, de modo que tensione ainda mais as fissuras

[139] Essa complexidade contempla, entre outros, categorias como felicidade, natureza, trabalho e o uso de novas tecnologias (Fernandes, 1991, p.20).

desprezadas pelo conservadorismo de classe e seu discurso de “paz social” (Fernandes, 2006; 2007b).

Para Florestan, desde a infância, os “de baixo” experimentam a “[...] reprodução do sistema de desigualdade [...]” que, além da fome e da miséria, afeta a educação, onde crianças são tragadas pelo mundo do “trabalho”, através de uma estrutura social que produz e reproduz a subalternização. Assim, no atendimento de uma ontologia complexa, também, busca romper com esta estrutura, que manifesta o fato de que “[...] a República foi traída pelos republicanos [...]” (Fernandes, 1989a, p.126-127), através de uma dissociação entre discurso e história, mais precisamente, entre os estratos do tope e as classes populares.

Para estes últimos, as necessidades ontológicas apregoadas pelo humanismo socialista são negadas de forma silenciosa, regadas com a ideologia meritocrática e, além disso, festejadas como conquistas, e não como condição existencial e social trágica. Portanto, o conservadorismo de classe consegue impor sua estética à massa da população sem que, toda violência e exclusão, sejam percebidas em primeiro plano. Dessa maneira, afirma Florestan, devemos considerar que “os talentos que chegam ao tope, mesmo em uma sociedade capitalista tão ‘aberta’ e ‘democrática’, devem ter a seu favor certas condições econômicas e culturais herdadas. Sem elas, a competição se tornaria efetivamente igualitária e racional (Fernandes, 1989, p. 69).

O desenvolvimento das dimensões humanas, naturalizadas pelos conservadores, são frutos de “heranças” que se perpetuam através do exclusivismo de classe e, dessa forma, os estratos populares passam pela primeira socialização sem acesso à educação, ao lazer, brincadeiras e, entre outros, sem a oportunidade de um desenvolvimento psicológico adequado (Fernandes, 1966; 1989a). Estes questionamentos são, para o pensamento conservador, uma afronta a organização social estabelecida e que, portanto, não precisa de ajustes pelo simples fato de existir.

Nesta via que encontramos total desdém pelos anseios sociais, culturais e políticos – de modo geral ontológicos – dos estratos populares, onde nem se quer o desejo é concebido como legítimo por alguns pensadores (Tocqueville, 1998; Burke, 2012). O simples fato de almejar um bem ou condição associado aos estratos superiores de classe, para os conservadores, se configura em grave ameaça e perigo para a estabilidade social. É claro que, diante de uma perspectiva sociológica crítica, cabe muito bem perguntar: estabilidade para quem?

Por isso, a ideia de “paz social” é tão prezada pelo conservadorismo de classe que, diante das multidões subalternizadas, necessita impor uma normalidade social, uma ideia de totalidade inabalável que, dessa forma, possa desviar a atenção dos “desejos” dos “naturalmente” excluídos. Nesta via, Florestan enfatiza a necessidade de incrementar o conteúdo da luta de

classes pelos "de baixo", de modo que as diversas dimensões sejam almejadas e que, diante disso, intensifique-se o grau de insatisfação das classes trabalhadoras. Dessa forma, quando sobrepostos – trabalho e necessidades ontológicas do humanismo socialista – torna-se mais explícito o não atendimento da condição humana das massas populares.

Portanto, a "paz social" que nunca existiu, deve ser renegada diante de "Repúblicas" que possuem a capacidade de matar socialmente, ao mesmo tempo que se mostram defensoras de princípios "universais" de respeito e cuidado com a condição humana (Fernandes, 2007b; 2014). Na verdade, Florestan mostra que o conservadorismo de classe faz de tudo para escamotear o estado de "guerra civil latente", ou seja, a existência subalternizada que, por meio de sua face mais aguda, elimina milhares de sujeitos que integram seus estratos para a manutenção do *status quo* "republicano".

4.3 – Guerra civil latente

O "padrão burguês de paz social", afirma Florestan, está ligado a um histórico de subordinação de instituições, movimentos, organizações e sujeitos, cujo propósito é escamotear a virulenta estrutura social e seu aparato institucional especializado na eliminação de sujeitos – individuais ou coletivos –, que tenham como orientação o desmonte do *status quo* (Fernandes, 2007b, p.119). Da perspectiva dos subalternizados, o que existe é uma "guerra civil latente" que, embora eficazmente letal, é cotidianamente silenciada pelo aparato institucional e político republicano.

Sendo este dominado pelos estratos conservadores do tope e operacionalizado via ritualismo político, o "estado de guerra" é constantemente contornado pela retórica conservadora por meio de sua ideologia de totalidade. Ideologia essa, vale reiterar, muitas vezes alimentada por partidos e organizações políticas progressistas que insistem em tomar a institucionalidade burguesa como suficiente. Nestes termos, Florestan identifica uma configuração cultural, econômica e política que demonstra essa "situação histórica" como uma:

> [...] situação de guerra civil latente. A crise econômica, a crise política, a crise da dominação externa, a própria situação mundial de luta entre capitalismo e socialismo, tudo isso torna a nossa situação uma situação de guerra civil latente, e, portanto, ela fomenta contradições que levam a burguesia a refinar e fortalecer seus meios de repressão mas, ao mesmo tempo, os oprimidos e as classes trabalhadoras não revelam o seu *punch*, não mudam o seu estilo de luta, de tomar presença na história (Fernandes, 2006, p.212).

As condições de formação, produção e reprodução da estrutura social no capitalismo dependente, mediante toda espoliação supracitada, é, assim, a engrenagem que alimenta a manutenção do *status quo* em termos político-institucionais, como também, legitima suas estratégias autoritárias. Neste quadro – onde, "à superfície parece que a luta de classes opera em mão única [...]", a perspectiva socialista de Florestan aponta em direção à uma "guerra civil aberta", onde a instância de "infra-estrutura da sociedade" pode oferecer uma alternativa histórica, qual seja, "revolucionária" (Fernandes, 2007b, p.275).

Florestan compreende que as especificidades históricas do capitalismo dependente, associadas aos períodos de arrefecimento de projetos ditatoriais, conduziu as repúblicas ao seu estado de "latência", por isso, a necessidade de uma superação em termos de tática pelos "de baixo". Sua análise deixou, há muito, de ser simplesmente diagnóstica, para demonstrar que a "liberdade com igualdade" é possível, contudo, imprescindível sem luta (Fernandes, 2007b).

As formações republicanas e democráticas nestas configurações já são trágicas, portanto, não há o que esperar, além da superexploração do trabalho e a postura "selvagem" dos estratos do tope para a manutenção dos níveis de acumulação. Por isso, a coexistência das classes se impossibilita:

> [...] porque os conflitos e uma guerra civil manifesta ou latente tornariam qualquer convívio pacífico e regulado inviável. Isso faz com que as sociedades capitalistas, nas quais o desenvolvimento mais ou menos rápido afeta a economia, a ordem social e o Estado, tenham de recorrer com frequência ou a alterações sucessivas do ordenamento constitucional ou a modificações constantes nos códigos legais ou a uma tecnologia flexível na adequação dos códigos a situações concretas em permanente alteração (Fernandes, 2007b, p.29-30).

Podemos perceber uma das diferenças principais do conservadorismo de classe em relação aos postulados do conservadorismo clássico, qual seja, ao contrário do que se possa imaginar, ele é dinâmico e eficiente em termos de mudanças no ordenamento político-institucional. Assim, enquanto o primeiro repousa em um conjunto de valores e, até mesmo, de "paralisia"[140] administrativa para perpetuá-los (Tocqueville, 1998; Burke, 2012; Anderson, 2012), o segundo reverbera seus interesses no próprio aparelho estatal, moldando-o de acordo com suas necessidades (Fernandes, 2005; 2008c).

[140] A "paralisia" conservadora se mostra de duas formas, onde, por um lado, volta-se para negação de ações que possam ser enquadradas como progressistas e, por outro, alterações jurídico-institucionais com o intuito de restabelecer o *status quo*. Neste último, seguindo a linha burkeana de reformar para conservar.

O paradoxo se mostra na dimensão não conservadora do conservadorismo de classe que – longe de qualquer trocadilho simplista –, evidencia uma necessidade, cujo principal objetivo, é operacionalizar os interesses dos estratos do tope. Assim, o dinamismo político-institucional do capitalismo dependente é reiterado por Florestan, não apenas como o espaço possível de atuação das elites, como também, do lócus de ação (Fernandes, 1986; 2007b; 2011). Assim:

> [...] as classes proprietárias não possuem uma utopia democrática, não erguem as bandeiras revolucionárias da democracia como uma negação e superação da ordem existente. De uma forma prosaica e prática, querem que a *paz social* seja a resposta à guerra civil que foi movida contra a maioria, contra a Nação e contra a soberania do Estado [...]. Querem a "estabilidade da ordem" a qualquer preço, contudo, sem pagar por ela nenhum custo econômico, cultural ou político. O governo exibe várias concessões, que não têm relação com alterações profundas da ordem existente: como mediador e artífice principal das elites das classes proprietárias, ele apenas "busca tirar o país da enrascada", isto é, "ganhar tempo" e "acomodar as coisas" (Fernandes, 2007b, p.79-80).

A crítica ao aparato político-institucional elaborado pelo conservadorismo de classe no capitalismo dependente se estende, dessa forma, a outras esferas – como "nação", "soberania", "Estado" –, que torna necessário reavaliar em perspectiva sócio-histórica, ou seja, efetivamente. Com isso, a dimensão conflituosa da convivência entre as classes é acentuada como forma de pôr em xeque toda discursividade ideológica da "paz social", como também, da capacidade inclusiva desse aparato (Fernandes, 1986; 2005; 2007b, 2011).

A criticidade direcionada ao aparato ideológico conservador é, para Florestan, uma forma de reforçar que, apesar das mudanças – culturais, econômicas e políticas – do que se convencionou chamar de modernidade, este quadro de transformações é parcialmente apropriado em uma sociedade de classes (Fernandes, 1986; 2008a; 2008b; 2008c). Assim, considerando a centralidade do trabalho como uma forma de exploração "selvagem" no capitalismo dependente, compreende-se que:

> Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a "paz social" são figuras de retórica, de explícita manifestação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar (Fernandes, 2005, p.232-233).

Portanto, deve-se ter em mente que a "guerra civil latente" é, na verdade, a manifestação explícita do que chamou Engels (2010, p.69) de "assassinato social" onde, nesses casos, a burguesia não diz a verdade e "pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma". Tanto na experiência e análise de Engels quando de Florestan[141], os motivos são semelhantes, ou seja, a exclusão das classes trabalhadoras de condições elementares de sobrevivência e dignidade.

Com isso, vê-se que essa forma de extermínio" não é característico de sociedades periféricas, mas sim, que estas possuem como diferencial um grau maior de letalidade – tomando o "assassinato social" de forma mais ampla na perspectiva do conservadorismo de classe, podemos situá-lo, entre as principais, por meio da morte cultural, econômica e política. Assim, considerando formação sócio-histórica, vale a definição de Engels para o poder, simultaneamente estruturante e destruidor, do processo de subalternização causado pelas fissuras sociais na sociedade de classes. Nesta via:

> Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato. Assassinato idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e pérfido, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se, porque não parece um assassinato: o assassino é todo mundo e ninguém, a morte da vítima parece natural, o crime não se processa por ação, mas por omissão – entretanto não deixa de ser um assassinato (Engels, 2010, p.135-136).

Neste sentido, a "guerra civil latente" também se mostra mais brutal, uma vez que não é manifesta por partes em condições iguais de luta, mas sim, entre estratos historicamente estabelecidos e munidos do aparato estatal moderno – e de seu aparelho repressor –, por um lado, e pelos estratos subalternizados, por outro[142]. Com isso, afirma Florestan, estes são "fatos que nos obrigam a abrir os olhos. Há uma guerra civil permanente e aberta em nossa sociedade civil. É uma guerra sem quartel". Nela, segue o autor:

> Os privilegiados não abrem mão de nenhuma partícula de seus privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas da degola e suas bandeiras

[141] Sobre esse debate, ver em Florestan (Fernandes, 1980b; 2005; 2007b; 2011).

[142] Florestan usa o termo "guerra civil latente" na perspectiva da "longa duração", onde demonstra como os estratos do tope exercem a violência via conservadorismo de classe. Ver Fernandes (2005, p.354).

> "sagradas", que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família – o que quer dizer que eles não possuem religião, pátria e família ou que, ao possuí-las, não reconhecem o mesmo direito e a mesma necessidade natural aos que não contam no rol da minoria privilegiada (Fernandes, 2007b, p.96-97).

A questão supracitada é de extrema importância para pensarmos uma formação republicana marcada por uma "guerra civil latente", uma vez que direitos fundamentais como o de liberdade de culto, direito à família e o exercício identitário-político de cunho patriótico, entre outros, são cercados por uma ética seletiva na gramática política conservadora. Portanto, a disputa pelo poder se dá através da desconstrução do outro, através de uma retórica que desqualifica e combate qualquer validade existencial – social e/ou ontológica – que não corrobore sua "fachada", seu "formalismo".

Nestes termos, as configurações familiares, religiosas e patrióticas que não reificam o conservadorismo de classe, são duramente combatidas, sob o pretexto de pôr em risco a "paz social". Portanto, as violências nestas instâncias são históricas, embora combatidas no plano legal e ético fazendo com que, juntamente com a subalternização, haja um conteúdo de "justificativas" que, dessa maneira, além de acentuar a dinâmica autoritária e violenta do conservadorismo de classe, desvia da questão seminal: a desigualdade (Fernandes, 2005; 2007b; 2010; 2011).

O que Florestan questiona ao perguntar "Que tipo de República?" é, assim, apontar para um horizonte de lutas, onde os "de baixo" irão "[...] exigir definições mais claras, na teoria e na prática" a respeito do pretendemos esperar/construir em termos de sociedade. Enquanto isso não for esclarecido, estes estratos continuarão sofrendo os efeitos do "egoísmo cego", manifesto através da "[...] violência dos que 'tudo podem'". Por isso, na busca de se tornarem "gente", "[...] os de baixo, muitas vezes despojados de tudo [...], palmilham a estrada do sofrimento e da miséria, mas querem uma Nação civilizada, na qual sua condição humana os liberte dos grilhões que os atam a uma barbárie cruel e anacrônica" (Fernandes, 2007b, p.96).

4.3.1 – A forma sincrética de Estado

A "República" no capitalismo dependente foi colocada em xeque a partir da crítica ao conservadorismo de classe, uma vez que, além de conservadora, ela é, também, "sincrética". Quando analisada na perspectiva sócio-histórica – e mesmo por meio de avaliações conjunturais –, sua estrutura constitutiva acomoda elementos de tempos diversos, o que nos remete à duas questões que se complementam. A primeira se refere ao fato de que existem continuidades e, a

segunda, é que as mudanças ocorridas pelo processo de modernização não foram e nem poderiam ser totais, por ser um processo social, histórico, que combinou tempos desiguais (Fernandes, 2010; 2011; 2005).

Portanto, a "longa duração[143]" se mostrou importante recurso teórico-metodológico pera entender estas continuidades que, dessa forma, não podem ser tomadas como processos singulares, mas sim, como fruto da tensão existente em sociedades de capitalismo dependente e que possuem uma conformação social marcada pelo conservadorismo de classe. Compreendendo essa dinâmica, a teoria social de Florestan esclarece as insuficiências organizacionais e institucionais onde – tratando-se estritamente dos "dilemas" da "República" –, podemos perceber que este "Estado nacional sincrético":

> [...] se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita, ou que se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para minoria dominante (Fernandes, 2005, p.406-407).

Entre as especificidades do capitalismo dependente, portanto, se encontra essa forma de sincretismo político-institucional que, oriundo de uma cultura cívica balizada sobre no conservadorismo de classe, acomoda seus "dualismos intrínsecos", em parte pela sua condição, em parte pela configuração das classes do tope que dirigem o processo. Neste sentido, a massa popular avançou "[...] com o suporte de movimentos e instituições variável mas decisivamente defasado com referência às necessidades mais prementes das classes destituídas e subalternas" (Fernandes, 2007b, p.133).

Essa organização é reveladora do pacto social no capitalismo dependente, pois sua efetividade é condizente com o *status* de classe, com sua correspondência de prestígio e poder na estrutura social. Por isso, as ideologias totalizantes perdem sentido quando analisadas na perspectiva crítica do conservadorismo de classe e, dessa forma, a ideia de "República" sofre perdas significativas, justamente, por atender aos integrantes do tope, ou seja, a "minoria" que se faz "maioria" por impor suas necessidades aos demais (Fernandes, 2007b, p.165).

---

[143] Ver em Florestan as ressalvas metodológicas sobre a longa duração (Fernandes, 1976, p.9; Fernandes, 2010, p.38), como também, a perspectiva de Koselleck (2020).

O "sincretismo" então, em termos sociológicos, não se dá pela via da pluralidade e da diversidade na construção de um aparato político-institucional inclusivo e democrático, mas sim, através de uma operacionalidade seletiva, aplicável de forma efetiva apenas pelos estratos do tope. Por outro lado, esse ideal epidérmico de sociedade plural – como podemos ver em Freyre (2006)[144] – é usado como conteúdo ideológico do conservadorismo de classe que, salientando sua existência, não enfatiza as variações dos níveis da "condição humana".

Neste sentido, Florestan opera com duas dimensões críticas do "sincretismo", sendo uma institucional, e outra, de cunho social. Na primeira evidencia-se a manifestação de gramáticas políticas distintas que acomodam e operacionalizam tempos político-institucionais diversos e, na segunda, o sincretismo que subalterniza os não "iguais". A relação entre estas duas formas é operacionalizada através de roupagens institucionais que operam em paralelo com a base social, de modo que, a exemplo dos aparatos constitucionais, torna necessário certo "ordenamento" (Fernandes, 2007b).

Segundo Florestan, este "[...] constitui um meio que permite conciliar a desigualdade de riqueza, de cultura e de poder com um mínimo de equidade nas relações de classes desiguais ou de cidadãos pertencentes a classes desiguais (Fernandes, 2007b, p.29). Esta configuração demonstra exatamente o que devemos esperar, ou seja, não se trata se frisar a compreensão sociológica nas especificidades, mas sim, no fato de que estas são tomadas como limitações do republicanismo no capitalismo dependente (Tótora, 1999). Ele não é suficiente nas sociedades chamadas desenvolvidas e, muito menos, na periferia do capital onde, além de tudo, o medo sociopático a mudança imprimiu uma chave reacionária e contrarrevolucionária na gramática política das elites.

Essa condição "sincrética" evidencia os sujeitos históricos que realmente se apresentam como inimigos da nação, cujos "[...] nexos das ideologias das classes dominantes dos países periféricos com as ideologias das nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência são conhecidos". Essas "oligarquias modernizadoras", na verdade, "[...] usam a repressão e a opressão para desencadear 'mudanças profundas' em seus países. [...] O mais importante é que tais oligarquias são *modernizadoras* para si próprias e para os centros imperiais" (Fernandes, 1986, p.14). Neste quadro:

> A modernização, comandada por elites que controlam ou tomam o poder e se aliam com o imperialismo, dissocia a mudança social da revolução. A preocupação número um, aliás, consiste em esterilizar o caráter antielitista,

[144] Ver o capítulo 3 de Maciel (2020), que trata de pormenores do conservadorismo freireano e Nascimento (1978, p.45), que apresenta a importância de Florestan como crítico de Freyre.

> antiimperialista e anticapitalista das tendências políticas revolucionárias da mudança social. Esta passa a ser canalizada para o leito dos interesses da minoria do poder, das classes privilegiadas e de seus aliados (ou amos e mentores estrangeiros). A consequência geral é que as forças da contra-revolução tomam as aparências, o vocabulário e as posturas das forças da revolução, na ânsia de desloca-las do endosso popular (Fernandes, 1986, p.14-15).

Essa forma de "sincretismo" delimita a preocupação de Florestan com o processo de modernização que, mais do que buscar uma definição e aprofundamento de seu conteúdo enquanto fenômeno histórico e social, se detém nos "dilemas" de sua efetividade histórica para os estratos populares. Com isso, trouxe uma perspectiva que demonstra a desconexão entre os conceitos, o contexto histórico social e sua efetividade, como também, as forças ideológicas que insistem na sustentação e existência de mudanças que não são experimentadas pela maioria (Fernandes, 1986; 2005; 2007b)[145].

Na perspectiva sócio-histórica florestaniana, a imagem de uma pirâmide de taças preenchidas somente no tope, simboliza bem a "República" sincrética, demonstrando que as nomenclaturas institucionais e seus valores teóricos pouco ou nada adiantam se não atingem a base, os "de baixo". Essa sociologia explica esse "sincretismo" na perspectiva do conservadorismo de classe, demonstrando que pessoas educadas nas melhores instituições nacionais e estrangeiras, militares de alta patente, empresários das cidades e do campo, socializadas com valores de lealdade e de nacionalismo, alimentem essa forma "explícita de 'traição nacional'" (Fernandes, 1986, p.15). Assim:

> A questão não consiste em negar que os deslocamentos ocorridos envolviam mudanças de conteúdo revolucionário na esfera da acumulação capitalista, do sistema de produção e de trabalho ou nos dinamismos imperantes na sociedade civil. Essas mudanças foram conseguidas a custos penosos para o Brasil como um todo e, em especial, para a massa pobre e destituída de sua população. Mas, obviamente, não existia uma *consciência de classe burguesa revolucionária*. A revolução burguesa percorreu, aqui, a rota do desenvolvimento desigual periférico: as classes burguesas correram atrás das transformações capitalistas, não as provocaram e conduziram (como é, aliás, a norma na revolução burguesa secundária) (Fernandes, 1986, p.16).

Assim, Florestan afirma que as raízes históricas desse processo atribuem importância ao fracasso da ideologia burguesa clássica, ao estabelecimento de uma realidade negativa, que associa perversão ideológica à perversão política. Neste quadro, as "aparências" de uma sociedade moderna nos conduzem para os "[...] fundamentos mesmo desta sociedade [...]",

[145] Ver Koselleck e seu estudo sobre o surgimento da burguesia (1999).

composta de um tope "[...] poderoso, ultraconservador e egoístico, carecendo de uma 'cultura cívica' autêntica". Além disso, "[...] resultou em uma *revolução pelas estruturas* do modelo de desenvolvimento capitalista" que alterou profundamente a história destes países, contudo, mantendo as fissuras alicerçadas no conservadorismo de classe (Fernandes, 1986, p.38)[146].

A República "sincrética" é, dessa forma, construída por forças que não se restringem às sociedades de capitalismo dependente, e isso Florestan tratou exaustivamente em seu estudo sobre a Revolução Burguesa (Fernandes, 2005). Esse sincretismo também possui uma porção imposta pelo aparato institucional, monetário, bélico, econômico, cultural e político que atua em escala global, sendo o meio pelo qual as necessidades de acumulação deste capitalismo de realizam.

Neste quadro, a "complexidade" deste sincretismo se dilata, demonstrando a importância ideológica da chamada modernização e que, através da imposição de "necessidades" como ideologia, impulsiona uma série de ações privatistas em escala global[147]. A superação desta condição, depende, segundo Florestan, de uma série de rupturas e de reorientações, enfatizando que a manutenção desta cultura política sincrética, como também, de suas instituições, equivale a própria manutenção do *status quo* conservador. Por isso:

> No Brasil, como no Canadá ou na Austrália, a rede de interesses do sistema mundial de poder do capitalismo monopolista e imperialista já se teceu por inteiro. Novas saídas não nascem da "interdependência" e da condição de "potência intermediária". Exigem revoluções nacionais e democráticas com apoio amplo e profundo da massa das classes subalternas, um terrível deslocamento histórico no monopólio do poder pela burguesia (confundido por esta com o *poder nacional)* e no padrão correspondente de democracia da, pela e para a minoria privilegiada (Fernandes, 2007b, p.220).

O sincretismo republicano possui no aparato constitucional uma de suas principais manifestações históricas, evidenciando essa dissociação entre ideologia e história, ou, nas palavras de Florestan, a "realidade negativa" (Fernandes, 1989, p.15). Sendo um dos pilares do conservadorismo – tanto clássico quanto de classe –, o apego a Constituição demonstra diversas camadas da hegemonia cultural, econômica e política do conservadorismo de classe. Assim, trataremos no próximo tópico de demonstrar o modelo de apropriação constitucional empregada, como forma de fechar o panorama que caracteriza as "Repúblicas" conservadoras e de capitalismo dependente.

---

[146] Ver também Fernandes (2014, p.18).

[147] Ver Hirst e Thompsom (1998)

4.4 – Conservadorismo e a Constituição

Embora o conservadorismo tenha muitas nuances e variantes (Kinzo, 2001; Bobbio, 2011; Coutinho, 2014), o apego ao aparato legal é um dos pontos de consenso[148], sendo por isso, parte integrante de discursos dos mais brandos aos mais radicais ao longo da história. Não por acaso, pois, assim como o conteúdo religioso, o aparato legal engendra o papel garantidor do pacto social alicerçado sobre os pilares do conservadorismo. Dessa forma, busca a manutenção do *status quo* que, se por um lado é tomado como "natural", por outro, é histórico e tensionado pelos irreconciliáveis interesses de classe.

Burke (2012), ao tratar do pacto social – e dos "*verdadeiros* direitos do homem" –, enfatiza que "se a sociedade civil é feita para proveito do homem, todas as vantagens para a qual ela é feita tornam-se seu direito. Ela é uma instituição de beneficência; e a própria lei só é beneficência quando age segundo uma regra", qual seja, que a concepção do aparato jurídico e constitucional conceba a cada indivíduo o correspondente ao seu *status* social, político e econômico.

Essa "regra", segundo Burke (2012), concebe aos indivíduos o direito à "justiça", "à operosidade", "às aquisições de seus pais", "à nutrição" e ao "progresso de sua prole" e, dessa forma, "[...] seja o que for que cada homem possa fazer separadamente, sem invadir os demais, ele tem o direito de fazê-lo para si [...]". Nestes termos, notamos que o conservadorismo burkeano traz uma perspectiva de pacto social marcante, onde as instituições existem para salvaguardar uma formação social, uma estrutura que, embora seja fruto do processo histórico, deve corresponder proporcionalmente – leia-se "naturalmente" – ao *status* dos sujeitos. Portanto, segue o autor:

> Nessa parceria, todos os homens tem direitos iguais, mas não a coisas iguais. Aquele que tem apenas cinco xelins na parceria tem um direito tão bom quanto aquele que tem quinhentas libras tem à sua proporção maior. Mas ele não tem direito a um dividendo igual no produto do capital conjunto; e quanto a parcela de poder, autoridade e comando que cada indivíduo deveria ter na administração do Estado, isso devo negar que esteja entre os direitos originais do homem na sociedade civil; pois tenho em consideração aqui o homem social civil, e nenhum outro. É uma coisa a ser estabelecida por convenção. Se a sociedade civil é estabelecida por convenção, essa convenção deve ser a sua lei. Essa convenção deve limitar e modificar todas as categorias de constituição que se formam sob ela. Todo tipo de poder legislativo, judicial ou executivo, são suas criaturas (Burke, 2012, p.221).

[148] Ver os trabalhos de Gahyva (2017) e Moreira (2019).

Na mesma linha, Tocqueville (1998, p.44) salienta que, para conhecer um povo, deve-se priorizar o entendimento de sua "situação social", uma vez que é "[...] a causa primeira da maior parte das leis, dos costumes e das ideias que regem a conduta das nações [...]". A desigualdade – exemplifica o aristocrata francês, ao abordar a desenvoltura intelectual –, é, muitas vezes, fonte da vontade divina e, por isso, a igualdade se mostra entre os homens mais como um anseio exacerbado do que uma realidade tangível e benéfica. Para ele:

> Na realidade, existe uma paixão masculina e legítima pela igualdade, que induz os homens a desejarem ser todos fortes e respeitados. Essa paixão tende a elevar os pequenos ao nível dos grandes; mas também se encontra no coração humano um depravado gosto pela igualdade, que leva os fracos a desejar atrair os fortes para o seu nível e que reduz os homens a preferir a igualdade na servidão[149] à desigualdade na liberdade (Tocqueville, 1998, p.49).

Tocqueville reforça o ideal conservador de imposição da estrutura social sobre as instituições e, dessa forma, aponta para este conteúdo como o pilar dos "fundamentos da constituição". Portanto, embora as leis possam mudar, as alterações empregadas, nuca devem romper com estes "fundamentos", uma vez que neles se encontra toda base do ordenamento social.

Neste quadro, "em matéria de instituições políticas, há duas espécies de instabilidade, que não devem ser confundidas: uma prende-se às leis secundárias, e pode reinar muito tempo no seio de uma sociedade bem firmada". Por outro lado, segue o autor, "a outra abala constantemente as próprias bases da constituição e ataca os princípios geradores das leis; esta é sempre seguida de perturbações e revoluções; a nação que a sofre está num estado violento e transitório" (Tocqueville, 1998, p.305).

Para Tocqueville (1998) a mudança das leis, em si, é um fator secundário no que tange o ordenamento social e é esse, justamente, o fato de importância para compreensão do aparato constitucional no âmbito do conservadorismo de classe. As constantes mudanças legais são, no fundo, e ao cabo, a forma de manter os "fundamentos", aquilo que reforça o mútuo reconhecimento entre os estratos do tope como sujeitos de direitos, como "iguais", como "gente". Esse deve ser o cerne da compreensão do conservadorismo de classe, ou seja, precisamos nos deter nos mecanismos e na forma de operacionalizar a manutenção do *status quo*, nos distanciando de suas "fachadas".

---

[149] Tocqueville manifesta o conteúdo da "retórica da intransigência" conservadora onde, segundo Hirschman (2019), a busca por uma sociedade com igualdade irá conduzir todos à condição de servidão, sendo, por isso, um risco buscar mudanças sociais.

Nestes termos, vale ressaltar que não pretendemos esgotar a perspectiva jurídica e constitucional do pensamento político conservador, mas sim, a título de exemplo, demonstrar como o "medo sociopático à mudança" é parte constitutiva dessa gramática política. Dessa forma, considerando os fatores tratados anteriormente a respeito de formações sociais de capitalismo dependente, trazemos esse "apego as leis" como conteúdo a ser analisado pela sociologia de Florestan (Fernandes, 1989b; 2014). Com isso, identificamos que, no conservadorismo de classe, a chamada "normalidade constitucional" possui certas especificidades, principalmente, pela forma reativa e preventiva com que os estratos do tope atuam politicamente.

A análise de Florestan do processo constituinte no Brasil – demonstrando por meio dela que a "nova Constituição" não equivaleu a uma "Nova República" –, evidenciou que o "reformismo" cingiu-se "[...] a uma variante epidérmica de 'conservantismo ilustrado' [...]" (Fernandes, 1989b, p.10). Dessa forma, considerando a perspectiva de longa duração, demonstrou que as mudanças e reformulações constitucionais serviram de engodo, onde, sendo apresentadas como pilares de rupturas, tudo não passou de fachada. Por isso:

> As massas oprimidas estão calejadas de retórica e, dentro de pouco tempo, terão de recorrer a outros meios para substituir as palavras que o vento leva por realidades construídas por suas próprias mãos. O que se ganha não é tempo – são ódios e violências, comprimidos por séculos de exploração, de rivalidade e de egoísmo [...]. (Fernandes, 1989b, p.28).

O republicanismo conservador se utiliza do aparato constitucional como um recurso de retórica para manutenção do *status quo*, de "totalidade" e, dessa forma, forja um ideário de "igualdade" de todos perante a lei. O esquema consiste em contornar o querer social do povo ou atravessá-lo sem considerar qualquer possibilidade de elaboração/organização, evidenciando "[...] o dilema de uma sociedade de classes que se construiu como um mundo de exploração do capital estrangeiro e nacional, de minorias todo-poderosas e ultraprivilegiadas." Dessa forma, segue o autor, "[...] a história profunda não comparece nos inquéritos de opinião e nem nas análises superficiais de conjuntura" (Fernandes, 1989b, p.32).

A "história profunda" corresponde ao subterrâneo da fachada institucional – política, econômica, cultural e ontológica – que, como vimos, escamoteia sua face "selvagem" através de um "[...] pseudo 'Estado de direito', construído a quatro mãos por chefes militares, líderes políticos conservadores, partidos da ordem e o grande capital nacional estrangeiro [...]". Além disso, como se não bastasse, esse aparato foi concebido como "[...] a 'Nova República'"

(Fernandes, 1989b, p.44). Seguindo a orientação de vergar as instituições aos interesses de classe e de acumulação – concebidos como se fossem sagrados –, viu-se o triunfo de:

> [...] um provincianismo obscurantista, de aldeia, contra as esperanças e necessidades de uma nação moderna. Na resistência à mudança social revolucionária, os estratos mais poderosos das classes burguesas, em seus ramos nacionais e estrangeiros, puseram em primeiro lugar a "iniciativa privada" e a "propriedade privada" – isto é, o *lucro*, quase na condição de uma entidade divina – e refizeram a velha rota que levou à traição da República em 1889, à traição da Aliança Liberal, em 1930, à traição da Constituição de 1946 e à traição de uma experiência promissora de democracia de participação ampliada nos começos da década de 1960 (Fernandes, 1989b, p.51).

Portanto, para Florestan o "fanatismo constitucionalista" não possui sentido, pelo simples fato de que, para a burguesia, "a Constituição surge como uma ideologia". No que concerne aos trabalhadores e massas populares, estes "[...] buscam na Constituição sua maturidade política e os requisitos de instauração de uma revolução democrática, pois os preceitos constitucionais apenas lhes fornecem (ou não) uma emulação coletiva". Portanto, a única forma de conseguir conquistas substanciais e tangíveis, "[...] será por meio da ação direta, única via para resolver a questão social" (Fernandes, 2006, p.171).

Constata-se a não existência de uma "consciência constitucionalista", uma vez que não "[...] existe uma sociedade civil que associe o modo de produção capitalista à necessidade histórica das várias revoluções burguesas [...]. A nossa modernização política se reduziu à importação de uma tecnologia estatal de dominação de classe" (Fernandes, 2014, p.73) e que, por isso, seu papel é punitivista para os "de baixo" e de privilegiamento para os do tope. Dessa forma:

> Anseios ideológicos mais amplos sobem à tona, mutilando o caráter estritamente burguês do projeto de constituição e rasgando brechas que envolvem uma dicotomia burguesa-proletária. Os conservadores e os reacionários se assustam e condenam em coro o teor de uma carta analítica "corporativa". Mas esquecem-se de que o formalismo jurídico favoreceu reiteradamente uma constituição sintética, também "corporativa" (para os de cima), tecendo as constituições brasileiras como um código de privilégios, feito por privilegiados para privilegiados (Fernandes, 2014, p.2011-2012).

Nestes termos, juridicamente, o conservadorismo no capitalismo periférico não é "difícil"[150] como afirma Ricupero (2010), mas sim, ajustado para uma dinâmica instrumental

[150] Nestes termos, vemos que "difícil" é ser conservador para os estratos "de baixo", estes, sim, precisam negar duplamente a sua condição social e ontológica em defesa de uma gramática política conservadora.

submissa aos interesses de classe. Portanto, essa característica explica o fato de que a "normalidade constitucional" nesta conformação sócio-histórica é marcada pela instabilidade, pelas constantes necessidades de ajustamento, caracterizando, por isso, um processo de erosão constitucional.

4.4.1 – A erosão constitucional no conservadorismo de classe

O que chamo de "erosão constitucional" pode ser definido como a disparidade entre, por um lado, o conteúdo das constituições no capitalismo dependente e, por outro, da efetividade histórica, ou seja, da reverberação social dos aparatos constitucionais. Gargarella (2017), ao tratar do constitucionalismo latino-americano, afirma que, historicamente, este tem se caracterizado como elitista e conservador e, além disso, demonstrado que as manifestações progressistas foram, em boa medida, investidas em conjunturas pós-ditatoriais e/ou conservadoras.

Assim, temos um aparato jurídico marcado, basicamente, por duas características, ou seja, o supracitado conteúdo elitista-conservador, como também, de uma presença progressista fraca e insuficiente, diante dos desafios e necessidades de efetivação democrática e de direitos (Gargarella, 2011). Dessa forma, o autor conclui que, mais do que uma característica particular ou singular, o que temos é um histórico que demonstra o pouco exercício da "imaginação jurídica" e de seu alinhamento às necessidades impostas às sociedades periféricas.

Nestes termos, Teixeira e Castilho (2018) sinalizam a respeito das consequências deste aparato jurídico – marcadamente elitista e conservador –, qual seja, seu emprego de forma instrumentalizada em prol dos estratos do tope. Assim, entre as principais consequências, se encontra a manipulação do conjunto constitucional como forma de impor os interesses dos estratos dominantes mesmo que, para isso, seja necessário o uso de modalidades novas de "golpismo" – dentre os quais, o que os autores denominaram de "golpe parlamentar".

Partindo desse quadro internacional – que aglutina sociedades de capitalismo dependente –, Florestan salientou o "formalismo jurídico" e o "casuísmo" como fatores que engendram as ações do conservadorismo de classe. Assim, em acordo com os autores supracitados, também ressaltou a questão do imediatismo, como elemento de marca conjuntural e seletiva dos estratos do tope (Fernandes, 1989b; 2014). Portanto, "erosão" é um termo apropriado, uma vez que demonstra a operacionalidade do desmonte constitucional de maneira programada e endereçada em termos de luta de classes.

A efetividade jurídica é assim empregada basicamente de duas formas, onde, na primeira, se busca garantir a legitimidade do *status quo* de classe das elites e, na segunda, a transferência de recursos dos estratos populares via acentuação institucional e legal da "selvageria" do capital. Essas forças, ao exercerem seu "egoísmo" de classe, vitimam o povo repetidamente, uma vez que as mudanças constitucionais não são acompanhadas de mudanças no quadro hegemônico de classe, demonstrando, assim, a "lógica do poder" (Fernandes, 1989b, p.94).

Florestan foi mais longe, ao considerar um horizonte de exploração mais amplo, onde "[...] o fio condutor do entrosamento reside na transferência de renda dos trabalhadores livres e semilivres, dos estratos mais débeis da pequena burguesia e das classes médias para o grande capital, nacional e estrangeiro". Portanto, segue o autor, "os de baixo fornecem o repasto dos de cima", reafirmando uma condição periférica". Nela, "[...] a lógica da solução passa por dentro da reprodução do sistema capitalista mundial de poder e só secundariamente pelas 'nações emergentes' e suas 'burguesias dependentes'" (Fernandes, 1990, p.181).

Neste quadro, a Constituição, enquanto parte do pacto social, foi apropriada por meio de um duplo movimento que envolveu o fortalecimento dos "direitos" dos estratos privilegiados, como também, a socialização dos custos em nome da nação. Assim, como que incrustado nas "instituições emergentes", compõe o processo que se configurou "[...] como o poder de coalização das classes que encarnam o querer coletivo politicamente, falando e decidindo em nome dele". Processos estes que "[...] corresponderam formas típicas de nacionalismo e de democratização do poder", que evoluíram como força disciplinada, contida e parcial, respondendo "[...] as modalidades de consciência social, de interesses e de valores dos estratos sociais dominantes" (Fernandes, 2010, p.275).

Assim, se os autores clássicos do conservadorismo (Burke, 2012; Tocqueville, 1998; Kirk, 2021a) enfatizam o apego às leis, o conservadorismo de classe se distancia desse pilar ao empregar ênfase na mudança. Dessa forma, a erosão constitucional opera por meio de uma necessidade constante de adaptações, reformulações que, em conjunto, buscam alinhar o "formalismo jurídico" aos interesses de manutenção dos níveis de acumulação (Fernandes, 2005; 2008c).

Com isso, as "controvérsias sobre a Constituição" envolvem a "[...] distribuição do poder na sociedade civil e do modo de usar socialmente o poder político estatal. Se esses são problemas graves nas nações capitalistas mais avançadas, imagine-se na periferia!" (Fernandes, 1989b, p.108). As condições do capitalismo possível, associadas aos interesses e escolhas das classes dirigentes, tornam o aparato constitucional instrumental e, embora seja largamente

declarado que sua razão de ser se encontra na igualdade e nos valores republicanos, o que se vê não se alinha de forma efetiva. Nestes termos, analisemos:

> O que é uma constituição dinâmica? É uma constituição que não se atenha à reprodução da ordem, com as suas mazelas, mas estabeleça a base legal para a extinção das mazelas e para a criação de uma ordem social que consagre "tudo que é humano". [...] Contudo, em um país no qual a burguesia deve à Nação todas as reformas econômicas, sociais e culturais, e todas as revoluções políticas intrínsecas ao capitalismo, o exemplo é instrutivo. Uma constituição analítica e instrutiva enfeixaria em nossas mãos a conquista de novos rumos e de novos ritmos históricos! (Fernandes, 1989b, p.110-111).

Florestan deixa claro que a "normalidade constitucional" no capitalismo dependente se caracteriza por uma instabilidade, onde o aparato constitucional é moldado aos processos de acumulação de poder e de riqueza dos estratos conservadores. Por isso, além de identificarmos uma tendência liberal-conservadora nos arranjos constitucionais da periferia do capitalismo (Gargarella, 2011; 2017), verificamos que a instabilidade, reforma e projetos de emenda, são características que corroboram a erosão constitucional em nome do conservadorismo de classe.

O trabalho de Rocha e Silva (2015) demonstra a atuação majoritária dos partidos conservadores por meio de PECs[151], trabalhando em prol de uma engrenagem que visa os interesses dos estratos do tope. Dessa forma, o histórico de acumulação de riquezas[152], como também, a influência do aparato constitucional para sua manutenção, demonstram a reprodução do conservadorismo e a consequente subalternização dos estratos populares. Em síntese, Florestan destaca que a erosão constitucional:

> Trata-se de adaptar a Constituição [...], onde for possível, às necessidades políticas das classes possuidoras, à sua dominação social e à sua hegemonia ideológica. Ela é precocemente castrada, com a cumplicidade de parlamentares (aliados ou não ao governo) e de partidos que desfraldam bandeiras ultrademocráticas – mas interrompem como podem o fluxo da reforma social, provocado pelo "idealismo constitucional". Na verdade, empresários nacionais e estrangeiros e a maior parcela dos três poderes optam, na prática, pela "transição lenta, gradual e segura", em defesa de um capitalismo sem riscos. E se engajam, como podem, no uso inconstitucional e antidemocrático de medidas provisórias[153], que possuem um significado preciso e deveriam ter outro destino (Fernandes, 1990, p.217).

[151] Projetos de Emenda Constitucional.
[152] Badaró (2009).
[153] Sobre o sentido constitucional das Medidas Provisórias, ver o artigo 62 em Brasil (2016, p.53-54).

Esses elementos, em conjunto, atestam que "[...] 'a constituição não está acima das classes'", demonstrando "[...] que vivemos em uma sociedade burguesa na qual a burguesia não aprendeu, no seu todo, a conviver com a 'normalidade constitucional'. Se esta não existe, a democracia é uma ficção ou uma mistificação grosseira [...]". Com isso, segue o autor, "[...] qualquer modalidade de regime republicano se corrompe em um fechar de olhos (Fernandes, 2007b, p.30).

Nestes termos, a "República" conservadora se descortina através de seus pilares, demonstrando a "natureza do dilema constitucional brasileiro". Para Florestan, isso significa que "as forças sociais conservadoras detém a faculdade de monopolizar o poder, por dentro do Parlamento e do Estado, exercendo no nível político a hegemonia que possuem no seio da sociedade civil". (Fernandes, 2006, p.85). Este "quadro político global" evidencia a "totalidade histórica" sob a égide do conservadorismo de classe que, entre seus efeitos, se encontra a erosão constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o conservadorismo de classe em Florestan Fernandes demonstrou a existência de uma sociologia crítica desta corrente sócio-política, ao tensionar as dimensões da cultura, das relações econômicas de classe e da política. Dessa forma, por meio do exercício de "imaginação sociológica"[154], buscamos, assim como Florestan, uma análise da realidade social que acentuasse as especificidades sócio-históricas.

Essa abordagem teve como contraponto as interpretações pretensamente universais[155] que, diante de questões como modernidade, capitalismo, democracia, republicanismo, desigualdade, entre outras, estenderam seus conteúdos semânticos como cobertores curtos. Dessa forma, as análises foram "cobertas" por abordagens que, em boa medida, não se manifestaram historicamente. Por isso, mais do que definições, Florestan se atentou para a abordagem de longa duração, para a efetividade histórica que, mais do que um amparo metodológico, essa abordagem serviu para centrar naquilo que considerou prioridade em termos sociais, econômicos e políticos, como também, ontológicos.

Neste quadro, demonstramos a importância da sociologia "contra o conservadorismo"[156] de Florestan que, na dimensão cultural, estabeleceu a necessidade de uma explicação do social que pudesse atingir o "homem comum". Para ele, o modelo "ensaio"[157] – do qual reconheceu a importância de inúmeros autores e suas contribuições –, esteve diretamente ligado aos estratos do tope, de modo que a explicação do social acabou refém dos mais ricos, ou seja, daqueles que "herdaram" riquezas materiais e culturais.

Nestes termos, demostramos a importância dessa sociologia abertamente oposta ao conservadorismo, pois seu objetivo se encontra delimitado nas ausências e, por isso, não se contentou com uma abordagem elitista ou, pelo menos, de hegemonia elitista. Assim, frisamos que Florestan associou o rigor metodológico e científico a um compromisso de classe, apontando para a necessidade de novas formas de construção do conhecimento, de experiências dialógicas, passíveis de ajustes e de reformulações.

No entanto, a crença na importância da explicação sociológica não ficou restrita ao academicismo, uma vez que sua intenção foi sempre a de transpor os muros universitários e, mais que isso, oportunizar os subalternizados com uma experiência universitária verdadeira.

---

[154] Mills (1982).
[155] Como Existente nos trabalhos de Souza (2012) e Tavolaro (2005).
[156] Fernandes (1976).
[157] Fernandes (1980b)

Por isso, produção sociológica, mais que se contrapor ao conservadorismo, buscou o mundo da vida ao propor outra "natureza sociológica"[158], qual seja, a do descontentamento, ação e militância pela efetividade democrática do acesso à cultura como uma experiência transformadora.

Essa experiência foi historicamente negada aos estratos inferiorizados onde, as mudanças ocasionadas pela revolução burguesa, conseguiram tangenciar, contudo, não de forma transformadora e inclusiva. As classes sociais em países de passado colonial, escravocrata e de capitalismo dependente, como demonstramos, estabeleceu uma estrutura de longa duração especializada na diferenciação dos sujeitos por meio de seus respectivos estratos sociais. Portanto, analisamos a dinâmica de classes no capitalismo dependente, justamente, para, mais que relatar a desigualdade, demonstrar sua insuficiência enquanto organização social humanizada.

Neste sentido, abordamos a modernidade burguesa não pelo que proporcionou aos países periféricos – mais precisamente para suas elites –, mas sim, pelo que ficou inconcluso, marginal, "de baixo", de modo que os produtos sociais destas transformações se estabeleceram como pilares novos de estruturas de exclusão. Com isso, tratar das relações sociais nestes países, considerando-os como simplesmente modernos, não evidencia as fissuras e os abismos que se fortaleceram com o desenvolvimento do capitalismo, ainda mais, em sua fase monopolista.

Dessa forma, o combate ao chamado "nacionalismo metodológico" não deve ser feito através de um "universalismo metodológico", onde o emprego de categorias como "modernidade" aparecem de maneira conservadora, ou seja, incluindo os países dependentes como parte do capitalismo global – o que é correto –, contudo, sem evidenciar as especificidades e inconsistências. Portanto, demonstramos como Florestan buscou romper com essa espécie de aceleração teórico-metodológica que, como bem descreveu Koselleck (2006), estabeleceu a modernidade com mais pressa do que a própria história e, por isso, esqueceu que, mais do que o "futuro" universalista, temos muito de "futuro passado".

Com isso salientamos que Florestan não se prendeu a chaves sociológicas denominadas de patrimonialistas, mas sim, demonstrou que essa "pressa" em se pensar a modernidade não foi historicamente efetivada para aqueles que designou como os "miseráveis da terra". Nestes termos, considerando os estratos subalternizados, retou a maioria os limites dessa "modernização" pelo tope, como também, a recepção das ações autocráticas em prol da manutenção do *status quo*.

---

[158] Fernandes (1980a).

Dessa forma, a teoria social de Florestan se mostrou comprometida com uma análise inconformada e que, por isso, foi tecida no calor da história, ou como diz o próprio Florestan, "*in flux*". Por isso, é estranho para os olhares sociológicos acostumados ao trato de sistemas de pensamento perceber a abordagem florestaniana da sociedade, uma vez que ela não se acomoda em simplesmente dizer – o que chamou de sociografia[159] –, tem finalidade transformadora, inconformista e, assim, militante.

Considerando estes elementos, tratamos da dimensão política do conservadorismo de classe como face "dinâmica" desta forma de conservadorismo. Fazendo uso do aparato institucional do Estado moderno de direito, a política se mostrou "transada", ou seja, seus dinamismos são internos as instituições. Com isso, demonstramos que, na perspectiva de longa duração, a dimensão política mostrou-se raptada pelos estratos elitistas e conservadores, fazendo do aparelho estatal o instrumento ideal de legitimação de seus interesses egoísticos.

Neste quadro, a democracia como "ponto de chagada" foi descortinada, demonstrando que a democracia no capitalismo dependente é conservadora, elitista e extremamente violenta, principalmente, para os "de baixo". Existe, assim, uma efetividade histórica da vida política, contudo, ela é restrita por uma forma de democracia que se manifesta de maneira estratificada, legitimada como uma ideologia.

Por isso, tratamos da ideia de "circuito fechado" como uma característica desta democracia moderna que – assim como nos países centrais –, como demonstramos, é incompatível com as necessidades sociais e ontológicas da maioria da população. É, por isso, uma forma invertida de democracia, onde os "menores números" prevalecem sobre os maiores e, dessa forma, a "democracia" continua sendo recepcionada e tratada como o ápice do processo civilizacional moderno.

Na teoria social de Florestan, a democracia é um valor que, como tal, deve ser instrumentalizado para uma democracia ampliada, onde a participação popular possa se fazer historicamente. Sem essa evidência, ou seja, a presença do "Povo", nada disso possui relevância enquanto modelo de sociedade, de humanização, de inclusão, dignidade e desenvolvimento.

Nesta via, a democracia foi descortinada como um sistema inicial, epidérmico, raso, carecendo romper com a hegemonia conservadora e com o politicismo burguês. Estes dois elementos, como tratamos, demonstram a face instrumental da democracia no capitalismo dependente, onde a ideia de "representação" encontra-se alinhada a tendência de "traição política" por parte das classes políticas.

---

[159] Fernandes (1980b, p.170).

Considerando as dimensões da cultura, das relações econômicas e políticas, o que identificamos foi um conjunto que demonstra a existência de repúblicas conservadoras no capitalismo dependente. Entre os principais fatores, conseguimos destacar que, no tocante aos dilemas destas sociedades – educação, questão racial, relação capital-trabalho, democracia, diversidade, entre outros –, não foram colocados como primordiais nos respectivos processos de revolução nacional. Neste sentido, houve modernização das relações econômico-institucionais, políticas e jurídicas –, contudo, de forma estratificada e condizente com o lugar de classe dos sujeitos.

Assim, a ideia de "consciência de classe" foi evidenciada como via para superação destes dilemas, uma vez que, em perspectiva sócio-histórica, as elites periféricas pouco ou nada fizeram/farão para contemplar estas agendas. Além disso, Florestan salientou que estas agendas não podem ser elaboradas pelos estratos privilegiados, mas sim, como manifestação de autoconsciência e de solidariedade de classe com vistas a integração do povo na sociedade civil.

Isso implica no reconhecimento de que a República conservadora se pautou sobre uma relação capital-trabalho que atende somente a dimensão biológica das necessidades humanas e, mesmo assim, de maneira precária. O estabelecimento de uma nova ontologia, pautada sobre os pilares do humanismo socialista[160] é imprescindível, para que os estratos subalternizados tenham clareza dos motivos de seu posicionamento enquanto sujeitos políticos e de direitos. Sem esse esclarecimento, a polarização entre os trabalhadores os deixarão cada vez mais vulneráveis aos programas ideológicos conservadores que, entre outros, buscam disseminar a ideia de "paz social".

Como vimos, a paz social está longe de acontecer, pelo fato de que a disposição "selvagem" do capitalismo dependente impôs aos trabalhadores a condição de "inimigos internos" durante o processo de formação social destas sociedades. Assim, a luta por melhores condições existenciais – considerando as necessidades ontológicas complexas –, caracterizou a classe trabalhadora como ameaçadora, perigosa e, dessa forma, potencialmente nociva para o ideal conservador de pacto social.

Foi isso que conseguimos extrair da teoria social de Florestan, ou seja, a identificação de Estados sincréticos nestas sociedades de capitalismo dependente onde, o passado foi cultivado com a modernização sem, com isso, serem mutuamente excludentes. Assim, estas sociedades estão inseridas no sistema mundo de maneira desigual como deveríamos esperar nas

[160] Fromm et al. (1966).

relações globais do capitalismo, contudo, internamente, as “inovações” foram restritas aos estratos do tope.

Resultante deste processo, as “Repúblicas” do capitalismo dependente, podem ser classificadas como conservadoras, uma vez que não colocaram seus “dilemas” no centro de seus esforços, políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, entre as evidências institucionais destas Repúblicas, se encontra a relação entre o aparato constitucional e as relações de classe que, além de desiguais, se mostraram instáveis. Disto, elementos como a preservação constitucional – tão defendida pelo conservadorismo –, nestas características, mostrou a peculiaridade de sua condição, ou seja, ultra dependente de constantes rearranjos e modificações.

Recursos desta natureza foram – e são – empregados como forma de manter os níveis de acumulação do capital de modo que, qualquer empecilho legal e/ou institucional, seja removido para a efetivação dos interesses dos estratos do tope. Portanto, a sociologia de Florestan aponta para a erosão constitucional como uma tendência marcante na “normalidade constitucional” republicana no capitalismo dependente. Essa tendência contribui para pensarmos a força estrutural do conservadorismo de classe que, como dissemos, manifesta-se institucionalmente, adaptando-se aos interesses das classes dirigentes por meio dos mecanismos “ritualísticos” de legitimidade burguesa.

O conservadorismo de classe enquanto conceito evidencia os desafios inclusivos da sociedade moderna que, embora exporte-importe seu aparato institucional para manter a compatibilidade de acumulação em escala global, não consegue espraiar seus avanços para a maioria da população. Nos países de capitalismo dependente, estas fissuras são acentuadas por conta das disparidades nestas instâncias – cultural, econômica e política –, favorecendo a produção e reprodução de desigualdades em escala histórica de longa duração.

Embora o conservadorismo que chamamos de “clássico” tenha uma agenda bem diversificada e associada ao processo histórico de países centrais, a variação classista do conservadorismo não deixa de manifestar seu conteúdo. Entre estes, destacamos a naturalização das desigualdades, a existência de elites políticas não inclusivas, a apropriação da cultura e da educação como um mecanismo distintivo de classe, o emprego discursivo e ideológico da meritocracia como forma de legitimar a posse de heranças culturais e econômicas e entre outros, a (des) valorização das leis e da Constituição.

Portanto, o conservadorismo de classe na teoria social de Florestan Fernandes, contribui no sentido desenvolvermos um olhar sociológico condizente com as necessidades de sociedades do capitalismo periférico, ou seja, onde as instituições sejam definidas e analisadas pelo que

são capazes de proporcionar historicamente para a maioria da população. Esse foi o grande ensinamento de Florestan com sua obra, uma vez que um viés "universalista" tem proporcionado interpretações que são, em boa medida, alinhadas ao conservadorismo de classe, justamente, por invisibilizá-lo. Portanto, "isso implica romper com o resíduo naturalista implícito na ideia de que o regime de classes surge da mesma maneira, funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele apareça"[161].

Por isso, essa sociologia crítica do conservadorismo nos ajuda a pensarmos as relações sociais no capitalismo dependente olhando um pouco mais para baixo, para a "maioria" e, com isso, estabelecendo parâmetros mais críticos em relação aos valores institucionais, culturais, econômicos e políticos burgueses. Assim, enquanto essa sociologia mostrar que é imprescindível apontar para estratos "de baixo", subalternizados, "não gente", "miseráveis da terra", haverá, segundo Florestan, a necessidade de um olhar crítico sobre como pensamos e interpretamos as sociedades, principalmente, no capitalismo "selvagem".

[161] Fernandes (2008b).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida obra de Manoel Bomfim**. TOPBOOOKS/ANPOCS, São Paulo, 2000.

ALENCAR, José de. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Senado Federal, 1979.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de – Oliveira Vianna: Instituições políticas brasileiras. In MOTA, Lourenço Dantas (org.) – **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. SENAC, 2ª ed., vol. 1, pp.293-315, São Paulo, 1999.

ALMEIDA, Wilson castelo de. Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. **Revista Brasileira de Psicodrama**, vol. 18, n. 2, p.75-95, 2010.

ALMOND, G.; VERBA, S. La cultura política. In Batle, Albert. **Diez textos básicos de Ciência Política**. Barcelona: Ariel, 1992 [1963].

ANDERSON, Perry. **Espectro: Da direita à esquerda no mundo das ideias**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANDERSON, Perry. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, José Pessoa de. **Florestan Fernandes: o engraxate que se tornou sociólogo**. São Paulo: Editora UFSCAR, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Importância da obra de Florestan Fernandes para as Ciências Sociais. **Boletim de Políticas Públicas**, n.9, p.29-41, 2021.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: A Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. **Revista USP**, n.29, p.56-65, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: Globo, 2010.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. **Tempo Social**, v.9, n.2, p.39-52, 1997.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. **Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna**. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2003.

AZEVEDO, S. et al. Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles brasileiras. **Dados**, n.3, v. 52, 2009.

BADARÓ, Marcelo. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

BASTOS, Elide Rugai. Octavio de faria e a tragédia burguesa. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador – Ideias políticas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BASTOS, Elide Rugai. Sessenta anos de publicação de um relatório exemplar. **Sinais Sociais**, v.10, n.28, p.29-54, 2015.

BASTOS, Elide Rugai; QUARTIM DE MORAES, João (orgs.) – **O pensamento de Oliveira Vianna**. Ed.UNICAMP, Campinas, 1993.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania.** São Paulo: Editora EDUSP, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOTELHO, André. **O batismo da instrução**: atraso e modernidade em Manoel Bomfim. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas,1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Populações Meridionais do Brasil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador – Ideias políticas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Editora do Senado Federal, 2016.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Rio de Janeiro: Top´books, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo, Editora 34, 1999.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. **Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalidade da contra-revolução no Brasil**. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. A "transição transada": Florestan Fernandes e a "democratização" (1984-1994). **Projeto História**, n. 41, p. 589-597, dez. 2010.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan e a "transição transada" da reforma partidária ao colégio eleitoral. **TEXTOS & DEBATES**, Boa Vista, n.23, p. 69-89, jan./jun. 2013.

CHASIN, José. "Politização" da totalidade: oposição e discurso econômico. **Temas**, v.2, p. 145-178, 1977.

CHASIN, José. As máquinas para, germina a democracia! **Escrita/Ensaio**, v.4, n.7, p.107-132, 1980.

CHASIN, José. Conquistar a democracia pela base. **Temas**, v. 6, p.153-175, 1979.

CHASIN, José. Marx – a determinação ontonegativa da politicidade. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n.15, p.42-59, ago. 2012.

CHASIN, José. **O future ausente**: para a crítica da política e o resgate da emancipação humana. Belo Horizonte – MG: Ester Vaisman, 2023.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: a integração do negro na sociedade de classes. In: MOTTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac, 2000. Vol.2

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. In: MOTTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac, 1999. Vol.1

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a América Latina. **Onteaiken**, n.10, p.48-62, 2010.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Homenagem a Florestan Fernandes – uma sociologia do impossível. **Novos Olhares Sociais**, v.3, n.2, p.283-302, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como um valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. (Coleção Educadores). 1. ed. Brasília, DF / Recife, PE: MEC, FNDE / Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

D'INCAO, Maria Angela. In: Mudança social e sociologia libertadora. D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

ELIOT, Thomas Stearns. **Notas para uma definição de cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALCÃO, Luís. Definindo o republicanismo: abordagens, dificuldades e síntese. **Política & Sociedade**, v.20, n.47, jan./abr., p.32-68, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Condição de sociólogo**. São Paulo, 1978a.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada: vias históricas e significado político**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989b.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989b.

FERNANDES, Florestan. **A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários**. São Paulo: Expressão Popular, 2015b.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Editora ANHAMBI, 1958.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008a. 2 volumes.

FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1980a.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980b.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A transição prolongada**: o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979b.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento**: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: HUCITEC, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**, São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Ensaios de Sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes, a pessoa e o político. Entrevista. **Nova escrita ensaio**, São Paulo, ano IV, nº 8, 1980. A edição consultada para este trabalho: SILVEIRA, Paulo Fernandes. Notas críticas para a reedição da entrevista: "Florestan Fernandes: a pessoa e o político", Adunicamp, p. 1-41, 2019. Disponível em: https://www.adunicamp.org.br/2019/02/7320-2/

FERNANDES, Florestan. **Movimento socialista e os partidos políticos**. São Paulo: HUCITEC, 1980c.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008b.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989a.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **O negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007a.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. In: PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo**.** São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007b.

FERNANDES, Florestan. Resposta às Intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.4, p.200-207, 1978b.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008c.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FERNANDES, Heloísa. Chaves do exílio e portas da esperança. **Trajetos – Revista de História da UFC**, v.5, n.9/10, p.43-51, 2007.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador – Ideias políticas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador – Ideias políticas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FILGUEIRAS, Fernando. República, confiança e sociedade. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.4, p.863-897, 2007.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FROMM, Erich et al. **Humanismo Socialista**. Editora Paidos, 1966.

GAHYVA, Helga. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política & Sociedade**. v.16, n.35, p.299-320, 2017.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GARGARELLA, Roberto. Pensando sobre la reforma en América Latina. In: GARAVITO, César Rodríguez (Org.). **El derecho en América Latina: un mapa para el pensamento jurídico del siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GARGARELLA, Roberto. 200 anos de constitucionalismo latino-americano. In: VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens (Orgs.). **Transformação constitucional e democracia na América latina**. São Paulo: FGV Direito SP, 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. O marxismo de Florestan Fernandes na obra "A Revolução Burguesa no Brasil" (1975). **Revista de Teoria da História**, v.17, n.1, p.262-291, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008a. 2 volumes.

HABERMAS, Jürgen. **A nova obscuridade**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HIRSCHMAN, Albert. O. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

HIRST, Paul. THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HONDERICH, Ted. **El conservadurismo**: un analisis de la tradición anglosajona. Barcelona: Península, 1993.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

IANNI, Octavio. Sociologia crítica. In: Mudança social e sociologia libertadora. D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência política. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p.27-39, jan. 2005.

KINZO, Maria D'alva Gil. Burke: a continuidade contra a ruptura. In WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política 2**. São Pauto: Editora Ática, 2001.

KIRK, Russel. **A mentalidade conservadora: de Edmund Burke a T. S. Eliot**. São Paulo: É Realizações Editora, 2021a.

KIRK, Russel. **Breve manual de conservadorismo**. São Paulo: Trinitas, 2021b.

KIRK, Russel. **Edmund Burke – redescobrindo um gênio**. São Paulo: É Realizações, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à protogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KUNTZ, Rolf – "Alberto Torres: O problema nacional brasileiro". In MOTA, Lourenço Dantas (org.) – **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. SENAC, 2ª ed., pp. 259-279, São Paulo, 2002.

LAFER, Celso. O significado de República. **Estudos Históricos**, v.2, n.4, p.214-224, 1989.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014. [p. 410-436].

LEBRUN, Gérard. O Brasil de Florestan Fernandes. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber Militante**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out-dez, 2012.

LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LESSA, Renato. Porque Rir da Filosofia Política?, ou a ciência política como téchne. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n.36, p. 141-168, 1998.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O caleidoscópio conservador: a presença de Edmund Burke no Brasil. In. KIRK, Russel. **Edmund Burke – redescobrindo um gênio**. São Paulo: É Realizações Editora, 2016.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 727-767, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Orgs). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010, p. 25-54.

MACEDO, R. F.; CERQUEIRA, R. F. S.. Florestan Fernandes e a apreensão da contra-revolução brasileira. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011, 2011, Niterói. **Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática**, 2011.

MACIEL, D.. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina - PR. **Anais do IV simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina - PR: GEPAL, 2010. v. 1. p. 102-112.

MACIEL, Fabrício. **A nova sociedade mundial do trabalho**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

MACIEL, Fabrício. Ulrich Beck e a crítica ao nacionalismo metodológico. **Política & Sociedade**, v. 12, p. 85-97, 2013.

MACIEL, Fabrício. **O Brasil-Nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MAESTRI, Mário. Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil. **Ideias**, v.4, n.1/2, p.81-98, 1997.

MAESTRI, Mário. **Revolução e contra-revolução no Brasil (1530-2019)**. Porto Alegre: FCM, 2019.

MAIA, João Marcelo. Caminhos e descaminhos da revolução brasileira – uma leitura das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes. **Revista Intellectus**, n.3, v.1, 2004.

MANDARINO, Thiago Marques. Para pensar o brasil no capitalismo contemporâneo: contribuições teóricas de Florestan Fernandes. **Crítica e Sociedade: revista de cultura polít**ica, v.2, n.1, p.78-100, 2012.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986, p.77-131.

MANNHEIM, K. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice M.; FERNANDES, Florestan (Orgs.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MARIOSA, Duarcides Ferreira. Florestan Fernandes e os aspectos sócio-históricos de uma integração híbrida no Brasil. **Sociologias**, n.50, p.182-209, 2019.

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [p.1.107-1.109].

MAZUCATO, Thiago. A dimensão política de um diálogo intelectual: presença das ideias de Karl Mannheim na obra de Florestan Fernandes. **Revista Olhares Sociais**, v.3, n.2, p.3-24, 2014.

MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOREIRA, Ivone. **A filosofia política de Edmund Burke**. São Paulo: É Realizações Editora, 2019.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. O debate teórico-metodológico na Ciência Política e o Pensamento Social e Político Brasileiro. **TEORIA & PESQUISA: Revista de Ciência Política**, v. 21, pp. 73-89, 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, Maria Angela. **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: Editora UNESP, 1987.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?**: os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NISBET, Robert. **Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NUNES, E. **Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

OAKESHOTT, Michael. **A voz da educação liberal**. Belo Horizonte: Editora Yné, 2021.

OAKESHOTT, Michael. Educação Política. In: KING, Preston. **O estudo da Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. **OIKOS**, v.9, n.1, p.137-160, 2010.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998. [p.17-26].

OLIVERIRA, Fabiana. Florestan Fernandes e os estudos sociais da infância. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v.17, n.50, p.478-495, 2020.

OLIVERIRA, Fabiana. O lugar e o tempo das culturas infantis nas pesquisas brasileiras. **Revista Teias**, v.19, n.52, p.60-76, 2018.

PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1974.

PAULILO, M. I. S.. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. 1ed.São Paulo/ Brasília: Editora UNESP/ NEAD, 2009, v. 2.

PEDLOWSKI, Marcos Antonio. A Escola Nacional do MST: um símbolo vivo do legado acadêmico/militante de Florestan Fernandes. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTAEL, Oswaldo. **O Brasil em Evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; VGV, 2012.

PEREIRA, Luísa Rauter. **A História e "o Diálogo que Somos"**: A Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 93 F. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Luísa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.7, p.245-265, nov./dez. 2011.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**, v.5, n.2. p.461-481, 2014.

PINTO, Renan Freitas. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2008.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p.411-424, 2009.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL**, v.19, n.2, p.9-27, 2012.

PUTNAM Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2007.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica – BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92,1998.

RIBEIRO, M. A. F.; MARTINS, M. L.; TORRES JUNIOR, R. D.. Para além do atraso e singularidade: a atualidade do pensamento social e político brasileiro. **Terceiro Milênio – Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 18, p. 7-28, 2022.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes e BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador – Ideias políticas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, Antônio Penalves. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. São Paulo: Editora 34, 2001.

ROCHA, Marta Mendes da; SILVA, Raquel Gonçalves da. A agenda da reforma política no Brasil: autores, objetivos, êxito e fracasso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p.213-246, 2015.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

ROSA, Marcelo; Indivíduo e sociedade na transição para o capitalismo: o possível diálogo entre Norbert Elias e Florestan Fernandes. **Novos Estudos**, v.69, n.2, p.161-173, 2004.

ROSA, Marcelo C. A "forma movimento" como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. 1ed.São Paulo/ Brasília: Editora UNESP/ NEAD, 2009, v. 2.

SADER, Emir. Totalitarismo e autoritarismo: teoria e prática. In: ANTUNES, Ricardo C.; SACCHETTA, Vladimir (Orgs.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANT'ANA, Tomás Dias et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Alfenas: FORPDI, 2017.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales. Sociologia da infância: aproximações entre Willian Corsaro e Florestan Fernandes. **Educação em Perspectiva**, v.5, n.1, p.117-139, 2014.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Direito e politicismo no Brasil: para uma análise da conjuntura nacional pré e pós golpe. **Revice - Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 107-144, ago./dez. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

SCRUTON, Roger. **Tolos, fraudes e militantes**: pensadores da nova esquerda. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SCRUTON. Roger. **Arte e Imaginação – um estudo em filosofia da mente**. São Paulo: É Realizações Editora, 2017.

SENADO FEDERAL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Editora do Senado federal, 2008.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Florestan Fernandes. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SHIOTA, Ricardo Ramos. **Brasil: terra de contrarrevolução – revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. Questão agrária e modernização na periferia do capitalismo: uma incursão pelos estudos agrários de Lênin e de Max Weber. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n.8, p.119-145, 2011.

SILVA, Lucas Trindade da. Modelo Autocrático-Burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, v.2, n.26, p.231-263, 2020.

SILVA, Lucas Trindade da. Um Florestan para além da "tese da singularidade brasileira". Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, vol.18, n.1, p.81-111, 2022.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVEIRA, Paulo. Um publicista revolucionário. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/São Paulo: UNESP, 1987.

SOARES, Eliane Veras. A perspectiva sociológica de Florestan Fernandes em "A revolução Burguesa no Brasil". In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.). **Dimensão histórica da sociologia: dilemas e complexidade**. Curitiba: Appris, 2016. [Cap.3, p.101-121].

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUSA, Diogo Tourino de. A República como ideal normativo: notas de pesquisa. **Teoria e Cultura**, v.10, n.1, p.113-128, jan./jun. 2015.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. Existe uma modernidade Brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.59, p.5-22, 2005.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. **Civitas** (Porto Alegre), v. 17, p. 115-141, 2017.

TEIXEIRA, João Paulo Allain; CASTILHO, Natalia Martinuzzi. Desafios ao constitucionalismo na América Latina: uma visão geral sobre o "novo golpismo". **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol.5, n.3, p.303-303, set./dez. 2018.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia,1998.

TOLEDO, Caio navarro de. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: ANTUNES, Ricardo C.; SACCHETTA, Vladimir (Orgs.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

TORRES, Alberto [1914] – **O problema nacional brasileiro**. Companhia Editora Nacional, coleção brasiliana, vol. 16, 3ª ed., São Paulo, 1978.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.48, p. 109-126, 1999.

VELHO, Ricardo Scopel; SILVA, Michel Goulart da. A constituinte na Perspectiva estratégica de Florestan Fernandes. **Marx e o Marxismo**, v.7, n.12, p.156-172, jan./jun. 2019.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: Turinas e Quixotes**. Petrópolis: KBR, 2015.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Pinto, Álvaro. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. [p.7-38].